Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Tatiana Raulino de Sousa

Mulheres na mira conservadora: misoginia e desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro

Rio de Janeiro
2024

Tatiana Raulino de Sousa

Mulheres na mira conservadora: misoginia e desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Elaine Rossetti Behring

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S725 Sousa, Tatiana Raulino de.
Mulheres na mira conservadora: misoginia e desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro / Tatiana Raulino de Sousa. – 2024.
338 f.

Orientadora: Elaine Rossetti Behring.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Feminismo - Brasil - Teses. 2. Brasil - Política e governo - 2019-2022 - Teses. 3. Mulheres - Aspectos sociológicos - Teses. 4. Serviço social - Brasil - Teses. I. Behring, Elaine Rossetti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 396

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Tatiana Raulino de Sousa

Mulheres na mira conservadora: misoginia e desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 18 de novembro de 2024.

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Elaine Rossetti Behring (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Andréa de Sousa Gama
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Prof. Dr. Maurílio Castro Mattos
Faculdade de Serviço Social – UERJ

_____

Prof.ª Dr.ª Mirla Cisne Álvaro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

_____

Prof.ª Dr.ª Verônica Maria Ferreira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

À todas/es aquelas/es que resistem e lutam bravamente pela liberdade e pela emancipação humana.

À minha avó, Maria de Lourdes Raulino (*(In memoriam)*, porque “de todo amor que eu tenho, metade foi ‘ela’ que me deu”.

Ao meu pai, Expedito Batista *(In memoriam)*, porque sinto seu orgulho com essa vitória que é nossa. “Naquela mesa está faltando ele. E a saudade dele está doendo em mim”.

AGRADECIMENTOS

“Aprendi que se depende sempre, de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é a marca das lições diárias de outras tantas pessoas”. Com trechos de Gonzaguinha inicio ressaltando que todos os caminhos que percorri e me trouxeram até este lugar confirmam que “é tão bonito quando a gente sente que nunca está ‘sozinha’ por mais que pense estar”. Por isso, tenho certeza que não serei capaz de registrar aqui todos os agradecimentos que seriam necessários diante do que recebi nesta trajetória, mas destacarei alguns que nesse momento se fazem relevantes.

Agradeço à minha família, que sempre esteve presente e é essencial na minha vida! Minha mãe, Elionora Raulino (minha Leozinha), minha irmã Tisciana Raulino e meu irmão Marcelo Raulino. Minhas sobrinhas, Raissa Caron, Thaynara Raulino e Tainá Pinheiro. Meus sobrinhos, Ravi Caron e Thomaz Raulino. Minha cunhada, Ivina Oliveira, e meu cunhado, Renê Caron. Agradeço também minhas primas e primos, Paula Raulino e Wellington Soares, Orlando Raulino. Minhas tias, Eliana Raulino, Laura Raulino, Ines Rocha, Luci Batista, Úrsula Batista e Erineide Raulino (*In memoriam*); e meus tios Eduardo Raulino, Osvaldo Raulino e Roberto Raulino.

À Lara Amorim, minha companheira sempre presente, pelo amor, cuidado, estímulo, parceria e gentileza diárias que me deram força e apoio emocional/estrutural/técnico para conseguir chegar até aqui. Foi a doçura e a leveza dessa caminhada. Também agradeço à sua mãe, Antonia Enilza e ao seu pai, Manoel Amorim, que me acolheram e torceram durante todo este processo.

À querida Elaine Rossetti Behring, pela oportunidade de construir esta tese sob sua orientação. Obrigada pelo cuidado, tolerância, gentileza e leitura atenta com que conduziu este processo de orientação acadêmica. Sua sensibilidade, gentileza, paciência, atenção e ricas contribuições foram condições essenciais para as análises aqui expostas.

Às minhas amigas e amigos de caminhada, de alegrias, de desafios, de trabalho, de partilha e de confiança nesta vida... André Menezes, Andrea Pacheco, Andrea Crispim, Adla Alves, Alessandra Castro, Anacélia Gomes de Matos, Anderson Vieira, Angela Lessa, Caroline Magalhães, Cassia Crispim, Clara Silveira, Cristiane Viana, Cristina Nobre, Cinthia Fonseca, Clarissa Ribeiro, Cynthia Studart, Danielle Cláudio, Daniel Viana, Daniela Gaspar, Derleide Andrade, Elieuda Rodrigues, Elizio Loiola, Erivânia Bernardino, Eveline Machado, Fabíola Pessoa, Fernanda Valentim,

Gildete Ferreira, Giulia Cavalcante, Iann Colares, Ivna Nunes, Izabella Zaiden, Jana alencar, Joel Mesquita, Juliana Amaral, Juliana Oliveira, Kelly Santos, Keula Xavier, Kilvia Albuquerque, Larissa Fernades, Leila Santos, Liane Viana, Lidiane Castro, Lissiane Almeida, Luciana Cantalice (*In memoriam*), Mariana Carvalho, Milena Barroso, Monica Saraiva, Mossicleia Olívia Monteiro, Paulo Cronemberger, Patricia Cavalcante, Patricia Siqueira, Rafael do Carmo, Reginaldo França, Renata Gomes, Renato Glaydson, Rita Pereira, Rivânia Moura, Sisleyane Martins, Sylvia Sousa, Suamy Soares, Tadeu Lima, Tatiane Pontes, Valdenizia Peixoto, Vanessa Eidan e Vanuza Peixoto, meu muito obrigada e que sigamos nesta caminhada de afeto!!!

Agradecimento especial às amigas Elaene Rodrigues, Karla Karan e Raquel Viana, que não mediram esforços para oportunizar meu acesso ao Ministério das Mulheres. Dessa forma, também estendo meus agradecimentos ao Ministério das Mulheres do atual governo por meio da Ana Clara Ferrari e Ísis Taboas.

Às minhas amigas da turma de doutorado UERJ 2020, que tornaram o percurso mais leve e cheio de momentos de acolhimento, sorrisos, força, construção e trocas em meio ao caos, inclusive da pandemia em que perdemos nosso amigo Well. “Ninguém solta a mão de ninguém!”. Valeu maravilhosas Ana Carla Ribas, Ana Lídia Fiuza, Carolina Brito, Evelyn Melo, Luana Paula, Marcela Vendramini, Marinete Moreira, Milena Lacerda e Renata Coelho!

Aos grupos onde tenho discutido literatura feminista e “coisas” das mulheres: Clube de Leituras Feministas, Clube Simone Beauvoir e Feministas Clandestinas.

Ao corpo docente, à coordenação e ao quadro técnico do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — PPGSS/UERJ, pelo compromisso com a formação crítica e de qualidade e pelo suporte necessário, gentil e atencioso durante a minha trajetória no Programa.

A todas/os a s / os colegas do Grupo de Pesquisa do Orçamento das Políticas de Seguridade Social - GOPSS/FSS/UERJ, pelas valorosas trocas, contribuições, construção coletiva e debates que contribuíram muito com o amadurecimento das minhas reflexões.

À Monica Alencar (*In memoriam*), minha orientadora no primeiro ingresso na UERJ, por sua amizade, afeto, gentileza, aprendizado teórico e de vida.

À UFCG, através da Coordenação da Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social (UAD), da direção do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS); da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e da Secretaria de Recursos Humanos que

permitiram as condições institucionais necessárias ao meu afastamento. Em especial, às professoras e aos professores do Curso de Serviço Social, por terem assentido minha licença para cursar o doutorado de forma qualificada.

Agradeço, em especial, à banca examinadora, composta pelas/o professoras e professor: Andrea Gama e Maurilio Matos - PPGSS/UERJ; Mirla Cisne – UERN; e Verônica Ferreira - UFRN, pela disponibilidade e dedicação na avaliação do meu trabalho desde a qualificação e agora novamente no texto final da tese.

A essas e outras tantas pessoas, muito obrigada! Sigo na certeza de “é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”.

E vai sair de dentro de quem for
A mulher é você
De dentro da cara a tapa
De quem já levou porrada na vida
De dentro da mala do cara
Que te esquartejou, te encheu de ferida
Daquela menina acuada
Que tanto sofreu e morreu sem guarida
Daquele menino magoado
Que não alcançou a porta de saída
E vai sair de dentro de cada um
A mulher vai sair
E vai sair de dentro de quem for
A mulher é você
A mulher dentro de cada um não quer mais incenso
A mulher de dentro de mim cansou desse tempo
A mulher de dentro da jaula prendeu seu carrasco
E vai sair de dentro de cada um
A mulher vai sair
E vai sair de dentro de quem for
A mulher é você
De dentro do carro do moço
Que te maltratou e pensou que era fácil
De dentro da ala das loucas
Vendendo saúde a troco de nada
Daquela mocinha suada
Que vendeu o corpo pra ter outra chance
Daquele mocinho matado
Jogado no canto por ser diferente
E vai sair de dentro de cada um
A mulher é você
Sou eu, a mulher sou eu”
(Dentro de cada um – Elza Soares)
Letra: Luciano Mello/Pedro Loureiro

RESUMO

RAULINO DE SOUSA, Tatiana. *Mulheres na mira conservadora: misoginia e desmonte das políticas públicas no governo Bolsonaro*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho analisa o desmonte das políticas para as mulheres durante o governo de Jair Bolsonaro, no período de 2019 a 2022, contextualizando essas políticas em uma conjuntura de neofascismo, ultraneoliberalismo e neoconservadorismo. A pesquisa tem como objetivo examinar como as dinâmicas político-ideológicas da agenda misógina e neoconservadora influenciaram na implementação, esvaziamento e dissolução de programas que vinham sendo desenvolvidos e impôs um outro ordenamento institucional baseado na família patriarcal e no perfil unitário de mulher. No Capítulo 1, a pesquisa examina a crise estrutural do capital, suas particularidades na realidade brasileira e seus impactos sobre a vida das mulheres, especialmente no contexto de um capitalismo dependente e de políticas ultraneoliberais. As dinâmicas de opressão de classe, raça e patriarcais de sexo são analisadas a partir da interseção entre patriarcado, racismo e exploração capitalista. O Capítulo 2 discute o fortalecimento de pautas neoconservadoras, neofascistas, ultraliberais e fundamentalistas, revelando como o governo Bolsonaro reforçou valores cis-heteronormativos e tradicionais por meio do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A análise inclui a incorporação da moralidade conservadora em políticas que precarizaram e atacaram direitos das mulheres e pautas feministas. O Capítulo 3 examina o desmonte das políticas para as mulheres durante o governo Bolsonaro, com foco na atuação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, sob a gestão de Damares Alves. A pesquisa detalha como esse ministério funcionou como um bastião político-ideológico para a agenda neoconservadora, promovendo a centralização da "família patriarcal" como eixo das políticas públicas e desfinanciando ações e projetos de promoção da autonomia e proteção das mulheres. Além disso, o capítulo explora as resistências organizadas por mulheres e movimentos sociais, destacando o papel fundamental do movimento #EleNão e #ForaBolsonaro na luta contra o neofascismo, o neoconservadorismo e o ultraneoliberalismo. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem histórico-dialética e feminista, utilizando análise bibliográfica, documental e dados orçamentários obtidos no sistema SIGA BRASIL, além de dados secundários por meio de relatórios de gestão, relatórios de institutos oficiais, publicações científicas e conteúdos jornalístico de jornais e sites. O estudo examina a liberação de emendas parlamentares e sua relação com o esvaziamento dos recursos para as políticas para mulheres, explorando as implicações do ajuste fiscal e da reorganização institucional para essa finalidade. Nas Considerações Finais, o estudo destaca que o bolsonarismo operou como um catalisador das opressões estruturais de classe, raça e patriarcais de sexo, reforçando as desigualdades e ataques aos direitos conquistados ao longo das últimas décadas. A pesquisa conclui que embora a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022 represente um marco importante, as forças que sustentam o projeto ultraneoliberal, neofascista e neoconservador permanecem ativas, exigindo a mobilização contínua da sociedade e dos movimentos sociais. O trabalho finaliza sugerindo que o enfrentamento das

múltiplas formas de opressão demandam um projeto coletivo e articulado de resistência, capaz de romper com o ciclo de estrutural desigualdade e exploração na produção e reprodução social do capitalismo.

Palavras-chave: políticas para as mulheres; neoconservadorismo; neofascismo; ultraneoliberalismo; feminismo.

ABSTRACT

RAULINO DE SOUSA, Tatiana. *Women in the Conservative Crosshairs: Misogyny and the Dismantling of Public Policies under the Bolsonaro Government*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis analyzes the dismantling of women's policies during Jair Bolsonaro's government, from 2019 to 2022, situating these policies within a context of neofascism, ultraneoliberalism, and neoconservatism. The research aims to examine how the political-ideological dynamics of the misogynistic and neoconservative agenda influenced the implementation, depletion, and dissolution of previously developed programs, imposing a new institutional order based on the cisheteropatriarchal traditional family and a monolithic view of women. In Chapter 1, the research examines the structural crisis of capital, its specific characteristics in the Brazilian context, and its impact on women's lives, particularly within a dependent capitalist system and ultraneoliberal policies. The dynamics of class, race, and patriarchal gender oppression are analyzed through the intersection of patriarchy, racism, and capitalist exploitation. Chapter 2 discusses the strengthening of neoconservative, neofascist, ultraliberal, and fundamentalist agendas, revealing how the Bolsonaro government reinforced cisheteronormative and traditional values through the Ministry of Women, Family, and Human Rights. The analysis includes the incorporation of conservative morality into policies that undermined and attacked women's rights and feminist agendas. Chapter 3 focuses on the dismantling of women's policies during Bolsonaro's government, with an emphasis on the role of the National Secretary for Women's Policies within the Ministry of Women, Family, and Human Rights under the leadership of Damares Alves. The research details how this ministry functioned as a political-ideological bastion for the neoconservative agenda, promoting the centralization of the "patriarchal family" as the axis of public policies while defunding actions and projects aimed at promoting women's autonomy and protection. Additionally, this chapter explores the organized resistance led by women and social movements, highlighting the fundamental role of the #EleNão and #ForaBolsonaro movements in the fight against neofascism, neoconservatism, and ultraneoliberalism. Methodologically, the research adopts a historical-dialectical and feminist approach, utilizing bibliographic and documentary analysis, along with budgetary data obtained from the SIGA BRASIL system, as well as secondary data from management reports, official institute reports, scientific publications, and journalistic content from newspapers and websites. The study examines the release of parliamentary amendments and their relationship with the depletion of resources for women's policies, exploring the implications of fiscal adjustments and institutional reorganization for this purpose. In the Conclusion, the study highlights that bolsonarismo acted as a catalyst for structural class, race, and patriarchal gender oppressions, reinforcing inequalities and attacks on rights achieved over recent decades. The research concludes that, although Bolsonaro's electoral defeat in 2022 marks a significant turning point, the forces that sustain the ultraneoliberal, neofascist, and neoconservative project remain active, requiring the continuous mobilization of society and social movements. The work concludes by suggesting that confronting these multiple forms of oppression demands a collective and coordinated resistance project capable of breaking the cycle of structural inequality

and exploitation in social production and reproduction of capitalism.

Keywords: women's policies; neoconservatism; neofascism; ultraneoliberalism; feminism.

RESUMEN

RAULINO DE SOUSA, Tatiana. *Mujeres en la mira conservadora: misoginia y desmantelamiento de las políticas públicas en el gobierno de Bolsonaro*. 2024. 338 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabajo analiza el desmantelamiento de las políticas para las mujeres durante el gobierno de Jair Bolsonaro, en el período de 2019 a 2022, situando dichas políticas en una coyuntura marcada por el neofascismo, el ultraneoliberalismo y el neoconservadurismo. La investigación tiene como objetivo examinar cómo las dinámicas político-ideológicas de la agenda misógina y neoconservadora influyeron en la implementación, el vaciamiento y la disolución de programas en desarrollo, imponiendo un nuevo orden institucional basado en la familia patriarcal y en un perfil único de mujer. En el Capítulo 1, la investigación examina la crisis estructural del capital, sus particularidades en la realidad brasileña y sus impactos en la vida de las mujeres, especialmente en el contexto de un capitalismo dependiente y de políticas ultraneoliberales. Las dinámicas de opresión de clase, raza y patriarcado se analizan desde la intersección entre patriarcado, racismo y explotación capitalista. El Capítulo 2 aborda el fortalecimiento de las agendas neoconservadoras, neofascistas, ultraliberales y fundamentalistas, revelando cómo el gobierno de Bolsonaro reforzó valores cisheteronormativos y tradicionales a través del Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos. El análisis incluye la incorporación de una moralidad conservadora en políticas que precarizaron y atacaron los derechos de las mujeres y las demandas feministas. En el Capítulo 3, se examina el desmantelamiento de las políticas para las mujeres durante el gobierno de Bolsonaro, con un enfoque en el papel de la Secretaría Nacional de Políticas para las Mujeres dentro del Ministerio de la Mujer, la Familia y los Derechos Humanos, bajo la gestión de Damares Alves. La investigación detalla cómo este ministerio funcionó como un bastión político-ideológico para la agenda neoconservadora, promoviendo la centralización de la “familia patriarcal” como eje de las políticas públicas, al tiempo que desfinanciaba proyectos orientados a la promoción de la autonomía y protección de las mujeres. Además, el capítulo examina las resistencias organizadas por mujeres y movimientos sociales, subrayando el papel fundamental de los movimientos #EleNão y #ForaBolsonaro en la lucha contra el neofascismo, el neoconservadurismo y el ultraneoliberalismo. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque histórico-dialéctico y feminista, utilizando análisis bibliográfico y documental, así como datos presupuestarios obtenidos del sistema SIGA BRASIL, además de datos secundarios de informes de gestión, instituciones oficiales, publicaciones científicas y contenidos periodísticos de medios digitales e impresos. El estudio también examina la distribución de enmiendas parlamentarias y su relación con el vaciamiento de recursos destinados a las políticas para las mujeres, explorando las implicaciones del ajuste fiscal y la reorganización institucional en este ámbito. En las Consideraciones Finales, el estudio destaca que el bolsonarismo actuó como un catalizador de las opresiones estructurales de clase, raza y género, reforzando desigualdades y retrocesos en los derechos conquistados durante las últimas décadas. La investigación concluye que, aunque la derrota electoral de Bolsonaro en 2022 representa un hito significativo, las fuerzas que sostienen el proyecto ultraneoliberal, neofascista y neoconservador

siguen activas, requiriendo la movilización constante de la sociedad y los movimientos sociales. El trabajo sugiere que el enfrentamiento de estas múltiples formas de opresión demanda un proyecto de resistencia colectiva y articulada, capaz de romper el ciclo de desigualdad estructural y explotación en la producción y reproducción social del capitalismo.

Palabras clave: políticas para las mujeres; neoconservadurismo; neofascismo; ultraliberalismo; feminismo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Orçamento 2019 (a) Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH- Autorizado, pago, IPCA,valores em milhões de R$..... 256

Gráfico 2 – Orçamento 2019 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 257

Gráfico 3 – Orçamento 2020 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 260

Gráfico 4 – Orçamento 2020 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 262

Gráfico 5 – Orçamento 2021 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 265

Gráfico 6 – Orçamento 2021 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 265

Gráfico 7 – Orçamento 2022 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 269

Gráfico 8 – Orçamento 2022 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 270

Gráfico 9 – Emendas 2019 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 273

Gráfico 10 – Emendas 2020 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 274

Gráfico 11 – Emendas 2021 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 274

Gráfico 12 – Emendas 2022 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$..... 275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH Subdivisões das secretárias, ações e áreas de atuação..... 211

Tabela 2 – Comparativo PLOA 2015 X PLOA 2023..... 254

Tabela 3 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2019 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)..... 255

Tabela 4 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2020 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)..... 258

Tabela 5 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2021 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)..... 263

Tabela 6 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2022 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)..... 268

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Série histórica - dotações das ações voltadas às mulheres..... 271

Figura 2 – Série histórica - Execução orçamentária de ações voltadas às mulheres..... 271

Figura 3 – Ação: Implementação da Casa da Mulher Brasileira..... 273

Figura 4 – Ação 00SN: Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira..... 272

Figura 5 – Demonstrativo desmonte orçamentário da SPM..... 279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AI5	Ato Institucional N.5
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
ANAJURE	Associação Nacional dos Juristas Evangélicos
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADPIR	Cadastro Nacional de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGU	Controladoria Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COI	Centro de Estudos Octávio Ianni
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSW	Comissão sobre a Situação da Mulher
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculações de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional

EPL	Estudantes pela Liberdade
EUA	Estados Unidos da América
FASSO	Faculdade de Serviço Social
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
FNUAP	Fundo de População das Nações Unidas
GOPSS	Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre produto industrializado
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero e mais
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social

MEC	Ministério da Educação, Cultura
MM	Ministério das Mulheres
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
NOB	Norma Operacional Básica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OF	Orçamento Fiscal
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nacões Unidas
OS	Organizações Sociais
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PDRE	Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PEC	Projeto de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEF	Plano Nacional de Enfrentamento a Feminicídio
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PPA	Plano Plurianual
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático

PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido das/os Trabalhadoras/es
RMAAM	Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SIGA Brasil	Sistema de Informações sobre Orçamento Público Federal
SINAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SNPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
STF	Superior Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 22

1 **A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA E OS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES** 48

1.1 **A crise estrutural do capital e os rebatimentos na vida das mulheres** 49

1.2 **O capitalismo dependente na América Latina e as particularidades da formação social brasileira** 83

1.3 **As particularidades do Brasil contemporâneo** 99

2 **ULTRANEOLIBERALISMO, NEOFASCISMO E NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL RECENTE: A MISOGINIA COMO MARCA DO GOVERNO BOLSONARO** 117

2.1 **De Temer a Bolsonaro – ultraneoliberalismo e neofascismo no Brasil** 118

2.2 **Neoconservadorismo e fundamentalismo religioso nas políticas brasileiras** 148

2.3 **As lutas feministas e as políticas para as mulheres no Brasil: um breve resgate** 181

3 **O DESMONTE DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO BOLSONARO – O GOLPE E AS INFLEXÕES NAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES** 200

3.1 **Os perigos de ser mulher no Brasil de Bolsonaro e Damares: desmonte, família patriarcal e fundamentalismo religioso** 203

3.2 **Fundo público, orçamento e políticas para as mulheres: uma perspectiva feminista sobre o orçamento** 247

3.3 **Do #EleNão (2018) ao Fora Bolsonaro (2022): a resistência das mulheres** 281

CONSIDERAÇÕES FINAIS 306

REFERÊNCIAS 320

INTRODUÇÃO

“Eu não vou sucumbir
Eu não vou sucumbir
Avisa na hora que tremer o chão
Amiga, é agora, segura a minha mão.”
(Libertação)
Intérprete: Elza Soares
Letra: Russo PassaPusso

A proposta de conduzir um estudo sobre as políticas direcionadas às mulheres durante o governo de Jair Messias Bolsonaro revelou-se um desafio. Ao observarmos as declarações públicas desse governo e de seus apoiadores sobre a ideologia referente ao papel social das mulheres, testemunhamos, de forma bastante expressiva, a revogação de direitos anteriormente conquistados. Diante desse cenário, surge para as mulheres, para os movimentos sociais e para os pesquisadores a necessidade urgente de interpretar os acontecimentos, preservar suas conquistas históricas e lutar pela garantia de suas pautas.

Diante da guinada à direita na cartografia global, acompanhada pela disseminação da desinformação (*Fake News*) e pelo avanço do fundamentalismo religioso, o Brasil também experimentou, ainda que com suas particularidades, a expansão da extrema-direita e o fortalecimento dos movimentos neoconservadores e neofascistas. Esses grupos intensificaram o obscurantismo, o negacionismo e a perseguição à chamada “ideologia de gênero”. Esse contexto foi confirmado pelo golpe institucional de 2016, que combinou questões jurídicas, midiáticas e legislativas, e que posteriormente foi consolidado e aprimorado por meio de mecanismos legais,

repressivos e normativos do Estado, culminando na gestão neoconservadora, neofascista[1] e ultraneoliberal[2] de Jair Bolsonaro.

O contexto em foco neste estudo evidencia a predominância do programa ultraneoliberal no aparato estatal, impulsionado por uma expansão significativa de visões conservadoras e por uma vertente "liberal" que converge com essa agenda. Certos atores que promovem esses ideais no Brasil adotam táticas inspiradas em movimentos fascistas do início do século XX. Embora apresentem traços específicos e possam ser compreendidos como fenômenos históricos distintos, esses grupos têm sido classificados como neofascistas dada as suas particularidades.

Desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro, o Brasil tem enfrentado uma escalada contínua e crescente de experiências contra os direitos humanos e sociais, atingindo especialmente grupos historicamente marginalizados e defensoras/es dessas causas, como mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+[3]. Formas de repressão, LGBTQfobia, discriminação, racismo, misoginia e intolerância tornaram-se comuns e, em diversas situações, essas práticas ocorreram com a anuência ou tolerância de representantes do governo federal, particularmente entre os anos de 2019 e 2022.

Essa conjuntura continua a comprometer diariamente a laicidade do Estado, busca enfraquecer as mobilizações dos movimentos sociais organizados — especialmente aqueles liderados por mulheres — e impede avanços na pauta dos

[1] Mesmo considerando que não há consenso quanto à delimitação sobre se Bolsonaro (e seu governo) se configuram como fascista ou neofascista, consideramos neste estudo a compreensão de que neofascismo e neoliberalismo caminham juntos e potencializam a instauração de ambientes, governos e sociedades antidemocráticas e autoritárias. Assim, concordamos com as análises sobre o neofascismo do Governo Bolsonaro e consideramos as reflexões apontadas por Mattos (2020, p.234 - 236) de que "um governo com um forte componente neofacista não necessariamente dará origem a um regime neofascista (...) entendemos que o governo Bolsonaro representa um momento em que a autocracia burguesa recorre ao neofascismo para garantir a contrarrevolução preventiva". Conforme o autor, a relação entre o fascismo de Bolsonaro e a dimensão contrarrevolucionária preventiva da dominação burguesa foi também destacada por Ricardo Antunes (2019) em alguns dos seus escritos sobre o Brasil atual.

[2] Face às múltiplas considerações acerca da concepção do termo ultraneoliberalismo, aqui este é concebido como uma reação do capital no contexto de acirramento de suas crises. No Brasil representado principalmente após o golpe de Estado de novo tipo (DEMIER, 2017) em 2016, a partir de quando se aprofundou draconianamente o ajuste fiscal no país (BEHRING, 2021), intensificando e ampliando os processos de exploração e expropriação da classe trabalhadora. De forma propulsora, o golpe abriu caminho para o projeto eleito em 2018 e, com o caráter extremamente reacionário, representou a estratégica articulação entre neoliberalismo, neofascismo e neoconservadorismo do governo Bolsonaro – cenário de uma agenda perversa e extremamente regressiva para as/os trabalhadoras/es.

[3] A sigla representa uma variedade de identidades e orientações sexuais: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais/Travestis, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero e mais.

direitos. Sob nosso ponto de vista, o que se costumava interpretar como "cortina de fumaça" — discursos agressivos e declarações reacionárias com o suposto objetivo de desviar o foco das contrarreformas econômicas e das políticas regressivas — ia além desse papel. Essas manifestações, que tratavam de maneira irônica dimensões morais, culturais, comportamentais, livre exercício da sexualidade, ou temas relacionados a grupos sociais específicos, revelaram uma intenção mais profunda e complexa do que parecia inicialmente.

Entendemos que as declarações feitas refletem um projeto ideopolítico de opressão, eliminação, violência e morte promovidos pelo grupo político que sustentou o governo de Jair Bolsonaro e sua base aliada. Tais discursos revelam traços de misoginia, machismo, etarismo e diversas outras formas de discriminação. Esses elementos fazem parte de um projeto político que se propôs a implementar contrarreformas voltadas para a desestruturação das políticas sociais no país.

As declarações misóginas e preconceituosas não se limitaram como uma "cortina de fumaça": compreendemos que se constituíam como solo ideológico que permeou a constituição de um consenso em torno da manutenção do governo e seu projeto pelo apelo conservador. O conteúdo neoconservador foi reiteradamente expresso por Damares Alves, então Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ao longo de todo o período em que ocupou o cargo, desde o início do governo até março de 2022. Essa orientação também se manifestava em outros integrantes da gestão e moldou ideologicamente as pautas e as políticas adotadas pelo Ministério.

O MMFDH seguiu promovendo, durante o mandato, a intensificação de políticas na defesa da família patriarcal, com referência ao padrão único de mulher e contrário aos direitos sexuais e reprodutivos, o que representou um ataque direto às conquistas históricas dos movimentos feministas e das mulheres. Em nossa perspectiva, esse discurso fazia parte das estratégias político-ideológicas do governo e estava plenamente alinhado com a agenda ultraneoliberal que se buscou implementar.

Nesse sentido, podemos aferir que a ascensão do governo Bolsonaro representou um marco na intensificação da misoginia como política de Estado, guerra às mulheres. A ideologia neoconservadora naquele governo se manifestou não apenas na retórica do presidente e de suas/seus ministras/os, mas também em uma série de políticas que visavam o desmonte de direitos das mulheres e outros grupos.

Medidas de austeridade fiscal e cortes orçamentários promovidos pelo governo impactaram diretamente programas sociais que beneficiavam mulheres, aumentando as desigualdades existentes.

A atuação do Estado é fundamental para transformar as dinâmicas de poder e opressão entre homens e mulheres na sociedade. Embora o discurso de acesso universal, dentro dos limites da cidadania burguesa, perpetue desigualdades históricas, é também através das ações desenvolvidas pelo Estado que as posições hierárquicas podem ser mitigadas. No entanto, isso exige uma redefinição tanto do papel do Estado quanto das relações que ele estabelece, especialmente nas interações entre Estado, família e mercado. Isso é relevante porque além das fronteiras condicionantes entre o “público e o privado” que restringem as mulheres, negando-lhes o reconhecimento de pleno direito como sujeitos políticos e sociais, a posição ocupada por elas na divisão sexual e racial do trabalho impacta diretamente suas condições materiais.

Ademais, a atribuição da responsabilidade pela reprodução social recai como mais uma sobrecarga na vida das mulheres. Nesse sentido, compreendo que para que haja alterações significativas, ainda que dentro dos limites da sociedade burguesa, são necessárias modificações nas ações do poder público e a promoção de efetivas mudanças institucionais, de forma a estabelecer uma outra dinâmica no Estado. Sabemos que esse processo é limitado, porque nos marcos do capitalismo não é possível a plena emancipação humana, contudo, é importante para alterar condições objetivas limitantes da vivência das mulheres em nossos tempos.

Nesse cenário, embora os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2011) e Dilma Rousseff (2012-2014 e 2015-2016) tenham sido alvo de críticas, considero que foi nas administrações petistas que se estabeleceram as primeiras transformações significativas no tratamento das demandas históricas dos movimentos de mulheres e feministas. A criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), em 2003, representou não apenas uma iniciativa administrativa, mas uma importante inflexão política, reconhecendo formalmente a trajetória das lutas desses movimentos no país. No entanto, é preciso destacar que, apesar de alguns avanços, o organismo para as mulheres enfrentou limitações estruturais e contradições, muitas vezes reproduzindo pactos conservadores que restringiram a possibilidade da implementação da agenda feminista.

O governo de Jair Bolsonaro consolidou um projeto de negação sistemática de direitos para mulheres e LGBTQIA+, sobretudo no campo da saúde pública e dos direitos sexuais e reprodutivos. A omissão deliberada no enfrentamento da violência contra as mulheres e a reafirmação da família patriarcal reforçaram a normalização da violência estrutural contra esses grupos.

Além de abandonar sua responsabilidade na proteção e no cuidado, o Estado atuou de forma ativa na marginalização e na discriminação dessas populações, legitimando retrocessos sociais, jurídicos e políticos. Em diversas ocasiões, o próprio presidente não apenas compactuou, mas protagonizou discursos e práticas que incentivaram e perpetraram abusos e agressões, tornando o aparato estatal cúmplice das violências cotidianamente enfrentadas.

Nesse sentido, compreendo que as relações estruturais determinam a desigualdade social em suas múltiplas expressões, e estas são constituídas pelas relações patriarcais de sexo, de raça e de classe. Sendo essas duas últimas determinantes também para as desigualdades entre mulheres, de forma a distinguir, inclusive, a opressão e a exploração patriarcal exercida desigualmente. Portanto, percebo que essas três relações são dialeticamente indissociáveis. Como elucidam Cisne e Santos (2018, p. 26):

> Não se trata, porém, de uma dimensão matemática de adicionar, somar ou mesmo multiplicar opressões ou nominá-las de marcadores sociais, mas de apreender e decifrar as relações sociais de maneira dialética, em um sistema que é complexo de determinações, uno e diverso. Queremos dizer que essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõem e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros/as, seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro.

Essa perspectiva une-se à discussão realizada por Saffioti (2015) acerca da existência de um “nó” entre as relações patriarcais, de raça e de classe, que ao se fundirem constituem o “novelo” do sistema “patriarcal-racista-capitalista”, sendo essa fusão “absolutamente funcional’ para a produção e reprodução do capitalismo. Ainda com base nessa premissa, tenho acordo com Cisne e Santos (2018, p. 25) quando afirmam:

> [...]uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões. Será, portanto, sob a luz da análise do racismo e do

> patriarcado (em suas expressões do racismo e sexismo), como sistemas estruturantes e consubstanciados e coextensivos ao capitalismo, que procuraremos problematizar as temáticas relacionadas ao feminismo e à diversidade sexual.

Sob uma perspectiva político-ideológica, a expansão de grupos conservadores nas esferas econômica, política e institucional tem buscado difundir uma moralidade que permeie todos os aspectos da vida social. Não por acaso, esses grupos se estabeleceram em diversos espaços e instâncias de poder, o que intensificou as disputas e ampliou as tensões já existentes.

No governo Bolsonaro, parto da referência de que se acentuaram as características de políticas para as mulheres que reforçaram e aprofundaram processos de desigualdade constitutivas da sociedade, sobretudo no seu lugar dentro da família, no aspecto reprodutivo e no "não lugar" enquanto sujeito político autônomo. Além de acrescentar a palavra "família" ao MMFDH, a intencionalidade dada por aquele governo teve caráter demarcador de um sentido restrito do conceito. Ademais, é importante também fazer reflexões acerca do perfil dado à " mulher" que essa família referencia.[4] Também por isso, ressaltamos a condição de desmonte do que vinha sendo pautado, ainda que resguardadas as limitações, nos governos anteriores ao golpe.

Nos últimos anos, em meio a processos de desmonte, retrocessos e destruição de direitos, diversas barbaridades foram cometidas sob a bandeira de "Deus, pátria e família"[5]. No campo das políticas para as mulheres, especialmente nas discussões envolvendo maternidade e direitos sexuais e reprodutivos, ocorreram graves retrocessos. Direitos garantidos por lei, como o abortamento legal, foram negados tanto

---

[4]A família referenciada pelo governo deve ter seus vínculos conjugais fortalecidos. Logo, as famílias monoparentais, com mães solo (inclusive em razão da violência doméstica) ou famílias plurais que apresentam elevados índices de pobreza em sua grande maioria na realidade das periferias das cidades do país, não estão representadas nesse perfil.

[5] Em 1932, a Ação Integralista Brasileira – AIB, lançou um manifesto ***Deus dirige os destinos dos povos*** como referência política à sociedade brasileira "*[...] O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor* ***da Família, da Pátria*** *e da Sociedade. [...]toda superioridade provém de* ***uma só superioridade que existe acima dos homens****: a sua comum e sobrenatural finalidade.* ***Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa História*** *e está no íntimo de todos os corações." Assim,* o sentido do programa integralista para um modelo unívoco de pátria, que passou a ser sintetizado *no slogan "Deus, Pátria e Família", enaltecendo um modelo ideal de família,* de sociedade, de uma pretensa indivisibilidade de classes e, logo, do próprio funcionamento econômico social. Esse discurso foi reapropriado pela extrema direita na atualidade. Mais informações disponíveis em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/fascistas-lancam-a-acao-integralista-brasileira> Acesso em: 20 out. 2024.

às mulheres quanto às crianças[6]. Paralelamente ao projeto de intensificar a exploração da classe trabalhadora e promover contrarreformas, o governo resgatou valores ultrapassados e tradicionais. Esses princípios, defendidos por "cidadãos de bem", foram amplamente reproduzidos no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, consolidando práticas arcaicas e conservadoras.

Nesse sentido, alguns questionamentos se colocaram: como e por que centrar o debate no âmbito das políticas para as mulheres dentro do MMFDH? Qual a relação entre neofascismo, ultraneoliberalismo[7] e heteropatriarcado e as consequências disso para as políticas para as mulheres desenvolvidas no governo citado? Como as pautas da extrema direita acionaram as políticas para as mulheres nesse governo? As políticas para as mulheres assumiram qual direcionamento ideopolítico durante o governo de Bolsonaro e como isso repercutiu em seu ordenamento?

Dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo central analisar as características das chamadas "políticas para as mulheres" desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do Governo Bolsonaro, durante os anos de 2019 a 2022. Buscou explicar se as políticas executadas assumiram tendências neoconservadoras e heteropatriarcais no contexto do ultraneoliberalismo.

Supúnhamos, portanto, que as políticas para as mulheres durante o governo de Bolsonaro passaram por um quadro de desmonte estrategicamente articulado, porque naquele governo tratava-se de um projeto ideopolítico e econômico, inclusive com a usurpação do fundo público. Nesse sentido, ocorreu uma alteração do direcionamento das políticas levando ao esvaziamento dos programas, projetos e

---

[6] Durante o governo de Bolsonaro, alguns casos tornaram-se motivo de embates judiciais e públicos. Um dos mais debatidos tratou do apoio de gestora/es a grupos de fundamentalistas religiosas/os que queriam imputar à criança que sofreu abuso sexual a condição de manter uma gestação e, assim, sofrer mais uma violência ao manter a gestação. Mais acerca disso, ver notícias como: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html> Acesso em: 24 de março de 2023.

[7] Apesar de não usarem a expressão "ultraneoliberalismo" em suas análises, Andrade, Côrtes e Almeida (2021, p. 02) desenvolvem o conceito *neoliberalismo autoritário* no contexto do pós-crise de 2008, referindo-se a um "modelo normativo de sociedade e de subjetividade" sob a radicalização da lógica e racionalidade das esferas de mercados (comerciais e financeiros), em que "o valor da dignidade humana é substituído pelo valor econômico da existência humana" (*id.*). Para os autores, neoliberalismo e democracia (mesmo a liberal) tendem a relações tensas, de "desconfianças" ou quase de incompatibilidade, em que as "demandas democráticas foram tomadas como ameaças à liberdade de mercado, devendo, pois, ser limitadas jurídica e institucionalmente" (ibid., p. 03). Nessa incongruência, o neoliberalismo, em conjunto com o Estado, lança mão de um conjunto de práticas autoritárias e violentas para manter, aprofundar e estender seu conservador modelo de sociabilidade. Mas, "essas práticas autoritárias não necessariamente excluem a democracia, podendo conviver com sua versão esvaziada na constituição do projeto neoliberal" (ibid, p. 04).

ações voltados para as mulheres, ao corte e esvaziamento dos recursos e ao redirecionamento moral e religioso. Em face do avanço do neoconservadorismo no contexto do ultraneoliberalismo, a gestão das políticas foi essencialmente marcada pela corrosão e negação dos direitos das mulheres, de grupos historicamente oprimidos e com referência em um padrão de família patriarcal, nuclear e cisheteronormativa. Essas considerações iniciais foram norteadoras da proposta de estudo.

Dessa forma, tivemos como pressupostos: que na crise estrutural capitalista, a reorganização das relações sociais de classe, sexo e raça é feita pela mediação do Estado; que o Estado capitalista assume necessariamente uma orientação misógina, patriarcal e racista, uma vez que expressa e incide sobre as relações sociais de classe, raça e patriarcais de sexo; que no reforço da família patriarcal e do padrão único de mulher, existe interesse material em jogo, no caso, a apropriação do tempo das mulheres, a regulamentação do modelo de família e o controle dos corpos e reprodução das mulheres; além disso, há um ataque à auto-organização política das mulheres por meio da criminalização das lutas e incitação da violência, inclusive dos homens/companheiros.

Após a eleição de Bolsonaro, revelou-se ainda mais no país a sua face moralizadora, preconceituosa, misógina, autoritária, principalmente daquelas/es que vivenciam as condições de pobreza, com determinantes de classe, sexo/gênero e raça/etnia. Houve, ainda, ampliação do encarceramento de estratos da classe trabalhadora (majoritariamente compostos por jovens negros, pobres e periféricos) e ampliação das abordagens punitivas e manicomiais (por meio do fortalecimento das comunidades terapêuticas de cunho religioso e da lógica hospitalocêntrica).

> Não é por acaso que vivemos sob um ataque aos direitos sociais e à agenda da diversidade humana. Exemplo disso é o grande investimento realizado pelo capital na criação de obstáculos que impedem a seguridade social de verdadeiramente se constituir como política pública e universal e a perseguição ideológica e repressiva a determinados sujeitos que foram constituídos na luta, [...] que atuam sintonizados com os interesses da classe trabalhadora, e que sofrem com a criminalização de suas lideranças e lutas. (SANTOS, 2018, p. 49).

Sobre esse aspecto, reforço que as análises que conduziram esta investigação partiram de uma perspectiva feminista, antirracista, anticapitalista, antiproibicionista e antimanicomial, alicerçadas no método histórico-dialético. Fundamentamo-nos, portanto, em um posicionamento crítico que possibilitou a compreensão do significado

social e das particularidades das políticas para mulheres sob o prisma da condição e dos determinantes de classe, raça/etnia, sexo/gênero e idade/geração, pois o sistema capitalista, cisheteropatriarcal e racista imbrica em seus processos esses elementos.

O desafio da escolha das categorias, o processo de revisão de literatura, o diálogo com as autoras/es e as posições aqui pautadas foram referências para minhas reflexões acerca de um objeto desafiador, considerando a atualidade de um tempo histórico muito recente que, muitas vezes, não nos permite compreender os seus atravessamentos. Exigindo, portanto, ultrapassar o aparente em busca de maiores elementos. Dessa forma, buscamos levantar possíveis contribuições para a discussão sobre as políticas para as mulheres, suas organizações e movimentos, para a reflexão teórica acerca do assunto, e também para o Serviço Social brasileiro, enquanto profissão que se insere na dinâmica das relações sociais da sociedade capitalista.

O início do percurso foi traçado com os estudos das disciplinas, a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social – GOPSS/UERJ[8] e nas orientações. Nessa trajetória reconheço que pude satisfazer algumas dúvidas iniciais expressas no começo da jornada e algumas questões puderam ser trabalhadas no trajeto; e outras perguntas possivelmente ainda serão feitas após este estudo. Isso permitirá novas indagações, outras incursões teóricas, porque o caminho para o conhecimento sobre a história e luta das mulheres é um projeto que não se esgota e que está em constante movimento.

Assim, este estudo procurou analisar como foram implementadas as políticas para as mulheres durante o período de governo de Jair Bolsonaro na Presidência da República, considerando que houve uma mudança significativa no enfoque e nas prioridades dessas políticas em comparação com os governos petistas. Nos últimos anos, desde o golpe, foi adotada uma abordagem político-ideológica neoconservadora, gerando debates e questionamentos sobre os efeitos dessas mudanças nas políticas públicas adotadas para as mulheres, representando um retrocesso nos direitos conquistados ao longo dos anos.

O material intitulado “A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União” publicado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC,2022) contém um levantamento sobre a precarização das políticas sociais nos últimos anos no

[8] O GOPSS foi instituído em 2003, integra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ - FASSO/UERJ. O grupo de pesquisa é registrado no CNPq e vinculado ao Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) da FASSO/UERJ.

Brasil. O estudo afirma que “o ano de 2021 consolidou o processo de desfinanciamento de políticas públicas que, interrompidas ou prejudicadas pela escassez de recursos, fizeram o Brasil retroceder no combate às desigualdades e na preservação dos direitos humanos.”[9] Com essa conclusão, o estudo ainda aponta elementos preocupantes acerca da alocação de recursos para as políticas da promoção da igualde racial, mulheres e povos indígenas no MMFDH:

> [...] A execução financeira da promoção da igualdade racial, medida alocada no ministério da Damares, diminuiu mais de 8 vezes entre 2019 e 2021; os recursos gastos com ações voltadas para as mulheres, também no ministério da Damares, caíram 46% de 2021 para 2020; e, a execução das verbas destinadas ao sistema socioeducativo, que não eram muitas, encolheram 70% entre 2019 e 2021. No caso dos povos indígenas, o dinheiro executado pela Funai, que deveria garantir a proteção territorial e fazer avançar a demarcação de terras, foram utilizados para beneficiar os invasores dessas terras (INESC, 2022, p. 108).

A atuação de Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) deve ser destacada, pois sua figura, carregada de simbolismo político-ideológico, representou um significativo retrocesso nas conquistas históricas dos movimentos de mulheres. Damares incorporou e expressou de forma explícita o desmonte dos direitos anteriormente já assegurados, personificando o retrocesso ao qual essas conquistas foram submetidas durante sua gestão.

Na sua gestão, as políticas de promoção da igualdade racial e dos direitos de LGBTQIA+ foram completamente assoladas e, nas políticas para as mulheres, a criação do Programa “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para todos”, alterou completamente as referências com que vinham sendo tratadas essas políticas até o momento, inserindo uma conotação fundamentalista e conservadora.

É importante ressaltar que partimos da perspectiva de que as ações e medidas adotadas pelo governo refletiram um projeto político que ganhou força com o Golpe sobre a presidenta Dilma, e a radicalidade com a eleição de Bolsonaro, reforçando históricas opressões e diferenças, sem compromissos efetivos em causar impactos na promoção dos direitos e na igualdade entre mulheres e homens no país.

Outrossim, desde o governo Temer foram propostas ações voltadas para a valorização da maternidade, como a intervenção do “Programa Criança Feliz”, que

[9] Para mais informações, consultar <https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc> Acesso em: 20 out. 2024.

visava o acompanhamento de crianças na primeira infância, e já no governo de Bolsonaro a criação do “Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado”, com foco no apoio a mães e gestantes. Esses programas se destacaram como algumas das prioridades, pelo enfoque na família.

A falta de políticas que abordassem de maneira abrangente as diversas necessidades enfrentadas pelas mulheres constitui uma das críticas centrais àquele governo, especialmente considerando a negligência direcionada às mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e da zona rural. Outro aspecto alarmante foi a redução significativa de investimentos nas ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. A descontinuidade de programas e projetos essenciais nessa área agravou ainda mais a situação, evidenciando um retrocesso preocupante na proteção e na promoção dos direitos dessas populações.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as denúncias de violência contra a mulher feitas à Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) aumentaram cerca de 39% no primeiro semestre de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Quanto aos casos de feminicídio, que são assassinatos de mulheres por questões relacionadas ao gênero, os dados também apresentaram um aumento. Ainda de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número aumentou 1,9% no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. De acordo com dados do INESC (2022), o Brasil é o 5º no ranking mundial de feminicídios, e em 2020, registrou uma morte a cada 6 horas e meia. Ainda segundo esse Relatório, o Brasil continua a liderar em violência contra pessoas trans. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP) aponta que os feminicídios passaram de 1.326, em 2019, para 1.727, em 2020, tendo assim um aumento de 30%, sendo as mulheres negras as maiores vítimas, representando 61,8% desse total.

Durante o momento mais grave de casos da pandemia da COVID-19 no país, houve um aumento preocupante nos casos de violência contra as mulheres. O isolamento social imposto pela pandemia pode ter contribuído para um aumento da violência doméstica, já que muitas mulheres ficaram mais expostas quando passaram a conviver com seus agressores dentro de casa quase exclusivamente. As restrições de movimento também podem ter dificultado o acesso das vítimas a serviços de apoio e denúncia.

Considero importante ressaltar que os dados oficiais podem subestimar a realidade da violência contra as mulheres, uma vez que muitos casos não são

denunciados. O medo, a dependência econômica, a falta de acesso a serviços de apoio e o desconhecimento dos direitos são alguns dos fatores que concorreram para a subnotificação. É fundamental destacar também que as informações obtidas pelas denúncias, pesquisas e dados oficiais abrangem apenas uma parte da realidade. A violência contra as mulheres é um problema muito mais complexo e multifacetado, que exige esforço contínuo de políticas públicas consistentes e abrangentes, mudanças estruturais na organização econômico-social.

Certamente essa mudança pressupõe uma discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de representação política e poder. Nesse sentido, embora nós mulheres sejamos mais da metade da população brasileira, a representação feminina na política ainda é baixa, ainda estamos sub-representadas nos cargos políticos. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2020, apenas 33,9% das/os candidatas/os eleitas/os para cargos municipais eram mulheres. Segundo a União Interparlamentar (UIP), em 2021, as mulheres ocupavam apenas 15,1% dos assentos na Câmara dos Deputadas/os, e 16,0% no Senado Federal.

Outro dado importante de desigualdade é a condição no mercado de trabalho. Segundo dados da PNAD/IBGE Contínua, de 2020, as mulheres ainda enfrentavam uma desigualdade salarial significativa em relação aos homens. Ganhavam, em média, apenas 77,7% do rendimento, ocupando a mesma função. Essa diferença salarial ficou conhecida como "*gender pay gap*"[10] ou "desigualdade salarial de gênero". No Relatório Global de Desigualdade de Gênero (*Global Gender Gap Report*), realizado pelo Fórum Econômico Mundial, de 2021, o Brasil ocupava a 89ª posição em um ranking de 156 países em termos de igualdade salarial entre homens e mulheres. Essa diferença também se apresenta quando marcadores do racismo se colocam.

Entre as mulheres, a questão da raça/cor também vai representar condições salariais desiguais[11]. As mulheres negras enfrentam maiores desafios para acessar e permanecer no mercado de trabalho. Elas têm uma taxa de desemprego mais elevada

[10] Termo utilizado para expressar a diferença salarial/disparidade entre homens e mulheres. Usado, muitas vezes, como referência para projetos da ONU e União Europeia.

[11] De acordo com os dados do levantamento “Diferencias salariais por raça e gênero para formados em escolas públicas e privadas” do instituto INSPER, o salário de um homem branco pode ser até 159% maior que de uma mulher negra com o mesmo nível superior completo. Disponível em: <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/e31da392-28e9-40b1-87a5-3b3b56e1daa7/content> Acesso em: 20 out. 2024.

em comparação com as mulheres brancas e são mais afetadas pela informalidade e precarização. Além disso, costumam receber salários mais baixos do que as mulheres brancas, mesmo desempenhando funções semelhantes. Nos trabalhos domésticos, as mulheres que se identificam como negras são a maioria, e também são as meninas negras as maiores vítimas do trabalho infantil doméstico. Segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – (FNPETI, 2019), “o trabalho infantil tem sexo e cor, atingindo, em sua maioria, meninas (85%), negras (70%) e adolescentes de 14 a 17 anos (94% do total) ”. Esses dados reafirmam o racismo estrutural em nosso país e a necessidade de não dissociar as discussões de classe-raça-sexo em sua imbricação.

Do mesmo modo, na dimensão do trabalho reprodutivo, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas não remuneradas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no Brasil em 2019, as mulheres dedicaram, em média, 18,1 horas semanais ao trabalho doméstico, enquanto os homens apenas 10,5 horas. A realidade da maioria das mulheres é de exploração extensiva, intermitente e intensiva de trabalho produtivo e reprodutivo” (ÁVILA, 2010), combinando o trabalho remunerado com as tarefas domésticas e cuidados com a família. Essa carga adicional acaba resultando em cansaço físico e emocional, além de limitar as oportunidades de lazer e desenvolvimento acadêmico-profissional. Com menos tempo e energia disponíveis para investir na carreira, a sobrecarga de trabalho e as responsabilidades domésticas são determinantes para a desigualdade entre homens e mulheres.

Compreendemos que “o capitalismo não é apenas um sistema econômico, e sim algo maior: uma ordem social institucionalizada que abrange relações aparentemente não econômicas e práticas que mantêm a economia oficial. ” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 102). Isso quer dizer que os efeitos predatórios do capitalismo, como a exploração do trabalho e sua expropriação são abrangentes e atingem principalmente as mulheres, tanto pelo seu caráter historicamente discriminatório de acesso ao mercado de trabalho, quanto porque são essas, especialmente as mulheres negras, que têm sentido muito mais fortemente os rebatimentos dos efeitos perversos dessa crise.

A reprodução social é uma condição para a economia capitalista. Ela acontece por normas que geralmente não são propriamente econômicas, muito embora sejam condições para o funcionamento do próprio sistema capitalista. A transferência do

cuidado, por exemplo, tem explicitado o processo de decadência violenta que têm vivenciado as mulheres mais pobres. As mulheres têm vivido na sociedade sob o domínio do capital, a tensão inerente entre produção e reprodução. Entendendo reprodução social como:

> [...] necessidade de os seres humanos se sustentarem por meio de processos que chamamos de produção de pessoas. [...] abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também criar suas crianças, cuidar de suas famílias e manter suas comunidades, tudo isso enquanto perseguem esperanças para o futuro (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 106).

A maximização dos ganhos do capitalismo sobre as mulheres acontece através da produção e reprodução social, na perspectiva do trabalho reprodutivo “livre”, haja vista que a responsabilidade do cuidado com as pessoas, como temos conhecimento, incide sobre as mulheres. Assim, uma trabalhadora além de executar atividades de produção enquanto assalariada, também tem a responsabilidade da reprodução para si e sua família. Essa é mais uma peculiaridade que o capitalismo quer encobrir.

A contradição inerente ao capitalismo se expressa na dependência do trabalho reprodutivo para sua manutenção, ao mesmo tempo em que o sistema empurra esse trabalho aos seus limites, uma pressão vivida diariamente de forma intensa pelas mulheres da classe trabalhadora. A sobrecarga cresce à medida que elas são forçadas a dividir-se entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, enfrentando uma falta crescente de tempo.

Quanto mais pobres, especialmente no caso de mulheres negras, mais violentamente penalizadas pelo Estado, na medida em que não oferece políticas que atendam às suas demandas como mulheres, mães e trabalhadoras. Contudo, é evidente que essa omissão do Estado não é falha, mas uma ação deliberada em benefício dos interesses do capital, demonstrando que ele cumpre perfeitamente seu papel dentro da lógica capitalista, afinal é interesse do capital e dos homens como grupo social beneficiado pelo cuidado realizado pelas mulheres no interior das famílias.

A tensão entre a luta dos movimentos feministas e de mulheres e o Estado, exercendo sua “função de integrar as classes dominadas” (MANDEL, 1985, p. 334), na especificidade das políticas para as mulheres, demanda capacidade de ação de uma estrutura cuja natureza é primordialmente de articulação de propostas, de

elaboração e proposição de diretrizes nas diversas áreas do governo e de implementação de projetos e programas.

Desde que foi criada, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) tem sido o órgão responsável mais diretamente pelas ações voltadas para as mulheres. No organograma do MMFDH no governo Bolsonaro, continuou tendo essa atribuição, ainda que tenha alterado o direcionamento ideopolítico dos projetos e das ações desenvolvidas. Uma condição é comum: a existência das ações tem dependido da vontade política do governo e, sobretudo, de orçamento público, haja vista que mesmo nos governos petistas, ainda que a direção política fosse diferente, o orçamento das políticas para as mulheres já era diminuto. No entanto, o funcionamento do organismo e suas condições de execução no Governo de Bolsonaro, evidentemente, foram catastróficas.

Caroline Moser (1998), mesmo dentro dos limites de suas análises, destacou que a inclusão de uma perspectiva de gênero no processo de formulação e planejamento de políticas públicas tem sido esporádica e superficial. A autora enfatizou a necessidade de explicitar três etapas fundamentais na elaboração dessas políticas: a formulação da política; o planejamento detalhado das ações; e a organização estrutural para a implementação, que exige um gerenciamento cuidadoso da atividade administrativa e a organização para a implementação que exige o detalhamento da ação administrativa.

Embora essa sequência possa parecer simplista, é precisamente a coerência entre esses elementos que permite a criação de uma dinâmica eficaz dentro da administração pública. Isso se torna especialmente relevante nos órgãos responsáveis por políticas para as mulheres, que, em grande parte, carecem de legitimidade e força institucional dentro do aparelho estatal. Além disso, essas instâncias enfrentam uma disjuntiva importante: é necessário demonstrar eficiência e resultados, mas sua capacidade de atuação está condicionada à articulação e ao apoio de outras estruturas dentro do Estado.

O sucesso da ação depende, por isso, de um esforço importante na articulação política, e como menciona Virgínia Guzmán, em geral, há total “ausência de mecanismos imperativos que deem um caráter de obrigatoriedade à coordenação e aos acordos que dela derivam” (2000, p. 81). Esta foi uma das razões que me motivaram ao desenvolvimento deste estudo. Mesmo considerando a existência de

um organismo nacional que teve a responsabilidade de desenvolver políticas voltadas para as mulheres, impunha-se necessário avaliar como, de fato, se efetivou a execução dessas políticas dentro do conjunto das ações/projetos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e identificar as perspectivas ideopolíticas que elas assumiram dentro do contexto de neoconservadorismo, ultraneoliberalismo e do neofascismo assumidos pelo governo bolsonarista.

Essas reflexões emergiram da minha trajetória pessoal, da militância feminista e das experiências profissionais e acadêmicas. A proposta de um estudo “engajado” partiu do reconhecimento de que, como mulher, não deixo de tratar de elementos que me afetam diretamente. Essa perspectiva levou-me a entender que pesquisas e estudos acerca do desenvolvimento das políticas voltadas especificamente para as mulheres trazem informações relevantes acerca da posição que os governos assumem no enfrentamento às opressões e desigualdades históricas entre mulheres e homens na sociedade. Isso é particularmente relevante no contexto atual, que foi marcado recentemente por mudanças no ordenamento da estrutura institucional e orçamentário do Ministério responsável pela formulação, planejamento e execução de parte dessas políticas, além da coordenação das ações realizadas por outros órgãos governamentais.

Em uma análise preliminar, considerei que existia uma relação entre o neoconservadorismo e o neofascismo na efetivação do desmonte das políticas para as mulheres do governo Bolsonaro no contexto do ultraneoliberalismo. Essa reflexão guiou meu movimento de pesquisa, balizado em uma perspectiva teórico-crítica e fundamentando, assim, os caminhos teóricos e metodológicos desta investigação.

Nossa perspectiva é de que este estudo colabore com as análises sobre a temática e possa somar-se às muitas contribuições que vêm sendo dadas por diversas autoras/autores citadas/os no trabalho através das produções em livros, revistas, periódicos, artigos, anais, páginas na web, eventos científicos e de organização política.

Com o objetivo de encontrar respostas para as questões que orientaram esta pesquisa, considerei fundamental destacar alguns dos principais direcionamentos que estruturaram o processo investigativo. O primeiro é a demarcação da perspectiva teórica e direção social deste trabalho. A abordagem parte da compreensão da complexidade das múltiplas determinações presentes nos processos sociais,

priorizando, assim, uma perspectiva histórica para sua análise. A opção por essa concepção fundamenta-se no entendimento de que:

> [...] um fenômeno social é um fato histórico [à medida que] é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, ser ao mesmo tempo produtor e produto, conquistar o próprio significado e ao mesmo tempo conferir sentido a algo mais [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 40).

O real exige permanentes aproximações e análises. A pesquisa, portanto, se configura, como uma estratégia importante nesse processo de desvelamento. Sendo contraditória, dinâmica e com alterações permanentes, a realidade vai exigir:

> [...] o processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental. Para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. A pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimento que são procedimentais [...]. (GUERRA, 2009, p.707 – 708).

Nesse sentido, é necessário reafirmar a importância do rigor metodológico e do caráter ético[12] no desvendamento dos elementos contidos na realidade para melhor compreensão da produção e reprodução da sociedade capitalista. A pesquisa corrobora para captação das relações subjacentes à sociedade de classes, às condições de trabalho, à luta de classes e todas as relações sociais a elas associadas.

> Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica. (IBIDEM, p.715)

Para isso, acredito ser necessário apreender o sentido histórico das categorias propostas no estudo, a fim de possibilitar reflexões críticas que deem conta da complexidade da temática para além da aparência do fenômeno. Como pontua Netto (2009, p. 674), a partir da sua leitura do método em Marx:

> [...] indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível

[12] Importante destacar o debate sobre a dimensão ética na pesquisa: quais as dimensões da integridade da pesquisa, ou seja, para além da relevância científica, e qual a relevância social do estudo. Ademais, é importante salientar que me referencio nos documentos que normatizam a ética na pesquisa, as Resoluções: CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012; e nº 510, de 07 de abril de 2016. (BRASIL, 1996, 2012, 2016).

> da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é, capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

O autor também assinala que o objeto da pesquisa possui objetividade, não dependendo do/a pesquisador/a para existir (NETTO, 2009). Este último precisa ir além da aparência que o objeto demonstra, iniciando o processo de conhecimento, para assim adentrar na essência dele. De acordo com Netto (idem), para Marx o método de pesquisa exprime a postura que o/a pesquisador/a terá com o objeto a ser pesquisado. Esse método também proporciona apreender que as categorias analisadas numa pesquisa não são eternas, nem naturais, são historicamente determinadas e se expressam diferentemente nas variadas e distintas formas de organização da produção.

No esforço de pautar as conexões dialéticas entre as particularidades e a totalidade social, é necessário delimitar a natureza da pesquisa, o tipo de pesquisa, os instrumentos e técnicas de coleta de dados e o processo de análise e interpretação dos dados. Esses elementos não são o método propriamente dito, uma vez que podem ser utilizados por diferentes concepções teóricas e metodológicas. Dessa forma, vale ressaltar que os “instrumentos são meios de que se vale a/o pesquisador/a para ‘apoderar-se da matéria’, mas não devem ser identificados com o método” (NETTO, 2009, p. 675). Para os caminhos metodológicos optei por uma abordagem de análise qualitativa, pois ela

> [...] trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. [...]. Adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Na abordagem qualitativa os eventos são analisados sob uma percepção histórica de que a realidade é reconstruída socialmente no nível do pensamento, numa permanente interação entre os dados objetivos, subjetivos e as/os sujeitos da pesquisa: “As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados”, afirmam Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 163).

Na realização deste estudo utilizamos pesquisa bibliográfica e documental. Para Gil (1999, p. 50), pesquisas documental e bibliográfica assemelham-se, porém diferenciam-se quanto à natureza de suas fontes:

> A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

A pesquisa bibliográfica proporciona elementos para definir, resolver e explorar novas áreas em que os problemas não se cristalizaram suficientemente e objetiva permitir ao pesquisador/a o reforço paralelo na análise de suas pesquisas; ela não é mera repetição do que já foi escrito, mas propicia o exame de uma temática sob uma nova abordagem e com conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2008).

No decorrer do doutorado, fizemos a revisão e a sistematização da literatura para aprofundar alguns conceitos que balizaram este estudo. Dessa forma, os conceitos, “crise estrutural”, “capitalismo dependente”, “Estado”, “fundo público”, “reprodução social”, “ultraneoliberalismo”, “neofascismo”, “neoconservadorismo”, “patriarcado”, “relações patriarcais de sexo”, “políticas públicas”, “família” e “feminismo”, racismo estrutural”, dentre outros foram analisados e articulados entre si e ao objeto de estudo.

A fim de subsidiar a pesquisa, fizemos pesquisa documental: “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.176). À medida que o levantamento dos documentos foi sendo realizado, fomos organizando o material para análise de forma a possibilitar melhor aproximação das diretrizes e ações das políticas voltadas para as mulheres e da condição orçamentária para sua viabilização.

Nosso intuito era também decifrar de que forma aconteceu a organização, o planejamento e a proposição das diretrizes e ações, sem perder de vista a execução orçamentária e os recursos destinados pelo governo para essa política. Para isso, além dos documentos sobre os projetos desenvolvidos pela SPM/MMFDH e do Relatório Final da Equipe de Transição Governamental (2022)[13], foram analisados:

[13] No processo de transição de governo, como é previsto, foram constituídos grupos temáticos para elaboração do Relatório do Gabinete de Transição Governamental, publicado em dezembro de 2022. Sob a coordenação do Vice-presidente Geraldo Alckmin, foram constituídos 31 grupos temáticos para elaboração de relatórios sobre a situação do funcionamento dos órgãos e preparar atos e proposituras para o novo governo. A síntese dos grupos foi publicada no Relatório Final Gabinete de

Relatórios de gestão, Planos Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e dados do Siga Brasil do período 2019 a 2022. De acordo com Salvador (2012, p.124), a efetivação do conjunto desses documentos é:

> [...] que garante concretude a ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo. O fundo público deve assegurar recursos suficientes para o financiamento das políticas sociais. Contudo, não basta à análise de como os recursos são alocados, uma questão fundamental é como as políticas sociais são financiadas [...].

Ainda na pesquisa documental, realizei levantamento de dados em institutos, organizações, portais como IBGE, IPEA, INESC, dentre outras instituições com experiência e confiabilidade, para obtenção de maiores informações, estudos e estatísticas sobre a condição das mulheres no país. Como fonte de dados importante, realizei também estudo nos documentos do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA[14], que tem reconhecido trabalho de pesquisa sobre o orçamento para as mulheres no país.

Concomitantemente, fiz o mapeamento das ações desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a fim de identificar outras ações executadas que tivessem contemplado as mulheres, além daquelas desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres-SPM. Para isso, busquei informações nos relatórios de gestão do Ministério de forma a identificar a inserção da pauta relativa às mulheres noutras secretarias.

Utilizamos ferramentas estatísticas para analisar a redução dos recursos direcionados às políticas voltadas para as mulheres. A investigação se deu a partir da qualificação das funções orçamentárias relacionadas ao financiamento dos projetos e ações da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - MMFDH e do acompanhamento das movimentações da subfunção “Direitos da cidadania - direitos individuais, coletivos e difusos associadas” no Ministério em geral. Além disso, foram examinados os mecanismos de ajuste fiscal aplicados no âmbito do

---

Transição, disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

[14] O CFEMEA é uma Organização Sem Fins-lucrativos que se dedica à pesquisa e monitoramento do orçamento e financiamento das políticas para as mulheres no Brasil desde de 1989. Divulga o material por meio de boletins, publicações disponíveis no sitio: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/> Acesso em: 20 jun. 2024.

orçamento público federal, evidenciando os efeitos dessas medidas sobre essas políticas.

Dessa maneira, foram coletados dois conjuntos de informações: o primeiro, identificado como primário, sem nenhum tipo de tratamento aplicado pela fonte original, e o segundo composto por dados secundários, previamente processados pelas fontes de onde foram retirados. As informações primárias foram extraídas por meio de uma pesquisa realizada no SIGA BRASIL, uma das principais plataformas de acesso ao Orçamento Público Federal, com atenção especial ao painel especialista e às emendas parlamentares.

Os dados secundários foram coletados por meio de pesquisa documental realizada em relatórios de análise das políticas para as mulheres do período,[15] como por exemplo no Relatório do GT Mulheres de Transição (2022) e nos Relatórios do INESC sobre o orçamento, em especial das políticas para as mulheres. Também utilizamos como base o Relatório resumido da execução orçamentária da união de documentos que tratam do assunto, incluindo documentos produzidos pela Auditoria Cidadã da Dívida.

É importante sublinhar os critérios metodológicos empregados tanto na coleta quanto na análise dos dados primários, que foram essenciais para desenvolver uma melhor avaliação da execução orçamentária. A coleta dos dados no sistema SIGA BRASIL foi realizada com base nos anos fiscais já encerrados, utilizando as métricas de valores autorizados e efetivamente pagos, refletindo algumas etapas do ciclo orçamentário. Esse processo compreende a fase de empenho, em que o governo formalizou seu compromisso em executar a despesa e a fase de pagamento efetivo, incluindo os restos a pagar. Aplicou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para deflacionar os dados, garantindo a equivalência dos valores nominais do período de 2019 a 2022 em relação ao poder de compra vigente em 2024, momento da coleta e análise dos dados.

A coleta dos dados referentes às Emendas Parlamentares[16] foi realizada

[15] Para efeito de comparação, utilizamos Relatórios dos mandatos da presidenta Dilma Rousseff e de Michel Temer como forma de aferir o processo de desmonte.

[16] As emendas parlamentares no período do governo Bolsonaro desempenharam um papel crucial na dinâmica orçamentária, especialmente no tocante às políticas para mulheres do MMFDH onde se consolidaram como maior aporte financeiro. As emendas apresentam contradições significativas, especialmente considerando o contexto de desmonte de políticas públicas daquele governo. Embora se apresentem como um mecanismo de descentralização, o governo Bolsonaro fortaleceu um modelo de barganha política, especialmente por meio do "orçamento secreto". Isso limitou a transparência e

considerando as métricas de ano de apresentação e ano de pagamento, o que possibilitou identificar com maior detalhe o pagamento do exercício fiscal correspondente às emendas apresentadas no mesmo período de referência.

Essa abordagem permitiu analisar a movimentação de recursos nos anos de 2019 - 2022, em comparação com os valores destinados à Unidade Orçamentária específica em foco. Além disso, foi possível verificar como a liberação dessas emendas funcionou como um complemento de financiamento diante do desmonte orçamentário da SNPM, evidenciando também o direcionamento ideopolítico na alocação de recursos para alguns projetos.

Com base nesses dados, foram desenvolvidos gráficos personalizadas, elaborados para ilustrar o quadro de desmantelo da Unidade Orçamentária nas ações referente às mulheres. A análise incluiu comparações entre os últimos anos do governo Dilma Rousseff e o comportamento orçamentário das referidas unidades orçamentária/função/subfunção e desses mecanismos de ajuste. Além disso, deu-se ênfase à comparação entre os gastos autorizados para as políticas para as mulheres e os valores destinados através das emendas parlamentares, permitindo uma melhor compreensão da distribuição e alocação dos recursos no período do governo analisado.

A intenção foi explicitar os aspectos que culminaram no desmonte das políticas voltadas para as mulheres, considerando o desfinanciamento de ações e o construto político-ideológico que direcionou a implementação das políticas desenvolvidas pela SNPM/MMFDH, em um reforço do perfil da família patriarcal e um padrão de mulher único, nos anos do governo Bolsonaro.

De forma a aprofundar a análise sobre a dimensão das diretrizes político-ideológicas, efetivei um levantamento em conteúdos públicos sobre o MMFDH no que se refere às políticas para as mulheres e também sobre a ministra Damares durante o período em que permaneceu no governo. Esse conteúdo foi apanhado em materiais

---

ampliou a centralização do controle orçamentário em torno de aliados estratégicos, dificultando a aplicação eficiente de recursos em políticas para mulheres. Muitas vezes, as emendas direcionadas para projetos locais ignoraram demandas estruturais da política, privilegiando ações pontuais e sem articulação com o Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. Além disso, a falta de transparência e o obscurantismo dos critérios de aprovação e execução das emendas tornou difícil avaliar o impacto efetivo. Isso dificultou o acompanhamento da aplicação de recursos. Mais sobre o assunto, pesquisar em Silva *et al* (2023), Gasto público com as emendas parlamentares no governo Bolsonaro (2019 – 2022).

da imprensa como sites, jornais, revistas etc., pois “Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado de fonte e reflexão teórica ” (CAPELATO, 1988, p. 23).

O estudo sobre esse material buscou ultrapassar a mera descrição exaustiva das informações da fonte (dados formais da matéria) ou análises superficiais. Foi essencial um trabalho de problematização e isso pressupõe que a/o pesquisador/a “[...] se coloque diante do fato, sempre interrogando o fato sobre todos os aspectos, sobre todas as perspectivas” (IANNI, 2011, p. 397).

O percurso metodológico deste estudo, seu método, instrumentos, técnicas, coletas e análise dos dados exigiram sucessivas aproximações com o real em um esforço de apresentar uma síntese desse percurso de idas e voltas. Porque processo de pesquisa é:

> [...] busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente, disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento de uma área ou em problemática específica. (CHIZZOTTI, 2010, p. 19).

Nesse movimento, compreendemos que enquanto pesquisadora não assumimos um lugar passivo, contemplativo ou de hipotética neutralidade diante dos fenômenos. Concordamos com Baptista (1999) de que o processo de construção do conhecimento através da investigação acontece a partir das observações, interpretações dos fenômenos e reflexões sobre a realidade, adensados permanentemente por uma perspectiva crítica. Nesse processo existe uma pesquisadora que consigo carrega memórias, construções elaboradas, teorias apreendidas e refletidas, experiências e representações que se vinculam com o objeto estudado. A partir da abordagem histórico-crítica foi possibilitado conexões mútuas entre pesquisadora, sujeitos/objeto e realidade.

Considero que a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social – GOPSS/UERJ foi fundamental para as análises elaboradas neste estudo. Entendo que grupos de pesquisa, para além de ambiente de investigação e produção de conhecimento, são essencialmente espaços didático-pedagógicos. A “captura do espaço e do tempo” (DARDOT E LAVAL, 2016)[17] na

[17] Dardot e Laval, na obra “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal” (2016), apontam importantes elementos sobre a nova racionalidade humana e como nossas relações e

atualidade cada vez mais reduz o tempo dedicado ao adensamento dos conhecimentos. Na mesma medida que temos acesso a muitas informações, o seu aprofundamento muitas vezes não acontece. Receber a informação não tem significado a mesma coisa que estar bem-informada/o, e compreendendo os acontecimentos.

Por isso, GOPSS tem sido um importante espaço de amadurecimento, de trocas de olhares e de desocultamento das contradições que se apresentam no tempo presente. Além das condições teóricas e operacionais para a compreensão mais aprofundada acerca do Fundo Público. Nos tempos recentes de inúmeros retrocessos, de neoconservadorismo, de negacionismo científico em que desenvolvi meu estudo, mais do que nunca o grupo de pesquisa foi e continua sendo essencial para potencializar processos coletivos e individuais de aprendizagem, trocas de saberes, solidariedade, afetos e construção conjunta.

Esse caminho percorrido no processo de construção do conhecimento foi desafiador e tenho certeza que erguerá possibilidades para novos questionamentos e descobertas, sobretudo após a mudança de governo e a atual composição organizacional da estrutura de políticas para as mulheres no governo federal[18]. Diante dessa nova conjuntura, e pela mediação do acesso mais facilitado ao Ministério das Mulheres, foi possível realizar aproximações de documentos e informações institucionais sobre a realidade encontrada pela atual gestão ainda no processo de transição.

A partir dessas referências, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos. No primeiro, intitulado “A crise estrutural do capital: particularidades da realidade brasileira e os impactos sobre as mulheres”, abordamos a crise estrutural do capital, suas particularidades na realidade brasileira e seus impactos sobre a vida das mulheres. Nossa análise partiu da compreensão da crise do capitalismo como um fenômeno que vai além dos ciclos econômicos, abrangendo também aspectos sociais, políticos e ambientais. Dessa forma, examinamos como a acumulação de capital e a precarização do trabalho agravaram a violência e a insegurança econômica para as

organização do tempo têm sido incorporadas pelo modo de produção capitalista no seu atual estágio neoliberal.

[18]A eleição de Luís Inácio Lula da Silva trouxe um novo ordenamento para a estrutura do governo federal. A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, voltou a ter status de Ministério, como nos governos petistas anteriores.

mulheres. Fizemos algumas análises sobre a inserção subordinada do Brasil na economia mundial e a discussão das especificidades do capitalismo dependente na América Latina. Concluímos o capítulo trazendo distintivos do Brasil contemporâneo, expondo elementos de que o Estado brasileiro, longe de mitigar as desigualdades, frequentemente as perpetua, reforçando as relações de opressão e a violência estrutural que caracterizam a vida das mulheres no país.

No segundo capítulo, o título adotado foi “Ultraneoliberalismo, neofascismo e neoconservadorismo no Brasil recente: a misoginia como marca do governo Bolsonaro”. Trazemos elementos acerca da profunda crise política e econômica que o Brasil mergulhou no final do governo de Dilma Rousseff, abrindo caminho para uma agenda ultraneoliberal e autoritária, inicialmente conduzida pelo governo de Michel Temer e posteriormente intensificada sob a liderança, agora neofascista, de Bolsonaro. Demarcamos que a transição de Temer para Bolsonaro representou não apenas uma continuidade, mas uma radicalização do projeto ultraneoliberal. Lembramos que Bolsonaro, ao consolidar sua base de apoio entre setores neofascistas e neoconservadores, utilizou a misoginia como um pilar central de sua retórica política, legitimando a violência contra mulheres e reforçando estereótipos de gênero. Discorremos também sobre como o neofascismo brasileiro encontrou no governo Bolsonaro uma expressão institucional que ameaça os avanços democráticos e de direitos conquistados ao longo das últimas décadas, e como ao mesmo tempo o neoconservadorismo se tornou um instrumento de poder, unindo interesses econômicos e religiosos em uma agenda e age contra as conquistas feministas e de outros grupos sociais. No capítulo nos propomos a analisar também como essas forças se articularam para moldar a política brasileira contemporânea.

No terceiro e último capítulo, denominado “O desmonte das políticas para as mulheres no Governo Bolsonaro”, o texto está dividido em três partes. Na primeira parte discutimos os retrocessos provocados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) sob a liderança de Damares Alves, inclusive com ênfase sobre seu perfil. Na segunda parte abordamos os impactos do projeto bolsonarista sobre o orçamento, em especial sobre as políticas para as mulheres, como a diminuição dos orçamentos para iniciativas de apoio às mulheres, a centralização na "família patriarcal" como eixo das políticas públicas, e o desmonte de programas e ações de proteção à vida das mulheres. Na última parte exploramos a resistência das

mulheres ao governo Bolsonaro, destacando o movimento #EleNão e a campanha #ForaBolsonaro.

Por fim, o último tópico desse material foi reservado para considerações finais, momento em que fazemos algumas reflexões sintéticas sobre o estudo. Prevenimos antecipadamente que, mais do que respostas acabadas, encontramos inquietações, dúvidas e indagações. Partimos da compreensão de que o movimento do real não se esgotará em uma pesquisa. Assim, frente às observações expostas e sem nenhuma pretensão de apontar respostas definitivas, nosso intuito foi provocar outros questionamentos que possam desencadear novos estudos e pesquisas, demarcando a inquietude que o tempo histórico requer.

Acredito que os movimentos dos acontecimentos devem ser considerados e o estudo agora sistematizado também é resultante de muitos processos pessoais e profissionais que atravessaram essa elaboração. É preciso dizer que a orientação atenta e cuidadosa foi essencial neste percurso, uma vez que permitiu refletir sobre o contexto sócio-político, suas contradições e os enfrentamentos necessários à cruel realidade estudada com o equilíbrio possível, de forma a não tornar a experiência adoecedora.

Enfim, esse processo não se desenvolveu sem desconforto, foi difícil adentrar nessa “página infeliz da nossa história”. Mas é importante dizer que encontrar também as resistências, as lutas, a solidariedade e o afeto foi imprescindível, afinal, “se tudo é perigoso, solta o ar, escuta a maré, a lua, o rádio, a previsão. Por nós, só nós, e o mundo inteiro pra gritar. ”[19]

[19] Trecho da Música “Língua solta”, interpretada por Elza Soares, de autoria de Rômulo Fróes e Alice Coutinho.

1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: PARTICULARIDADES DA REALIDADE BRASILEIRA E OS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES

“Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala
O meu país é meu lugar de fala.”
(O que se cala)
Intérprete: Elza Soares
Letra: Germano Douglas

Neste capítulo, nos propomos a abordar a crise estrutural do capital, enfatizando suas particularidades na realidade brasileira e seus impactos sobre a vida das mulheres. O sistema capitalista, através das suas dinâmicas de opressão classe-raça-gênero, exacerba as desigualdades, perpetuando uma realidade de exploração e abuso que atinge de forma particularmente aguda as mulheres no Brasil.

Nossa análise parte da compreensão da crise do capital como um fenômeno que vai além dos ciclos econômicos, abrangendo também aspectos sociais, políticos e ambientais. Nesse contexto, examinamos como a acumulação de capital e a precarização do trabalho, intensificadas pelas políticas ultraneoliberais adotadas no Brasil nos últimos anos, agravaram a violência e a insegurança econômica para as mulheres, em especial para aquelas pertencentes às classes trabalhadoras.

Faremos algumas análises sobre a inserção subordinada do Brasil na economia mundial, que reflete e reforça as desigualdades internas, impondo uma carga desproporcional sobre as mulheres. Além disso, temos a intenção de discutir as especificidades do capitalismo dependente na América Latina, com foco nas suas manifestações mais recentes no Brasil.

Concluímos este capítulo trazendo particularidades do Brasil contemporâneo, apresentando elementos de que o Estado brasileiro, longe de mitigar as desigualdades, na medida em que representa os interesses do grande capital e das classes burguesas, frequentemente as perpetua, reforçando as relações de opressão e a violência estrutural que caracterizam a vida das mulheres país.

1.1 **A crise estrutural do capital e os rebatimentos na vida das mulheres**

O discurso e as práticas violentas associadas ao machismo, ao patriarcado e à misoginia no Brasil e no mundo assumiram, principalmente nos últimos anos, proporções alarmantes e complexas que merecem profundas reflexões tanto do movimento de organização da sociedade, quanto da sua composição institucional. É necessário refletir como esses elementos se expressam nas relações sociais, práticas políticas e ações governamentais articuladas à dinâmica da acumulação capitalista contemporânea, pois, como nos remete Ávila (2012, p. 32), “os sistemas capitalistas e patriarcal não são exatamente dois sistemas separados: eles coexistem”.

A crise estrutural do capital é inerente ao modo de produção capitalista e resultante das suas contradições fundamentais dentro das relações de produção. Não se limita à crise dos ciclos econômicos, abrange também aspectos sociais, políticos e ambientais. Nesse sentido, a crise demarca “o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza” (MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

O capitalismo é construído sob os pilares do patriarcado e do racismo, em uma interseção de relações de opressão e exploração sem as quais o capitalismo não teria prosperado. Como analisou Saffioti (2004), há um nó que consubstancia, um novelo entre capitalismo-racismo-patriarcado. Portanto, quando discutimos a crise estrutural do capital, também estamos abordando a crise dessas relações entrelaçadas, que constituem a sua forma moderna e característica na sociedade burguesa. (FEDERICI, 2017).

É sabido que na economia capitalista ocorre a conversão do dinheiro em capital, a extração do excedente de trabalho, a exploração da força de trabalho e a obtenção da mais-valia resultante. Esse é o processo de acumulação de capital. No entanto, essa dinâmica só é viável em um ambiente favorável, cujas raízes históricas antecedem o surgimento do capitalismo. Por isso, analisá-lo é importante para a compreensão das relações sociais e da estrutura hierárquica de classes a ela subjacente.

Para compreender a formação das classes no capitalismo, pressupõe-se uma acumulação de riquezas prévia para uma minoria e uma ausência de recursos precedentes para a maioria. Conjectura-se, portanto, movimentos anteriores ao modo capitalista de produção, que dele não decorrem, e por essa razão se fala em uma

acumulação primitiva, que “desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia” (MARX, 2009, p. 827).

Desconsidero, ainda com base em Marx (2009), a premissa de que no passado, uma elite produtiva e econômica poupou riquezas, enquanto uma massa de “vadios e pródigos” teria desperdiçado suas oportunidades. O teórico percebe que “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia a/o trabalhador/a dos meios de produção”, e que “é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (IDEM, p. 828).

Essa dissociação se deu pela violência. Expulsas/os de suas terras, as/os camponesas/es passaram a compor o processo mercantil. Ao buscar sobrevivência no meio urbano, amargaram condições de miséria e se tornaram os sujeitos que compunham as fileiras do exército industrial na Europa.

Ao mesmo tempo, adentrava no circuito o capital dinheiro, legatário de formas anteriores do capital[20], aproveitando-se da decomposição dos séquitos feudais e da perda do controle das manufaturas pelas corporações. Ressalta-se que foi decisiva a participação do Estado, por meio do rebaixamento dos salários e extensão das jornadas de trabalho compulsoriamente, com legislações cruéis, além de ter agenciado a expropriação colonial de inúmeras populações fora da Europa[21].

Capital é o valor que se aquilata no processo de produção capitalista e que tem na compra e venda da força de trabalho sua principal mercadoria. Essa mercadoria específica se diferencia das demais por ser a única capaz de produzir valor. No contrato de trabalho, ao adquirir o direito de apropriação do que o trabalhador produz de excedente na sua jornada, a mais-valia, o capitalista gasta apenas o necessário para repor essa força de trabalho por meio do salário. A mais-valia é a fonte primária da receita capitalista, enfatizando que, embora nasça na produção, só se realiza na esfera da circulação.

Portanto, é no alicerce da relação social do capital, ou mesmo do processo a que chamamos de capitalismo, que encontramos a compra e venda da força de

[20] “A Idade Média fornecera duas formas de capital que amadurecem nas mais diferentes formações econômico-sociais e foram as que emergiram como capital antes de despontar a era capitalista, a saber, o capital usurário e o capital mercantil.” (MARX, 2009, p. 863).

[21] “As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravidão das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação capitalista” (IDEM, p. 864).

trabalho. Essa operação depende, de um lado, da concentração de bens nas mãos de uma classe e, do outro, da existência de uma classe que só tem sua força de trabalho para vender[22].

Noutros termos, para a relação de compra e venda da força de trabalho se realizar é necessário um contexto em que significativa parcela da população se veja obrigada a trabalhar, em troca do salário, para quem detém os meios de produção. E é assim que dinheiro e meios de produção assumem a forma social de capital.

As imposições da sociabilidade capitalista se manifestaram em todas as esferas da vida humana. Isso nos remete a fazer um resgate desde o momento que camponesas/es tiveram suas terras expropriadas e a posse da terra passou a se concentrar nas mãos de grandes proprietários. Tal processo impositivo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura.

> Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos violentamente da sua terra, alijados dos seus meios de produção e de reprodução sociais, eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades em péssimas condições de vida. Haviam se tornado mercadorias para a manufatura a partir dos processos históricos chamados de acumulação primitiva, e passaram a ser consumidos dentro e fora do processo de produção fabril (MARX, 2003). A natureza havia sido reduzida à terra privatizada, o homem à mercadoria "força de trabalho". (CASTELO, 2010, p. 87).

Nesses termos se organiza uma estrutura social em que "a natureza havia sido reduzida à terra privatizada, o homem à mercadoria "força de trabalho". (CASTELO, 2010, p. 87). A pobreza acentuada e generalizada em que as/os trabalhadoras/es foram submetidas/os tratava-se do pauperismo. Sua designação como "questão social" foi desdobramento dos eventos sociopolíticos ocorridos na primeira metade do século XIX (NETTO, 2011a).

Constituiu-se naquele momento a consolidação da burguesia enquanto classe dominante política e econômica e, paulatinamente, a inconformidade da classe

[22] No capitalismo, a classe trabalhadora é considerada uma classe "livre" para participar do processo produtivo por vontade própria, e não pela coerção política e direta característica, por exemplo, do trabalho servil e da escravatura. No entanto, consideramos que se trata de uma coerção econômica diante do estado de necessidade, acobertada por um contrato celebrado entre dois indivíduos formalmente livres e iguais, ambos proprietários de mercadorias. Resulta em uma inovação na esfera mercantil, antes pautada apenas pela troca simples: "O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado". (MARX, 2012, p. 206).

trabalhadora diante da miséria absoluta e da exploração. Inúmeros protestos sociais e organizações da classe trabalhadora emergiram das mais diversas formas como o luddismo, as *trade unions*[23] e *Primavera dos Povos,* explicitando politicamente a contradição capital e trabalho.

O movimento operário inglês a partir das suas "[...] manifestações e comícios exigiam pão e menos horas de trabalho. Junto com essas manifestações imediatas, os trabalhadores também exigiam o direito à liberdade de se reunirem e criar suas associações" (Giannoti, 2007, p. 30). Inclusive, novas formas de protesto tiveram início exigindo medidas das classes dominantes. Ou seja,

> [...] somente quando os trabalhadores se organizaram como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades do proletariado enquanto classe, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais. (MOTA, 2010, p. 25).

Naquele momento, na recente sociedade industrial, a questão social era evidente em todos os processos. Quanto mais a produção se tornava coletiva e capaz de atender racionalmente às necessidades sociais, mais privadas eram as formas de apropriação. Para as/os trabalhadoras/es, restava apenas uma propriedade: sua força de trabalho, cujo valor era constantemente reduzido, tornando impossível sua própria subsistência e a de suas famílias. A reprodução da sociedade ocorria cada vez mais em condições desiguais, e as cidades se transformavam em bolsões da miséria.

A visibilidade política da questão social de fato eclodiu com a *Primavera dos Povos*, em 1848, com as lutas revolucionárias da classe trabalhadora europeia, ocasião em que ocorre a denúncia explícita das condições de pobreza e miséria as

[23] Nas primeiras décadas do século XIX na Inglaterra, a partir da "revolução industrial", houve a transformação da produção manufatureira em uma produção industrializada, a partir da inserção das máquinas no processo produtivo. Essa mudança repercutiu na vida dos trabalhadores com péssimas condições de vida e trabalho e pela falta de emprego. Os trabalhadores associaram as suas péssimas condições às máquinas, assim o movimento luddista, em referência ao líder Jonh Ludd, se deu pela destruição das máquinas e, em alguns casos pela violência aos seus donos. Essas manifestações se espalharam pela Europa, assim o luddismo teve fim com a aprovação de uma Lei que caracterizava a destruição de máquinas pelo homem como crime capital, punido com pena de morte. Em 1825 foi criada em Manchester a União dos Fiadores de Algodão. O nome inglês *trade union* significava exatamente sindicato, assim, a *union* de Manchester foi o primeiro sindicato estruturado de que se tem notícia e essa forma de organização logo se expandiu na Inglaterra e para outros países europeus. As reivindicações dos operários ingleses se ampliaram para além da redução da jornada de trabalho e de melhores salários, passando a exigir também o direito ao voto universal e a outros direitos, como a escola gratuita para todos. Essa movimentação ficou conhecida como Movimento Cartista, pois os trabalhadores reivindicavam uma Carta Constitucional que garantisse direitos no trabalho e em outros aspectos da vida dos trabalhadores (GIANNOTTI, 2007).

quais estavam submetidas - situações essas decorrentes da natureza do processo de produção e acumulação capitalista e do usufruto privado da riqueza socialmente produzida. Desigualdade, opressão e exploração são revelação, denúncia e resistência acerca das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. A partir dos levantes revolucionários desse período deu-se o tratamento teórico da chamada "questão social".

> [...] foi progressivamente se deslocando de uma análise sócio-histórico, capaz de circunscrevê-la dentro de uma totalidade processual e contraditória movida pela luta de classes, para uma análise naturalizada fora das relações espaço-temporais próprias do capitalismo. (CASTELO, 2010, p. 91).

Segundo o autor, no plano ideológico a "questão social" passou a ter uma conotação neutra pela qual o pensamento conservador se utilizou para tratar a "questão operária" e, no plano político, foram postas em prática reformas sociais e políticas no sentido de abrandar os efeitos da exploração capitalista.

Quando ocorreu a revolta dos tecelões na Silésia, Marx (2010, p. 53-54) discutiu a questão social, expressando críticas contundentes às sugestões da burguesia para "resolver" os problemas decorrentes da pobreza extrema. Ele destacou a estratégia histórica da burguesia, que já naquele momento se manifestava através de uma combinação de medidas assistenciais e punitivas. Nas palavras do autor,

> [...] o parlamento burguês agrega a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados e ao qual, portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito. Surgiu assim, o regime das *workhouses*, isto é, das casas dos pobres, cuja organização interna desencoraja os miseráveis de buscar nelas a fuga contra a morte pela fome. Nas *workhouses* a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade. Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada culpa dos pobres e, desse modo, neles punida. (IDEM, IBIDEM)

Em *O Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx denunciou que as origens do pauperismo estavam no antagonismo entre capital e trabalho, isto é, "[...] o proletariado proclama, de modo claro, cortante, implacável e poderoso, o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada" (2010, p. 68). Em obras

subsequentes, a partir de seu estudo rigoroso sobre o “processo de produção do capital” ele pôde exprimir o complexo de causalidades da questão social, que é muito mais amplo do que sua manifestação imediata como pauperismo.

Netto (2011a, p. 157) afirma que a análise marxiana da Lei Geral de Acumulação Capitalista na obra *O Capital* “[...] revela a anatomia da questão social, sua complexidade, seu caráter de corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios”.

O processo de acumulação capitalista acontece a partir de um duplo movimento. Quando a composição do capital se mantém inalterada o aumento do capital se expressa tanto pela ampliação dos capitalistas, quanto das/os trabalhadoras/es, alargando o poder do capital sobre o trabalho.

Entretanto, como sinaliza Iamamoto (2011b), quando ocorre mudança na composição técnica e de valor do capital se reduz a utilização da força viva de trabalho mediante a incorporação de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social.

A incorporação dos avanços tecnológicos e científicos ao processo de produção contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação de capital, ampliando-se as taxas de lucratividade. As forças tendenciais de concentração e centralização de capitais ampliam a escala de produção e, assim, o decréscimo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora e sua capacidade de ocupação. Desse modo,

> [...] o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população neste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores já empregados – via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho -, articulando os meios de extração de mais valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene, à ociosidade socialmente forçada, amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, maiores que aqueles de trabalhadores incapacitados para a atividade produtiva. (IAMAMOTO, 2011b, p. 157).

Esse enorme contingente de trabalhadoras/es “supérfluos para o capital” (Mészáros, 2000), constitui o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa, uma consequência da reprodução ampliada do capital, que por sua vez significa reprodução dessa população excedentária. Contudo, a superpopulação

relativa não significa que seja resultado do desenvolvimento tecnológico como afirmam alguns, mas do “[...] desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais capitalistas”. (NETTO; BRAZ, 2011, p. 144).

Conforme os autores (2011), a superpopulação relativa se manifesta por formas variadas, a saber: a) a flutuante, constituída pelos/as trabalhadores/as dos grandes centros urbanos industriais e mineiros que ora estão empregados/as ora desempregados/as; b) a latente, existente nas áreas rurais que desenvolvem relações capitalistas e, que acabam migrando para os centros urbanos; c) a estagnada, formada por trabalhadores/as que jamais conseguem emprego fixo e perambulam entre uma ocupação e outra; e d) o lumpemproletariado, uma parcela degradada do proletariado que vegeta na miséria e no pauperismo, trabalhadores aptos, mas que há muito tempo não conseguem emprego e acabam se marginalizando

> A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto mais for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio do seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 719-720).

Esse modo de produção se baseou nas diferenças entre homens e mulheres, enxergando nelas uma oportunidade de exploração ampliada. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, Marx (2015, p. 260), ao debater sobre o salário, afirma que “as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos homens”. No sistema capitalista, as mulheres em sua maioria, historicamente foram as mais exploradas e contribuíram significativamente para a produção de mais-valia.

Nesse sentido, a construção do valor no capitalismo é elemento importante para melhor compreender o lugar da exploração do trabalho e a extração da mais-valia, especialmente do trabalho das mulheres nesse modo de produção. Essa análise pressupõe a compreensão da historicidade das categorias econômicas e da “afirmação do capital como relação social: relação entre classes (sujeitos de classes) e não entre coisas materiais.” (IAMAMOTO, 2023).

Ao pormenorizar a produção de valor no capitalismo, Marx (2012) começou pela análise da mercadoria enquanto forma elementar de riqueza nesse sistema, e designou a mercadoria como um objeto de satisfação das necessidades como meio

de subsistência, de consumo ou de produção. Sendo a mercadoria uma unidade contraditória entre valor de uso e valor, ela pressupõe uma divisão social do trabalho específica com exploração da força de trabalho característica. Considerando ser a mercadoria resultado do trabalho humano indiferenciado e equivalente ao valor cristalizado do trabalho humano, esse trabalho é a substância do valor.

Em *O Capital*, Marx (2013) esmiúça esse debate sobre o processo de produção, concebendo a ideia de que “a mercadoria é um pressuposto histórico e lógico do capital”. (Idem, 2023, p. 245). O entendimento de que a mercadoria antecede o capital e o pressuposto de que o dinheiro já é uma mercadoria, também historicamente parece lógico. No entanto, como afirma Iamamoto (2023), “a mercadoria, pressuposto do capital, é diferente da mercadoria resultado do capital”.

> A mercadoria, como forma elementar da riqueza burguesa, foi o nosso ponto de partida, o pressuposto para o surgimento do capital. No entanto, as mercadorias aparecem agora como produto do capital [...]. Contudo, a troca desenvolvida de mercadorias e a forma de mercadoria como forma social necessária e geral do próprio produto são resultados somente do modo de produção capitalista. (MARX, 2022, p. 19).

A exploração da força de trabalho, por meio da extração de mais-valia, resulta em um processo que empobrece tanto fisicamente quanto espiritualmente a/o trabalhador/a.

> [...] todos os métodos para produzir mais-valia são, ao mesmo tempo, métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Infere-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, suba ou desça sua remuneração. A lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital [...]. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no polo oposto, constituído da classe cujo produto vira capital. (MARX, 2013, p. 757).

Marx (2013) demonstra, portanto, a historicidade das categorias. Mesmo aquelas que antecedem ao período, no modo de produção capitalista incorporam um “caráter histórico especificamente distinto”, segundo Iamamoto (2023). Assim sendo, a mercadoria no capitalismo se revela de maneira concreta na produção em grande escala, na uniformidade e no caráter massivo do produto, que precisa se realizar em valor de troca, não apenas para garantir as condições necessárias de subsistência

da/o trabalhador/a, mas também para garantir a continuidade e a renovação do processo produtivo.

> A mercadoria individual tem um valor de troca e uma grandeza dadas, fundada na produção independente isolada e na troca de equivalentes. Já a mercadoria como produto e resultado imediato do processo de produção capitalista supera a base da produção de mercadorias. A troca de capital e força de trabalho torna-se formal. A mercadoria torna-se a forma geral dos produtos e a alienação do produto a forma necessária de sua apropriação. (IAMAMOTO, 2023, p. 246).

A autora também alerta que, ao afirmar o capital como relação social, Marx em *O Capital* contrapõe-se aos erros comuns entre economistas, de analisar as formas elementares de capital – mercadoria e dinheiro – enquanto tais em capital; e também de "considerar o modo de existência do capital como valor de uso (meios de trabalho) enquanto tal como capital, redundando na mistificação do capital." (IAMAMOTO, 2023).

Conforme Marx, o valor de algo é determinado pelo trabalho humano contido nele, sendo medido pela quantidade de trabalho necessário para produzir mercadorias, ou seja, pelo tempo de trabalho socialmente necessário. O fator determinante na produção de valor é o tempo de trabalho necessário para criar um produto útil – valor de uso[24] – em condições de produção normais.

No contexto da valorização do capital, Marx afirma que "o capital industrial é o único modo de existência do capital em que este tem por função não só apropriar-se da mais-valia ou do produto excedente, mas também criá-la. " (MARX, 1980, p. 56). O produto da produção capitalista, por meio da exploração da/o trabalhador/a, é o valor.

Nesse sentido, de acordo com Marx (1980), ao longo da história as circunstâncias materiais, organizacionais e sociais foram moldadas, permitindo que o capital industrial se estabelecesse como sistema produtivo hegemônico. Dessa forma,

[24] Segundo Marx, o valor de uso representa um valor intrínseco que satisfaz as necessidades humanas e/ou contribui para o conforto da vida humana. Ele se concretiza por meio da utilização ou consumo e, na sociedade burguesa, traduz-se nos bens materiais que têm valor de troca. No que concerne ao valor de troca, de acordo com Marx, é a expressão de uma substância subjacente que dele se distingue, ou seja, algo comum de igual magnitude existe em duas coisas distintas. Assim, os valores de troca devem ser reduzidos a uma entidade comum da qual representam uma quantidade variável, maior ou menor. Em resumo, os valores de uso são distintos em termos de qualidade, propriedade e utilidade, enquanto os valores de troca diferem em termos da quantidade de trabalho nele incorporada.

o capital, em seu período industrial, produziu e reproduziu as relações sociais fundamentais para seu desenvolvimento.

A constante busca pela valorização no capitalismo resultou em uma sociedade caracterizada pela produção elevada de mercadorias, enquanto simultaneamente criou uma grande massa de trabalhadoras/es sujeitos à exploração. Consequentemente, o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista levou a humanidade a se dividir entre possuidoras/es e não possuidoras/es dos meios de produção.

A separação das/os trabalhadores/as dos recursos essenciais para sua sobrevivência e dos meios de produção próprios resultou na transformação da força de trabalho em uma mercadoria, "livremente" vendida ao capitalista. Uma vez que essas condições foram atendidas, o capital industrial ficou preparado para se valorizar. O capitalista compra mercadorias que, ao serem consumidas produtivamente com a maior rapidez possível, materializam-se em uma nova mercadoria com mais-valia embutida - consequência do valor não pago às/aos trabalhadoras/es.

O/A trabalhador/a sobrevive da venda da sua força de trabalho, e para a sua manutenção é necessário um consumo diário. O dinheiro é apenas um elemento de transição entre a venda da mercadoria força de trabalho e a compra de artigos de consumo, o qual permitirá a reprodução da própria força de trabalho. Cabe ao capitalista efetuar os pagamentos da força de trabalho adiantada, em um prazo que permita sua reposição.

Além disso, as/os trabalhadoras/es dependem da disponibilidade no mercado dos bens essenciais para sua subsistência. À medida que as/os trabalhadoras/es assalariadas/os se tornaram o principal meio de produção de mercadorias, o processo de produção se tornou mais complexo. Consequentemente, a circulação de mercadorias atingiu estágios avançados, resultando em uma maior divisão do trabalho na sociedade. Isso aprofundou a disparidade entre aqueles que possuem meios de produção e aquelas/es que não possuem.

No sistema de produção capitalista é onde encontramos a dinâmica das relações de produção, circulação, troca e consumo. O/A detentor/a da força de trabalho, ou seja, o/a trabalhador/a, comercializa esse recurso com o capitalista. Durante o processo de produção de mercadorias, o tempo de trabalho do/a trabalhador/a é apropriado pelo capitalista, que retém uma parcela excedente (mais-

valia). Essa mais-valia possibilita o lucro e a acumulação de capital quando às mercadorias são comercializadas, trocadas e consumidas.

A mão de obra não apenas reproduz o seu próprio valor, mas também gera um excedente, conhecido como mais-valia, que representa o valor do produto além dos custos dos componentes utilizados na sua produção. É importante compreendermos os diversos papéis desempenhados pelos elementos que contribuem para a formação do valor. Por exemplo, há uma distinção entre o capital constante e o capital variável[25], sendo este último responsável pelo acréscimo de valor, ou seja, é o trabalho em ação que efetivamente gera valor (MARX, 2012).

Os meios de produção, mesmo que estejam afastados da fase de produção em si, ainda são reconhecidos como capital. No entanto, a força de trabalho só será tratada como capital quando estiver sob controle direto do capitalista. É somente quando o trabalho humano é integrado aos meios de produção que podemos classificá-lo como capital produtivo.

No decorrer da produção, quando os meios de produção se unem à força de trabalho, ocorre a geração de produtos de maior valor. Esse valor adicional é gerado pelo trabalho excedente não remunerado realizado pela força de trabalho, do qual o capitalista se apropria na forma de mercadoria produzida sem que tenha despendido equivalente algum. O resultado é uma mercadoria produzida com mais-valia.

Este valor-capital, acrescido de mais-valia e cristalizado como mercadoria com valor acrescido, torna-se capital-mercadoria. Esta é a forma necessária para que a mercadoria possa assumir a função de capital e, assim, realizar a mais-valia criada no processo de produção. Entretanto, existe uma grande diferença entre as mercadorias que devem desempenhar o papel de capital, daquelas que são apenas mercadorias.

Para que uma mercadoria se torne capital, é essencial que possa ser comercializada e convertida em dinheiro. Dentro dessa mercadoria estão incluídos os fundos investidos – dinheiro adiantado - pelo capitalista em meios de produção e em força de trabalho, além do excedente de valor apropriado pelo capitalista sem custo adicional – a mais-valia. Mesmo que sejam necessários vários dias para a

[25] De acordo com Marx (2012), “a parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude do seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor” (MARX, 2012, p. 244).

transformação da matéria prima em mercadoria, a força de trabalho utilizada desde o primeiro instante já se encontra completamente materializada no produto.

A diferenciação entre esta etapa (M' - D') e a anterior (D - M)[26] reside no fato do capitalista adquirir e utilizar os meios de produção e a força de trabalho. Nesse contexto, essas mercadorias possuem um valor de uso específico para o capitalista - o valor se valorizando. O capital está sendo enriquecido com mais-valia. No processo de circulação, para que seja considerado capital, é indiferente para o capitalista o tipo de mercadoria produzida. Para ele, só há o valor-capital.

No modo de produção capitalista, portanto, o valor de uso da mercadoria é medido pelo valor de troca, sendo ao mesmo tempo a forma geral do produto. A própria força de trabalho se inclui como mercadoria e, para que possa ser trocada formalmente, deve estar separada e independente do modo de produção. (MARX, 1978, p. 99).

O processo de produção integra indissociavelmente o processo de trabalho ao processo de valorização, sendo a mercadoria a unidade. A produção em larga escala gera uma quantidade imensa de mercadorias, resultando em uma peculiaridade: para o capitalista que detém mercadorias, o valor de uso torna-se completamente irrelevante.

O valor de troca produz a metamorfose da mercadoria ao expandir e diversificar as esferas da produção. Ao examinarmos mais cuidadosamente, torna-se evidente que a mercadoria, como resultado do capital, representa uma quantidade total de trabalho empregado em sua produção. Uma parte desse trabalho incorporado na mercadoria é remunerada na forma de salário, enquanto outra parte é apropriada pelo capitalista sem qualquer compensação.

Observando o processo global, conforme nos esclarece Marx (1980), o capital assume diversas formas. É expresso como capital-dinheiro na forma dinheiro (D) ao iniciar o processo de valorização. Posteriormente, assume a expressão de capital-produtivo na forma de força de trabalho (F) e meios de produção (Mp). A seguir, estas mercadorias são consumidas produtivamente (... P….), e assim se transformam em capital produtivo. No próximo estágio, é capital-mercadoria acrescido de mais-valia (M’ = M + μ)[27], na forma de mercadoria de valor acrescido. Finalmente, como objetivo

[26] Representam: D = dinheiro, M = Mercadoria, M’= mercadoria valorizada, D’= dinheiro valorizado.

[27] É importante distinguir m = mais-valia de μ = mais-valia sob a forma de mercadoria = ΔM

de todo o processo, expressa capital-dinheiro realizando a mais-valia produzida (D + d), assumindo assim, novamente, a forma de dinheiro (monetário) ampliado.

Duas das metamorfoses que o capital assume quando se transforma de capital-dinheiro em mercadoria (D – M) e quando se transforma de capital-mercadoria acrescido de mais-valia em capital-dinheiro realizando a mais-valia (M’ – D’) pertencem à esfera de circulação das mercadorias. Na esfera da circulação, o valor do capital permanece inalterado. Melhor explicando, as trocas, D – M e D’ – M’ são realizadas por magnitude de capital completamente iguais. Portanto, na esfera da circulação, o capital não se valoriza. O valor do capital apenas se valoriza quando deixa a esfera da circulação e adentra a esfera da produção (...P.…) sendo expresso como capital produtivo. Nesta fase, é criada a mais-valia como materialização do trabalho excedente e não pago pelo capital (Idem, 1980).

Note-se que os estágios nos quais o capital opera na esfera da circulação têm um caráter formal para a valorização do capital. Porém, é na esfera da produção que o capital aumenta em escala. Ao alternar entre diferentes funções, o capital estabelece a conexão vital e essencial para explorar todas as áreas da produção. Assim, o capital precisa completar todos os passos do ciclo de valorização para realizar seu processo de ampliação. Qualquer interrupção resulta na paralisação ou estagnação do processo de valorização.

Portanto, em cada etapa do ciclo de valorização, o capital industrial requer um período para amadurecer, preparando-se para avançar para a próxima fase. (Idem, 1980). O capital industrial determina o caráter capitalista da produção, a qual tem por função se apropriar não apenas da mais-valia produzida, como também de criá-la constantemente a cada novo ciclo. A existência desse modo de produção pressupôs a oposição entre a classe dos capitalistas e a classe trabalhadora.

A apropriação da produção social revoluciona a técnica, a organização do processo de trabalho e, progressivamente, foi-se apoderando de várias formas do processo de produção que a humanidade desenvolveu na sua história. Todas as formas produtivas anteriores oriundas de outras condições sociais esvanecidas ou decadentes, subordinam-se ao capital industrial que alterou as funções anteriormente desempenhadas, adaptando-as ou destruindo-as conforme o seu interesse.

A exploração da força de trabalho tem sido o aspecto central no sistema capitalista para sustentar o processo de criação de valor. Para assegurar a geração de mais-valia, o capitalista pode estender a jornada de trabalho e/ou implementar

métodos e tecnologias que aumentem a produtividade em menos tempo. A produção de mais-valia relativa pressupõe um modo de produção especificamente capitalista.

> De certo ponto de vista, parece ilusória a diferença entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, quando focalizamos o movimento da mais-valia, se desvanece essa aparência de identidade. Assim que se estabelece o modo de produção capitalista e se torna o modo geral de produção, sente-se a diferença entre a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, quando o problema é elevar a taxa da mais-valia. (MARX, 2014, p. 587-588).

Essa exploração é viabilizada por meio de uma série de recursos políticos, simbólicos e culturais que conferem legitimidade a esse processo. Assim, a exploração capitalista se baseia fundamentalmente na alienação da classe trabalhadora. Como tratou Marx (2014, p. 732), “[...] na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos”. A alienação da força de trabalho, um processo histórico-social gerado na produção, assegura a exploração.

> [...] na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada. (MARX, 2015, p. 311).

De acordo com Marx (2015), a alienação é um fenômeno que surge no contexto da produção, no qual os indivíduos se distanciam do produto que produziram, do trabalho que realizaram e dos demais indivíduos. O trabalho alienante não apenas estabelece uma relação de alienação com o objeto produzido e o processo de produção, mas também promove relações alienadas entre os sujeitos.

No contexto do capitalismo, o trabalho se transforma em um processo de alienação do sujeito, levando à perda de sua essência, à subjugação e à transformação do próprio trabalho em uma mercadoria do processo produtivo. Quanto mais a/o sujeita/o produz, menos ela/e detém e mais se encontra sob a influência dominante do capitalismo.

O cerne do trabalho reside na materialização da essência vital do indivíduo. Ao privar o sujeito de seu objeto de trabalho, retira-se dele não apenas um simples objeto, mas também sua própria essência e objetividade. Isso resulta na concretização do

conceito de trabalho alienado, uma realidade palpável e observável na prática. Portanto, o trabalho alienado transcende a teoria e se torna uma manifestação concreta no mundo real. (MARX, 2015).

> [...] na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada (MARX, 2015, p. 311).

A alienação econômica está na origem do fenômeno generalizado de alienação, mas isso não implica em limitar todos os fenômenos a essa forma de alienação (KONDER, 2009). Antes que as pessoas se envolvam em atividades políticas, científicas, culturais e religiosas, elas têm necessidades básicas de vestimenta, alimentação e hidratação. Antes do trabalho intelectual, vem o trabalho manual.

Um sistema que se sustenta nas desigualdades entre capitalistas e trabalhadoras/es jamais poderá gerar uma igualdade plena entre mulheres e homens, pois sua estrutura primordial está diretamente ligada a essas disparidades.

Parto dos fundamentos das relações capitalistas para entender os fenômenos e a dinâmica social que emergem desse modo de organizar a produção e a reprodução da vida. Esse debate nos leva a perceber que no sistema capitalista, o processo de produção molda o indivíduo como uma entidade desumanizada, tanto em termos espirituais quanto corporais. Conforme Saffioti (2015) explica, a noção de alienação como uma forma de separação é influenciada pelas relações sociais de sexo.

O capitalismo se apropriou das históricas desigualdades existentes entre homens e mulheres e as intensificou como uma oportunidade de aprofundar sua lógica de exploração e acumulação. Assim, esse mecanismo se tornou viável devido à alienação arraigada no processo produtivo capitalista. Por meio da alienação, o modo de produção capitalista se expandiu e se disseminou globalmente.

A alienação tem suas origens no processo produtivo, porém transcende a esfera econômica, infiltrando-se em outras esferas da vida social, já que a base material e a reprodução da vida social são, em última instância, determinadas pela forma como organizamos nossa sociedade.

Considerando que todas as práxis, aqui entendidas como atividades, práticas e ações dos sujeitos, têm seu nexo causador e fundador no trabalho em seu sentido ontológico, com o desenvolvimento das forças produtivas, observa-se visivelmente uma proporção cada vez menor do trabalho envolvendo o intercâmbio do indivíduo com a natureza.

No entanto, essa premissa não fundamenta a inexistência da centralidade do trabalho, devendo-se pautar e compreender as mediações interpostas entre a centralidade ontológica, política e cotidiana do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Iamamoto (2011, p. 254), em uma definição mais completa define práxis social

> [...] como qualquer ato social, é uma decisão entre alternativas efetuada pelo indivíduo singular, que faz escolhas acerca de propósitos futuros visados. Porém, não faz escolhas independentes das pressões que as necessidades sociais exercem sobre os indivíduos singulares, interferindo nos rumos e orientações de suas decisões [...]

Nesse sentido, o desafio está em perceber a centralidade do trabalho mediante as transformações ocasionadas pelo capitalismo. O desafio teórico e intelectual se coloca em desvendar o real, a essência que encobre a aparência dos fenômenos na contemporaneidade comandada pelo sistema capitalista. Propomos, pois, partir do trabalho para compreender a reprodução social, seus elementos de desigualdade e opressão, explicitar seus nexos causais e determinantes econômicos, sociais e políticos.

Ao criar por meio do trabalho, o indivíduo transforma o seu meio e a si mesmo, uma vez que no fim do seu processo de trabalho angaria outros conhecimentos e aprendizados que, no início de seu empreendimento, ainda não detinha: “[...] ao desenvolvimento do trabalho corresponde, paralelamente, o nascimento da consciência e do conhecimento humano. ” (IAMAMOTO, 2011, p. 351). Em síntese, o trabalho

> [...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2004, p. 38).

Por conter teleologias e causalidades em sua ação é que o trabalho humano se distingue do ato animal. O sujeito emprega, na execução de seu trabalho, a consciência, por caracterizar-se como “um ser genérico e consciente, isto é, um ser

que se relaciona com o gênero como a sua essência própria ou consigo como ser genérico" (MARX, 1989, p. 155). Ao contrário do animal, que produz a partir da sua necessidade imediata, sem consciência, o ser humano produz a medida de qualquer espécie, sua produção é universal e não unilateral. Portanto,

> [...] é precisamente ao trabalhar o mundo objetivo que o homem primeiro se prova de maneira efetiva como um ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela**,** a natureza aparece com a sua obra e a sua realidade efetiva. O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem. (MARX, 1989, p. 157).

Apenas quando se compreende o conceito do trabalho em seu sentido ontológico, pode-se aprofundar o entendimento do trabalho em seu sentido abstrato, isto é, da forma com que o capitalismo se apropriou dessa atividade para a criação de valores de troca em prol da acumulação e do desenvolvimento da sociabilidade capitalista. A distinção entre trabalho concreto e abstrato auxilia na análise da centralidade do trabalho:

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (MARX, 2012, p. 68).

O caráter útil do trabalho, por meio do intercâmbio do indivíduo com a natureza produzindo conforme sua necessidade de sobrevivência, baseia-se na dimensão concreta e qualitativa. Ao se distanciar dessa dimensão concreta, o trabalho subordina-se a sua dimensão abstrata ou, nas palavras de Marx (2012, p.60):

> Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Desvendar as condições e as relações de trabalho, sobremaneira acerca do trabalho das mulheres, é algo primordial para compreender os nexos causais que se interpõem na materialização de um outro modo de organização da sociedade. Desde a sua origem, o capitalismo empregou estratégias para perpetuar seu padrão de acumulação e garantir a reprodução por meio da exploração da força de trabalho. Essa dimensão se aprofundou ao longo do tempo, e na história recente esse modo de produção tem se manifestado de forma ainda mais destrutiva.

Apesar de ter provocado um considerável avanço nas forças produtivas, o sistema capitalista também é responsável pelos mais altos índices de exploração e depreciação da vida em nome do lucro. Dissemina uma razão instrumental utilitarista que submete o trabalho aos ditames do capital em detrimento das necessidades humanas.

Apesar de ter desenvolvido pela primeira vez na história as condições necessárias de suprir as carências materiais dos indivíduos para supressão das disparidades sociais e da exploração, faz parte desse modo de produção o estabelecimento de estruturas desiguais. O sistema se alimenta da ganância às custas da dignidade humana, gerando desigualdade e alienação, ao mesmo tempo em que mascara sua verdadeira natureza sob um verniz de progresso e desenvolvimento repassado ideologicamente. De acordo com Dias (1997, p. 40), o capitalismo:

> Construiu não apenas os seus aparelhos materiais de produção, mas também e, fundamentalmente, as suas premissas ideológico-políticas. Fez 'terra arrasada' da maneira pela qual as sociedades anteriores, e cada um dos seus indivíduos, compreendiam a vida, a história, o mundo. Destruiu toda a institucionalidade anterior.

O capitalismo não apenas arrasou com toda a institucionalidade prévia, mas também se apropriou e distorceu as relações sociais e estruturas existentes para sua própria vantagem e perpetuação como sistema de produção. O patriarcado e o racismo são estruturais na sociedade, presentes em suas instituições família, Estado e Igreja, para servir aos interesses da classe dominante, permitindo a contínua exploração e apropriação da riqueza socialmente produzida em nome da propriedade privada (DIAS, 1997).

O Estado é apresentado como o guardião dos interesses coletivos, porém, na prática, ele serve como um instrumento da classe dominante para impor seus próprios interesses como sendo os interesses universais. O Estado não foi uma criação divina, tampouco surgiu de uma evolução natural, da transição de uma sociedade natural, igualitária e livre de conflitos para um estado de guerra.

O Estado surge como uma construção humana moldada pelas necessidades sociais impostas para a produção e reprodução da vida. É utilizado como instrumento de poder e controle por parte das classes dominantes, muitas vezes negligenciando os interesses e os direitos da classe trabalhadora. Assim, é possível afirmar que ele emerge da dinâmica das relações de produção, demonstrando que não é fruto de uma

ordem natural ou da consciência coletiva, mas sim uma criação das circunstâncias materiais da existência. No entanto, ele tende a ser apropriado pelas elites dominantes para consolidar seu poder e preservar seus privilégios, negligenciando sistematicamente os direitos e interesses das/os trabalhadoras/es (MARX; ENGELS, 2009). Nesse sentido:

> O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a "realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012, p. 13).

A ilusão de autonomia do Estado surge em momentos históricos nos quais as lutas de classes alcançam uma relativa estabilidade, mascarando a verdadeira natureza do Estado como um instrumento de dominação de classe. Isso sugere que o Estado não representa os interesses de uma classe específica e, dessa forma, sua centralidade no processo de produção e reprodução capitalista é questionada. Além disso, os direitos concedidos aos cidadãos nos diferentes Estados são regulados de acordo com a riqueza e o poder de cada indivíduo, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas (ENGELS, 2012). Nas palavras de Lênin:

> [...] o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (2007, p. 27).

Assim, para manter sua dominação e hegemonia, a classe dominante não apenas utiliza seu poder econômico, mas também manipula o poder político através da ideologia, utilizando o Estado como um mecanismo de controle e manutenção do poder.

> Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época. A classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. Mas os enlaces das ideias dominantes com a classe dominante se obscurecem. As ideias dominantes parecem ter validade para toda a sociedade, isto é, também para as classes submetidas e dominadas. Forja-se a ilusão histórica de que cada época da vida social resulta não de determinados interesses materiais de uma classe, mas de ideias abstratas

> como as de honra e lealdade (na sociedade aristocrática) e as de liberdade e igualdade (na sociedade burguesa) (MARX; ENGELS, 2009, p. 32).

A formação do Estado está intrinsecamente associada ao surgimento da propriedade privada e na divisão entre esferas públicas e privadas. Contudo, sua natureza de classe transcende o capitalismo, pois o Estado “precede as revoluções burguesas do final do século XVIII e ao longo do século XIX, quando esta classe assume a direção do Estado, donde se pode afirmar que o Estado foi uma espécie de parteiro do capitalismo, como diz Mandel (1982)” (BEHRING, 2023, p. 27).

Desde antes do surgimento do capitalismo, servindo consistentemente como um mecanismo de opressão das elites sobre a classe trabalhadora, “atuando na expansão marítima e comercial – para a América Latina, a Conquista – e nos processos de acumulação primitiva do capital (MARX, 1988) sendo que muitas monarquias se aburguesaram, já que dispunham de fartos excedentes. ” (Idem, ibidem). Mesmo em sociedades pré-capitalistas, o Estado funcionou como um aparato de controle que garantia a manutenção do *status quo*, protegendo os interesses da classe dominante às custas da exploração e marginalização das camadas populares.

Nas organizações que precedem o modo de produção capitalista, o Estado desempenhou um papel fundamental na manutenção da ordem social baseada na propriedade privada, garantindo assim a exploração e a dominação de uma classe sobre as demais (MANDEL, 1985). Segundo o autor (idem, p. 335-336), “[...] pelo fato de não se basear em relações extraeconômicas de coerção e dependência, mas em relações livres de troca que dissimulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado”. Citando a formulação de Kautsky “a classe capitalista reina, mas não governa. Contenta-se a dar ordens ao governo”, Mandel (1985, p.336) afirma:

> A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência a autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como “capitalista total ideal”, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do “capitalista total real” constituído pelos “muitos capitais” do mundo real.

A classe dominante mantém seu poder de opressão e exploração sobre a classe trabalhadora por meio de um mecanismo altamente eficaz, o Estado, que é utilizado como uma ferramenta de dominação para preservar seus privilégios e interesses.

A partir da classificação de Mandel (1985, p. 333-334) sobre as principais funções do Estado, é possível aferir que ele: desempenha um papel na administração e regulação da economia e da sociedade, criando as condições de produção e reprodução. Isso inclui a elaboração de políticas públicas, a gestão de serviços e infraestrutura, e a mediação de conflitos entre diferentes setores da sociedade; utiliza sua força coercitiva para reprimir movimentos e revoltas populares que possam ameaçar a ordem estabelecida. Isso inclui o uso da polícia, do exército e do sistema judicial para manter a estabilidade e proteger os interesses da classe dominante; e promove uma ideologia que legitima a ordem social vigente e os privilégios da classe dominante. Isso é feito através da educação, da mídia e de outras instituições que disseminam valores e crenças que favorecem os interesses da elite.

No que se refere à ideologia e Estado, Marx e Engels (2009) afirmam que, como o Estado serve aos interesses da classe dominante, e as concepções dessa classe têm sido a ideologia predominante em todos os momentos históricos, a classe que detém o poder econômico não apenas governa, mas também molda as percepções e os valores da sociedade. Contudo, a relação entre a ideologia presente no interior das ações do Estado e a classe dominante muitas vezes é obscurecida. Tais ideologias são impostas como se fossem universais, mesmo sobre a classe trabalhadora e explorada.

Embora haja espaço para lutas e conquistas no campo democrático, é importante reconhecer que a estrutura do Estado reflete essencialmente interesses de classe, evidenciando-se, por exemplo, na distribuição desigual dos recursos públicos pela disputa do fundo público. Portanto, as reformas por si só não serão suficientes para erradicar as formas de opressão e exploração enfrentadas pela classe trabalhadora.

> [...] todas as classes que aspiram ao domínio, mesmo quando o seu domínio, como é o caso com o proletariado, condiciona a superação de toda a velha forma da sociedade e da dominação em geral, têm primeiro de conquistar o poder político para, por sua vez, representarem o seu interesse como o interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigadas a fazer. (MARX; ENGELS, 2009, p. 48).

Mesmo considerando as pressões dos sujeitos políticos, movimentos sociais das/os trabalhadoras/es, dentro do modo de produção capitalista não é possível mudanças significativas que afetem a centralidade do papel do Estado de assegurar a reprodução do capital. Ainda assim, as contradições inerentes ao Estado permitem

pressionar e pleitear através da organização política a concessão de alguns direitos sociais (Idem, p.166). Dessa forma,

> O Estado é, em síntese, um meio de dominação de classe tendo em vista a apropriação privada do sobreproduto social e/ou dominação de sua distribuição em qualquer tempo, em que pese os trânsitos dos modos de produção – do feudalismo para o capitalismo por exemplo – ou as formas de exercício do poder político e institucionais – do Estado Absoluto para o Estado Democrático de Direito – trânsitos esses que não aconteceram da mesma forma nas experiências particulares. (BEHRING, 2023, p.26).

A desmobilização da classe trabalhadora é uma tática enraizada na história do capital, empregando tanto a coerção brutal quanto a manipulação ideológica. Neutralizar a resistência e eliminar a luta de classes é vital para obstruir quaisquer tentativas de alternativas transformadoras. O Estado concentra nas suas relações de poder político e social estruturas profundamente arraigadas na hierarquia de classe, de opressão de sexo e desigualdade racial.

O seu sistema de leis é a manifestação visível da violência institucionalizada, consolidando-se como o principal agente de controle e proteção dos interesses das classes privilegiadas, notadamente a burguesia. Logo, fetichização das relações econômicas e políticas dentro do Estado serve para encobrir a exploração, a opressão e o controle exercidos pelas elites dominantes. Nesse sentido, podemos afirmar que:

> [...] o Estado capitalista não apareça comprometido no dia a dia com a exploração, nem com o fortalecimento e com a reprodução do capital, o qual aprofunda sua imagem de entidade neutra em termos classistas e situadas acima da sociedade (OSORIO, 2017, p.32).

Nos termos do que foi até agora apresentado, considero ser essencial entender as influências históricas e as tendências reguladoras do sistema capitalista, inclusive por meio da ação do Estado, para compreender as mudanças significativas que ocorreram no processo de acumulação de capital, especialmente a partir de 1970, com a transição do modelo fordista para a acumulação flexível após anos de políticas estatais mais conhecidas como referentes ao Estado de Bem-estar social/Estado Providência/Estado social[28] nos “Anos de ouro” do capitalismo.

[28] O Estado social foi uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, caracterizada por uma intervenção significativa do Estado na economia e na sociedade. Essa intervenção visava mitigar as contradições sociais do capitalismo, oferecendo uma série de políticas sociais, como seguro-desemprego, previdência social, saúde pública, educação gratuita, entre outras, com o objetivo de garantir uma certa estabilidade social e política. Ocorreu em grande parte dos países após a Segunda Guerra Mundial, especialmente nos países europeus, em resposta às pressões das classes trabalhadoras e como uma forma de conter o avanço do comunismo. No entanto, o Estado social

> A generalização das políticas sociais, como salário indireto, tendo em vista a reprodução da força de trabalho, mas também como elemento contrariante à queda das taxas de lucro, anticíclicas, e de aceleração do processo de rotação do capital, ocorre nesse período [...]. Assim, ergue-se o Estado Social em suas diversas formas (Boschetti, 2016) com o máximo de reforma social possível no mundo do capital, ou máxima combinação entre acumulação capitalista, democracia e igualdade de direitos, resgatando as ideias contratualistas, na contramão do liberalismo mais exacerbado e sob a condução hegemônica da socialdemocracia. (BEHRING, 2023, p. 29).

Conforme observado por Mota (2010), desde o século XIX a sociedade enfrenta um fenômeno que continua a desafiar no século XXI: a tendência crescente do capitalismo de gerar uma superpopulação de trabalhadoras/es disponíveis para o mercado, ao mesmo tempo em que dificulta seu acesso ao trabalho e à riqueza produzida socialmente na sociedade. O sistema que impõe uma rotina exaustiva de trabalho precisa, em termos de suas leis de acumulação e contradições inerentes, gerar uma população relativamente supérflua, sujeita às demandas da reprodução do capital e ao seu processo de extração para acumulação.

Ainda nesses termos, podemos indicar que as crises capitalistas são determinadas não apenas pela superprodução, mas também pela superacumulação, com a qual “uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma taxa de lucros inadequada e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros”. Contudo, Mandel ressalta que o conceito de superacumulação é sempre relativo e não absoluto, uma vez que nunca há capital “em demasia” em termos absolutos: “há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada” (MANDEL, 1985, p. 75-76).

Em se tratando de Mandel (1985), é necessário fazer alguns destaques. O teórico utilizou em suas análises acerca do movimento do capital e da dinâmica de “ondas longas” os elementos da lei do valor e o seu comportamento. Utilizou ferramentas a partir de um arsenal de informações. Dessa forma, conseguiu prever a viragem do ciclo expansivo, que teve como pressuposto a guerra, para o ciclo longo depressivo. Nesse sentido, parte da sua pesquisa se concentra na expansão do capitalismo nos “anos de ouro” – período pós 1945, e os seus sinais de colapso em meados dos anos de 1960.

---

entrou em crise a partir de meado dos anos de 1960 devido a diversos fatores, incluindo a crise econômica e mudanças na estrutura do capitalismo global. “Anos de ouro” ou “três décadas gloriosas” como também se convencionou chamar esse período de crescimento - entre a segunda guerra mundial e a metade da década de 1960 - em que a economia capitalista se manteve em um processo de ascensão por meio do aumento da taxa de lucro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Para Mandel (1985), o “capitalismo tardio” não se configura como uma nova essência do capitalismo, alterando aquelas que foram tratadas por Marx em *O capital*. Dessa forma, o autor define sua análise como uma subfase da época imperialista. Como menciona Paul Singer na apresentação do livro *Capitalismo tardio de Mandel* (1985):

> A periodização adotada distingue uma fase de capitalismo concorrencial (dividida em duas subfases) e uma fase de capitalismo monopolista ou imperialismo, dividida na subfase “clássica” e na subfase atual de “capitalismo tardio”. Ele distingue também a Revolução industrial original, em fins do séc. XVIII, a qual se seguiram três revoluções tecnológicas: a primeira iniciada em 1948, proporcionou a produção de motores a vapor por meio de máquinas; a segunda, iniciada em 1896, levou ao desenvolvimento do motor elétrico e do motor a explosão; e a terceira, iniciada em 1940 no EUA e em 1945 nos demais países imperialistas, produziu a regulagem de máquinas por aparelhos eletrônicos (automação) e energia nuclear. (SINGER, 1985, p. 10).

Para Mandel (1985) os fundamentos da crise do capital nessa fase do modo de produção têm relação com o incremento tecnológico da composição orgânica do capital, o peso do capital fixo, e a expulsão de trabalho vivo de postos de trabalho. A convergência tecnológica, a possibilidade de nivelamento das taxas de lucro - que o capital não deseja - e a sequência de queda das taxas de lucro em função do diferencial de produtividade do trabalho podem ser analisados como alguns pressupostos.

Essa tendência de queda encontra a possibilidade de contraposição nas novas estratégias de extração de superlucros - o aumento permanente da composição orgânica do capital por meio das inovações tecnológicas. Ainda assim, o incremento tecnológico movido pela concorrência e os riscos desse processo encontram limites no contexto da operação da lei do valor e da própria luta de classes. A terceira revolução tecnológica e a automação produziram, de acordo com Mandel (1982), com a síntese de Behring e Boschetti (2011, p. 115).

> [...] um forte deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto; a perda ainda maior da importância do trabalho individual a partir de amplo processo de integração da capacidade social de trabalho; a mudança da proporção de funções desempenhada pela força de trabalho por conta do incremento tecnológico de algumas empresas monopolistas; o aumento de investimento em equipamentos; a diminuição do período de rotação do capital; a aceleração da inovação tecnológica com fortes investimentos na pesquisa; e uma vida útil mais curta do capital fixo e a consequente tendência ao planejamento.

O pós-segunda guerra na Europa também circunscreve uma resposta às/aos trabalhadoras/os insatisfeitas/os na Europa. A luta de classes estava presente na saída da guerra. Os trabalhadores armados que militaram na resistência na guerra entregaram suas armas em um contexto de um pacto social que se forjou em torno dos ganhos de produtividade de trabalho do fordismo, das políticas sociais, de liberdades democráticas e de estabilidade política dentro desse pacto.

O "Espírito de 1945"[29] demarca um pouco as circunstâncias em que se apresentavam as lutas dos/as trabalhadores/as no período. A dificuldade de conviver com as crises de 1929 e 1932 sem grandes perdas de legitimidade, o desencadeamento de estratégias anticíclicas da proposta keynesiana[30], a possibilidade de maior integração das/os trabalhadoras/es no circuito do consumo a partir da repartição dos ganhos de produtividade advindos do fordismo[31] eram alguns dos elementos que atravessavam a relações sociais.

Além disso, podemos ainda mencionar a capitulação de segmentos do movimento operário motivados por essas condições objetivas - as possibilidades de acesso ao consumo e as conquistas sociais do período - e uma certa desconfiança em relação ao projeto em curso a leste da Europa, ao Stalinismo.

O capitalismo é um modo de produção que não pressupõe a tendência ao equilíbrio. A perseguição ao superlucro envolve sempre a busca pelo diferencial de produtividade do trabalho, inclusive no mercado mundial na relação entre países, e que tem composições orgânicas do capital diferentes no mesmo ramo de produção.

O modo de produção capitalista foge a qualquer nivelamento da taxa de lucros. Quando nos anos de 1966/1967 essas taxas começaram a cair - a queda tendencial das taxas de lucro se impôs a partir da generalização da terceira revolução tecnológica - o capitalismo começou a entrar em crise. Posteriormente, no final dos anos de 1970, o sistema iniciou tentativas de saída da crise através de mecanismos da reestruturação produtiva e amplo processo de transformações e mudanças.

---

[29] Alusão ao documentário de Ken Loach com narrativas, registos históricos e reflexões sobre a vitória do Partido Trabalhista em *1945*, na Grã-Bretanha.

[30] O keynesianismo é uma corrente econômica desenvolvida pelo economista John Maynard Keynes (1883 - 1946), que preconiza a intervenção estatal abrangente nas políticas econômicas de uma nação como meio de alcançar o pleno emprego e o equilíbrio econômico.

[31] O fordismo foi um sistema de produção industrial introduzido nos Estados Unidos durante os primeiros anos do século XX. Henry Ford (1863 – 1947), fundador da montadora de automóveis que leva seu nome, foi o pioneiro na implementação da lógica fordista de produção dentro da empresa.

A crise do capitalismo que se instaurou com a queda das taxas de lucro no final dos anos de 1960 – expressa como a crise do petróleo – foi analisada por muitos como uma crise provocada na arquitetura do mercado financeiro que se forjou com os acordos de Bretton Woods (1944)[32]. Para Mandel (1985) não se tratou exclusivamente disso. O autor analisou que esses são elementos que corroboraram com o processo, ou mesmo catalisam a crise, contudo, as tendências de crise já vinham se manifestando desde meados dos anos de 1960 em função da queda das taxas de lucro.

O esforço teórico do autor foi apreender como as variáveis que compõem a Lei do valor, que se comportam de forma parcialmente independentes, manifestaram-se ao longo da história capitalista. Nesse sentido, ao analisar o movimento do capital, Mandel se refere aos anos após Segunda Guerra Mundial do sec. XX até o início dos anos 1960 como uma onda longa com tonalidade expansiva, e a partir de então uma onda longa com tonalidade de estagnação. As crises cíclicas do capital são intrínsecas ao próprio desenvolvimento desse modo de produção "são o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe" (MANDEL, 1990, p. 212).

O capitalismo, após os anos 1970, lançou uma contraofensiva sem precedentes da burguesia em resposta à crise, buscando não apenas recuperar as taxas de lucro, mas também intensificar a exploração da força de trabalho e ampliar seu controle sobre a economia mundial. Como resultado, os avanços materiais e sociais conquistados pelas/os trabalhadoras/es em alguns países durante períodos de expansão foram rapidamente derruídos. Nas palavras de Behring (2023, p. 29-30).

> [...]. Se houve impactos materiais e melhoria das condições de vida dos trabalhadores em alguns espaços nacionais no período de expansão, estas passaram a ser sistematicamente derruídas desde então. Isto porque o capitalismo, desde fins dos anos 1970, desencadeou uma monumental reação burguesa frente à crise, na perspectiva da retomada das condições ótimas de exploração da força de trabalho, de expansão da dominação na economia mundo, e de aprofundamento do desenvolvimento desigual e combinado, com seu diferencial de produtividade do trabalho, na busca avassaladora da retomada das taxas de lucro.

[32] "O sistema Bretton Woods – desenvolvido com o objetivo de gerenciar a economia internacional, estabelecendo regras para as relações comerciais e financeiras, foi aprovado pelas 44 nações aliadas, presentes na Conferência Monetária financeira das Nações Unidas, em julho de 1944, ou seja, ainda em finais da Segunda Guerra. Criaram-se a partir daí o "Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento" (Bird) (mais tarde criando o Banco Mundial - BM), o Fundo Monetário Internacional " (FMI) e o " Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e o Comércio" (GATT, hoje OMC). Outra disposição foi a obrigação de os países adotarem uma política monetária de câmbio de suas moedas indexada ao dólar (padrão ouro) ". (DURIGUETTO *et al*., 2011, p. 152).

A partir desse momento teve início um processo de reestruturação produtiva, cujo objetivo principal foi ajustar a força de trabalho aos novos padrões de exploração. Se no capitalismo o trabalho assalariado é a mediação central para que os indivíduos alcancem status de consumidor/a – posição necessária à realização da mais-valia na esfera da circulação de mercadorias -, na era da financeirização, do desemprego estrutural, da desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, a questão social ganha outros contornos.

> O resultado desse processo tem sido o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, o crescimento de enormes segmentos populacionais excluídos do "círculo da civilização", isto é, dos mercados [legais] uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que lhes restam na ótica oficial, são a violência e a solidariedade. (IAMAMOTO, 2011a, p. 123).

Desde o início do capitalismo, a força de trabalho feminina tem sido a mais explorada e aquela que mais contribui para a produção de mais-valia. Isso é fundamentado no mecanismo da alienação, assim como no processo de divisão sexual do trabalho. Com essa divisão, as mulheres assumem uma carga de responsabilidade no processo produtivo e reprodutivo que difere daquelas atribuídas aos homens. Segundo Kergoat:

> As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

De acordo com Kergoat (2000), a terminologia divisão sexual do trabalho[33] foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para definir tarefas entre homens e mulheres. Contudo, para a autora, são as antropólogas feministas que conceituam de maneira inédita a categoria divisão sexual do trabalho, explicitando a relação de poder entre

[33] A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.…). Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2000, p. 1).

homens e mulheres a partir das tarefas e atividades laborais que ocupam na divisão social do trabalho. Desse modo,

> [...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades. (KERGOAT, 2000, p. 4).

A análise da divisão sexual do trabalho nos permite entender que existem divisões, hierarquias, disparidades, relações de poder e explorações que se fundamentam no sexo; ser homem ou mulher define posições, responsabilidades, funções e percepções distintas dentro de uma sociedade. Essa categoria possibilita desvelar as desigualdades e hierarquias presentes nas ocupações do mercado de trabalho e em outras esferas, descontruindo a ideia de que tais disparidades são inerentes, e promovendo uma análise mais ampla e crítica desse fenômeno e suas implicações.

Comumente, a literatura que aborda as discussões acerca do universo do trabalho se refere à classe trabalhadora sem fazer qualquer menção ao sexo dos sujeitos sociais, como se fossem iguais e homogêneos. A diferenciação é estabelecida apenas em relação ao status de empregada/o ou desempregada/o e à posição de cada indivíduo na esfera da produção e reprodução social, sem considerar as nuances das diferenças.

> A classe operária tem dois sexos, esta afirmação não contraria apenas a utilização corrente do masculino nos textos sobre a classe operária que falam de trabalhadores quando estão se referindo a trabalhadoras! Trata-se também de afirmar que as práticas, a consciência, as representações, as condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras são quase sempre assimétricas e que raciocinar em termos de unidade da classe operária sem considerar o sexo social leva a um conhecimento truncado – ou pior falso do que é uma classe social. (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 95).

De acordo com Kergoat (2018), ao longo da história ocorreram diversas transformações no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, contudo ela continua a funcionar conforme o princípio da segregação, que diferencia o trabalho atribuído aos homens e às mulheres; e o princípio da hierarquia, que atribui maior valor ao trabalho dos homens em comparação ao trabalho das mulheres.

Nessa perspectiva de mudanças históricas, acredito ser fundamental uma análise mais minuciosa do período de transição entre o feudalismo e o capitalismo para depois retomarmos aos acontecimentos contemporâneos. Considerando que foi

naquele contexto que se desenrolou a “caça às bruxas”[34] (FEDERICI, 2017), um dos ataques mais violentos e devastadores de disciplinamento das mulheres, orquestrado em conjunto pela Igreja e pelo Estado.

As mulheres foram severamente afetadas pelas transformações sociais. Desde a perda das terras comunitárias[35], o declínio dos feudos e o avanço para o sistema capitalista, a sociedade excluiu as mulheres cada vez mais do acesso à propriedade e à autonomia. Assim, elas representavam a maioria das populações empobrecidas que se dirigiam às cidades em expansão no período de transição para o modo de produção capitalista.

No período feudal, o trabalho estava centrado na provisão das necessidades básicas da família e era realizado costumeiramente de forma coletiva[36]. Nesse contexto, toda atividade que contribuísse para o sustento e a reprodução era valorizada. A divisão sexual do trabalho tinha um peso menor para as mulheres, uma

---

[34] A caça às bruxas requeria uma vasta organização e administração oficial. Antes que os vizinhos se acusassem entre si ou que comunidades inteiras fossem presas do “pânico”, teve lugar um firme doutrinamento, no qual as autoridades expressaram publicamente sua preocupação com a propagação das bruxas e viajaram de aldeia em aldeia para ensinar as pessoas a reconhecê-las, em alguns casos levando consigo listas de mulheres suspeitas de serem bruxas e ameaçando castigar aqueles que as dessem asilo ou lhes oferecessem ajuda (FEDERICI, 2017, p.298).

[35] Nas terras comunitárias e características das sociedades primitivas, não havia formas de exploração comparáveis às que conhecemos hoje, as quais são resultantes da emergência da propriedade privada. Consequentemente, o trabalho não estava sujeito à alienação provocada pela divisão social do trabalho, e não existiam estruturas de dominação como o Estado, a polícia ou o direito. Dentro dessas condições, a sociedade conseguiu avançar e alcançar importantes marcos em seu desenvolvimento, o que sugere que a exploração entre os seres humanos não é uma condição indispensável para o progresso da humanidade. “Sem soldados, policiais, nobreza, reis, governadores, prefeitos ou juízes, sem cárceres ou processos, tudo caminha com regularidade. Todas as querelas, todos os conflitos são dirimidos pela coletividade a que concernem, pela gens ou pela tribo, ou ainda pelas gens entre si. Só como último recurso – raras vezes empregado – aparece a vingança, da qual a nossa pena de morte é apenas uma forma civilizada, com as vantagens e os inconvenientes da civilização. Apesar de haver muito mais questões em comum do que no presente – a economia doméstica é feita em comum por uma série de famílias e de modo comunista; a terra é propriedade da tribo e os lares só dispõem, e temporariamente, de pequenas hortas – ainda assim, não é necessária nem sequer uma parte mínima da nossa vasta e complicada máquina administrativa. São os próprios interessados que resolvem as questões; e, na maioria dos casos, costumes seculares já tudo regulam. Não pode haver pobres nem necessitados: a família comunista e a gens têm consciência das suas obrigações para com os anciãos, os enfermos e os inválidos de guerra. Todos são iguais e livres, inclusive as mulheres” (ENGELS, 2019, p. 124).

[36] “Se também levarmos em consideração que, na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as relações familiares, e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens." (FEDERICI, 2017, p 53).

vez que o trabalho reprodutivo ainda não era menosprezado e qualificado como "não trabalho" (FEDERICI, 2017).

Ainda segundo Federici (2017, p. 66), uma das formas de resistência mais simbólica da idade média se manifestava por meio dos movimentos heréticos[37], que unificaram “todos os párias do poder feudal: prostitutas, padres afastados do sacerdócio, trabalhadores urbanos e rurais.” Tomou centralidade na resistência camponesa à medida que questionavam a acumulação de riquezas, as hierarquias sociais e a ordem religiosa, principalmente denunciando a corrupção na igreja.

Uma das características distintivas desses movimentos era o papel atribuído às mulheres dentro de sua estrutura. Entre os heréticos, as mulheres[38] eram a maioria e desfrutavam dos mesmos direitos que os homens. As mulheres desempenhavam um papel central entre os grupos que formavam as seitas hereges: as classes populares e os perseguidos pela igreja. Como eram a maioria entre a população mais pobre, eram as que mais sofriam com as restrições impostas pela Igreja (FEDERICI, 2017). Segundo a autora,

> [...] registros que mostram que as principais penitências aplicadas pela igreja contra as mulheres hereges dizem respeito justamente ao uso de contraceptivos naturais e métodos abortivos, o que nos aponta que elas exerciam algum controle sobre a sua reprodução. Além disso, muitas mulheres hereges praticavam a castidade e a sodomia como controle de natalidade. (FEDERICI, 2017, p. 84).

Apesar da politização e da regulação da sexualidade pela igreja terem iniciado anteriormente aos movimentos heréticos, foi com o surgimento destes, a partir do século XII, que a igreja intensificou seu controle, impondo normas mais rígidas e patriarcais sobre a sexualidade. As mulheres foram responsabilizadas pelo desejo

---

[37] “A heresia era o equivalente à “teologia da libertação” para o proletariado medieval. Selou um marco às demandas populares de renovação espiritual e justiça social, desafiando, em seu apelo a uma verdade superior, tanto a Igreja quanto a autoridade secular. A heresia denunciou as hierarquias sociais, a propriedade privada e a acumulação de riquezas, e difundiu entre o povo uma concepção nova e revolucionária da sociedade que, pela primeira vez na Idade Média, redefinia todos os aspectos da vida cotidiana (o trabalho, a propriedade, a reprodução sexual e a situação das mulheres), colocando a questão da emancipação em termos verdadeiramente universais” (FEDERICI, 2017, p. 70).

[38] “Na Igreja, as mulheres não eram nada, mas entre os heréticos eram consideradas como iguais; as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens e desfrutavam de uma vida social e de uma mobilidade (perambulando, pregando) que durante a Idade Média não se encontravam em nenhum outro lugar. Nas seitas hereges, principalmente entre os cátaros e os valdenses, as mulheres tinham direito de ministrar os sacramentos, de pregar, de batizar e até mesmo de alcançar ordens sacerdotais” (FEDERICI, 2017, p. 83).

sexual masculino e com isso algumas medidas repressoras foram tomadas como aquelas feitas pelos concílios de Latão de 1123 e 1139.

Houve o aumento das penitências para atos sexuais que confrontassem aqueles permitidos pela Igreja, culminando com o concílio de 1189, que proibia práticas homossexuais e práticas sexuais que não tivessem como finalidade a procriação. No que se trata do movimento herético, foi violentamente combatido e contra ele ocorreu a primeira cruzada, culminando com a "santa inquisição"[39] e a caça às bruxas.

> Até então, nem a perseguição feroz nem a demonização da heresia tinham sido capazes de evitar a difusão das crenças hereges. Nem a excomunhão, nem o confisco de propriedades, nem a tortura, nem a morte na fogueira, nem as cruzadas contra os hereges puderam debilitar a "imensa vitalidade e popularidade" da *heretica pravitatis*, o mal herege. (FEDERICI, 2017, p. 84).

Longe de corresponder ao estereótipo de que a caça às bruxas foi meramente um produto do fanatismo religioso e irracional incentivado pela igreja, essa perseguição às mulheres revelou-se fundamentalmente política, contando com o apoio do Estado, de teóricos importantes e até mesmo de uma significativa campanha envolvendo artistas da época.

Federici (2017) apresenta informações de que a caça às bruxas foi fortemente marcada por motivações políticas, como evidenciado pela relação entre o número de mulheres perseguidas e as regiões onde os conflitos e as resistências eram mais intensas e estruturadas. Outrossim, as mulheres frequentemente acusadas de bruxaria eram aquelas mais idosas, economicamente desfavorecidas, viúvas ou solitárias, que vagavam pelas cidades e vilarejos em busca de alimento ou assistência pública. Eram acusadas de lançar mau-olhado ou proferir maldições quando lhes era negado apoio. Foram responsabilizadas por espalhar a miséria em um momento que o capitalismo em ascensão generalizava a pobreza.

A ascensão do sistema capitalista, mediante processos violentos de expropriação e privatização dos bens comuns, caracterizados como "acumulação primitiva", resultou também no "cercamento das mulheres" em tarefas não remuneradas e frequentemente invisíveis de reprodução da força de trabalho no

[39] "[...] a perseguição e genocídio de mulheres das camadas camponesas, estigmatizadas como —bruxas pela Igreja, foi parte do processo de acumulação primitiva do capital e da imposição de uma nova disciplina sobre a vida reprodutiva necessária à ordem social nascente e diante de uma profunda crise demográfica gerada pela Peste Negra no continente." (FERREIRA, 2017, p. 47).

ambiente doméstico, além de uma política específica de controle sobre a reprodução biológica feminina (FEDERICI, 2004).

A autora apresenta como as transformações que consolidaram as novas relações de produção envolveram processos nas mais distintas dimensões da vida social, sobretudo no que concerne à esfera da reprodução, incluindo a reprodução biológica.

> O sistema capitalista se consolida incorporando relações de dominação que lhe são anteriores, do ponto de vista histórico, e reestruturando-as sob as necessidades de cada momento do seu desenvolvimento. É o caso da dominação exploração-patriarcal. No caso do racismo, na sua forma —moderna, trata-se de uma forma particular de dominação e apropriação forjada no desenvolvimento do capitalismo por meio do — "sistema colonial moderno". O colonialismo emerge em determinado período histórico, como a primeira grande empreitada do capitalismo para ampliar suas correntes de acumulação, e tem na escravização de populações do continente africano um de seus mecanismos estruturantes. (FERREIRA, 2017, p. 47).

O capitalismo se vale de qualquer disparidade ou desigualdade social, causadas inclusive pelo sistema, para promover seu modo de produção e lucratividade. Em cada período histórico, o capitalismo procura implementar mecanismos que promovam a realização de suas finalidades. Seu propósito fundamental é a acumulação, e por isso ele trabalha para estabelecer uma estrutura social que favoreça esse processo.

O sistema patriarcal não foi uma criação do capitalismo, ele esteve presente em outros períodos históricos. No entanto, o capitalismo se apropria da desvantagem preexistente das mulheres porque é lucrativo e perpetua um sistema de poder e dominação que favorece homens, brancos, heterossexuais e cristãos no controle da sociedade.

A dominação e o controle das mulheres têm contribuído, como apontado por Saffioti (2013), para aumentar a quantidade de trabalho não remunerado. Embora a exploração e a dominação das mulheres não tenham começado com o capitalismo - como ressaltado por Toledo (2008) - têm sido intensificadas nesse sistema, onde se somam exploração, jornada com "tarefas extensivas, intermitentes e intensivas de trabalho produtivo e reprodutivo" (ÁVILA, 2010) e salários reduzidos, resultando na criação de novas formas de opressão.

A exploração da mão de obra feminina se dá por meio de um processo de apropriação, o que resulta também no controle sobre seus corpos e sexualidade. O patriarcado é uma estrutura que pode ser ativada por qualquer indivíduo, inclusive por

mulheres. Funciona como um meio de apropriação das mulheres, que são consideradas como objetos sexuais dos homens, responsáveis pela reprodução de herdeiros, cuidadoras e uma fonte de mão de obra barata.

> [...] quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas [...] não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração [...] não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. (SAFFIOTI, 2015, p.138-139).

Quando se trata da apropriação das mulheres, conforme apontado por Cisne (2013), a persistência da visão das mulheres como objetos e sua naturalização derivam da ideologia naturalista, na “sexagem”. As mulheres são consideradas como sujeitos naturais, com um destino determinado por suas características biológicas. O termo “sexagem” foi elaborado por Guillaumin (1978). A apropriação, decorrente da “sexagem”, pode acontecer de duas formas: individual (privada) e coletiva. No primeiro caso, ocorre principalmente dentro da estrutura familiar, através do casamento. Já no segundo caso, que é mais abrangente e arraigado que o primeiro, é promovido pelas instituições religiosas, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade em geral. As manifestações dessas apropriações podem ocorrer através do mercado de trabalho, da restrição espacial, da exibição de poder, da coerção sexual, do aparato jurídico e dos costumes tradicionais.

Cisne (2013) destaca que nesse processo de apropriação, não há espaço para uma reciprocidade contratual por parte das mulheres, pois suas responsabilidades são consideradas naturais e biológicas. A pesquisadora argumenta que por sermos mulheres, nos diferenciamos de outros grupos de trabalhadores e de outros segmentos oprimidos, pois frequentemente não conseguimos comercializar nossa mão de obra, já que não somos reconhecidas como trabalhadoras, desempenhando muitas vezes tarefas de forma gratuita devido à percepção da obrigação "feminina".

A estagnação econômica, o aumento da desigualdade social e a degradação ambiental como exemplos da crise mais recente do capitalismo repercutem em toda a classe trabalhadora, principalmente através do “crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. ” (FEDERICI, 2017, p. 25). Notadamente os efeitos da crise têm sequelas ainda mais profundas sobre a vida das mulheres que são atingidas de forma desigual nesse

processo. Nesses termos, Saffioti (2013) argumenta que esse processo foi constituído historicamente.

> [...]as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...]. ” (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Ao tentar localizar as razões pelas quais a crise estrutural impacta mais intensamente a vida das mulheres, precisamos reconhecer que somos afetadas desproporcional e especificamente devido as relações desiguais de gênero e as estruturas patriarcais de poder que o sistema capitalista convenientemente aciona no trato com as mulheres. É inerente ao modo de produção capitalista a constituição de estruturas hierárquicas de desigualdades, “a configuração dessas divisões é construída através das relações de classe, raça e gênero e das práticas sociais”. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 151).

As consequências imediatas sobre a vida das mulheres, estão relacionadas diretamente à intensificação e à precarização do trabalho, assim como pelo controle dos corpos, da sexualidade e pela apropriação do trabalho reprodutivo desempenhado. Nesses termos, Saffioti argumenta que

> [...] A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papeis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. (SAFFIOTI, 2015, p.113).

A crise estrutural do capital perpetua a divisão sexual do trabalho. As mulheres são frequentemente responsáveis pelo trabalho reprodutivo não remunerado, incluindo o cuidado de crianças, idosos e doentes, e trabalho doméstico. Essa dimensão invisibilizada do trabalho feminino, a reprodução social, é crucial para a reprodução da força de trabalho e o funcionamento da economia, mas por tratar-se de um trabalho executado por mulheres, raramente é reconhecido ou valorizado. De acordo com Ávila (2010), “as mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis”.

Esse contexto leva a uma intensificação da precarização do trabalho feminino em escala global. A perpetuação da divisão sexual do trabalho usurpa o tempo da vida

das mulheres (ÁVILA, 2010). As mulheres são empurradas para setores econômicos precários, como trabalho informal, terceirizado e temporário, onde enfrentam salários baixos, condições de trabalho perigosas e falta de proteção social. Isso as coloca em maior vulnerabilidade à pobreza, exploração e abusos no local de trabalho.

O capitalismo estabeleceu uma batalha contra as mulheres, que é constantemente recriada durante períodos de crise, resultando na repetição do padrão de violência da acumulação primitiva do sistema capitalista. Dessa forma, a expropriação dos recursos comuns, o racismo e as práticas coloniais, e a marginalização social das mulheres tornam-se artifícios frequentemente empregados para assegurar sua sobrevivência (FEDERICI, 2017).

Existe uma investida estrutural e permanente em curso contra as mulheres como característica do estágio de acumulação capitalista contemporâneo. Autoras feministas como Gago (2020); Federici (2017); Falquet (2017) têm reiterado os argumentos sobre essa investida contra as mulheres. No caso específico da América Latina, particularmente no Brasil, essa ofensiva apresenta profundas marcas da formação sócio-histórica.

1.2 **O capitalismo dependente na América Latina e as particularidades da formação social brasileira**.

Na obra *Capitalismo e Escravidão*, Erick Williams (2012) apresenta a relação da expropriação do trabalho através da escravidão com a formação do capitalismo moderno. Nas palavras do autor,

> [...]Numa perspectiva histórica, a escravidão faz parte daquele quadro geral de tratamento cruel imposto às classes desfavorecidas, das rigorosas leis feudais e das impiedosas leis dos pobres, e da indiferença com que a classe capitalista em ascensão estava começando a calcular a propriedade em termos de libras esterlinas e se acostumando com a ideia de sacrificar a vida humana ao deus da produção [...] a escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo nasceu da escravidão. O trabalho forçado no Novo Mundo foi vermelho, preto e amarelo; católico, protestante e pagão (WILLIAMS, 2012, p. 32 -34).

O autor relata que inicialmente o trabalho forçado no chamado Novo Mundo foi imposto aos indígenas, no entanto esses sucumbiram tanto em termos de condições

de trabalho quanto em termos numéricos e, por serem considerados “ineficientes”, sendo a mão de obra negra africana muito mais abundante, de menor valor e com mais resistência. E dessa forma “[...] os negros foram roubados da África para trabalhar nas terras roubadas dos índios na América” (IDEM, p. 37). [40]

Moura (1981, p.36), do mesmo modo, abordou sobre as relações entre as colônias e os países europeus e como a escravidão dinamizou economicamente esses países. De acordo o autor “[...] a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles”. No entanto, para a Inglaterra, o que foi no início comercialmente interessante, o tráfico negreiro da África, segundo Moura (1981) foi o entrave para a necessidade de escoamento da manufatura. Sobre essa questão, Marx igualmente ressalta: “às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado” (2013, p. 823).

Segundo Ianni (1978), existe um possível paradoxo entre o início do trabalho livre na Europa e o trabalho escravo no Novo Mundo. O autor considerou esse pressuposto através de uma análise crítica das dinâmicas econômicas e sociais que moldaram o desenvolvimento do capitalismo. A ascensão desse modo de produção marcou o surgimento do trabalho assalariado livre.

Este processo, acentuado principalmente a partir da Revolução industrial, envolveu a mercantilização da força de trabalho e o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Acompanhado a esse movimento ainda se faziam presentes ideais que emergiram dos processos revolucionários emergentes como “liberdade individual e direitos humanos”, embora frequentemente limitados a estratos sociais naquele continente.

Por outro lado, nas Américas coloniais, a base econômica foi estabelecida na exploração intensiva da mão-de-obra escrava africana e indígena. Este sistema

[40] “O sucessor imediato do índio, porém, não foi o negro, e sim o branco pobre. Esses trabalhadores brancos eram de vários tipos. Alguns eram engajados (indentured servants), assim chamados porque, antes de sair da terra de origem, assinavam um termo de engajamento reconhecido por lei, pelo qual se obrigavam a prestar serviços por tempo determinado para custear o preço da passagem. Outros, chamados “quitadores” (redemptioners), combinavam com o capitão do navio que pagariam a passagem na chegada ou dentro de determinado prazo a contar da chegada; se não cumprissem o acordado, o capitão os venderia em praça pública. Outros ainda eram criminosos condenados, enviados por política deliberada do governo para trabalhar por um período de tempo estipulado. Essa emigração estava em sintonia com as teorias mercantilistas da época, que defendiam enfaticamente que os pobres fossem alocados em trabalhos úteis e produtivos e propugnavam a emigração, voluntária ou involuntária, como medida para reduzir o índice de pobres e encontrar ocupações mais rentáveis no exterior para os vagabundos e desocupados do país.” (WILLIAMS, 2012, p. 36-37).

contradizia os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” da Revolução Burguesa, destacando um paradoxo central do capitalismo emergente: a coexistência de trabalho livre e escravo dentro do mesmo sistema econômico mundial.

> Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os progressos da divisão do trabalho social e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção. Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo. Sob esse aspecto, pois, o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário. (IANNI, 1978, p. 06).

Para Ianni (1978), esse paradoxo não era apenas uma contradição superficial entre valores, outrossim, era uma manifestação fundamental das dinâmicas de poder e exploração que sustentam a estrutura do modo de produção capitalista. A busca por lucro e acumulação de capital resulta na exploração de mão-de-obra escrava nas Américas como um pilar essencial para o desenvolvimento econômico das potências coloniais europeias.

Assim, o autor ressalta como o desenvolvimento do trabalho livre na Europa e o uso de trabalho escravo no Novo Mundo são interdependentes dentro de um sistema econômico global, revelando um paradoxo central na história do capitalismo e nas relações sociais modernas, onde diferentes formas de exploração coexistiram e interagiram de maneiras complexas e, muitas vezes, contraditórias. Nesse sentido, Marx também abordou sobre a exploração violenta das colônias.

> A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais para a acumulação primitiva [...] Tais métodos como o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles porém lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para outro. A violência é parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma violência econômica. (MARX, 2013, p. 821).

Ainda sobre as relações escravistas, na obra *As Rebeliões da Senzala*, Moura (1989, p. 13) trata sobre a ideia comumente difundida “[...] de que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão”. Dessa forma, segundo Moura (1989), o chamado processo de acomodação teve para os estudiosos um papel central na dinâmica social brasileira. Considerando esse elemento, o autor

procurou analisar as manifestações extralegais das tensões entre senhores e escravos/as e como essas foram essenciais para moldar e caracterizar a sociedade brasileira. Afinal, “os problemas não solvidos com o 13 de maio deixaram aderências e canalizaram forças negativas que até hoje continuam influindo na história social” (MOURA, 1981, p. 14).

As relações escravistas produziram diversas reações dos/as negros/as escravizados/as que variavam desde suicídios, fugas individuais ou coletivas, insurreições, organizações em quilombos e participação em outros movimentos, criando muitos conflitos na sociedade colonial (Moura, 1981). Ainda que essas reações não tivessem imediatamente uma conotação política, inevitavelmente serviram de elemento para ao movimento abolicionista, tornando a resistência negra essencial no processo.

> A posição crítica (embora inconsciente, fazemos questão de insistir) do quilombola, por seu turno, ao onerar o trabalho escravo no seu conjunto e ao desistitucionalizá-lo, mostrava de um lado, as falhas intrínsecas do escravismo e, ao mesmo tempo, mostrava aos outros escravos a possibilidade de um tipo de organização no qual tal forma de trabalho não existia. (MOURA, 1981, 248).

Ainda, de acordo com Moura (1981), no sistema escravista brasileiro ocorria uma tensão marcante, pois enquanto as/os negras/os escravizadas/os eram exploradas/os e sustentavam a economia latifundiária colonial para exportação, quilombolas resistiram ao trabalho forçado e desempenharam um papel crucial na transição da escravidão para formas de trabalho livres. Nesse sentido, desse autor é possível identificar diversos elementos da resistência e da reação negra, subsídios do que talvez pudessem receber demarcação de “questão social embrionária”, em termos da inserção dependente do país naquele momento em fase de transição de organização de produção. Sobre as “particularidades” da questão social no Brasil, Silva (2014, p. 28) sinaliza que

> [...] suas raízes coloniais-escravistas, ainda que latentes, como sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se [...] pelo enfrentamento da escravidão indígena, da expropriação do negro, mas, fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vida e de trabalho industrial.

Segundo a autora, a escravidão e o patriarcalismo são categorias constituintes do processo de formação sócio-histórica brasileira, apresentando-se na

contemporaneidade por meio do racismo, do machismo, das violências dentre, outras formas de discriminação e preconceito. Não por acaso, o resgate da base estrutural da nossa sociedade colonial apresenta elementos para entendimento de elementos importantes da atualidade. O processo como se desenvolveu nossa formação particularizou a relação entre o *moderno e o arcaico*, uma "[...] colônia de exploração voltada para fora, teve por base a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo" (PRADO JR., 2008, p. 121).

A construção do capitalismo dependente no Brasil está intrinsecamente ligada à estrutura econômica e social do país, e como ela foi moldada também por influências e dinâmicas presentes em toda a América latina. Isso se revela nas complexas relações de dependência e subordinação que caracterizam o desenvolvimento econômico da região dentro do circuito de reprodução capitalista. Segundo Osório (2012, p.42):

> [...] o capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneiras diferentes ou reproduz – redefinindo- o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e os destina para mercados – internos ou externos- adequados às suas necessidades, tudo o que, visto em seu conjunto, difere de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz.

Esses ciclos periódicos permeiam o funcionamento do capital, destacando que sua efetivação requer a dominação das esferas da produção e da circulação. Nesse processo, o capital assume diferentes formas - dinheiro, produtivo e mercadoria - cada uma seguindo seu próprio ciclo. A sua dinâmica evidencia não apenas a perpetuação do sistema, mas também a exploração contínua dos recursos e da força de trabalho. A análise desses ciclos contribui para o entendimento dos padrões do desenvolvimento capitalista nos países da América Latina.

No que tange à exploração na região, de acordo com Ianni (1993), a história da América Latina é uma história de conflitos e lutas sociais permanentes. Os longos períodos de colonialismo e escravização, sustentados por uma economia orientada para a exportação de recursos primários, deram origem a estruturas sociais complexas, diferenciadas e rígidas, que entrelaçam um emaranhado de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, raciais e regionais.

A incorporação das discussões sobre as mulheres na região é atravessada por elementos de segregação e hierarquias significativas nas funções econômicas,

políticas e sociais. As raízes desse processo estão fundamentadas na superexploração do trabalho feminino, na divisão sexual do trabalho, no racismo e no patriarcado que se articularam contundentemente em todo território, ainda que manifestem particularidades em cada país. Afinal, ao examinar a América Latina, é crucial evitar a simplificação das experiências distintas entre os diversos países (IANNI, 1993).

Na sua especificidade, o Brasil carrega as cicatrizes de sua formação sócio-histórica, evidenciando relações sociais resultantes de uma inserção tardia e subordinada ao capitalismo mundial, gerando uma burguesia dominante, reacionária e essencialmente antidemocrática. Além disso, tem em seu lastro um legado de exploração da estrutura escravista que permeia as bases sociais, perpetuando um sistema onde o racismo e o patriarcado são elementos estruturantes e inescapáveis. Portanto, é essencial reconhecer e provocar essas estruturas de opressão que perpetuam a desigualdade na América Latina.

O desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos e semicoloniais não seguiu o mesmo padrão dos países chamados centrais. Essa desigualdade é resultado das relações de poder e dominação presentes no sistema capitalista, por isso rompe com a premissa de que o desenvolvimento econômico segue um caminho linear e uniforme em todos os países. As particularidades das invasões e colonizações desempenharam um papel crucial na chamada acumulação primitiva e no avanço do capitalismo na Europa Ocidental.

A colonização não apenas se apropriou e explorou os recursos materiais e econômicos, mas também operou de forma a obscurecer e suprimir todos os elementos que poderiam nutrir as raízes e tradições dos povos colonizados - sua cultura, seu idioma, sua vestimenta e seus rituais foram sistematicamente apagados e silenciados. Nas palavras de Quijano (2005, p. 121), “a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento”.

Ao discutir essas relações, o autor elaborou a ideia de colonialidade do poder, referindo-se à consolidação de uma estrutura global de poder capitalista centrada na Europa e fundamentada na concepção racial. Segundo Quijano (2005), essa concepção parte de parâmetros biológicos para legitimar a inferioridade das/os colonizadas/os em relação aos colonizadores.

> A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/ inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118).

O conceito de raça serve como base legitimadora para todas as modalidades de dominação perpetradas pela colonialidade sobre os povos colonizados. A partir desses fundamentos estabelecidos durante o período colonial, a população das Américas e do mundo foi subjugada a esse novo modelo de poder europeu. Esse padrão internalizado universalmente, cria novas identidades, hierarquias e papéis sociais.

Ao discutir os padrões de racismo na França durante o século XIX, Mbembe (2014) salienta que essa realidade estava profundamente entrelaçada com o contexto da época. Entre os principais elementos destaca a colonização, o processo de industrialização e o surgimento da classe burguesa, os quais contribuíram para a intensificação das disparidades sociais e das hierarquias raciais. Nas palavras do autor, “a raça era simultaneamente o resultado e a reafirmação da ideia global da irredutibilidade das diferenças sociais” (MBEMBE, 2014, p. 57).

Nesse sentido, é possível afirmar que o conceito de raça foi elemento determinante para a legitimação da dominação sobre as/os colonizadas/os. Ou seja, características diferenciadas – racial, cultural ou social - daquelas das/os colonizadores eram tratadas como inferiores, externas e, consequentemente, excluídas. Não por acaso, Fanon (2005) observou que diante de tanta opressão e desqualificações em razão da cor que determinava lugares sociais, negras/os antilhanos na França buscaram diversas estratégias de adequação para inserir-se socialmente.

> Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma

> superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico. (FANON, 2005, p.62).

Espaços que anteriormente eram demarcados geograficamente passam a ser delineados pela classificação racial. Esse novo modelo de poder global é estabelecido por meio de dois processos históricos: a construção ideológica da "raça" e a “racialização” das populações nas Américas, além do controle e subjugação do trabalho, dos recursos e dos produtos das colônias ao mercado mundial. Como afirma Lugones (2008, p. 80) “a divisão do trabalho se fez completamente racializada, assim como geograficamente diferenciada.”

A autora avalia, ainda, que há influências da colonialidade do poder nas desigualdades entre homens e mulheres. Isso decorre da construção de uma sociedade colonial patriarcal que promove uma divisão que desvaloriza e desqualifica as mulheres.

> A interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualidade visa compreender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação às violências sistematicamente infligidas às mulheres de cor, ou seja, mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008, p.73).

É importante fazer destaques acerca das relações que se estabeleceram no capitalismo colonial, colocando contextos específicos e, consequentemente, demandas e pautas para as mulheres em condições historicamente situadas. Nesse contexto, na divisão de trabalho essencialmente racializada sempre esteve demarcado, como assinala Davis: “o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras, segue um modelo estabelecido desde o início da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (2016, p. 17).

As condições históricas específicas, as contradições próprias do sistema capitalista são fundantes para a constituição dessas disparidades. Segundo Mandel (1985, p .18), além da inerente suscetibilidade às crises, o capitalismo também estaria suscetível “[...]à discrepância entre o desenvolvimento das forças de produção e o desenvolvimento do consumo de massas, defasagem que ele acreditava ser parte integrante da própria natureza do capitalismo. ”

Mandel (1985) resgata a ideia de que o capitalismo se desenvolve desigual e combinadamente, a partir de sua apreensão do “desenvolvimento desigual e combinado” referido por Trotsky[41]. A saber,

> O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. (TROTSKY, 1978, p. 25).

Leon Trotsky analisou que o caráter desigual e combinado das relações de produção em formações sociais periféricas residia na interligação entre o capital urbano-industrial e a propriedade rural, entre as classes proprietárias da cidade e do campo. Em países capitalistas periféricos, como era o caso da Rússia no início do século XX, o desenvolvimento da economia urbana e rural era caracterizado por ritmos e movimentos diferentes, por contradições e por mudanças abruptas.

Por isso é crucial examinar como a lei do valor se desdobra em contextos específicos, considerando os elementos particulares de cada região. A aplicação dessa lei não é igual em todas as partes do mundo capitalista, há contradições e resistências que desafiam sua tendência.

Marx (2014) identificou como pilares fundamentais da acumulação primitiva a exploração desenfreada das Américas, através da busca por ouro e prata às custas da vida e da liberdade dos povos indígenas, além da barbárie do tráfico de escravizadas/os, transformando a África em um verdadeiro campo de lucro para essas nações colonizadoras.

---

[41] Há registros de que tenha sido Lênin (1982) o primeiro a examinar com maior profundidade um processo específico - o desenvolvimento do capitalismo na Rússia - sob a ótica de sua desigualdade socioeconômica. No entanto, foi após a Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual, com contribuições de Leon Trotsky, adquiriu um significado mais definido. A partir de Trotsky ela passa a se chamar desenvolvimento desigual e combinado, não se referindo apenas à dimensão econômica, mas se referindo também a uma questão política. Essa lei integra uma teoria – a teoria da revolução permanente (LÖWY, 1995).

Ainda segundo Marx (2014), a exploração das Américas foi essencial para o enriquecimento comercial e o avanço econômico dos países europeus. Às custas da escravidão, violência, pilhagem e expropriação de terras, o capitalismo começou a estabelecer suas bases, preparando o terreno para sua lógica de produção e reprodução. Desde seus primórdios, esse modo de produção demonstra a criação de uma sociedade enraizada em contradições, que perpetuam a opressão e impossibilitam uma verdadeira emancipação.

Conforme argumentado por Federici (2017, p. 37), “a acumulação primitiva foi um processo universal em cada fase do desenvolvimento capitalista”. Assim, a espoliação dos territórios comuns, o racismo sistêmico, as práticas colonialistas e a subjugação das mulheres são utilizadas de forma sistemática como instrumentos para garantir a sobrevivência do capitalismo. Esse ciclo de exploração destrói as bases sociais e humanas, perpetuando estruturas de desigualdade.

A dominação externa e a consequente dependência enfrentada nas Américas, especialmente nas regiões do sul-americanas, foram fatores cruciais que permitiram a acumulação primitiva dos países europeus. Nesses países o tráfico negreiro foi elemento determinante para a acumulação. Sendo necessário considerar que nas colônias “[...] a dissociação entre o trabalhador e suas condições de trabalho inclusive a raiz destas, a terra, ou ocorrendo ela apenas esporadicamente ou em escala limitada, também não há a separação entre agricultura e indústria, nem se verifica a destruição da indústria doméstica rural.” (MARX, 2014, p.890).

Desde o início do processo de colonização, os países do capitalismo central se detiveram na produção para atender às necessidades do seu mercado interno. O aumento da produtividade exigiu a ampliação de outros mercados consumidores. Ao passo que aconteceu o aumento da exploração das/os trabalhadoras/es para efetivar maior produtividade, também foi exigido novos mercados consumidores. Essa questão pode ser abordada através do aumento da eficiência produtiva, o que resultaria na redução dos custos dos produtos básicos, permitindo a extensão do tempo dedicado à geração de mais-valia e, consequentemente, diminuindo o tempo necessário de trabalho.

A absorção da América Latina como uma região voltada para a produção de alimentos e bens primários resultou na desvalorização da mão de obra e influenciou diretamente na redução das horas essenciais de trabalho nas economias centrais. Esse processo não apenas perpetuou a dependência econômica da região, mas

também explora as/os trabalhadoras/es enquanto beneficia as elites econômicas dos países centrais.

A economia da América Latina foi moldada por uma estrutura econômico-social enraizada no modo de produção capitalista, intensificando e aprofundando as contradições inerentes a essa lógica. No entanto, ao longo do desenvolvimento, essas contradições têm sido exploradas de forma particularmente brutal, criando relações de exploração ainda mais cruéis e um ciclo de capital que perpetua a submissão histórica desses países à dominação externa.

> A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil, e sua diferença básica em relação a elas, reside em que aquilo que se transforma em mercadoria não é o trabalhador – ou seja, o tempo total de existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção – mas sua força de trabalho, isto é, o tempo de sua existência que pode ser utilizada para produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista. É esta a razão pela qual, ao se subordinar uma economia escravista ao mercado capitalista mundial, o aprofundamento da exploração do escravo é acentuado, já que interessa, portanto, a seu proprietário reduzir os tempos mortos para a produção e fazer coincidir o tempo produtivo com o tempo de existência do trabalhador". (MARINI, 2011, p.151).

Desde o período anterior à ascensão do capitalismo até a sua consolidação, os países centrais obtiveram excedentes das nações dependentes através da expropriação durante o processo de acumulação primitiva de capital. Posteriormente, esses excedentes foram extraídos através do comércio internacional e da expansão do capital, que passava a explorar a mais-valia localmente com o apoio de investimentos estrangeiros. Sobre a questão da transferência entre países centrais e dependentes, ressalta Carcanholo (2009, p. 254-255):

> [...] primeiro lugar, operam os mecanismos internos a uma mesma esfera de produção. Como as mercadorias tendem a ser vendidas a partir do valor de mercado, isto é, do valor referente às condições médias de sua produção (produtividade média), e os países dependentes possuem padrões de produtividade inferiores aos dos países do centro, ocorre a transferência de valor excedente (mais-valia extra) da periferia para o centro por conta do processo de concorrência entre os capitais externos e internos, dentro de uma mesma esfera de produção. Em segundo lugar, opera o processo de concorrência entre distintas esferas de produção. Esse processo de concorrência reflete a entrada e saída de capitais de várias esferas, conforme as diferentes taxas de lucro vigentes nessas esferas, o que tende a igualar as taxas de lucros. Entretanto, o monopólio de produção de mercadorias com maior valor agregado no centro faz com que os capitais internos possam vender seus produtos a um preço que supera aquele que prevaleceria com iguais taxas de lucro, definindo também um mecanismo de transferência de valor. Esses dois mecanismos operam dentro do condicionante de dependência.

Esse cenário impôs às economias dependentes a necessidade de gerar excedentes, parte dos quais é apropriada externamente, enquanto outra parte sustenta a acumulação interna. Um mecanismo que ilustra isso no atual modelo de reprodução do capital é o processo de endividamento, que historicamente tem sido utilizado pelas grandes potências como uma ferramenta de dominação externa. Segundo Fernandes (1975, p.20), “[...] o desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”.

O formato dependente de desenvolvimento da região não foi apenas uma manifestação da suposta incompetência da burguesia latino-americana; na verdade, tratou-se de uma escolha consciente, moldada por alianças políticas e econômicas que subordinam os interesses locais ao centro do capital. Essa conivência visou prioritariamente a obtenção de ganhos financeiros particulares, em detrimento do correspondente avanço e soberania da região.

Na América Latina, encontra-se uma configuração econômico-social peculiar, enraizada em um ciclo de capital que perpetua padrões de reprodução característicos do processo de dependência. Essa realidade é evidenciada nas transições históricas da economia colonial para a nacional e do capitalismo comercial para o industrial, marcadas por uma exploração contínua e uma submissão arraigada aos interesses externos.

No Brasil, nos dias de hoje, é possível observar uma verdadeira sangria de recursos através do pagamento de juros e amortizações de dívidas contraídas pelos países dependentes. Essa exploração implacável tem um efeito devastador sobre o financiamento das políticas sociais, que são sistematicamente negligenciadas em prol do pagamento prioritário da chamada "dívida pública". Segundo Marini (1991, 2005, p. 221-22):

> [...] os acordos referentes ao pagamento dos serviços da dívida externa e aos empréstimos e financiamentos, particularmente os realizados com o FMI e o Banco Mundial, aprisionam nossos governos, fixando em detalhes, por longos períodos, a política orçamentária, os planos de inversão, as verbas sociais, os níveis da taxa de juros. Ao assinarem os acordos, os governos latino-americanos renunciam a qualquer pretensão de independência na formulação de suas políticas e passam a dispor de um grau de autonomia praticamente nulo. Impõem-se, assim, uma política de reconversão econômica funcional aos objetivos dos grandes centros capitalistas. Nesse marco, nos colocam a obrigação de abastecer esses centros com matérias-primas e manufaturas de segunda e terceira, às custas do desmonte de

> nossas estruturas produtivas e de nossos mercados internos, pouco se importando com que isso implique das as costas à satisfação elementares da população.

Temos testemunhado uma contínua subjugação às vontades das classes dominantes, refletida em decisões políticas, econômicas e sociais que são impostas de forma autoritária ao longo da sua história, movimentando-se entre o moderno e o arcaico, refém de uma classe dominante que ainda carrega consigo sua herança oligárquica, e que impõe sua vontade sobre a classe trabalhadora, manipulando as engrenagens em seu próprio benefício e "fazendo da autocracia a via de sua revolução burguesa". Conforme alude Fernandes (2005):

> [..]a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à mistificação da história. Aí a Revolução Burguesa combina - nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia essa combinação se processa em condições econômicas e históricos-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de "repetição da história" ou de "desencadeamento automático" dos pré-requisitos de referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade varável, é uma forte dissociação *pragmática* entre o desenvolvimento capitalista entre o desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se de uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia. (FERNANDES, 2005, p.340).

O processo de construção do conservadorismo brasileiro e suas formas de manifestação na realidade balizaram uma lógica de desigualdade e alienação, e também um construto social resultante da nossa formação social colonial notadamente heteropatriarcal, machista e racista, em que o público e o privado estiveram fortemente marcados nas relações da "casa grande e senzala"[42], e entre a igreja e o Estado, confirmando, assim, que as marcas do processo histórico brasileiro e o contexto de opressão persistente marcaram a organização do Estado de acordo com os interesses dominantes.

Na realidade brasileira, a perpetuação das bases capitalistas, patriarcais e racistas se manifesta de forma atroz, enraizada em um histórico profundo de escravidão. A burguesia, cuja ascensão se fundamentou na opressão sistemática de sexo, raça e classe, insistiu em manter essas estruturas como pilares do poder e do prestígio, relegando às mulheres, especialmente as negras, condições de vida e trabalho extremamente precárias.

---

[42] Referência à obra do sociólogo Gilberto Freyre "*Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal", lançada em 1933.

Para a burguesia nacional, a dominação econômica, a reafirmação do patriarcado e a perpetuação do racismo constituem elementos intrínsecos à sua identidade e uma escolha ideológica. Defendem essas relações de exploração porque são elas que sustentam sua posição de poder, uma vez que estas representam a base mesma de sua estruturação e domínio.

A formação da sociedade capitalista brasileira se consolidou através da exploração enraizada na estrutura escravista. Com o desenvolvimento urbano, surgiram interesses antagônicos aos fundamentos da escravidão. No entanto, esse processo de mudança foi amplamente influenciado por fatores econômicos e políticos que muitas vezes priorizaram a manutenção do *status quo* que sustentava a escravização do período.

A influência inglesa no Brasil foi instrumentalizada principalmente para promover seus próprios interesses capitalistas, disfarçados sob a disseminação de ideais liberais e uma suposta postura antiescravista, como mencionado anteriormente. Essa abordagem não apenas serviu para consolidar seu domínio econômico, mas também perpetuou as estruturas de exploração e opressão existentes no país a partir da exploração da mão de obra “livre” das/os trabalhadoras/es, inclusive imigrantes europeus.

A crise do colonialismo e do escravismo estava sintonizada com a consolidação da industrialização na Europa e o surgimento de um novo padrão de dominação externa: o imperialismo, mencionados no início do tópico. Como afirma Ianni (1978, p.25), “[...] pouco a pouco, a partir dos anos 1850, foram-se delineando os contornos das duas formações sociais diversas e progressivamente antagônicas: a escravista, cada vez menos dinâmica e a capitalista, ganhando dinamismos crescentes”.

Nesse contexto, o Estado capitalista dependente foi subserviente não apenas às obstinações gananciosas de uma burguesia em sua busca predatória, mas também aos interesses destrutivos do capital estrangeiro. Nesse sentido, como assinala Fernandes (2006, p. 358), “o poder estatal surge como a principal estrutura e o verdadeiro dínamo do poder burguês”. Isso não apenas perpetua um desenvolvimento desigual do capitalismo monopolista no país, mas também institucionaliza uma "domesticação particularista do Estado".

> De modo geral, portanto, os requisitos políticos do desenvolvimento capitalista e das relações de classe reaparecem no mundo burguês da periferia. Com uma diferença notória apenas: o elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social. Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o

> desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente democráticos, autoritários e autocráticos, o mesmo sucedendo com as relações pacíficas entre as classes sociais. (FERNANDES, 2005, p. 103).

Por isso, em muitos países da América Latina, como o Brasil, por exemplo, não houve um confronto direto entre a burguesia e a aristocracia agrária, mas sim uma restauração das antigas estruturas de poder, uma fusão entre preservação e renovação das estruturas de poderes antigas, um "novo" metamorfoseado pelo antigo. As classes burguesas se resguardaram para enfrentar a industrialização intensiva e a transição para o capitalismo monopolista (FERNANDES, 2005).

A ordem legal e política brasileira não sofreu apenas um "deslocamento na direção do autoprivilegiamento das classes burguesas" (Idem, 2005). Mais que isso, ela sofreu simultaneamente um estrangulamento simétrico no sentido da negação parcial dos dissidentes e das outras classes. Constituindo-se uma *dualidade da ordem*, o Estado nacional completou um processo que segundo Fernandes (2005) é o modelo típico do Estado capitalista periférico dependente, quando o capitalismo dependente e a sociedade de classes correspondente atingem a fase de industrialização intensiva e de transição para o capitalismo monopolista.

> [...] Estado nacional sincrético. Sob certos aspectos, ele lembra o modelo nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de formas de coação, de repressão e de opressão. Ou de institucionalização da violência e do terror, que são indisfarçavelmente fascistas [...] O Estado se diferencia e, ao mesmo tempo, satura sua estrutura constitucional e funcional de uma maneira tal que fica patente ou que se pratica, rotineiramente, uma democracia restrita, ou que se nega a democracia. Ele é literalmente, um Estado autocrático e oligárquico. Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam simultaneamente o poder econômico, o poder social e o poder político (FERNANDES, 2005, p. 406).

As marcas deletérias do processo de ocupação e a constituição da América Latina ainda se encontram presentes na sociedade contemporânea brasileira em pelo menos três elementos. Na pauperização estrutural a que a população negra foi submetida a partir do processo de escravização, a qual Florestan Fernandes (1978) se refere acerca da situação de negras/os na formação da sociedade brasileira. A segunda, com estreita relação com a primeira, foi marcada por relações de racismo e sexismo, como bem alude Lélia Gonzáles (1983). E também podemos destacar a

atualização de antigas formas de exploração do trabalho, como aqueles análogos à escravização, de migrantes e de meninas e mulheres negras e pobres.

Mesmo considerando o arcabouço de estudos de Florestan Fernandes, González (1983) recusou a análise do autor sobre a população negra no processo de transição periférica e dependente do Brasil, principalmente na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, na qual o preconceito racial é componente essencial da estrutura social, mas sem função em uma sociedade burguesa que se diz igualitária e liberal. Segundo a autora, [...] “o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas” (GONZÁLEZ, 2020**,** p. 35).

Por sua vez, González[43] corroborava com o autor quanto à perspectiva de que a democracia racial era uma ilusão autoritária na sociedade brasileira, assim como pela observação de Fernandes de que os/as negros/as no Brasil foram integrados de maneira precária na estrutura de classes, ou seja, nos seus limites periféricos, à margem do sistema capitalista. Sobre a relação entre o fenômeno do racismo e as mudanças na sociedade capitalista, especialmente em relação aos processos de exclusão na formação das classes sociais no Brasil, a autora assinalou que

> Nesse momento, poder-se-ia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua filiação racial, entram no campo da competição o resultado desta última será desfavorável aos não-brancos. (GONZÁLEZ, 1981, p. 62).

No que se refere às análises de Lélia González, identifica-se que a autora figura como uma das precursoras do conceito de interseccionalidade enquanto uma questão teórica e política. Nesse sentido, apresentava essa proposição em três planos: “entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de

[43] GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. In: Cadernos Trabalhistas. São Paulo, Global Editora, 1981, p.62.

opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação, entre outros) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual, por exemplo)" (RIOS; RATTS, 2016).[44] Ao articular essas dimensões no tratamento dado às mulheres negras no país, González reafirma as marcas do processo de escravização ainda presentes

> O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: "domésticas" ou "mulatas". O termo "doméstica" abrange uma série de atividades que marcam seu "lugar natural": empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo "mulata" implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada "produto de exportação", ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a "democracia racial brasileira". (GONZALEZ, 2020, p. 44 - aspas da autora).

As relações de que trata a autora se baseiam em um sistema econômico que explora desproporcionalmente o trabalho das mulheres, sobretudo negras e pobres, pagando salários mais baixos e oferecendo menos oportunidades de progresso profissional. Além disso, a divisão sexual do trabalho perpetua estereótipos de gênero que limitam as escolhas e as oportunidades das mulheres, enquanto o racismo complexifica ainda mais essas questões para as mulheres negras.

Nesse sentido, um controle opressivo sobre os corpos, a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres encontrou alicerce em outras formas de exploração. As mulheres foram submetidas às normas sociais restritivas que ditaram como devem se comportar e o que podem fazer com seus próprios corpos, imposição que ainda está presente. Essa determinação é reforçada por estruturas patriarcais que perpetuam relações de poder desiguais entre homens e mulheres, que têm bases históricas, mas se perpetuam até os dias atuais.

1.3 **As particularidades do Brasil contemporâneo**

[44] Mais sobre esse tema ver RIOS, F.; RATTS, A. A perspectiva interseccional de Lélia González. Pensadores negros–pensadoras negras do século XIX e XX, v. 1, p. 387-402, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/BbT6Ln5cx94qLQRvyqhpyHL/. Acesso em: 05 jun. 2024.

As intensas mudanças que ocorreram no mundo, principalmente a partir dos anos de 1970, garantiram que o capitalismo continuasse sua acumulação predatória e ampliasse sua ofensiva para a concentração de riquezas. Na propagação do ideário neoliberal, as privatizações, o desgaste do Estado, o desmonte do público e as mercantilizações dos direitos sociais estiveram presentes como estratégias importantes desse processo de acumulação.

As consequências dessas mudanças foram também os ajustes que incidiram fortemente sobre o mundo do trabalho. A desregulamentação, a flexibilização, a desorganização das representações sindicais e de organizações da sociedade civil são exemplos dessas consequências que afetaram o mundo do trabalho, mas com relevante impacto sobre os chamados países do sul global, a classe trabalhadora e as mulheres, acarretando no aprofundamento da pobreza, da desigualdade e em novas expressões da questão social nesses países.

Em seu contexto de crise estrutural, desde os anos de 1990, o capital na América Latina, com características peculiares no seu processo de acumulação, no desdobramento de seu processo de desenvolvimento desigual e combinado, passou por um processo de reorganização na região, no sentido do neoliberalismo, mesmo diante de um momento de ascensão de “governos populares” e de tensões sociopolíticas daí decorrentes.

Na prática, constituíram-se como propostas para realizar as mudanças necessárias e as adequações desses países à acumulação do capital no continente, operando, ao mesmo tempo, para atender os interesses dos grandes bancos e multinacionais, e pontuando alguns elementos da pauta de interesse social, no caso dos governos populares.

Propostas como “regras de boa administração”, as medidas de ajustes estruturais implantadas mundialmente buscavam adequar-se aos interesses do capital em sua nova fase, que demandava dirimir os empecilhos ao seu modelo de produção, seus produtos e capital mundializado. Buscaram, também, desqualificar os projetos de industrialização independente em que os países do chamado “Terceiro Mundo” estavam envolvidos até a década de 1970, de acordo com o que menciona Ha-Joon Chang (2004) em seu livro *Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*, referente aos esforços dos países centrais industrializados de bloquear a adoção, pelos países considerados “retardatários”

nesse processo, das mesmas medidas que essas nações usaram para se desenvolver.

Nesse período, alastraram-se as “Políticas de Ajuste Econômico” que, segundo Laura Tavares (2001), além de uma estratégia político-institucional, derivavam da ideologia neoliberal como um modelo global para a organização da sociedade, com políticas integradas que ultrapassavam o âmbito econômico de efeitos temporários e/ou passageiros, com repercussões severas e duradouras.

O Brasil adotou as chamadas "políticas corretivas", conforme recomendado pelo Consenso de Washington, combinando políticas econômicas ortodoxas com propostas de "reforma do Estado". Essas medidas foram acompanhadas por programas de "mitigação" da pobreza, buscando se enquadrar, pelo menos na retórica, na ideia de um "ajuste humanizado" promovido por algumas organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), também conhecido como "humanização da globalização". No artigo, *Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil*, Laura Tavares Soares aponta elementos importantes do país no período da adoção dessas políticas:

> A criação e/ou agravamento de situações sociais de exclusão, desigualdade e pobreza gera, do nosso ponto de vista, demandas sociais incompatíveis com as restrições pelo ajuste às políticas sociais. Em contraponto a uma enorme concentração do poder e da gestão do econômico – acorde com os tempos de “globalização” –, vive-se hoje, no Brasil, uma crescente fragmentação da gestão do social – acorde com a pulverização daqueles que hoje demandam os serviços sociais, crescentemente destituídos de voz e poder de decisão sobre o seu destino (SOARES, 2002, online).

Durante os anos 1990, o ajuste estrutural no campo político-econômico pressupunha a “reforma” do Estado, sobretudo na sua estrutura administrativa. Com o advento do neoliberalismo, apresentou-se como um ponto taxativo a redefinição do papel do Estado em um mundo que passava por mudanças no contexto da mundialização (CHESNAIS,1996), e em que a redução dos gastos públicos era apresentada como ponto central do processo de transformação.

Conforme analisou Torre (1996) a agenda neoliberal enquanto política pública e discurso dominante teve início no Chile no período do governo de Pinochet (1973), seguido pela Inglaterra de Thatcher (1979), os Estados Unidos com Ronald Reagan (1980) e na Alemanha de Kohl (1982). Na América Latina, as mudanças foram introduzidas no final dos anos 80 e início dos anos 90.

O contexto político mundial pós-1980 caracteriza-se, ainda, pelo progressivo enfraquecimento do Estado e o solapamento de seu poder, de suas funções e de seus direitos, mesmo dentro das suas fronteiras. As medidas do chamado “Consenso de Washington” – conjunto de regras que a partir de 1989 passaram a ser difundidas pelas instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, entre outras instituições, como sinônimo de “boa gestão pública” – passaram a ser impostas aos países endividados do capitalismo periférico e dependentes do sul global como condição ao acesso a empréstimos internacionais. Dessa forma, o Estado nacional perdeu a soberania no interior de suas fronteiras, sendo obrigado a mudar sua intervenção social e econômica, com base em ditames externos, mas com aquiescência das classes dominantes nacionais.

Segundo Duriguetto *et al* (2002), a aplicação dos princípios do Consenso de Washington resultou para países como o Brasil, na diminuição dos índices de desenvolvimentos sociais, retrocesso nos processos de acesso aos recursos e bens públicos, implementação de políticas de desestatização e dominação da sociedade civil, através do enfraquecimento do Estado, que nos últimos anos buscava garantir direitos sociais em meio à escassez quase total de direitos civis e políticos do período de ditadura civil-militar. O ideário neoliberal defendido por teóricos como Hayek e Friedman ganhou fôlego, definido como “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO,1993).

No Brasil, o governo de Fernando Collor de Mello (1990/1992)[45] foi demarcado como o período que deu início ao projeto neoliberal no país[46], com intenso processo

[45] Eleito depois de uma acirrada disputa de segundo turno contra Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Affonso Collor de Mello foi eleito na primeira eleição direta para presidente desde 1960. “[...] representante de uma fração da classe dominante ilustrada, bem formada, cosmopolita e poliglota, o projeto político de Collor de tomada de poder foi ameaçado por outro também recente membro do cenário político nacional, Luís Inácio Lula da Silva. Candidato que alardeava sua origem de retirante nordestino, Lula apresentava-se publicamente como intimamente ligado às lutas operárias do ABC paulista, ao renascimento das liberdades políticas no final dos anos 1970, à fundação de um partido político de massas, cuja precária formação acadêmica em nada o desqualificaria para assumir o mais alto cargo da República. [...]. Nesse momento, estava em jogo o modelo de concepção de Estado que a partir de então regularia as relações sociais no Brasil e cujo impacto pode ser sentido até os dias atuais” (ALMEIDA, 2010, p. 26 – 27).

[46] Existem estudos que afirmam que o início do neoliberalismo no Brasil pode ser identificado desde os ajustes realizados nas empresas estatais pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) no início da década de 1980. As iniciativas promovidas pela SEST teriam impulsionado a agenda neoliberal no país antes mesmo das reformas sugeridas pelo Fundo Monetário Internacional

de desregulamentação, abertura dos mercados, enormes incentivos à reestruturação das empresas, e a disseminação ideológica por toda a sociedade brasileira de que a causa dos males sociais centrava-se no “gigantismo” e ineficiência do Estado. A solução seria reduzi-lo ao máximo, transferindo parte de suas funções para outros setores, supostamente mais eficientes (ALMEIDA, 2010).

Em seu discurso de posse em 15 de março de 1990, Collor abordou elementos importantes que demarcariam as intenções de seu governo, como a perspectiva da austeridade e eficiência do Estado com orgulho do funcionalismo público, estabelecendo a meta primeira de liquidar a inflação. Almeida (2010) destaca que para o presidente eleito, o saneamento nas finanças do Estado passaria impreterivelmente pela redução dos gastos públicos; pelo fim da concessão de benefícios por meio de reformas fiscal, patrimonial e administrativa; pela redefinição do papel do Estado; pela defesa da economia de mercado e da abertura ao capital externo; e pela modernização econômica através da privatização como elemento gerador de receita e redutor do déficit público. Esses pontos foram explicitados em seu discurso:

> Creio que compete primordialmente à livre iniciativa e não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos (COLLOR, 15/03/1990, p.3)

No dia seguinte à sua posse, medidas consideradas “de choque” foram tomadas, como a redução dos saques da poupança, do overnight e das contas correntes foram reduzidos ao máximo de Cinquenta Mil Cruzeiros, ficando o saldo restante retido pelo Banco Central pelo prazo de dezoito meses. Além disso, a proibição do aumento dos preços, a adoção do câmbio flutuante e a extinção de 24 organismos estatais e autárquicos estão entre o rol de medidas do pacote denominado de “Plano Collor” (WELTMAN, 1994).

(FMI) a partir de 1983 e muito antes das diretrizes estabelecidas pelo Consenso de Washington e das políticas econômicas implementadas nos anos 1990, frequentemente apontadas pela literatura econômica como o marco inicial do neoliberalismo no Brasil. Sobre o assunto ver Rodrigues (2022) “A gênese do neoliberalismo no Brasil: uma análise dos ajustes da SEST”. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/cR8DLhhhLHJY4qJZT6fPMTL/ Acesso em: 20 dez. 2024.

A dificuldade de redução dos índices inflacionários, a avalanche de denúncias de corrupção no governo e a ineficiência do Plano Collor foram sucessivos problemas do Governo, que tentou responder com uma reforma ministerial como estratégia para ampliar sua base de apoio, Plano Collor II. Contudo, depois de inúmeras denúncias que culminaram com o envolvimento de Paulo César Farias, conhecido como “testa de ferro” do presidente, na intermediação de negócios do Governo, a situação ficou insustentável.

O Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que juntamente com as mobilizações populares, já apoiadas pelos grandes veículos de comunicação, levaram à aprovação do pedido de impeachment do presidente. Fernando Collor de Mello[47] renuncia no mesmo dia, 29 de setembro de 1992 e em 02 de outubro do mesmo ano o vice-presidente, Itamar Franco, assume a presidência do Brasil (ALMEIDA, 2010).

Na composição do novo Ministério, inicialmente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi designado Ministro das Relações Exteriores, assumindo o conturbado Ministério da Fazenda nos últimos 8 meses do mandato antes de ser eleito presidente em 1994. Naquele momento, tivemos de fato os marcos da ofensiva neoliberal com “o Plano Real (1994) e o PDRE/MARE de 1995, verdadeiros marcos da ofensiva neoliberal e monetarista no Brasil, e da contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2023, p. 17).

O governo de Fernando Henrique Cardoso se organiza tendo como referência a falência do modelo do Estado nacional desenvolvimentista, que segundo ele apesar de ter garantido um crescimento econômico, instaurado um parque industrial e aumentado a capacidade competitiva das exportações no período entre 1930 e 1980, “quebrou o esquema de financiamento do desenvolvimento e acentuou as contradições e atrasos sociais”(CARDOSO, 1994, p. 10). Dessa forma, em seu governo, podemos afirmar que as reformas neoliberais foram implantadas satisfatoriamente, como ilustro em uma síntese de Pereira (2006)[48]:

> (i) no plano econômico, através de ajuste fiscal, privatização da maior parte do patrimônio público, desregulamentação trabalhista, abertura dos mercados, apoio total ao capital financeiro;

[47] Em seguida, Collor foi retirado definitivamente da Presidência da República, tendo os seus direitos políticos cassados pelo Supremo Tribunal Federal.

[48] PEREIRA, Larissa Dahmer. Políticas Públicas de Assistência Social brasileira: avanços, limites e desafios. Lisboa: CPIHTS, 2006.

> (ii) no plano político, o Estado operou uma verdadeira disseminação ideológica de que era preciso transferir para a sociedade civil – o "Terceiro Setor" – as tarefas do Estado. Assim, implementou, com relativo sucesso, o projeto de reforma do Estado brasileiro[49], diminuindo suas funções bruscamente (para a classe trabalhadora) e mantendo-se sempre alerta para responder às demandas do capital[50];
> (iii) no plano social, realizou um verdadeiro desmonte do que foi construído ao longo do período da "cidadania regulada" (1930/1984). Na Saúde, manteve o boicote orçamentário ao SUS; na Previdência, realizou reformas no regime dos funcionários públicos e tornou mais rígidas as regras previdenciárias, e, na Assistência Social, criou o Programa Comunidade Solidária, passando ao largo do que a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS estabelece. O Comunidade Solidária recebia recursos, sem controle social do Conselho Nacional de Assistência Social e configurou-se como uma política assistencialista, indo na contracorrente dos avanços inscritos na CF88 e na LOAS (1993)[51]. O governo FHC não cumpriu com a lei, ignorando a necessidade de construção do Sistema Único da Assistência Social[52], para que os preceitos indicados pela CF88 e LOAS fossem efetivamente concretizados.

Ainda no âmbito das políticas sociais, as ditas "reformas" neoliberais daquele período, podemos identificar o movimento dos governos de se eximirem da responsabilidade de implementação de programas sociais, transferindo essa função em boa medida para execução por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs) ou entidades internacionais. Paralelamente, houve um estímulo às abordagens "filantrópicas" e "assistencialistas" das políticas sociais, muitas vezes deslocando-as do domínio dos direitos enquanto responsabilidade do Estado, para iniciativas voluntárias a serem conduzidas por movimentos religiosos e ONGs.

No conjunto dessas mudanças, percebeu-se a alteração na abordagem das expressões da questão social após 1990, com a adoção de políticas "focalizadas" na contramão do que havia sido aprovado para a Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Esse *modus operandi* refletiu um movimento para as políticas sociais de alternância do enfoque de direitos para o foco em resultados – dentro de uma

---

[49] Sobre isso, ver: MARE (Ministério de Administração e Reforma do Estado) /Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2024.

[50] Como, por exemplo, com o resgate de bancos endividados, através do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional), lançado através de Medida Provisória n. 1.179/1995.

[51] Para aprofundar essa análise, ver RAICHELIS, R. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

[52] Sobre esse assunto, ver: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, Brasília, julho de 2005. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2024.

organização de planejamento, controle e avaliação tecnicista e de uma suposta neutralidade do Estado para a “efetividade, eficácia e eficiência”. Ao nosso ver, mais uma questão problemática, considerando que a avaliação de políticas sociais “deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes na construção dos direitos e da democracia” (BOSCHETTI, 2009, p.580).

Após dois mandatos, o governo Fernando Henrique Cardoso implementou uma verdadeira "desconstrução nacional" e, desgastado com promessas não concretizadas de melhorias na qualidade de vida da população, foi derrotado em 2002 pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre os mandatos de Collor e FHC, discorre Almeida (2010, p. 34).

> Apesar das distinções entre os governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique, há um ponto de articulação entre ambos: a transformação da agenda neoliberal em programa de governo. A implementação das reformas ditas estruturais atua como ponto de interseção entre o “Caçador de Marajás” e o “Príncipe Paulista da Sociologia”.

Crítico do neoliberalismo nos anos de 1980 e 1990, e se apresentando ao lado dos movimentos sociais com uma proposta alternativa denominada de Projeto Democrático e Popular, o candidato petista eleito assumiu em 2003, apresentando uma outra programática. Esse projeto conduzido pelo Partido do Trabalhadores – PT governou o Brasil por 13 anos, em um período que passou a ser chamado de “neodesenvolvimentismo”, “pós-desenvolvimentismo” ou “novo desenvolvimentismo”, conduzido pelo Partido do Trabalhadores - PT. Esse processo teve início na metade dos anos 2000, consolidando-se no segundo mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 / 2007 – 2011) e reverberando também nos mandatos de Dilma Rousseff (2011 – 2014/ 2015 – 2016)[53].

[53] O segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff foi interrompido em razão de um golpe de novo tipo. No dia 17/4/2016, a Câmara do/as Deputados/as votou pela abertura do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e em 31/08/2016 o Senado confirmou seu afastamento por 61 votos a 20. Sobre esse processo, concordo com Abramides (2016, p. 473-474): “[...] ao Congresso Nacional foi facultado o direito de passar por cima de 54 milhões que elegeram a presidente. A maioria dos parlamentares homenageou a família, a religião, a propriedade, e os mais reacionários reverenciaram a ditadura e os torturadores, nem sequer se referindo às “pedaladas fiscais’’, motivo aparente da abertura de impedimento sem base jurídica de sustentação [...] O golpe atendeu aos interesses da burguesia, do grande empresariado, da Fiesp, da grande mídia — Rede Globo e jornais e revistas de grande circulação, do monopólio das comunicações, do agronegócio, do Ministério Público, frente a um governo enfraquecido. A grave crise política no país encontra-se diretamente vinculada à crise econômica”. Assim, o Partido dos Trabalhadores, embora tenha implantado em seus treze anos no governo várias medidas para atender aos interesses do capital, já não era mais suficiente para a demanda dos setores reacionários e de oposição burguesa de direita e extrema-direita. A “conveniência” das instituições brasileiras diante do processo antidemocrático que levou ao golpe de novo tipo que destituiu Dilma Roussef foi, em parte, também responsável pela ascensão e projeção

O “neodesenvolvimentismo” seria designado como “[...] guia dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro” (CASTELO, 2012, p. 614), propalado como orientador do processo de desenvolvimento no país. Seria a referência ideológica dos ciclos de governos petistas e cumpriria uma função mistificadora da realidade brasileira no processo de adesão ao propósito de constituição de uma nova linguagem hegemônica, com um discurso de incorporação das demandas da classe trabalhadora, ao passo que efetivam ações focalizadas e restritivas.

Como afirma o autor, o neoliberalismo se apresentaria através da “variante ideológica” do social-liberalismo, uma forma de “sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social” (Idem, p. 251). Assim, o social-liberalismo tem efeitos nocivos, na medida que busca manter os ganhos da burguesia financeira/capital portador de juros, e assegura que o Estado garanta as condições para conformação da classe trabalhadora, evitando, assim, lutas e conflitos de classes.

Na discordância de que o período também poderia ser avaliado um pós-neoliberalismo, considero oportuna a síntese elaborada por Behring (2021) acerca das reflexões apontadas por Gonçalves (2012) sobre esse tema no artigo *Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*:

> [...] longe de um pós-neoliberalismo, estivemos diante de um desenvolvimentismo às avessas. [...]existiriam méritos nas gestões petistas do Estado brasileiro, mas não reversão de tendências estruturais nem mesmo políticas desenvolvimentistas e, acrescentamos, reformistas ou pós-neoliberais. O deslocamento induzido pelo Estado brasileiro não operou na reversão da heteronomia, embora tenha atuado sobre parcela da outra face do drama crônico brasileiro da desigualdade, qual seja, a miséria. Porém, incrementou amplamente os lucros empresariais e os juros bancários das instituições financeiras (BEHRING, 2021, p 181 -183).

Embora com promessas de mudanças, sobretudo na área social, o governo Lula manteve a fragmentação das políticas públicas. A relação histórica do PT com os segmentos de esquerda, ainda que tenham feito parte do acordo desses governos com os ideários do capital nacional e internacional, consentiu uma inserção nos segmentos populares, organizações e movimentos sociais, de maneira a assegurar o prosseguimento da ofensiva neoliberal nas contrarreformas com uma resistência menor à que houve nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso.

---

de Jair Messias Bolsonaro como “mito” e sua eleição como presidente.

Ainda no primeiro mandato, Lula apresentou pautas conservadoras de aprofundamento do "contrarreformismo orgânico da coalizão do Partido da Social-Democracia Brasileira com o Partido da Frente Liberal – e o segundo mandato de Lula apenas [reafirmou] a sua incorporação das diretrizes macroeconômicas sociais que outrora, nos idos de oitenta e noventa, combatia" (NETTO, 2007, p. 38). Características que se apresentaram tanto nos cortes de orçamento da Seguridade, reforma da previdência e ataques à saúde.

Não temos como negar que houve melhorias nas condições de vida e de consumo para as classes populares trabalhadoras, no entanto, foi perceptível o abandono às reformas democráticas e populares. Nesse lugar o governo implementou políticas "compensatórias", definitivamente afastadas do que sugeria o Projeto Democrático e Popular do PT até o início dos anos de 1990, quando ainda vinculava esse projeto à estratégia do socialismo.

Dados do período apontam que o governo Lula não priorizou as políticas sociais[54], e sim o pagamento da dívida por meio do pagamento dos juros e de amortizações, reeditando a política dos governos anteriores[55]. Apresentamos uma síntese do período nas análises de Giselle Souza da Silva (2011) no artigo intitulado *Dívida pública e política social no governo Lula: fundo público sob o jugo do capital portador de juros*, publicado pela *Revista SER Social*, v. 13, n. 28, p. 81-103, jan. /jun. 2011:

> Com relação às finanças públicas, houve uma redução sistemática da dívida pública no governo Lula até o estouro da crise, pois, em 2009, esta envereda por um novo caminho ascendente em relação ao PIB. Porém, a redução desta dívida se deve aos grandes saldos da balança comercial que permitiram ao governo aumentar suas reservas em dólares e pagar parcelas da dívida externa, de maior prazo e juro menor. [...] o crescimento da dívida líquida do setor público que, ao longo de nove anos, apresentou crescimento de 98% (já anteriormente ao governo Lula). Em 2009 a dívida pública brasileira correspondeu a 68,6% do PIB. A dívida interna cresceu neste período 196%. No governo Lula, ela saltou de 933 bilhões de reais para 1 trilhão e 345 bilhões de reais. A maior parte desta dívida é detida por bancos, empresas e pessoas residentes no país, e é uma dívida em reais. Durante o governo Lula, entre 2003 e 2007 foram desvinculados R$ 181,59 bilhões do orçamento da Seguridade Social, que poderiam ter sido destinados às políticas de saúde e assistência social, possibilitando a melhoria dos seus serviços, mas que

[54] De acordo com a AMB (2011, p. 31), em 2009, "a redução do Orçamento da Seguridade foi responsável por 80% do superávit produzido pelo governo, ou seja, 80% do dinheiro retido deveriam se destinar à Seguridade Social"

[55] Para maior aprofundamento dos processos de contrarreforma e análise dos governos nesse período, conferir Behring (2008); Filgueiras e Gonçalves (2007).

> foram reservados para a remuneração do capital financeiro. (SILVA, 2011, p. 92-93)

Mesmo em se tratando do Programa Bolsa Família (PBF), programa destaque no programa Lulista, de acordo com dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social no período, o programa consumiu R$ 8,7 bilhões em 2007. De acordo com o Banco Central do Brasil, o pagamento de juros nominais alcançou em 2006 a soma de R$ 160 bilhões, o que equivale a 6,89% do PIB (CASTELO, 2011, p.347).

Reconheço alguns avanços do governo Lula em relação aos governos anteriores, principalmente na inserção de pautas importantes para dentro dos Ministérios, como Políticas para as Mulheres, Igualdade racial, população LGBTQIA+ – no entanto, é preciso considerar que não se tratou de um governo que realizou transformações estruturantes para a implementação efetiva de um projeto popular, tampouco sua política governamental rompeu com o projeto neoliberal. A política do governo Lula pode ser evidenciada por uma tentativa de reduzir a miséria e a pobreza absoluta sem interferir nos privilégios das classes proprietárias.

Os governos de Lula não encontraram grande resistência política dos movimentos sociais e sindicais e pelos partidos de esquerda com a mesma ênfase que ocorrera com seu antecessor. Acredito que isso seja reflexo da sua figura carismática de grande capacidade de agregação, ou mesmo da capacidade de envolver esses movimentos, especialmente por consequência de uma trajetória sindicalista de esquerda que gerou vínculos e confiança política. Aliado a isso, com o acréscimo dos programas de transferência de monetária, o governo Lula alcançou uma forte base de apoio e legitimidade popular.

Contudo, pondero que cumpriu também uma função mistificadora e de inversão da realidade, considerando o que propagavam os governos petistas. O discurso foi de crescimento econômico como estratégia para o enfrentamento das desigualdades sociais, em uma possível articulação entre crescimento, desenvolvimento e justiça social (MATTOS, 2016).

Esse discurso reforçava tanto o mito da justiça social sob o capitalismo dependente, quanto contribuía para a pacificação da luta de classes, incidindo diretamente nas “[...] organizações e movimentos, garantindo o caminho livre para a ofensiva do capital” (Idem, p. 104). Ainda segundo Mattos (2016), os governos petistas deram visibilidade a ideologias características das classes dominantes, como se

fossem caminhos de “governança”, baseados na “concertação social”, na conciliação de classes e no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social.

> Um arsenal ideológico já bastante estudado, que envolve o discurso “social-liberal”, de superação do neoliberalismo clássico pela perspectiva de crescimento com “justiça social” e que em alguns momentos apelou para o que foi definido como “neodesenvolvimentismo”, apresentado como combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável porque ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema (MATTOS, 2016, p. 101).

Não é correto criar a expectativa de um momento do capitalismo de superação do neoliberalismo, muito menos que houve uma experiência brasileira de Estado de Bem-Estar Social. O neoliberalismo, em todas as suas manifestações, impõe ao Estado diminutos investimentos para as políticas sociais, não sendo, em momento algum, sinônimo de ausência da necessidade do Estado para os interesses do capital financeiro, garantidor do movimento do grande capital. Como afirma Netto (1993, p. 79-80):

> [...] o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo.

Nesse sentido, ainda que o social-liberalismo tenha se apresentado como “novidade” em razão de uma “crítica” ao que resolveram chamar de “Estado mínimo[56]”, é uma atualização da capacidade do capital de se reinventar de forma a garantir sua produção e reprodução. As análises de viés social-liberal não discutem a estrutura capitalista, centram-se em pontos superficiais, e ainda se movimentam no sentido de impedir a luta de classes e quaisquer tensões decorrentes das expressões da questão social.

As possibilidades críticas para explicação da crise devem ultrapassar, como alude Behring (2021), tanto a perspectiva de respostas liberal-burguesas de ajuste inevitável para recuperação do equilíbrio, ou de desregulação com a concessão irresponsável de créditos, em especial *subprime* para casa própria de assalariados de

[56] O uso entre aspas para demarcar o entendimento de “Estado mínimo” como categoria liberal, exemplificada aqui no seu caráter ideológico. Temos elementos suficientes para a compreensão de que não existe uma proposta de Estado mínimo, bem como sabemos que a crítica social-liberal sobre a “crise no modo de administração do Estado” não é pertinente. A proposição é de aprofundamento da reestruturação produtiva em tempos de mundialização do capital, a depender das escolhas políticas dos governos na relação com as classes sociais: “Tratava-se de uma contrarreforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal”(BEHRING, 2008, p.58).

baixa renda: “A hipótese explicativa da crise que subscrevemos tem seus fundamentos na tradição marxista [...] a crise não é uma disfunção nem um problema de regulação, mas é parte constitutiva do movimento contraditório do capital” (BEHRING, 2021, p. 138).

No contexto da crise econômica mundial, sob a perspectiva ideológica de superação do neoliberalismo e do subdesenvolvimento, a ideia socialmente construída era a de que o Brasil estivesse vivendo um ciclo de desenvolvimento. Esse discurso se espraiava sem que fizessem qualquer alusão à impossibilidade de, no capitalismo, garantir, simultaneamente “a igualdade social e a soberania nacional [...], a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

A opção político-governamental pela execução de uma política de estabilidade econômica, tendência que se consolidou nos governos FHC e se manteve nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, fez com que o compromisso com os serviços da dívida pública fosse prioridade, ainda que sob patrocínio de largas parcelas do orçamento da Seguridade Social. A formação de superávit primário[57] foi uma tarefa diária do governo nos seus últimos anos e os intensos cortes orçamentários também foram ilustrativos. Um artifício profícuo utilizado para a composição do superávit primário foi, sem dúvida, a Desvinculação das Receitas da União (DRU).[58]

A corrida pelo superávit primário, que garante liquidez aos investidores em títulos da dívida, não tem trégua e a contenção de gastos para garanti-la tem sido pauta contínua de governo. Em revelia ao discurso do mercado como ente autorregulável, totalmente independente do Estado, o que se processa é um conjunto de práticas discriminatórias, compadrio e privilégio da classe rentista do capitalismo, que permite “permanente e concreto açambarcamento da riqueza social por uma aristocracia capitalista privilegiada e bem-posta no Estado” (PAULANI, 2010, p. 110).

[57] Superávit primário é “Mecanismo da economia política monetarista voltado a dar garantias aos credores de que um país tem capacidade de pagamento de dívida em caso de turbulências internas ou internacionais” (BEHRING, 2021, p 157).

[58] Desvinculação das Receitas da União é o “Mecanismo que retira hoje – após o golpe de Estado de novo tipo no Brasil, com a Emenda Constitucional nº 93 – 30% de várias fontes de impostos e contribuições sociais que passam a ser recursos desvinculados” (BEHRING, 2021, p. 157).

Dentro desse contexto, as sequelas da crise econômica de 2008 no país incidiram sobre esse processo de “desenvolvimento com justiça social” impedindo o seu prolongamento e trouxeram consequências para o governo de Dilma Rousseff (ALMEIDA, 2012). Os impactos da recuperação econômica dos Estados Unidos e a situação de queda de crescimento da China ainda repercutiram sobre os indicadores do Brasil por algum tempo, apesar do visível fôlego que a economia brasileira apresentou em 2010, resultante do que seria a “fuga para frente” em uma combinação contraditória da:

> [...] ‘ortodoxia’ na taxa de juros e no superávit primário, com medidas ditas ‘anticíclicas’ de ampliação dos financiamentos e subsídios ao capital produtor de (mais-) valor. Tudo com a garantia de que o governo injetaria o que fosse preciso para salvar o sistema financeiro, como aliás, ocorreu em todo o mundo. (MATTOS, 2016, p. 102).

O impacto da forte desaceleração econômica do país, repercutindo internamente a crise econômica mundial, ameaçou substancialmente a hegemonia do “lulismo”[59], que nos anos anteriores conseguiu combinar processos formais de acesso ao mercado de trabalho com concentração de renda, contando com o apoio das lideranças dos movimentos sociais e certo consentimento passivo das/os trabalhadoras/es (BRAGA, 2016).

Nesse contexto, o impacto nas condições de trabalho, a baixa no poder de compra e o endividamento das famílias por meio da concessão de crédito e empréstimos acessíveis aumentaram os conflitos com o governo. Com essa conjuntura, as tensões se aprofundaram gerando o crescimento de manifestações sociais.

O “junho de 2013” se configurou como marco do acirramento das maiores tensões. As manifestações que tomaram as ruas no referido ano levaram multidões empunhando as mais diversas bandeiras, da extrema esquerda à extrema direita, explicitando uma crise de governabilidade não experimentada durante os governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (FERNANDES, 2016, p. 190). Discutindo “a

[59]Termo cunhado por André Singer, o “lulismo” surgiu em 2006 em decorrência da cristalização de um realinhamento eleitoral com o nascimento de uma base favorável e defensora política de Luís Inácio Lula da Silva em seu segundo mandato, resultado de um contexto econômico internacional favorável desde 2003, que oportunizou a adoção de políticas de redução da pobreza, sem confrontar com os interesses do capital (SINGER, 2012).

cultura da crise", Mota (2015) já assinalava conduções ideológicas na investida do capital, que fazem com que as/os trabalhadoras/es alterem suas pautas:

> [...] o conteúdo das suas reivindicações para o campo das ideologias práticas, marcadas pelas suas necessidades imediatas. Nesse sentido, os trabalhadores terminam por reduzir as suas propostas ao campo da preservação das conquistas ou, tão somente, das possibilidades postas pela conjuntura da crise (MOTA, 2015, p. 214).

Essas manifestações tiveram diversas/os interlocutoras/es, apesar das primeiras terem sido chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), tomaram as ruas multiplicando-se à medida que mais estudantes e trabalhadoras/es foram aderindo. As pautas dessas jornadas foram as mais diversas e incluíram desde a melhoria do transporte público às melhorias das condições de trabalho, passando pelo aumento de salário, investimentos em políticas sociais, a segurança pública e a Copa do Mundo de 2014. Para Mattos (2016) as "Jornadas de Junho" de 2013 possuíam um sentido de classe nos seus desdobramentos. Afinal,

> [...] depois de toda pressão midiática para introduzir o mote do combate a corrupção e projetos de emenda constitucional nada progressistas, a pauta que ficou de junho foi basicamente composta por: transporte público barato e digno; verbas para a Saúde e Educação; repúdio à violência policial (contra manifestações, mas também contra os moradores de favelas e periferias, negros e jovens em particular), além de uma salutar desconfiança em relação à produção de informação em meios empresariais de comunicação. Uma pauta da classe trabalhadora que, diante dos serviços mercantilizados e ofertados de forma profundamente desigual, defendeu nas ruas, ainda que sem maior organicidade, uma concepção de direitos sociais (MATTOS, 2016, p. 95).

É importante considerar que nas manifestações das ruas foi visível o descontentamento com a situação do país, mas parte da juventude que esteve presente nas mobilizações naquele momento não diferenciava a esquerda da direita política, e não possuía a referência política nas manifestações sindicais e estudantis de outros momentos do país. Segundo Fontes,

> [o]s setores populares, estudantes, os trabalhadores sindicalizados ou não, assistiram ao início da crise através das lentes do desencanto com a política. As reivindicações fragmentárias expressas por milhares de pessoas em 2013 não redundaram em novas organizações. Foram rapidamente do fascínio ao susto com as manifestações da direita, em 2015, que explicitamente os discriminava, culpando a pobreza e a democracia pela então incipiente crise econômica (FONTES, 2017, p. 423).

A resposta do governo Dilma Rousseff às reivindicações trazidas pelas manifestações com pautas nacionais como a greve dos profissionais da educação ou

aquelas relativas ao Pacto de Aceleração do Crescimento (PAC) foi tardia, pouco ousada e não implementada (MATTOS, 2016). Segundo Demier (2017), nenhum dos itens que compuseram o ‘5 pactos’ apresentados por Dilma em pronunciamento nacional em junho de 2013 - visando solucioná-la - pôde ser, a rigor, considerado reformista.

> Além de não efetivar (mesmo que de forma distorcida e limitada) nenhum dos eixos da plataforma reformista do movimento de massas, tanto o Executivo quanto o Legislativo [...] se aproveitaram do clamor das ruas para, surpreendentemente, anunciar/aprovar medidas que vão de encontro ao conteúdo das reivindicações populares, e que, portanto, acentuam o caráter contrarreformistas do regime e reforçam sua blindagem – a mirabolante cobertura midiática, ao apresentar como soluções para os problemas sociais aquilo que na verdade só fazia acirrá-los, é um elemento decisivo na perpetuação dessa *blindagem* (DEMIER, 2017, p. 79).

Com o aumento das manifestações das/os trabalhadoras/es, o aparato do Estado passou a agir de forma mais efetiva e cresceu a repressão aos movimentos sociais. Nesse sentido, Fontes (2017) afirma que “[...] a violência do Estado cresceu de forma impactante nas últimas décadas. Ela se tornou mais evidente na truculência com que foram tratados manifestantes que ousaram criticar os descaminhos em curso” (FONTES, 2017, p. 423).

Ademais, não nos esqueçamos que no momento que a classe trabalhadora confronta os interesses do capital e sai do seu controle, desafiando sua hegemonia por meio de conflitos, manifestações e/ou rebeliões, o Estado aparece para “reprimir qualquer ameaça das classes dominadas “[...] ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário”(MANDEL, 1985, p. 334).

Além dos conflitos que se apresentavam, a política de estabilidade econômica não enfrentou a pobreza. Ao contrário, nas condições específicas do capitalismo brasileiro, a exploração do trabalho tende a ampliar drasticamente a desigualdade social. Como os resultados do neoliberalismo e da financeirização da economia foram desastrosos do ponto de vista social, além de não atingirem os resultados esperados em termos de retomada do crescimento econômico, os próprios organismos multilaterais foram obrigados a reconhecer a necessidade pujante de minimizar as profundas contradições inerentes a esses processos, passando a estabelecer parâmetros para as políticas públicas e sociais.

O segundo mandato de Dilma Rousseff apresentou política econômica cada vez mais alinhada à política neoliberal, com cortes de gastos com políticas públicas e

sociais, retrocesso nos direitos trabalhistas com mais flexibilização e precarização do trabalho, com a aprovação da PL 4.330, que regulamentou a terceirização. Foi também nesse período que conquistas históricas tiveram recuos, como reforma ministerial de setembro de 2015, que afetou diretamente as políticas para as mulheres e negras/os do país com a mudança da Secretaria de Políticas Públicas Para Mulheres (SPM) e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), unificando as duas secretarias com status de ministério no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Durante o governo de Dilma Rousseff já se percebia o esgotamento do projeto iniciado há 13 anos, após o golpe de novo tipo que levou ao seu impeachment em agosto de 2016 - quando assumiu o governo golpista e ilegítimo de Michael Temer (PMDB), a onda de cortes e de retrocessos agudizou-se. O “pacote de maldades” se refere desde a sustentabilidade financeira, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 55 – denominada “PEC do Fim do Mundo”, que instituiu o congelamento de gastos sociais por 20 anos, repercutindo no desfinanciamento das políticas sociais, bem como na deformação dos valores, princípios e diretrizes para as políticas da seguridade social. A Reforma Trabalhista e na Previdência e ajuste fiscal, demarcaram a elementos do ultraneoliberalismo[60] no país, representando graves retrocessos para as classes trabalhadoras.

É fundamental ressaltar que o movimento coordenado pela mídia, pela ala mais conservadora do Congresso Nacional e pela elite burguesa mais influente do Brasil, que orquestrou o impeachment e levou Michel Temer ao poder, ilustra de forma explícita como o autoritarismo e a o estado de contrarrevolução continuam vigentes e relevantes em nossa história. Também não podemos deixar de destacar que enquanto o golpe era articulado, os setores mais conservadores da extrema direita se articulavam para eleger Jair Messias Bolsonaro, mais uma “página infeliz da nossa história”.

[60] O uso dessa caracterização é referenciada em Behring (2023, p 17-18): “Tenho utilizado a caracterização de ultraneoliberalismo para falar de nossa dinâmica interna mais recente, pós-golpe de 2016. Ela é inteiramente coadunada ao ambiente mundial do neoliberalismo (ou ultraliberalismo como apontam alguns autores), mas mediada pelas nossas particularidades. [...]. Com o golpe de 2016, se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal –EC 95 e 93 (2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência. É no contexto golpista e de seus desdobramentos que o Brasil aporta às desastrosas cifras mundiais, números internos macabros e desproporcionais, em relação a países da América Latina e do mundo”.

No próximo capítulo, apresento alguns elementos da relação entre ultraneoliberalismo, neofascismo e neoconservadorismo e a eleição de Jair Bolsonaro.

2 ULTRANEOLIBERALISMO, NEOFASCISMO E NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL RECENTE: A MISOGINIA COMO MARCA DO GOVERNO BOLSONARO

"Como dizia Luther King
Se você quer um inimigo
É só falar o que pensa
No tempo da intolerância
Acordou com o pé esquerdo
Tem que ir pra Cuba
A camisa do Brasil é coisa de fascista
Mulher que faz o que quer é chamada de puta
Homem que casa com homem é chamado de bicha
Tá todo mundo atirando pedra
Com a vida cheia de pecado
Cada um fazendo a sua regra
Ninguém mais pode pensar o contrário[...]"
(No tempo da intolerância)
Letra: Elza Soares / Pedro Loureiro / Jefferson Junior / Umberto Tavares

A partir de 2016, o Brasil mergulhou em uma profunda crise política e econômica que abriu caminho para uma agenda ultraneoliberal e autoritária, inicialmente conduzida pelo governo de Michel Temer e posteriormente intensificada sob a liderança, agora neofascista, de Bolsonaro. Essa agenda, articulada a partir da lógica do grande capital, promoveu contrarreformas estruturais que aprofundaram a desigualdade social e intensificaram a precarização do trabalho.

A transição de Temer para Bolsonaro representou não apenas uma continuidade, mas uma radicalização do projeto ultraneoliberal. As políticas implementadas, como a Emenda Constitucional nº 95 e a Reforma da Previdência, exemplificam o compromisso do Estado com a austeridade fiscal em detrimento das necessidades básicas da população, afetando particularmente as mulheres e os grupos mais vulneráveis.

A crise de hegemonia política, aprofundada pelo impeachment de Dilma Rousseff, criou um terreno fértil para a ascensão de um regime que não apenas reproduz, mas exacerba as contradições do capitalismo dependente, subordinando ainda mais a classe trabalhadora às demandas do capital internacional.

Bolsonaro, ao consolidar sua base de apoio entre setores neofascistas e neoconservadores, utilizou a misoginia como um pilar central de sua retórica política, legitimando a violência contra mulheres e reforçando estereótipos de gênero que perpetuam a subordinação feminina. O neofascismo brasileiro, alimentado por discursos autoritários e pela mobilização de ressentimentos sociais, encontrou no governo Bolsonaro uma expressão institucional que ameaça os avanços democráticos e de direitos humanos conquistados ao longo das últimas décadas.

Ao mesmo tempo, o neoconservadorismo se tornou um instrumento de poder, unindo interesses econômicos e religiosos em uma agenda que busca reverter as conquistas feministas e das minorias sociais, impondo uma visão de mundo patriarcal e excludente. Este capítulo, portanto, propõe-se a analisar como essas forças se articularam para moldar a política brasileira contemporânea.

2.1 **De Temer a Bolsonaro – ultraneoliberalismo e neofascismo no Brasil**

A partir de 2016, quando o golpista Miguel Elias Temer Lulia (2016 – 2018) assumiu inicialmente na condição de interinidade o cargo de Presidente da República, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em consequência da aceitação do processo de impeachment pelo Senado Federal, e a partir de dia 31 de agosto de 2016 fica na Presidência da República em definitivo, implementou-se no país uma série de “reformas”[61] que aprofundaram a agenda neoliberal, a “agenda de contrarreformas ultraneoliberais” (Behring, 2021).

[61] O documento de referência da Gestão foi denominado de “Uma ponte para o futuro”. O programa expressava a defesa de um tripé para “[...] redução estrutural das despesas públicas, na diminuição do custo da dívida pública e no crescimento do PIB” (GUIMARÃES, 2015, p.16). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf> Acesso em: 20 jun. 2024.

A Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, foi um exemplo contundente da austeridade fiscal[62] exacerbada implementada por esse governo. Tal medida não apenas limitou o investimento em áreas sociais essenciais como saúde, educação e assistência social, mas também representou um ataque direto à possibilidade de investimentos em políticas necessárias para a subsistência da classe trabalhadora.

> A aprovação da Emenda Constitucional nº 95 no governo Temer foi um momento decisivo desse curso dos acontecimentos. Este é um elemento central do novo regime fiscal ultraneoliberal, cujas consequências estão na draconiana contrarreforma da Previdência de 2019, nos ataques recentes à educação e às políticas sociais (BEHRING, 2021, p. 208)

Como parte dessa agenda também ocorreu a intensificação de privatizações no país. Empresas públicas estratégicas como a Petrobrás e a Eletrobrás passaram por processos de venda de ativos e abertura de capital, reduzindo a participação estatal nessas empresas em detrimento do grande capital. Um pacote com a privatização de 57 empresas chegou a ser aprovado[63] em 2017, proposta de Temer que os jornais já apontavam como sua agenda política antes mesmo dele assumir a presidência[64].

O governo de Temer era contra a manutenção do valor real dos benefícios previdenciários e programas de transferência de renda, apresentando em seu programa a necessidade de correção quanto ao valor dos benefícios sociais pagos pelo Estado, “[...] a indexação pelo salário mínimo, como é o caso dos benefícios sociais, a distorção se torna mais grave, pois assegura a eles um aumento real, com prejuízo para todos os demais itens do orçamento público, que terão necessariamente

---

[62] Segundo “a austeridade fiscal, inseparável da monetária, atua junto à imposição de um incremento artificial dos juros sob o argumento de conter a inflação, comprometendo, assim, o orçamento público com o pagamento de juros injustificáveis. O valor do salário – outro fator relevante -, a despeito do que se possa pensar, possui correlação direta com a política de austeridade. [...]. Quanto mais escassos são os recursos disponíveis para satisfazer as próprias necessidades de subsistência, mas suscetível estará o trabalhador a sujeitar-se a relações de trabalho opressivas. Não por coincidência, as políticas de austeridade no Brasil vêm acompanhadas de precarização das relações de trabalho e de uma disseminada incapacidade de mobilização sindical e reivindicação política dos direitos trabalhistas e, mais amplamente, dos direitos sociais (MATTEI, 2023, p. 12).

[63]Disponível em Congresso em Foco: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-anuncia-privatizacao-de-57-empresas-e-projetos-incluindo-casa-da-moeda-e-congonhas/> Acesso em: 20 jun. 2024.

[64]Disponível em Revista Exame: <https://exame.com/economia/por-dentro-da-privatizacao-de-temer/> Acesso em 20 de jun. 2024.

que ceder espaço para este aumento" (GUIMARÃES, 2015, p. 10). Para o governo, o menos importante eram os impactos sociais negativos dessas medidas.

Segundo análises de Rossi e Mello (2017)[65] no texto *A restauração sob o (des)governo Temer* na Revista Carta Capital (04-04-2017), ao intensificar a sua ação para reter o crescimento do gasto primário, "o governo deixa de atacar alguns dos principais sorvedouros de recursos públicos nos últimos anos: as desonerações fiscais, a sonegação e o pagamento de juros e o pagamento de juros nominais que respondeu por mais de 8% do PIB em 2015, aproximadamente o valor gasto com toda a Previdência".

No que se refere especificamente à Reforma da Previdência, esta restringiu de várias formas o acesso aos direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa maneira, apresenta-se como uma das formas de expropriações contemporânea que tem objetivo de alterar as condições de oferta da força de trabalho, com perdas de conquistas históricas, para que esteja disponível em quaisquer condições devido ao rebaixamento do seu valor (BOSCHETTI, 2018)[66].

Essa "reforma" esteve alinhada com a contrarreforma fiscal induzida pelo teto de gastos. A perspectiva que apresentou foi de reduzir o valor dos benefícios sob o argumento de conter a despesa, "afetando, inclusive, pensionistas e aposentadorias especiais de trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde e de pessoas com incapacidade permanente [...]". A "reforma" ainda traz a previsão de desconstitucionalização dos direitos da seguridade social, ilustrando a tese do ativismo estatal em favor da construção político-jurídica de um indivíduo adaptável aos imperativos econômicos" (MENEZES *et al,* 2020)[67].

A desregulamentação do mercado de trabalho também foi um pilar do adensamento da agenda ultraneoliberal naquele momento. A dura contrarreforma

---

[65] Mais informações disponíveis em Rossi, P., e Mello, G. (2017, abril). A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer. Revista Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-restauracao-neoliberal-sob-o-des-governo-temer/> Acesso em: 21 de jun. 2024.

[66] Mais sobre assunto: Boschetti, Ivanete (Org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

[67] Menezes *et al* (2020). O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. Saúde em Debate [online]. v. 43, n. spe5 [Acesso em 22 jun. 2024], pp. 58-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S505>. ISSN 2358-2898. https://doi.org/10.1590/0103-11042019S505.

trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017[68]) flexibilizou as relações de trabalho, enfraquecendo os direitos históricos das/os trabalhadoras/es, promovendo formas precárias de emprego. Tais mudanças não resultaram, como prometido, em melhorias significativas na criação de empregos ou na redução do desemprego, mas sim em uma maior precarização das condições de trabalho e na ampliação das condições de pobreza e miséria. Ainda nas análises de Rossi e Mello (2017),

> O ataque sobre os direitos dos trabalhadores não termina, porém, com a proposta de reforma previdenciária. O governo planeja aprovar[...] mudanças trabalhistas que reduzam ou flexibilizem diversos direitos, avançando na terceirização e garantindo o protagonismo da negociação direta entre empresários e trabalhadores. Em um momento recessivo como atual, com elevadas taxas de desemprego, a conclusão óbvia é que tal reforma, se aprovada, tende a precarizar ainda mais o mercado de trabalho brasileiro, ampliando o recuo do salário real, que foi forte em 2016.

Também no que se refere à perspectiva de "enxugamento do Estado", foram excluídas da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017 importantes metas sociais, inclusive dos programas de transferência monetária. Dessa forma "a pedido do presidente, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional alterou o texto que trazia os objetivos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017**"** (ROSSI E MELLO, 2017). Assim, esse período ficou marcado por uma redução significativa do papel do Estado na proteção social.

O desmonte de políticas públicas e programas sociais que foram fortalecidos nos governos anteriores, como o Bolsa Família por exemplo, revela um retrocesso importante. Essa retração do Estado em políticas sociais contribuiu para o aumento da pobreza e dos índices de acesso da população mais pobre às políticas sociais, ampliando o quadro de miséria do país. Ao discutir sobre as políticas sociais do Governo Termer, Menezes *et al* (2020, p.61) analisam que "se o desfinanciamento de políticas sociais é resultado do teto de gastos, é antes de tudo porque ele constitui uma nova forma de apresentação sensível; isto é, ele funda uma nova relação entre o visível e sua significação, entre a palavra que expressa o público (a austeridade e o

[68] É importante destacar que a Lei no 13.429/2017, aprovada pouco antes da Lei no 13.467/2017, dispôs diferentemente sobre os contratos temporários e definiu que eles podem ser utilizados em novas circunstâncias – nos casos de "demanda complementar de serviços" - , tanto nas "atividades-meio" quanto nas "atividades-fim" das empresas contratantes, com novos limites de duração (180 dias renováveis) e com responsabilidade apenas subsidiária destas mesmas empresas - sendo que as interpostas são mantidas. (CAMPOS E SILVA, 2017). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12048>. Acesso em: 21 jun. 2024.

limite de gastos) e as políticas sociais como excesso a conter, incidindo sobre o financiamento de direitos".

Além dos pontos já citados, os impactos do teto de gastos na educação - inviabilizando a efetiva implementação do Plano Nacional de Educação[69]- e contingenciamento de verbas para universidades e institutos federais[70], são algumas medidas de tantas outras possíveis de citar sobre o governo de Michel Temer, de retrocesso nas políticas públicas, demarcando as características nefastas de seu governo que, infelizmente, antecedia a momentos ainda piores no país. Nas palavras de Mattos (2020, p.161-162),

> Seu governo pautou-se por tentar levar ao extremo a pauta mais agressiva do grande capital, voltada para a recuperação das taxas de lucro, centralmente através dos custos da força de trabalho e da transferência de fundo público para o setor privado. Operou sob um aparente paradoxo, por tratar-se de um governo sem votos (e, por isso, sem compromisso de "prestar contas" aos eleitores) e sem preocupações com os indicadores de popularidade. [...] O grau de devastação social (desemprego galopante, crescimento da miséria, crises nos serviços públicos, etc.) e a impopularidade das medidas de austeridade do governo Temer, associados à repercussão de denúncias de corrupção contra ele, entretanto, não deixaram espaços para que os partidos políticos tradicionais da classe dominante conseguissem criar uma alternativa eleitoral forte para o pleito de 2018.

Com pesquisas de intenção de voto apontando o nome de Luís Inácio Lula da Silva como preferência entre a maioria dos eleitores, um desmembramento do golpe foi colocado em prática[71]. Com a condenação em tempo recorde em segunda instância pelo mesmo corpo judiciário da operação Lava Jato, Lula foi preso acusado de corrupção em um processo sem provas[72]. Enquanto o grande capital se regozijava das contrarreformas praticadas no país, paralelamente as bases neoconservadoras e

---

[69] Mais informações disponíveis nas matérias "Teto de gastos inviabiliza PNE". Disponível em: https://deolhonosplanos.org.br/teto-de-gastos-inviabiliza-pne/; e "O impacto do Teto de gastos sobre as políticas de educação". Disponível em: https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-impacto-do-teto-de-gastos-sobre-as-politicas-de-educacao/. Acesso em: 30 de jun. 2024.

[70]Matérias com notícias sobre o assunto disponível em: <https://portalodia.com/noticias/economia/universidades-e-institutos-federais-sofrem-com-corte-de-verbas-no-governo-temer-302995.html>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

[71] Sobre os contornos ao mesmo tempo "nítidos e irascíveis" daquele momento histórico, Freitas *et al* (2023, p. 10) escreveram: "Um golpe de Estado depôs, por dentro do próprio regime, um governo eleito, jogando de imediato, no lixo, 54,5 milhões de votos, o que abriu caminho para que a imundície dos bueiros da história nacional emergisse e se acumulasse na jusante de um rio que corria, compressa, para um mar de barbárie."

[72] Uma série de reportagens foi apresentada demonstrando os interesses políticos dos procuradores da Operação Lava Jato com o juiz Sérgio Moro. Reportagens disponíveis em: https://www.intercept.com.br/series/mensagens-lava-jato/. Acesso em: 30 jun. 2024.

neofascistas se articulavam para ampliar seus domínios. Contudo, mesmo com a possibilidade eleitoral do petista preso, a direita tradicional não conseguiu viabilizar eleitoralmente um nome, sofrendo as consequências dos discursos da “negação da velha política” potencializadora do Golpe de 2016 e a desidratação pela rejeição de Temer (Mattos, 2020). Correu nesse vácuo Jair *Messias*[73] Bolsonaro.

> Bolsonaro avançou no vácuo criado pela crise de legitimidade aberta em 2016. Reivindicou as mobilizações anticorrupção e contra o PT, apresentando-se como um outsider, muito embora já ocupasse uma cadeira no parlamento havia praticamente três décadas, eleito por diferentes partidos, todos envolvidos nos escândalos de corrupção e a maioria deles atuando na base de apoio aso governos petistas por muitos anos (MATTOS, 2020, p. 163)

A chegada de Bolsonaro à Presidência da República, em uma perspectiva mais ampla, explicitou uma crise no campo econômico, político e social (MATTOS, 2020), denotando uma crise de legitimidade das forças políticas dominantes do país. Esse tipo de crise foi explicada por Antônio Gramsci a partir da categoria “crise orgânica”[74]. No conjunto das análises históricas, é possível identificar que elementos do fascismo emergiram a partir da crise que se abriu no fim da primeira grande guerra.

Ainda que considere o contexto internacional de emergência do neofascismo diferente daquele que conhecemos de destruição em massa de populações pelo nazifascismo na Europa ou por ameaças concretas de revoluções sociais, compreendo, como o autor, que o contexto de crise dos últimos anos foi terreno fértil para ascensão neofascista. Por isso, no próximo tópico apresento algumas nuances dessas análises.

Jair Bolsonaro é um político que teve seus discursos historicamente associados à violência[75], seja na defesa da ditadura militar (e todas as formas de brutalidade a

---

[73] Grifo meu para destacar o apelo religioso da associação do seu nome com “o salvador” muito utilizada em sua campanha, além de outras denominações como “mito”.

[74] Antônio Gramsci (1891 - 1937, nos "Cadernos do Cárcere", desenvolveu o conceito de crise orgânica, referindo-se às crises profundas que afetam não apenas a economia, mas também as estruturas políticas e sociais de uma sociedade. "Uma crise orgânica é uma crise de hegemonia, uma crise de direção política, na qual as forças sociais não conseguem encontrar um novo equilíbrio." Esse conceito é amplamente discutido em vários textos dentro dessa grande obra, especialmente nos cadernos 13, 15 e 17. Gramsci, A. Cadernos do Cárcere. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[75] “Em todos os seus postos legislativos, Bolsonaro defendeu sempre posições fascistizantes, difundindo um discurso de ódio centrado em alguns elementos ideológicos basilares. O principal deles foi a defesa sistemática da ditadura militar e, particularmente, de suas dimensões de terrorismo de Estado, como a tortura e eliminação de opositores políticos” (MATTOS, 2020, p. 169).

ela associadas), na referência a “bandido bom é bandido morto” ou no tratamento que dá às pautas e aos movimentos contra as diversas formas de opressões, de defesa dos direitos humanos, da cultura, ecológica ou social etc. – todas identificadas para ele como “de esquerda” (MATTOS, 2020).

Em um país com história recente de redemocratização e que no início dos anos 2000 estava avançando em pautas importantes de promoção dos direitos das mulheres, de igualdade racial, da população LGBTQIA+ e outras questões importantes no campo dos direitos humanos e sociais, o que justificaria a eleição de um político com o perfil de Bolsonaro, com aproximadamente 55% dos votos válidos, cerca de 39% de votantes? Essa reflexão exige a pontuação sobre elementos em torno do (neo)conservadorismo e do (neo)fascismo no Brasil e como esses elementos se apresentam na construção da imagem de Bolsonaro, que nos últimos anos foi a figura pública que representou mais diretamente essas categorias no país.

Durante o governo Bolsonaro, o debate sobre o fascismo em sua modalidade ‘histórica’ (ou seja, no período entre guerras na Europa) ou contemporânea, denominada também de neofascismo ganhou espaço importante. Isso porque em todos os seus discursos e atos, o ex-presidente do Brasil demarcou sua oposição e/ou ódio às mulheres, grupos étnicos, população LGBTQIA+, cientistas, artistas, ambientalistas, professoras/es etc. Por essa razão, falar de seu governo inevitavelmente requer adentrar nessa temática.

Buscando considerar a dimensão econômica como uma das determinações fundamentais do ser social, considero importante destacar o fascismo como um projeto do grande capital monopolista - envolvendo setores médios da sociedade - em resposta às crises do capitalismo. Para alcançar essa estabilidade não há restrição do uso de métodos autoritários e violentos. Como afirma Mattos (2020, p. 26), “o sentido de classe dos regimes políticos fascistas – como ‘ditadura do capital monopolista’ – se revela não apenas em suas políticas econômicas em benefício do grande capital, mas também e especialmente em sua violência devastadora”. Estes operam transformações tanto na base econômica, quanto na dimensão político-cultural, ideológica, jurídica e religiosa etc. Nas palavras de Zetkin (2019, p.18),

> O surgimento do fascismo está intrinsicamente atado à crise do capitalismo e ao declínio de suas instituições. Esta crise é caracterizada por uma escalada

> de ataques à classe trabalhadora, enquanto as camadas sociais intermediárias são espremidas e rebaixadas ao proletariado.

Na formulação de Zetkin, o fascismo italiano encontra “terreno fértil na desidratação e fragilidade da economia” (2019, p.44), em decorrência da Primeira Guerra Mundial, em consonância com as reflexões de Trotsky (2018) sobre a ascensão do nazifascismo alemão. Ele se referia a um contexto que combinava “uma crise social profunda” com “ausência de partido revolucionário”, que se apresentasse às massas como “seu guia revolucionário”. Estando fora do seu equilíbrio, as massas pequeno burguesas lançam mão de saídas fascistas, considerando que não confiam na “radicalidade e na consequência revolucionária das forças políticas do proletariado” (MATTOS, 2019, p.20).

É necessário salientar que o fascismo pressupôs a destruição das instituições democráticas das/os trabalhadoras/es, buscando eliminar todos os pontos de apoio da classe. Nas palavras de Trotsky (2018, p. 93)[76], “o fascismo não é simplesmente um sistema de repressão, de atos de força e de terror policial. O fascismo é um sistema de Estado particular, baseado no extermínio de todos os elementos da democracia proletária na sociedade burguesa”.

O capital monopolista apoia o fascismo como estratégia de proteger seus interesses. Em tempos de crise, a classe dominante busca manter suas margens de lucro e sua hegemonia sobre o sistema econômico, recorrendo ao fascismo para debelar movimentos sociais e trabalhadoras/es que ameaçam sua posição. Ao reprimir os sindicatos e outras formas de organização proletária, garante a manutenção da ordem capitalista.

Esse apoio acontece não apenas no aspecto ideológico, mas também - talvez principalmente - no aspecto financeiro[77]. Historicamente, grandes empresários e banqueiros financiaram movimentos fascistas para garantir um governo que protegesse seus interesses contra o que justificariam de “possível ameaça socialista e comunista”. Esse apoio financeiro foi crucial para a ascensão e consolidação de regimes fascistas, permitindo-lhes mobilizar recursos para propaganda e militarização.

---

[76] Importante referência para essa discussão, a obra: TROTSKY, Leon. Como esmagar o fascismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

[77] Podemos encontrar várias referências a estudos sobre a relação entre grandes empresas e o nazi-fascismo. Aqui cito, por exemplo o estudo BRADY, Robert A. "O Espírito Corporativo e o Fascismo". Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, que trata sobre empresas americanas, como Ford e General Motors, e regimes fascistas.

Na atual conjuntura do capitalismo dependente brasileiro e mundial, existem elementos inéditos àqueles que foram tratados por Zetkin (2019), Trostky (2018), Gramsci (2011) ao avaliar o fascismo histórico. Recuperar essas obras é importante para adentrar nos fundamentos metodológicos desses autores e, assim, conseguir fazer a análise do nosso tempo presente.

Ao tratar sobre crise orgânica, Gramsci (2011) se refere a uma crise do capital que produz fortes abalos estruturais no Modo de Produção Capitalista. Uma crise com larga duração e que conjuga elementos econômicos e políticos. Na definição de crise orgânica, Gramsci (2011, p. 60)[78] aponta:

> Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.

Nesses termos, Gramsci não apresenta nenhuma causalidade entre a estrutura e a superestrutura. Ou seja, uma crise orgânica pode iniciar através de uma crise econômica (estrutura) ou por uma crise de hegemonia/crise política (superestrutura).

Na análise da Itália, Gramsci (2011) menciona o fascismo como resposta estratégica do grande capital monopolista à crise orgânica naquele momento. Para o autor, a crise orgânica iniciou com uma crise de hegemonia derivada da Primeira Guerra Mundial, que se aprofunda com a revolução Bolchevique e diversas outras que eclodem na Europa naquele período e acaba por desaguar também em uma crise econômica no início dos anos de 1920, aprofundando-se em 1930. A partir daí, gerou abalos no capitalismo por pelo menos três décadas, a ponto de se abrirem múltiplas saídas históricas para saída da crise[79], embora Gramsci (2011, p. 60 - 61) também

[78] Gramsci, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol. 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[79] Em uma análise sintética: a crise do capital daquele período não teria iniciado em 1929 com a queda da Bolsa de valores de 1929. Atentando a essas análises pode-se entender que a crise orgânica teve início com uma crise de hegemonia - aproximadamente na década de 1910, tem seus aprofundamentos ao se unir à crise econômica nos anos 1920/1930. A partir daí, gerou abalos no capitalismo por pelo menos três décadas, a ponto de se abrirem múltiplas saídas históricas para saída da crise. Apresento esses elementos na intenção de situar a questão, mas conto com o risco de não abordar dados e elementos importantes. Por isso, é importante recorrer a obra do autor e estudiosos dela.

alertasse que “a crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se organizar no mesmo ritmo”.

A crise orgânica também abre a possibilidade de a classe trabalhadora disputar concretamente o projeto socialista como uma saída alternativa à crise do capital. Contudo, é necessário que haja luta consciente e previamente projetada de forma que sejam “compreendidas” as exigências da posição econômica da massa que “podem estar em contradição com as diretrizes dos líderes tradicionais”. Ainda nas palavras de Gramsci (2011, p.70):

> Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas; e, dado que duas forças “semelhantes” só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-as num plano de aliança ou subordinação uma à outra pela coerção, a questão é saber se se dispõe dessa força e se é “produtivo” empregá-la.

Na atualidade, é possível dizer que temos uma crise orgânica do capital, iniciada com uma crise econômica com expressões nos fenômenos financeiros - é possível citar a explosão da bolha especulativa do setor imobiliário dos EUA, por exemplo[80]. Foi uma crise que começou no coração do imperialismo e que teve como respostas muitas transformações na base produtiva.

---

[80] A crise do setor especulativo imobiliário nos Estados Unidos, que culminou no colapso de 2008, foi um evento de grandes proporções que teve impactos profundos na economia mundial. Também conhecida como a crise dos *subprimes*, a crise foi amplamente causada por práticas financeiras irresponsáveis e pela falta de regulação adequada. A concessão desenfreada de empréstimos hipotecários *subprime* a mutuários de alto risco foi uma das principais causas da crise. Esses empréstimos eram oferecidos com condições iniciais favoráveis que se tornavam insustentáveis a longo prazo, resultando em altas taxas de inadimplência. A lucratividade imediata desses empréstimos incentivou os bancos a ampliar seu escopo, sem considerar a capacidade dos mutuários de pagar a dívida a longo prazo. As hipotecas foram transformadas em títulos lastreados em hipotecas (MBS) e vendidas a investidores. Essas práticas, combinadas com a classificação inadequada de risco pelas agências de rating, criaram uma falsa sensação de segurança e expandiram o risco sistêmico. Quando os mutuários começaram a inadimplir, os valores desses títulos despencaram, causando perdas enormes para os investidores. A falta de regulação e a crença na capacidade dos mercados de se autorregularem contribuíram significativamente para a crise. A crise resultou na falência de grandes instituições financeiras, como o Lehman Brothers, e na necessidade de resgates governamentais massivos. Nos Estados Unidos, milhões de pessoas perderam suas casas devido a execuções hipotecárias, e o desemprego atingiu níveis alarmantes, passando de 5% para 10% entre 2008 e 2009. Internacionalmente, a crise levou a uma recessão econômica severa, com impactos significativos. Informações e dados foram coletados disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58961821. Acesso em: 01 de jul. 2024. Disponível em: https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em: 01 jul. 2024. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/institucional/historia/aniversario/cbn-25-

Segundo Antunes (2020), com seu desenrolar a crise atingiu gravemente o mundo do trabalho. Em seu livro *O Privilégio da Servidão*, o autor aponta que a crise intensificou as tendências neoliberais e levou a mudanças significativas nas formas de exploração do trabalho. Entre as principais transformações destacadas por Antunes estão:

> a) A aceleração da tendência de precarização do trabalho com o aumento da informalidade e das formas de trabalho precário, como contratos temporários e trabalho por meio de plataformas digitais. Consequentemente, uma maior insegurança e instabilidade para as/os trabalhadoras/es. Nesses termos, o autor também discute sobre o infoproletariado ou o novo proletariado global a partir do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs.
> b) A intensificação do trabalho, com jornadas mais longas e com maior pressão por produtividade. A lógica do *just-in-time* e a flexibilização das jornadas de trabalho se tornaram mais comuns, exacerbando a exploração das/os trabalhadoras/es.

Tomando como exemplo a pesquisa realizada com trabalhadoras/es da General Motors (GM) do Brasil, a partir de 2008, em decorrência da profunda crise em que se encontrava, desencadeou uma nova fase de implantação do denominado sistema global de manufatura. Os resultados mais imediatos foram o fechamento de unidades produtivas e a demissão de trabalhadores/as, além de realocação e transferência das atividades entre as suas diversas unidades. Como informa Antunes, (2020, p. 128) esse processo se concretizou mediante:

> 1) demissões diretas ou por meio de planos de demissão voluntária (PDV); 2) novos pisos salariais reduzidos; 3) maior ritmo e intensificação do trabalho, com a introdução de novos mecanismos de mediação e padronização de atividades, a fim de reduzir o tempo das operações; 4) maior robotização do processo produtivo; 5) intensificação de sistemas de metas e resultados com maior controle nos sistemas de avaliação individual ou da equipe de trabalho etc.

Como é possível observar, a crise econômica teve como resposta uma reestruturação produtiva com sérios e danosos impactos para a classe trabalhadora, considerando que o objetivo maior foi o aumento das taxas de exploração dessa classe frente ao capital e subsunção real do trabalho ao capital.

Nos textos de o *Capitalismo pandêmico*, Antunes (2022) assinala novos elementos da degradação por que passa o mundo do trabalho. Na pandemia de Covid-19 ficou ainda mais evidenciada a centralidade das/os trabalhadoras/es para o lucro

---

anos/boletins/2016/07/12/2008-EXPLODE-A-CRISE-FINANCEIRA-GLOBAL-APOS-BOLHA-IMOBILIARIA-DOS-EUA.htm>. Acesso em: 01 jul. 2024.

do sistema capitalista e, nesse período, além de não haver qualquer preocupação com a vida dessa classe ainda ampliaram o grau de precarização das condições de trabalho e exploração, “tendo em vista uma oferta da força de trabalho em quaisquer condições e a qualquer custo para a extração de mais valia”, conforme apontou Behring (2023).

A crise iniciada em 2008 também se desdobrou em crise de hegemonia dos setores burgueses no poder, mas que infelizmente não resultou de fato em processos revolucionários, apesar dos crescentes movimentos de protestos no mundo[81], como a chamada primavera árabe[82], para citar exemplo. Contudo, como afirma Lenin (1920)[83] sobre a lei fundamental para a revolução.

> Para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de viver como dantes e exijam mudanças; para a revolução é necessário que os exploradores não possam viver e governar como dantes. Só quando os «de baixo» não querem o que é velho e os «de cima» não podem como dantes, só então a revolução pode vencer.

A crise econômica e a instabilidade criaram um terreno fértil para o crescimento de partidos de extrema direita em várias partes do mundo. Vimos nesse processo que o resultado de algumas mobilizações foi a ascensão da extrema direita e de setores

---

[81] Mais sobre o assunto ver em *Occupy* – movimentos e protestos que tomaram as ruas. David Harvey *et al*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

[82] A chamada “Primavera Árabe” foi uma série de protestos e revoltas que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África entre 2010 e 2013. Esses movimentos, desencadeados por um sentimento de insatisfação generalizada com os regimes autoritários, corrupção, repressão política e condições econômicas desfavoráveis, tiveram impactos profundos na região. As redes sociais desempenharam um papel crucial na organização e disseminação dos protestos, permitindo que as pessoas se coordenassem e divulgassem informações além das fronteiras controladas pelos governos. Como consequência foi possível a mudança de Regime como na Tunísia, que teve a queda do presidente Zine El Abidine Ben Ali; No Egito, onde Hosni Mubarak foi deposto após 18 dias de intensos protestos; e na Líbia onde a intervenção militar da OTAN ajudou os rebeldes a derrubarem Muammar Gaddafi, embora o país tenha mergulhado em uma guerra civil prolongada. Alguns países, como Marrocos e Jordânia, conseguiram evitar mudanças de regime fazendo concessões políticas. Esses governos implementaram reformas constitucionais e mudanças políticas para apaziguar os manifestantes e evitar a escalada dos protestos. Na Síria os protestos evoluíram para uma guerra civil brutal que continua até hoje, resultando em centenas de milhares de mortos e milhões de refugiados e o Iêmen também entrou em uma guerra civil devastadora após a tentativa de transição política falhar em estabelecer estabilidade. Nessa situação, a crise gerou fluxos massivos de refugiados, principalmente da Síria, afetando países vizinhos e a Europa, que enfrentou desafios significativos com a crise migratória. Matérias sobre o tema disponíveis em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/23/o-que-resta-da-primavera-arabe-apos-10-anos-de-protestos-e-mudancas-em-governos.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2024; e em: https://www.todamateria.com.br/primavera-arabe/. Acesso em: 02 jul. 2024.

[83] O livro “A Doença Infantil do «Esquerdismo» no Comunismo” foi escrito por Vladimir Ilitch Lénin para a abertura do II Congresso da Internacional Comunista em 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/05/esquerdismo-doenca-in>. Acesso em: 02 jul. 2024.

“fascistóides” em diversas formações econômico-sociais. Na Europa, o aumento da imigração e os temores econômicos resultantes das crises regionais contribuíram para o crescimento de partidos de extrema direita em países como França (Frente Nacional), Alemanha (AfD) e Itália (Liga Norte).

Esses partidos capitalizaram sobre o descontentamento popular, prometendo políticas mais rígidas contra a imigração e proteção econômica. Em texto publicado na *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 124, em 2015, Michel Löwy[84] analisou o crescimento da extrema-direita na Europa – o perigo da ascensão fascista - e a percepção da esquerda, em especial na França.

> A esquerda como um todo, com apenas algumas exceções, tem severamente subestimado esse perigo. Não viu a “onda marrom” vindo e, portanto, não viu a necessidade de tomar a iniciativa de uma mobilização antifascista. Para algumas correntes da esquerda que veem a extrema-direita como nada mais do que um efeito colateral da crise e do desemprego, são essas as causas que devem ser atacadas, e não o fenômeno fascista propriamente dito. Tal raciocínio tipicamente economicista desarmou a esquerda diante da ofensiva ideológica racista, xenofóbica e nacionalista da extrema-direita. (LÖWY, 2015, p. 658).

Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump, em 2016, foi em parte uma resposta às preocupações econômicas e culturais exacerbadas pela crise financeira e suas consequências. A retórica de Trump contra a imigração e suas políticas econômicas protecionistas refletiram a crescente influência da extrema direita na política americana. Comentou “El País Brasil”[85] sobre o presidente eleito na época:

> Seu mérito consistiu em entender o desconforto dos norte-americanos vítimas da tempestade da globalização, as classes médias que não deixaram de perder poder aquisitivo nas últimas décadas, os que viram como a Grande Recessão paralisava a ascensão social, os que observam desconcertados as mudanças demográficas e sociais em um país cujas elites políticas e econômicas os ignoram. Os brancos da classe trabalhadora – uma minoria antigamente democrata que compete com outras minorias como os latinos e os negros, mas que não tem um status social de vítima – encontrou em Trump seu homem providencial. Também a corrente racista que existe no país da escravidão e da segregação encontrou em Trump um líder sob medida.

Vale notar que nessa crise orgânica, ao contrário de outras, não foi perceptível a emergência do projeto socialista como alternativa concreta no atual momento.

---

[84] Texto disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2024.

[85] Matéria na íntegra disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/09/internacional/1478660050_114058.html>. Acesso em: 02 jul. 2024.

Vários motivos podem ser elencados, um deles foi a desorganização da classe trabalhadora, que foi surpreendida e estava desarmada para fazer os enfrentamentos necessários à crise, especialmente pelas derrotas da social-democracia e do estalinismo, além da corrosão organizativa após anos de neoliberalismo.

Também é importante destacar o que pode ser outro elemento importante dessa crise: a crise de hegemonia no mercado mundial. Ou seja, uma perda da vitalidade da hegemonia norte-americana no mercado global e a ascensão da China para fazer disputa, demarcando o rompimento da "unipolaridade" da economia mundial, uma disputa não apenas comercial, mas também geopolítica[86]. Obviamente não estou aqui entrando no mérito do grande debate sobre o caráter socialista (ou não) do projeto político chinês.

Outro elemento possível de ser elencado sobre essa perda de "vitalidade" dos Estados Unidos foi sua derrota militar em países dependentes e "[...] desde 2001 mais de 900 mil pessoas morreram e dezenas de milhões tornaram-se refugiados, fruto das guerras estadunidenses em nome da luta contra o terrorismo", afirma matéria do Diálogos do Sul, *Opera Mundi*, UOL[87]. Em especial sobre os países do Sul-global e a busca de autonomia, o Observatório Político dos Estados Unidos – OPEU, destaca em matéria da seção "América Latina", de 04 de abril de 2021[88]:

> [...]a busca sul-americana por autonomia não foi causada pela ausência de atenção estadunidense. A hegemonia dos EUA foi desafiada durante os governos Bush e Obama, mas o declínio de sua influência não foi causado por negligência. Em outras palavras, as mudanças nas relações interamericanas foram externas, e não internas, ao processo de tomada de decisões dos Estados Unidos. Essas mudanças estiveram ligadas à busca de autonomia dos países latino-americanos e a um ambiente internacional que se tornou mais permissivo para a região, a partir da tendência de multipolaridade, com o crescimento chinês e russo.

Behring (2023) lembra do uso da guerra como saída clássica para as crises do capitalismo, historicamente utilizada para a destruição de forças produtivas. Dessa

---

[86] Matéria disponível em: <https://diplomatique.org.br/china-e-estados-unidos-uma-guerra-mais-geopolitica-do-que-comercial/>. Acesso em: 24 jul. 2014.

[87] Matéria disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/analise-china-denuncia-perigos-da-hegemonia-dos-eua-a-estabilidade-e-paz-mundial/>. Acesso em: 02 jul. 2024. Mais sobre o assunto em matéria disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/chinaemfoco/2023/11/16/china-estados-unidos-relembre-polmicas-entre-os-dois-paises-147864.html> Acesso em: 02 jul. 2024.

[88] Texto disponível em: <https://www.opeu.org.br/2021/03/04/eua-e-america-do-sul-entre-a-negligencia-e-a-militarizacao/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

forma, tivemos o uso das duas guerras mundiais e das inúmeras guerras localizadas desde então, justificadas como guerra ao terror ou em defesa do mito “democracia ocidental”. Contudo, se constituem em um “desaguadouro de mercadorias – armas – antes em alqueive” e justificam novos aportes de fundo público. Ainda sobre o discurso da guerra, a autora considera que:

> [...] tal saída belicista – que se anuncia nas ameaças nucleares em torno da invasão da Ucrânia e adesões à OTAN de países fronteiriços à Rússia, bem como na elevação do tom a respeito de Taiwan entre EUA e China – dado o potencial destrutivo nuclear acumulado, poderia ter consequências catastróficas para a humanidade e o meio ambiente. Para além do preço dos alimentos e das barganhas em torno da questão energética, o já longo “sono da razão” pode anunciar esse monstro maior (BEHRING, 2023)[89]

Para complexificar esse conjunto de subsídios, tivemos a pandemia de covid-19, que não pode ser tratada como criadora da crise, todavia deve-se entendê-la como mais um elemento que aprofundou a crise orgânica do capital que se desenvolve aproximadamente desde 2008/2009.

Esses fortes abalos no projeto neoliberal vão corresponder a respostas estratégicas da burguesia para o fortalecimento do modo de produção capitalista. Portanto, quando falamos de oposição a esse sistema e sua política neoliberal, nos referimos a pensar no seu oposto, em políticas antineoliberalismo, alinhadas também ao debate do anti-imperialismo e anticapitalismo. Porque do lado da burguesia capitalista, ao sentir os abalos em seu projeto, esta rebate com o agravamento das antigas doses clássicas do neoliberalismo, o ultraneoliberalismo.

As ofensivas do neoliberalismo, e o ultraneoliberalismo no Brasil dos últimos anos, remetem ao que Dardot e Laval (2016) enfatizam como a consolidação do neoliberalismo como regime que orienta internamente a prática dos governos, empresas e milhões de pessoas que sequer têm consciência disso. As transformações ilustram a capacidade de recomposição do capitalismo de adaptar-se e perpetuar suas dinâmicas de exploração, mesmo diante de crises sistêmicas, como apontam os autores sobre uma questão crucial: “Como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar Estados e as sociedades em

[89] Texto completo disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 02 jul. 2024.

crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? ” (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 15). Ainda alertam os autores nessa passagem,

> O neoliberalismo está muito distante de se resumir a um ato de fé fanático na naturalidade do mercado. O grande erro cometido por aqueles que anunciam a “morte do liberalismo” é confundir a representação ideológica que acompanha a implantação das políticas neoliberais com a normatividade prática que caracteriza o liberalismo.

As análises que contrapõem Estado e mercado são, segundo esses autores, uma das principais dificuldades para a compreensão do neoliberalismo. Considerando que foram justamente os Estados que “introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (DARDOT E LAVAL, 2016, p.19).

Por isso, os Estados têm adotado, mesmo em períodos de crise, “intervenções” visando mudar profundamente as relações sociais e o papel das instituições em termos de proteção social e políticas públicas. Não por acaso encontramos tantos defensores de regime de governabilidade que permeiem o conjunto das esferas da vida social. Isso inclui a promoção de valores de competição, eficiência e meritocracia em todas as áreas, desde a educação até a saúde.

O ultraneoliberalismo aprofunda diversos elementos clássicos do neoliberalismo, mas também é possível identificar outros elementos agregados, inclusive com o reforço do uso da coerção do Estado burguês para a manutenção da ordem e o tratamento cada vez mais controverso das expressões da questão social. Inclusive, percebe-se o incremento das ações do Estado Penal por meio das estratégias cada vez mais contundentes de criminalização da pobreza com seletiva justiça criminal, do reforço na militarização das forças policiais, e da legitimação social da coerção com o uso retórico da segurança e da ordem.

Wacquant (2007), em suas análises sobre o Estado Penal, discute como o neoliberalismo intensificou o uso da coerção estatal para manter essa chamada “ordem social”. O autor argumenta que as intensificações das políticas neoliberais foram acompanhadas pelo fortalecimento das forças de repressão. Afirma também que o trato das condições que julgam “indesejáveis, ofensivas e ameaçadoras” tem perpassado o incremento de política punitivistas e ações que espalham discursos alarmistas sobre a insegurança. Isso com o uso apelativo nas mídias e redes sociais demandando a “guerra ao crime” para proteger a figura do cidadão exemplar que é

vítima (“cidadão do bem”) e revalidando a repressão estigmatizada e racializada aos jovens, imigrantes, usuários de substâncias psicoativas, prostitutas, etc.

No contexto brasileiro dos últimos anos, as análises de Wacquant (2007), contextualizadas na nossa realidade, são extremamente relevantes para entender a intensificação da violência policial, o crescimento do sistema prisional e o apelo à militarização das forças de segurança. As políticas de segurança pública no Brasil frequentemente refletem a lógica do Estado Penal com políticas repressivas cotidianamente apresentadas como necessárias para proteger a sociedade da criminalidade, mesmo que isso signifique a erosão de direitos civis e das liberdades individuais.

Na realidade brasileira essa dinâmica se ampliou nos últimos anos também como consequência da crise orgânica do capital no país. Considerando o desenvolvimento desigual e combinado e a relação de dependência[90] no mercado mundial, é bem verdade que o ritmo e a intensidade dessa crise acontecerão de formas diferentes nas diversas formações sociais. Pode-se dizer que os rebatimentos mais contundentes da crise econômica internacional começaram no país por volta de 2013. Anteriormente, o governo Lula havia inclusive usado o termo “marolinha” para se referir aos impactos no país, e tentou minimizar seus efeitos com algumas saídas pontuais. Infelizmente não foi essa realidade, e percebeu-se, principalmente no Governo de Dilma Rousseff, que a devastação seria de um tsunami.

Nesse sentido, é importante perceber que ao contrário das “ilusões” de Keynes, não é possível debelar uma crise do capital com medidas político-econômicas localizadas. O ciclo da acumulação e da reprodução capitalista se impõe aos diversos países. As políticas econômicas e sociais podem até ajudar a atenuar maiores ou menores efeitos da crise, mas não podem dominá-los. Por isso, aqui no Brasil, apesar das tentativas e dos esforços dos governos Lula e Dilma, não foi possível impedir o agravamento da crise, e suas sequelas também foram usadas como argumento para varrer o governo de Dilma.

Esses esforços para enfrentar a crise envolveram uma combinação de políticas fiscais expansionistas, crédito facilitado, aumento do salário-mínimo e programas

[90] Nessa análise, é importante resgatar Bambirra (2013, p. 40) que afirma: “A situação de dependência do sistema capitalista mundial (que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas”.

sociais, que juntos até ajudaram a manter o crescimento econômico por certo tempo. Até foram eficazes em mitigar os impactos imediatos da crise, mas também deixaram desafios econômicos e implicações amargas no futuro.

As políticas adotadas pelo governo Lula se concentraram na política fiscal expansionista, no crédito facilitado e no apoio ao consumo. No que se refere à infraestrutura, o governo aumentou significativamente os investimentos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob o argumento de melhorar a infraestrutura nacional e criar empregos. Outra medida foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados –IPI para automóveis e eletrodomésticos, na expectativa de sustentar a produção industrial e manter empregos.

Além disso, a expansão do crédito por meio dos bancos públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que ampliaram a oferta de crédito para consumidoras/es e empresas com o argumento de que isso manteria a demanda interna aquecida - “a passagem de cidadão de direitos cidadão consumidor” (MOTA, 2015), como mencionado anteriormente. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também teve um papel crucial no financiamento de grandes projetos em execução no país.

As políticas adotadas por Dilma se centraram na continuidade de investimento na Infraestrutura, na redução de tarifas e encargos e na expansão do crédito e financiamento. Os mandatos de Dilma investiram pesadamente nas obras do PAC, o que foi fundamental para manter os investimentos em infraestrutura durante seu governo. Em 2013, anunciou a redução das tarifas de energia elétrica, o que envolveu a eliminação de encargos e a renovação de contratos de concessão com preços mais baixos. Assim como Lula, Dilma continuou a expansão do crédito facilitado por meio dos bancos públicos. Além disso, programas de financiamento para a compra de imóveis foram ampliados, contribuindo para a dinamização do setor de construção civil. Nenhuma dessas medidas foi capaz de conter a fúria que constituiu o golpe parlamentar, jurídico e midiático[91] para tirá-la da Presidência[92].

---

[91] Matéria especial sobre o processo de Impeachment de Dilma Rousseff publicada no período. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/da-esperanca-a-crise-os-13-anos-do-pt/>. Acesso em: 02 de jul. 2024.

[92] Apresento, para ilustrar, uma análise de Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017) sobre a ascensão e crise do Governo Dilma: “A política econômica do primeiro governo Dilma Rousseff tinha atendido a várias das bandeiras defendidas pela FIESP ao longo dos anos, no que se chamaria de “nova matriz econômica”: redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços

A crise orgânica no Brasil, com um desenvolvimento tardio e que parecia ter menor intensidade, rapidamente se ampliou. Pode-se mencionar como marco factual as jornadas de Junho de 2013[93], como a abertura de uma crise de hegemonia no país. As manifestações se aprofundam com a apropriação da sua direção pelo movimento das “camisas verde e amarelo” que tomou conta das ruas ao longo dos anos de 2015 e início de 2016, inflamado pela “cólera lavajatista” - que já teve desmascarada a sua farsa criminosa[94]. Confluindo com a crise econômica que vinha se intensificando ao longo de 2014 e 2015, tivemos a composição da estrutura do Golpe de 2016. Antes mesmo do golpe, nas grandes manifestações de 2015, já é possível perceber a ascensão da extrema direita como um ator político se consolidando no país. Esse processo deságua na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018.

Parto da compreensão de que esse político, que se firmou como a principal expressão da extrema-direita e dos setores fascistas da sociedade brasileira, também é expressão do processo de larga duração que tem raízes noutras circunstâncias, enquadradas na crise orgânica.

Podemos citar, usando como referência Miguel (2019), dois fenômenos paralelos que ocorreram durante os governos petistas: o PSDB entendeu que seu

---

públicos para a iniciativa privada. [...]. No segundo governo, contudo, a presidenta reeleita Dilma Rousseff resolveu realizar um ajuste fiscal e monetário abrupto que surpreendeu muitos dos que, em sua base eleitoral, acreditaram em suas críticas de campanha à disposição de cortar e cortar dos candidatos de oposição. Dessa vez, atendia ao clamor de grupos empresariais que se colocaram contra a chamada “nova matriz econômica”.[...] Como a história se repete como farsa, a indicação, para o Ministério da Fazenda, do economista-chefe do principal banco privado brasileiro (Joaquim Levy, do Bradesco) parecia querer repetir a manobra de conciliação de opostos executada por Luís Inácio Lula da Silva em 2003, moderando a oposição empresarial e recriando, quiçá, um grande pacto que incluía até a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), cujos interesses foram atacados publicamente pela presidenta em 2012. Ao contrário disso, ocorreu uma tendência de unificação da burguesia ou, pelo menos, de inação conivente do grande empresariado em torno da bandeira de *impeachment* de Dilma”. Bastos, P. P. Z. (2017). Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista De Economia Contemporânea, 21(2), e172129. <https://doi.org/10.1590/198055272129>.

[93] Os acontecimentos do ano de 2013 surpreenderam a todos e fizeram com que um de seus meses adquirisse, desde então, a inicial maiúscula: Junho. [...] Ainda hoje, parece estar violentamente em todo lugar. Seja em como ele começou, seja da forma como ele acabou, ou, ainda, naquilo que engendrou” (FREITAS *et a*l, 2023, p. 09 – 11).

[94] Estamos tratando como uma farsa criminosa por considerar que a Operação Lava Jato, longe de ser uma investigação imparcial contra a corrupção, foi utilizada como um instrumento político e midiático para manipular o sistema judiciário. Inicialmente apresentada como uma batalha contra a corrupção, acabou sendo exposta como um projeto de poder que teve impactos devastadores na democracia e na economia brasileira. O uso seletivo das investigações e a cooperação ilegal entre magistrados/as e procuradores/as não afetaram apenas a legitimidade do sistema de justiça, mas também abordaram a crise econômica e política no país. Mais informações disponíveis em: <https://www.intercept.com.br/especiais/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 15 out. 2024.

caminho era liderar a direita; e a direita entendeu que poderia radicalizar seu discurso. Ainda que o uso “direita” precise ser relativizado, todos os grupos têm em comum o conservadorismo e o reacionarismo.

Ainda com base nas análises do autor, os grupos mais extremados incluem três vertentes principais. A primeira vertente é composta pelo chamado libertarianismo, descendente da “escola econômica austríaca” e influente nos meios acadêmicos e ativismo nos EUA, defendendo menos Estado, assim como que as situações nascidas dos mecanismos de mercado são justas, por mais desiguais que pareçam. É promovido por fundações privadas estadunidenses (analistas de inspiração Gramsciana costumam chamar de “aparelhos privados de hegemonia”[95]), a exemplo da Atlas Network[96], que treina divulgadoras/es para intervenção no debate público. No caso do Brasil, essas fundações estão na base do ressurgimento de forte corrente de direita no movimento estudantil, fazendo críticas às posições de esquerda sob o argumento de ultrapassadas e autoritárias. É o caso dos Estudantes pela Liberdade – EPL, que aparentemente é a referência no Brasil dos “Students for Liberty”[97] e a organização militante que se apresentou a partir da apropriação das pautas das “manifestações de Junho”, o Movimento Brasil Livre – MBL.

Segundo Miguel (2019), esses grupos trazem como componente semântico a “liberdade”, contudo, esta é operada como a ausência de interferência externa. O livre-mercado está no centro da motivação e, contraditoriamente, as organizações de trabalhadoras/es em defesa de seus direitos devem ser banidas, as manifestações

[95] Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

[96] Organização internacional que apoia diversas entidades de extrema-direita no Brasil e no mundo. A Atlas foi fundada pelo empresário Anthony Fisher, em 1981, e incorporada ao *think tank* British Institute of Economic Affairs, também fundado por ele, em 1955. A partir de então iniciou uma rede de expansão para a Europa e para a América do Norte, e depois para a América do Sul e restante do mundo. Esse apoio é parte de uma estratégia maior para promover políticas neoliberais e desestabilizar governos de esquerda através de uma rede de *think tanks* e grupos de ativismo político. Apoia grupos de direita também em outros países da América Latina, como Venezuela e México. Na Venezuela, por exemplo, a Atlas Network tem sido crucial no apoio a grupos oposicionistas que criticam o governo de Nicolás Maduro. Ver matéria em: <https://www.intercept.com.br/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

[97] Organização internacional de estudantes para interversão e promoção das ideias de livre mercado e políticas conservadoras. No Brasil tem articulação direta com EPL e MBL, que desempenharam um papel crucial nos protestos de 2015 contra o governo do PT. Kim Kataguiri, uma figura proeminente do MBL, foi treinado pela Atlas Leadership Academy, um programa da Atlas Network que prepara líderes para promover políticas de liberdade econômica.

que não devem ter bandeiras partidárias, a defesa da “Escola Sem Partido”[98] e a desidratação dos sindicatos.

Vale ressaltar que o libertarianismo original, na defesa de que a autonomia individual deve ser respeitada, entraria na defesa de pautas como liberdade do consumo de substâncias psicoativas, direitos reprodutivos e liberdade sexual. Contudo, encontramos essa posição mais nos textos do que na ação política de seus simpatizantes, considerando que os principais aliados são os cristãos fundamentalistas e o discurso possui reforço da família patriarcal, “os *think tanks*[99] não se eximem de defender bandeiras conservadoras, como a proibição do aborto ou o projeto Escola Sem Partido” (MIGUEL, 2019, p.101).

A chamada “Escola Sem Partido” surge como uma proposta de desqualificação das concepções teóricas, pedagógicas e culturais que buscam valorizar o livre debate de ideias, a diversidade cultural, a crítica sistemática da realidade histórico-social, que tem como resultado das análises a defesa dos interesses dos segmentos mais pobres da classe trabalhadora (Brites e Barroco, 2022). Nesse sentido, abordam as autoras:

> É possível a existência de uma instituição responsável pela formação cultural e humana, como a escola, isenta de disputas ideológicas em torno de projetos de formação educacional e de projetos de sociedade? Se sim, quais são os critérios utilizados para definir as concepções teóricas que são isentas de ideologia? Se não, quais são os critérios éticos que deveriam orientar o

[98] Macedo (2017), caracterizou como “movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular”. Criado em 2004, o movimento teve maior visibilidade e encontrou as condições para tornar-se parte das disputas nos espaços institucionais da política brasileira a partir de 2014, com a ascensão da extrema-direita no país. O Projeto de Lei 7.180/2014, proposto pelo deputado evangélico da igreja Assembleia de Deus, Erivelton Santana, do Partido Social Cristão da Bahia (PSC/BA) propunha a mudança das Diretrizes Gerais da Educação (Lei nº 9.394/1990) com a inclusão de inciso no artigo que trata sobre os princípios do ensino: “respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas” (BRASIL, 2014). Em consonância com Santos e Biroli (2023), compreendemos que se constitui como um fenômeno mais amplo, a privatização como forma de captura do público e do coletivo. Assim, é também acompanhada de novas formas de controle das condutas, através de ações com vistas a restringir perspectivas críticas às hierarquias sociais.

[99] Órgãos de propagação de ideias, com maior ou menor volume financeiro, estão inseridos nos debates políticos voltados a deslocar o centro dos principais interesses. No Brasil, um dos maiores é o *Instituto Millenium*, sustentado por empresas nacionais e transnacionais para difundir a redução do papel do Estado na economia. Outro com grande visibilidade é o *Instituto Liberal de São Paulo*, que tem como criador, o jornalista e colunista de muitos anos da Revista Veja, Rodrigo Constantino (MIGUEL, 2019). Casimiro (2018, p. 17) identificou “um processo de reorganização da ação política da burguesia que teve como sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado. ”

> debate e as disputas teóricas em torno de projeto de formação e projetos de sociedade? (BRITES; BARROCO, 2022, p. 144).

Diante da impraticabilidade do conhecimento teórico neutro, as diferenças e disputas ideológicas não devem ser tratadas por meio de “censura, cerceamento ou ocultação”. De acordo com Brites e Barroco (2022, p. 144), “a exigência ética é pela defesa da convivência democrática e plural de ideias, concepções e posicionamentos de valor, do respeito à divergência de opiniões, da autonomia de pensamento, desde que tais posicionamentos não neguem ou violem direitos nem promovam a violência e a discriminação. ”

Obviamente a convivência democrática é um dos problemas desses grupos, que não apostam na autonomia de pensamento, na disputa de ideias e muito menos no debate democrático. A intenção é de afastamento da materialidade histórica e promoção da mistificação e distorções, de forma a propagar os interesses perpetrados “pelo capital, pelo patriarcado, pelo racismo, pela heterocisnormatividade e pelos vários fundamentalismos” (BRITES; BARROCO, 2022).

Nesse caminho, Miguel (2019) refere o *fundamentalismo religioso* como a segunda vertente dos grupos de extrema-direita. Segundo o autor, esse grupo se tornou uma força política no país a partir dos anos de 1990, com investimento das igrejas pentecostais nas eleições de seus pastores. É importante destacar que a generalização em “bancada evangélica”[100] para tratar desses segmentos religiosos conservadores no Congresso Nacional invisibiliza as diferenças entre os protestantes. Inclusive, desconsidera a presença de setores minoritários mais progressistas e relega a existência de setores mais conservadores também da Igreja Católica, por meio de leigos engajados. Fora do Congresso, pastores com forte atuação política e presença nas redes investem em dar o tom conservador e voz a essas pautas, por meio de diversos recursos.

> O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e as políticas de combate a homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que fortalece a todos (MIGUEL, 2019, p. 102).

[100] A frente de religiosos conservadores ficou mais visível a partir das eleições de 2016, inclusive com o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro – Orani Tempesta - oferecendo apoio efetivo, embora discreto, ao candidato Marcelo Crivela, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus.

A influência religiosa não é exatamente um elemento novo na política brasileira, contudo, antes a corte era feita somente à Igreja Católica. A novidade é que além de existirem outras denominações a serem conquistadas, a influência deixou de acontecer extra Congresso, com a disputa direta no campo político eleitoral. Com isso, toma fôlego a chamada "agenda moral"[101] conservadora[102], como estratégia da direita para reconquistar base social.

A terceira vertente da extrema direita recicla o *anticomunismo*, ganhando nova roupagem na América Latina e no Brasil. A ameaça antes associada à existência da Guerra Fria foi direcionada para o "bolivarianismo[103]" e o Foro de São Paulo[104], sendo o Partido dos Trabalhadores apresentado como o a encarnação do comunismo. Assim, foi estabelecida uma sobreposição de anticomunismo e antipetismo. Como representação expressiva desse grupo é possível identificar figuras como Olavo de Carvalho.

Miguel (2019) destaca ainda que essas vertentes também se articulam e se sobrepõem, não sendo um movimento estanque entre elas, citando o exemplo de que Olavo de Carvalho, emblemático anticomunista, também poderia ser considerado um católico fundamentalista. O caminho de fusão do anticomunismo com o reacionarismo

---

[101] Barroco (1999, p. 123-124) define moral como "o conjunto de costumes e hábitos culturais que transformados em deveres e normas de conduta responde à necessidade de estabelecer parâmetros de convivência social [...] no campo da moral as ações são valoradas como boas/más, justas/ injustas, corretas/incorretas [...] a moral é histórica, ou seja, é relativa às condições socioeconômicas e culturais de cada momento histórico [...]. Ela não é puramente determinada pelos indivíduos em sua subjetividade A partir de um consenso social acerca do que é bom para a coletividade, criasse uma expectativa de que os indivíduos respeitem tais deveres, mas para isso é preciso que eles os aceitem conscientemente como legítimos, daí a necessidade de vincular dever e consciência moral".

[102] Nos governos petistas, "o apoio desses grupos religiosos exigia que o Poder Executivo refreasse iniciativas para a extensão de direitos, sobretudo das mulheres e da população LGBT. E na hora em que o governo Dilma começou a ruir, eles não tiveram dificuldades para mudar de lado em engrossar as fileiras do Golpe" (MIGUEL, 2019, 104).

[103] O bolivarianismo é uma doutrina política e ideológica que se baseia nos ideais de Simón Bolívar, suas referências aparecem nos textos como a Carta de Jamaica, o Discurso de Angostura e o Manifesto de Cartagena. Foi amplamente promovida por Hugo Chávez na Venezuela, a partir de 1999, com a chamada Revolução Bolivariana. Mais informações ver em: "A primeira revolução do século XXI? Bolivarianismo e socialismo na Venezuela" tese de doutorado de Raphael Lana Seabra (2012) Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/LZfX5DGTxPLbKDc7hfQRdDD/?lang=pt. Acesso em: 03 jul. 2024.

[104] Organização de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e esquerda criada em 1990, que em seu primeiro encontro aprovou a Declaração de São Paulo, enfatizando a luta anti-imperialista e popular. Esse Foro se propunha a estabelecer um espaço de debate e articulação de estratégias comuns para enfrentar a hegemonia neoliberal. Na retórica dos anticomunistas se trata de uma conspiração para dominar o continente. Ver mais em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/o-que-e-foro-de-sao-paulo-e-por-que-ele-gera-tanta-polemica-e-teorias-conspiratorias/. Acesso em: 03 jul. 2024.

moral passa pela leitura fantasiosa de Gramsci, recebendo nessa distorção o nome de “marxismo cultural”. A luta política como momento central na disputa de projetos, “torna-se nas mãos dos seus detratores[105] à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, como o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade por meio da manipulação de mentes” (MIGUEL, 2019, p.105-106).

Considerando esses elementos sobre o avanço da extrema-direita, é possível dizer que o Golpe de 2016, com todos os seus impactos na dimensão política, econômica, cultural, ideológica e religiosa trouxe um conjunto de medidas que visaram a submissão das/os trabalhadoras/es ao capitalismo e seus novos processos produtivos. Como uma de suas consequências, o aumento da superexploração da força de trabalho, que dentro das suas implicações apresentou a precarização das relações trabalhistas.

Logo, associadas às contrarreformas implementadas pelo governo de Michel Temer (contrarreforma trabalhista, legislação da terceirização, contrarreforma previdenciária, novas leis de falência etc.), ainda foi possível unir outras formas de saque/pilhagem do fundo público através da Emenda Constitucional 95, como mencionamos anteriormente. Nos anos seguintes ganham mais força as investiduras ultraneoliberais das frações rentistas da grande burguesia brasileira e internacional na quadratura histórica de ascensão da extrema direita no Brasil e no governo Bolsonaro.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022)[106], o Brasil viu uma intensificação de políticas ultraneoliberais, que se manifestaram em diversas áreas da administração pública. A agenda do governo, baseada em princípios como a redução de políticas públicas e sociais, a privatização de empresas estatais e a flexibilização

[105] Para esses detratores, a estratégia gramsciana intenciona “apagar da mentalidade popular, e sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda herança moral e cultural da humanidade.” (CARVALHO, 2002).

[106] Com o título “O Caminho da Prosperidade”, o Plano de Governo apresentado ao TSE em 2018, pelo então candidato à presidente Jair Bolsonaro continha em todas as suas 89 páginas o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” e expôs em sua capa um versículo bíblico, demarcando nitidamente que o Estado defendido por esse governo não seria laico (SALVADOR E PENANTE, 2022). Destacam, ainda, que “o enaltecimento do liberalismo econômico perpassa todo o Plano de Governo de Bolsonaro, por meio da exortação da liberdade como bem mais precioso do povo brasileiro. A propriedade privada e a não interferência do Estado nas relações familiares são um sedutor argumento para a defesa da supremacia dos direitos individuais. No que tange à economia, o documento responsabiliza inteiramente os governos petistas pela recessão econômica, aumento da inflação, déficit primário elevado, desemprego e corrupção. E o liberalismo é apresentado como a única forma do Brasil sair deste “fosso” no desenvolvimento econômico.” Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20640>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

das leis trabalhistas para maior exploração da classe trabalhadora, foi uma marca registrada da administração. Essa orientação política, sob o principal comando do ministro da economia, Paulo Guedes[107], visava satisfazer os interesses da burguesia capitalista sob a argumentação de eficiência econômica e atração de investimentos estrangeiros. No entanto, intensificou os impactos sociais e econômicos sobre as trabalhadoras/es, principalmente com o agravamento do quadro com a pandemia da Covid-19.

Um dos principais pilares das políticas ultraneoliberais de Bolsonaro foi a reforma da Previdência, aprovada em 2019. Essa reforma era apresentada como saída para equilibrar as contas públicas por meio da redução do falacioso "déficit da previdência" por meio do aumento da idade mínima para aposentadoria e da redução de benefícios. A proposta foi defendida exaustivamente pelo governo com a falsa alegação de ser uma medida necessária para garantir a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário. Nesse sentido, a contrarreforma da previdência[108] desvinculou benefícios, diminuiu seus valores e alargou o tempo de contribuição (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019). Todavia, os benefícios previdenciários dos militares foram mantidos, uma vez que possuem regime de previdência própria e não foram atingidos pelas novas regras do regime previdenciário geral.

A reforma trabalhista, que começou com o governo Temer, foi aprofundada durante o governo Bolsonaro, admitindo ampliação dos pontos de negociação[109] direta entre empregadores e empregados/as, reduzindo assim a proteção às/aos trabalhadoras/es. Com a flexibilização das leis trabalhistas, o governo tornou o

[107] Formado em economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com mestrado na Fundação Getúlio Vargas e doutorado na Universidade de Chicago, ele se notabilizou nos anos 80 pelas críticas ao Plano Cruzado, do presidente José Sarney. Depois, combateu o confisco das poupanças promovido por Fernando Collor de Mello e fez ressalvas ao Plano Real. Em todos os casos, defendeu soluções afinadas com o liberalismo ortodoxo, a redução do tamanho do Estado, o corte de gastos, a manutenção do câmbio flutuante e a abertura do país para o comércio internacional. Conteúdo extraído da matéria de Malu Gaspar, em setembro de 2018 "O Fiador – A trajetória e as polêmicas do economista Paulo Guedes, o ultraliberal que se casou por conveniência com Jair Bolsonaro." Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

[108] A contrarreforma previdenciária foi tratada como uma medida urgente e efetivada com a aprovação da EC 103, de 12/11/2019.

[109] No que se refere à organização sindical na proposta apresentada, Salvador e Penante (2022) analisam que "a liberdade de escolha entre sindicatos pelos trabalhadores é colocada como uma forma de garantir a concorrência entre as instituições sindicais, possibilitando à/ao trabalhadora/trabalhador a prestação de melhores serviços. Nota-se que o Governo Bolsonaro não somente desacredita nos sindicatos como um espaço de reinvindicação trabalhista, como os concebe enquanto empresas no livre mercado." Para Bolsonaro, organizações sindicais e movimentos sociais são consideradas "esquerdistas", sofrendo permanente desqualificação e ataques.

mercado de trabalho mais flexível e menos regulamentado, favorecendo o grande capital e expondo ainda mais a classe trabalhadora à exploração.

Na área de políticas sociais, o governo Bolsonaro procurou reduzir os gastos públicos com programas sociais. A proposta de restringir o acesso a benefícios e a revisão dos critérios de concessão foram medidas que refletiram a falta de preocupação com as demandas da classe trabalhadora, que necessita dessas políticas e da rede de proteção social para sobreviver.

> [a] lógica, de uma seguridade social inconclusa somada e adensada a uma ideologia antiestado presente no governo de Bolsonaro esgarça e fragiliza ainda mais o que restou do sistema de proteção social. [...] a destruição implementada pelo Estado, que constitucionalmente tem o dever de financiar e implementar políticas de proteção social, revela a agudeza do ultraneoliberalismo e genocídio perpetrado pelo Estado: a necropolítica[110](CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 274).

A política de assistência social sofreu sucessivos cortes, a exemplo da Portaria nº 2362/2019, publicada por Osmar Terra, então Ministro da Cidadania, que resultou em um corte de cerca de 40% dos recursos federais e pôs em risco o pacto federativo e a continuidade dos serviços dessa política. No entanto, em razão da pressão do Congresso em meio à pandemia, o governo foi obrigado a autorizar um aporte extraordinário de R$ 2,5 bilhões para fortalecer as atividades do Sistema Único de Assistência Social - SUAS[111].

No governo Bolsonaro houve uma “simplificação” do Plano Plurianual – PPA, com a diminuição extremada de programas, objetivos e metas, totalizando apenas 66 programas finalísticos, 66 objetivos e 66 metas, com seus relativos indicadores[112].

---

[110] A política de morte impetrada pelo Estado, nos termos de Mbembe (2016), a necropolítica é “a expressão máxima do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

[111] A medida visava possibilitar que municípios com elevado número de casos de Coronavírus pudessem liberar maior número de Benefícios Eventuais para a população. A Medida Provisória nº 953/20 estabeleceu as ações de enfrentamento ao Coronavírus no contexto do SUAS, buscando contemplar usuárias/os cadastradas/os e também àquelas/es que se encontram sem as mínimas condições de garantir seus sustentos.

[112] Apresento informações de Salvador e Panante, (2022) sobre essa redução: “Para fins de comparação, o PPA anterior (2016-2019) totalizava 54 programas temáticos, 304 objetivos, 1.136 metas, 542 indicadores e 3.101 iniciativas. O PPA (2020-2023) contém 13 diretrizes e 15 temas, que configuram a estratégia adotada pelo governo, sendo as diretrizes responsáveis por indicar as orientações prioritárias do novo governo e os temas responsáveis por mobilizar a nova estrutura organizacional do governo para o cumprimento das metas. ”

Também é importante comentar que o PPA já expunha as outras medidas, sintetizadas por Salvador e Penante (2022, p. 554):

> a Reforma Tributária (na linha da simplificação e visando a desonerar ainda mais a carga tributária do capital); a Continuidade do Programa de concessões e privatização de empresas estatais e serviços de infraestrutura (com a intenção de reordenar o papel econômico do Estado); a adoção de Medidas de liberalização comercial (instigando a concorrência entre as empresas); a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União (por meio da redução dos benefícios tributários); e a reforma administrativa da gestão pública (a fim de aumentar a produtividade no serviço público).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as diretrizes expostas no PPA (2020-2023) do Governo Bolsonaro apresentaram conformidade com o escopo ultraneoliberal que já se apresentava no país desde o Golpe, ou seja, com a redução dos gastos públicos nas políticas sociais, a privatização de importantes estatais e o atendimento das demandas do grande capital com a implementação da reforma tributária, com prejuízos para a classe trabalhadora.

Além disso, o governo Bolsonaro adotou como estratégia em relação ao comércio exterior a promoção de acordos bilaterais de exportação de produtos brasileiros que reforçavam a dependência de mercados externos e a exposição a flutuações econômicas internacionais. Além disso, demonstrou absoluto descompromisso com o meio-ambiente, a sustentabilidade e com as condições de trabalho empregadas na produção dos produtos. Essas políticas geraram impactos negativos sobre a população mais pobre, limitando ainda mais o acesso a direitos e a qualidade dos serviços públicos.

De acordo com Filgueiras e Druck (2019), na gestão de Bolsonaro estariam acomodadas três correntes de extrema-direita: a neofascista, a ultraneoliberal e a militar tradicional. Esses grupos, que em alguns momentos se sobrepõem, estiveram organizados fomentando o neofascismo, garantindo os interesses econômicos da burguesia e promovendo o discurso de ódio e o controle ideológico do governo.

A extrema-direita neofascista contemplaria o bolsonarismo, centrado na figura do líder e movida pelas milícias digitais disparando *fake news*; os lavajatistas e operadores de direito, com a responsabilidade de criminalizar adversários/as sob a bandeira de “luta conta a corrupção”; Igrejas evangélicas, especialmente neopentecostais, que se unem principalmente a partir do programa político da Frente de Parlamentar Evangélica e se dedicam à manipulação político-religiosa da massa

desorganizada e mais pobre, por meio da difusão de preconceitos, “pautas morais” retrógradas e individualistas, mentiras e medos.

A extrema direita ultraneoliberal, definida principalmente pela figura do ministro da economia e agregados, responsável pela condução das reformas em atenção aos interesses do grande capital financeiro, com adesão de setores da classe média incomodada com os movimentos realizados de acesso pelo consumo da classe trabalhadora nos governos petistas. E a extrema-direita militar tradicional, avessa à mobilização política ativa de qualquer segmento da população com o papel simbólico de lembrar que as forças armadas estão sempre presentes na função de tutelar a democracia e, dependendo das circunstâncias, poderiam ser “chamadas” a golpear o Estado de Direito. Essa junção ultraneoliberal fascista brasileira, nos seus anos de mandato, reforçaram um conjunto amplo de barbaridades.

> [...] apoio a Ditaduras e ataque ao Estado de Direito; defesa da tortura e de torturadores; ataques a Instituições científicas (IBGE, INPE, CNPq); violência armada contra indígenas e movimentos sociais; defesa e estímulo ao desmatamento da Amazônia; conivência/omissão/prevaricação no derramamento de petróleo no litoral brasileiro; perseguição das minorias; ataque a Instituições do Estado (STF, BNDES, INCRA); ataque à cultura (ANCINE) e extinção de conselhos populares em todas as áreas; estrangulamento financeiro das Universidades Públicas e tentativa de extinguir a sua autonomia e privatizá-las, através da proposta do MEC denominada de “Future-se” - já rechaçada pela comunidade universitária; tentativa de desmoralização da escola como instituição educadora e de sociabilização, acompanhada da tentativa de impor o projeto autoritário “Escola Sem Partido”; e no plano internacional e diplomático, o alinhamento servil (vira-lata) aos EUA, sem a exigência de qualquer tipo de contrapartida (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 6)

Nesse sentido, compreendeu-se a necessidade de articular as análises atuais acerca do neofascismo e seus impactos sobre a sociedade brasileira a partir dos seus elementos políticos, econômicos, culturais e ideológicos como uma tentativa de melhor explicação da tessitura política em uma “relação de reciprocidade”[113]. Por isso, ao buscar analisar os últimos anos se apresentou a intenção de elencar os diversos elementos dessa realidade, para apostar na superação do atual estado de coisas através da luta social.

---

[113] A compreensão aqui trabalhada é a de que as relações de produção na sociedade capitalista criam um sistema de reciprocidade assimétrica, onde a exploração da força de trabalho pelo capital gera uma dinâmica de dominação e opressão. Essas relações não são simplesmente econômicas, mas também sociais e políticas, e moldam a totalidade das relações sociais. Cf. Macário, E., (2013). Práxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. Serviço Social & Sociedade, (113), 171–191. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Q8P9G6nwkqfyfvFxwqqhQmv/#> Acesso em: 03 jul. 2024.

No caso do Brasil, a luta não se apresenta contra um governo, transcende a mudança ao mandato de Bolsonaro. Sabe-se que o governo é a gerência do Estado, e este uma conformação de diferentes correlações de forças das classes dominantes. Em determinadas conjunturas, também agrega interesse da classe trabalhadora, ainda que de forma minoritária, sobretudo em um Estado burguês do tipo “capitalista dependente”.

Inegavelmente derrotar Bolsonaro nas urnas foi uma tarefa imediata importante. No entanto, considero pertinente entender a ascensão da extrema-direita, do reacionarismo e do próprio Bolsonaro como um movimento de concretização de medidas “táticas e estratégicas” do grande capital monopolista para a reversão da crise orgânica. Como afirmou Mandel (1974), o fascismo é “um produto do capitalismo monopolista e imperialista.”

Assim, a derrota de Bolsonaro deve também ser permeada por essa análise de tática e estratégia da classe trabalhadora, que passa pela disputa eleitoral e a constituição de uma frente[114] como um momento tático imprescindível para a ação da classe trabalhadora. Todavia, para além disso, que essa frente seja capaz de articular uma organização popular efetiva, de forma a ampliar a resistência para além das urnas, na construção do projeto histórico da classe trabalhadora. Sendo assim, é indispensável entender que para derrotar efetivamente a extrema-direita é necessário uma política não só anti-bolsonarista, mas antineoliberal, anti-imperialista e anticapitalista.

Por isso, é preciso ter muita convicção da impossibilidade da conciliação de classes na luta pela transformação. Afinal, como alertou Iasi (2022, p. 43), “tragédia da conciliação de classe e de toda sorte de reformismos gradualistas, no Brasil e no mundo, cobrou um grande custo na luta de classes e no caminho da necessária transformação social. ”

Nesse sentido, é importante ir além das eleições e fazer um debate estratégico que parte da reorganização autônoma de um projeto histórico da classe trabalhadora. Nesses termos, é necessário o rompimento com a ideologia dominante, que tem

[114] Ressalto que considero diferenças entre a importante frente democrática que se organizou para derrotar Bolsonaro nas eleições de 2022 e a “frente única” a que se referiu Zetkin (2019, p. 114): “A frente única deve abarcar a todos aqueles que vivem do seu trabalho ou que, de outra forma, devem pagar tributos ao capitalismo, pois são eles que sustentam o capitalismo ao mesmo tempo que são vítimas”.

condicionado ao entendimento dessa sociabilidade como insuperável, para que a consciência de classe possa constituir-se como um processo para a revolução[115].

A base que dá materialidade à luta de classes está nas condições materiais de vida social, e é nesse espaço que as forças democráticas e de esquerda precisam se reorganizar e erguer outro projeto de sociedade alternativo - não apenas ao fundamentalismo ultraneoliberal e ao fascismo, mas ao próprio capitalismo, que já "não consegue se descolar das formas mais autoritárias e antidemocráticas de governo" (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, p. 11).

Somente a partir da luta de classes é possível transformar a totalidade. O papel e a importância da formação política se dão nesse movimento "de buscar determinações da sociedade atual e tornando possível a leitura da realidade que seja capaz da autonomia histórica." (IASI, 2022, p. 155). Enquanto classe trabalhadora, não podemos esperar uma saída "pelo alto" porque, como ressaltou Fernandes (2011, p. 91) "se o Brasil sair da sua condição de dependente, não sairá pelas mãos dos algozes, mas das vítimas [...] de todas as vítimas do sistema capitalista de poder."

O governo de Bolsonaro foi uma das expressões (nefasta, grosseira) desse projeto burguês, mas ele e seus asseclas sequer são o seu fundamento - como o fundamento do Estado não é o seu governo (ainda que tenha sido imprescindível garantir as eleições e o reconhecimento desta como um processo democrático). É contra os setores das classes dominantes que têm a hegemonia do bloco social que precisamos direcionar a nossa luta. A ideologia dominante tem funcionado como um potente instrumento de dominação e operado naturalizando, invertendo, ocultando e justificando uma dimensão particular como algo universal (IASI, 2022).

A classe trabalhadora, diante da nova "morfologia" imposta pela acumulação capitalista, tende a ficar presa no seu momento inicial de serialidade, ou seja, "na situação a qual as/os trabalhadoras/es ocupam o mesmo lugar, desenvolvendo

[115] A partir das análises sobre "Consciência e Ideologia" feitas por Iasi (2022), é possível alegar que "a força da ideologia reside no fato de que as ideias dominantes são a expressão ideal das relações sociais dominantes". Nesse sentido, o capitalismo é apresentado pela burguesia capitalista como o único sistema viável, obscurecendo as contradições inerentes ao sistema. Na luta de classes, as barreiras ideológicas que impedem a classe das/os trabalhadoras/es a efetivar a mudança da "classe em si para classe para si" precisam ser rompidas para que uma verdadeira transformação social aconteça. A emancipação passa pela construção dessa consciência, que precisa ser fomentada através da educação política e da participação ativa nas lutas sociais. Ressalte-se a importância das organizações de trabalhadoras/es e dos partidos revolucionários na formação da consciência de classe. A transformação das condições materiais de existência é essencial para que a classe trabalhadora possa "iniciar a construção de uma nova sociabilidade emancipada".

práticas comuns, sem que se constituam uma classe, mas se vejam na pluralidade de indivíduos isolados.” (IASI, 2022, p. 37).

Iasi (2022) ressalta que não é mais possível pensar o proletariado, e todas as condições que o forjam, como um sujeito nacional. O capitalismo e seu cenário de crise são universais e exigem alternativas mundiais. As máquinas dos Estados nacionais se apresentam como trincheiras a serem avançadas para emancipação. Por isso, segundo Iasi (2022, p. 43), “somente um proletariado mundial poderá fazer frente à titânica tarefa de enfrentá-los, como primeiro momento de seu enfrentamento decisivo contra o capital.”

Cumprimos a tarefa imediata das eleições com a garantia da posse e enfrentamos a tentativa de golpe no dia 08 de janeiro de 2023. Contudo, associada a essa tarefa imediata, é imperativo a construção de um projeto de revolução no país, e no mundo, assentado de forma coletiva. Afinal “junto com as enormes dificuldades do nosso tempo, apresentam-se grandes possibilidades” (IASI, 2022, p. 43).

No contexto dos desafios do nosso tempo, impõe-se como condição primordial o enfrentamento ao neoconservadorismo e fundamentalismo, que se alastra contundentemente entre grupos de extrema-direita e religiosos, principalmente, reforçando estruturas sociais arcaicas, e defendem a manutenção do *status quo* das velhas bases opressoras de classe, de sexo e raça. Nesse sentido, acredito ser pertinente apresentar alguns elementos sobre esses aspectos, procurando relacionar, sobretudo, a repercussão para a vida das mulheres.

2.2 **Neoconservadorismo e fundamentalismo religioso nas políticas brasileiras**

O Brasil, como boa parte do mundo, tem experimentado uma ascensão significativa do neoconservadorismo nas últimas décadas. Esse movimento, que ganhou força principalmente a partir dos anos 2010, tem influenciado profundamente a política e a sociedade brasileira, com impactos significativos na vida das mulheres.

O neoconservadorismo se fortaleceu através de movimentos sociais e políticos de extrema-direita[116] que promovem valores tradicionais e a defesa da família

[116] De acordo com Löwy (2015, p. 662-663), “o que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I) A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema direita e no Brasil da ‘bancada da bala’, fortemente representada no

patriarcal burguesa. Líderes religiosos, como os das igrejas evangélicas neopentecostais, e segmentos da igreja católica, desempenham um papel central nesse processo, influenciando políticas públicas e decisões eleitorais. Analisando esse crescimento na América Latina, Corrêa (2018) comenta:

> Já na América Latina, eu diria que experimentamos uma síndrome de denegação. O extenso e profundo legado colonial do Catolicismo e os impactos da expansão evangélica dos últimos vinte anos nos fizeram interpretar a recente ira contra gênero como "mais do mesmo", ou seja, apenas como mais uma nova onda de ataques religioso dogmático contra as pautas democráticas de gênero e sexualidade.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018, com sua forte retórica conservadora, exemplifica a consolidação desse movimento. Bolsonaro e outros políticos conservadores têm frequentemente defendido pautas contra os direitos da população LGBTQIA+, a descriminalização do aborto e a igualdade de gênero. Sobre isso, Corrêa (2018) analisou que "o problema não é Bolsonaro"[117].

> O problema não é Bolsonaro. O problema somos "nós", a sociedade como efeitos das camadas profundas e entrincheiradas de racismo, classismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo agora ativadas e convertidas em retórica e em ação que não são só visíveis, mas, muitas vezes, virulentas.[118]

É possível dizer que neoconservadorismo combina elementos do conservadorismo tradicional com uma abordagem agressiva de políticas econômicas neoliberais. Nas palavras de Boschetti (2015**,** p. 639), "o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor". Segundo Almeida (2020), é importante demarcar quais elementos caracterizam as atuais manifestações do conservadorismo como neoconservadorismo.

> [...] o que justifica o emprego do prefixo *neo*? Ele está relacionado à necessidade de distinguir os elementos novos que constituem este fenômeno. Estes elementos novos precisam ser observados atualmente na

Congresso. II) A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil".

[117]Alusão ao título do artigo do escritor Bernardo Carvalho, "O problema não é Bolsonaro". Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/2018/11/o-problema-nao-e-bolsonaro-somos-nos.shtml. Acesso em: 03 jun. 2024.

[118] Referência no artigo de Lilia M. Schwarcz, "Bolsonaro representa el passado colonial de Brasil. Disponível em https://www.nytimes.com/es/2018/11/07/espanol/opinion/opinion-lilia-schwarcz-bolsonaro.html. Acesso em> 03 jun. 2024.

> ascensão com total desfaçatez da ultradireita em vários países e, em especial, no Brasil. Tal ascensão aponta para singularidades do nosso momento histórico e dos nossos desafios.

Ainda segundo o autor, mesmo no período de democratização e ascensão da esquerda na América Latina, o conservadorismo se manteve presente[119]. Considera que os elementos que constituem um projeto societário conservador são intrínsecos da historiografia crítica brasileira, não se constituindo por si como novo componente.

> Eles não são um elemento novo porque o Brasil se constituiu sobre patamares de profunda desigualdade social: entre capital e trabalho e, também, entre homens, mulheres e entre os/as que foram historicamente dissidentes do binarismo de gênero, entre pessoas brancas de origem europeia (ou entendidas como tais) e pessoas e povos de ascendência africana e/ou pré-colombiana (ALMEIDA, 2020).

Esse movimento tem sido caracterizado principalmente pelo apoio agressivo ao grande capital, privatizações e ao favorecimento do Estado aos grandes interesses econômicos, ao mesmo tempo em que promove uma agenda moral conservadora[120]. A aliança que se fortaleceu entre o setor empresarial e os agrupamentos religiosos conservadores tem sido fundamental para a disseminação dessas ideias. Contudo, como afirma Almeida (2020), "a incidência desta moralidade não se restringe aos indivíduos vinculados organicamente às práticas religiosas neopentecostais, ela age virtualmente potencializada pela popularização do acesso às redes sociais virtuais no Brasil."

Para o autor, nesses tempos de ultraneoliberalismo, em permanente e insaciável disputa do capital pelo fundo público, a expressão singular que este projeto adquire é de "*neoliberalismo confessional*"[121] que nasce na culminância entre os

---

[119] De acordo com Gomes Ferreira (2016), "particularmente na América Latina, que viveu um processo recentíssimo de democratização materializado na passagem de sistemas políticos autoritários para aqueles democraticamente eleitos (AZEVEDO, 2005), o conservadorismo aparece através da noção de uma "nova guinada à direita". No entanto, os países latinos que experimentaram períodos de ditadura - e que tiveram depois governos "mais à esquerda" - não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detêm cargos políticos triunfou sobre o povo, a "nova classe média" integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária especialmente no Brasil." (GOMES FERREIRA, 2016, p. 168).

[120] Almeida (2020), em consonância com Corrêa (2018b) afirma que "as duas formações - neoliberalismo e conservadorismo moral e social - se entrelaçam no capitalismo tardio, mesmo em condições ditas democráticas."

[121] Segundo Almeida (2020), "embora confessional seja um adjetivo atribuído a instituições comprometidas com uma religião ou uma ideologia, a potência do confessionalismo contemporâneo

limites da classe trabalhadora contemporânea em apresentar resistência organizada à superexploração e a constituição gradual de um “novo homem” muito mais propenso superestruturalmente às persuasões capitalistas (ALMEIDA, 2020).

O crescente processo de desdemocratização no cenário mundial demarca que o neoliberalismo na contemporaneidade não precisa de processos democráticos para se manter, pelo contrário, tem-se afirmado seguramente em Estados autoritários, como lembra Corrêa (2018b, np):

> [...] o capitalismo, em sua atual conformação neoliberal e financeira, em que pesem as premissas liberais clássicas, não depende ou muito menos assegura ambientes políticos democráticos. O neoliberalismo é altamente adaptável. Foi ‘testado’ na ditadura católica de Pinochet, para depois ser transportado para os mais diversos ambientes políticos ao redor do mundo, incluindo a China ‘comunista’. Achille Mbembe, em um pequeno artigo publicado em 2016, vai além, sugerindo que essa formação econômica é incompatível com a democracia.

Considerando esses elementos é que Almeida (2020) justifica o uso de confessional associado à relação que o neoliberalismo tem estabelecido com as instituições religiosas conservadoras. Em suas palavras, “diz respeito neste caso à agudização da vinculação tática do neoliberalismo a instituições e discursos de origem religiosa e/ou moralizadoras, notadamente de origem cristã. A estas instituições têm cabido a construção da hegemonia conservadora capitaneada pelo *ethos* mercadológico”.

As políticas apresentadas e a retórica neoconservadora têm tido impactos severos na vida das mulheres brasileiras, sendo os direitos sexuais e reprodutivos uma das áreas mais atacadas[122]. A chamada “agenda moral” ou “agenda conservadora” tem dificultado a implementação de políticas públicas voltadas para o acesso ao aborto seguro e legal, mesmo em casos previstos por lei, como estupro ou

---

parece ser o fato da sua moralidade se desconfessionalizar, no sentido atribuído por Junqueira ao analisar a emergência da cruzada antigênero no Brasil. O autor cita Romain Carnac, para quem houve uma desconfessionalização do discurso antigênero quando foi conferida a ele uma feição universalista e a possibilidade de apresentar-se não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como uma via “civilizacional” à altura dos desafios éticos contemporâneos. Assim, ficaram menos evidentes as matrizes católicas do discurso antigênero, permitindo que se revestisse de uma certa laicidade e figurar em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas e pronunciamento de dirigentes.” (JUNQUEIRA, 2018, p. 460).

[122] Na análise de Almeida (2020), “ao que parece, a extrema direita conseguiu enxergar com maior nitidez do que alguns segmentos da esquerda, a vinculação intrínseca entre a construção de uma sociedade baseada na superexploração econômica de uma classe sobre a outra e a desconstrução de uma agenda libertária no plano dos costumes. ”

risco de vida para a mãe. Além disso, há uma pressão constante para restringir ainda mais esses direitos. Sobre isso, assinalam Vasconcelos e Cavalcante (2019, p. 20):

> Se trata de um fenômeno complexo e paradoxal: tendo como pano de fundo a longa história humana de utilização de práticas religiosas para lidar com situações sociais e existenciais limite, no atual contexto neoliberal de crise econômica, políticas radicais de ajuste fiscal e de amplo retrocesso das políticas sociais e na dinâmica democrática, a expansão dessas igrejas, em suas vertentes mais fundamentalistas, produz ao mesmo tempo apoio social e, paradoxalmente, intolerância religiosa e regressão das conquistas sociais, nos direitos humanos e até nos avanços históricos colocados pela emergência do sistema republicano.

Outra consequência significativa é o aumento das violências associadas ao gênero. A retórica neoconservadora frequentemente reforça estereótipos de gênero, legitimando a subordinação das mulheres a situações de opressão e exploração, contribuindo para um ambiente onde a violência doméstica e outras formas de violência são mais prevalentes.

As políticas de "austeridade econômica", promovidas pelo neoconservadorismo, também têm consequências diretas na vida das mulheres, pois têm resultado no desfinanciamento das políticas públicas (como educação, saúde, assistência social, dentre outras), com a redução de direitos[123] e do acesso, bem como no corte dos serviços de apoio direto às mulheres, como abrigos e programas de prevenção à violência.

Consideramos que as manifestações do neoconservadorismo na atualidade não estão separadas de um conjunto de valores e práticas que refletem as ideologias da classe dominante, até mesmo de influenciar a sociabilidade da classe trabalhadora. Isso se articula às muitas contradições que se expressam na sociedade brasileira, abrangendo suas dimensões econômica, política e social. Na contemporaneidade, isso revela inúmeros desafios que nos convocam a manter uma articulação necessária

[123] Já sabemos a resposta sobre como as políticas sociais sofrem num contexto de ultraneoliberalismo potencializado pelo neoconservadorismo expresso na "pauta dos costumes": restrições orçamentárias e redistribuição do fundo público para o mercado privado, privatizações, retração da regulação do Estado, refilantropização das políticas sociais e agudização das expressões da questão social. Um novo homem médio é necessário para aceitar tantas e tão graves perdas, uma das formas de fazê-lo é através de mentiras que o façam crer que essa agudização e intensa precarização da vida são consequências do "uso de drogas", da "ideologia de gênero", "dos/as homossexuais que contrariam as leis de deus", "das cotas que privilegiam negros", "dos macumbeiros", "das mães desnaturadas que fazem aborto", "dos favelados", "dos quilombolas", "dos estrangeiros", "dos índios vagabundos", "dos defensores de direitos humanos defensores de bandidos", "dos comunistas", "dos ecologistas que tocam fogo na floresta" (ALMEIDA,2020).

na defesa de direitos e princípios opostos à ideia de preservação de uma ordem estabelecida sob o comando de grupos privilegiados ao longo da história.

O neoconservadorismo como um projeto antagônico à diversidade humana e à plena vivência das suas capacidades é marcado, como mencionado anteriormente, por elementos do conservadorismo clássico e manifestações contemporâneas, como a negação dos avanços ideopolíticos e transformações societária no contexto da luta de classes no capitalismo.

Nesses termos, pode-se dizer que o neoconservadorismo não representa apenas uma ideologia conservadora tradicional adaptada aos tempos modernos, mas uma ferramenta ativa de reforço das relações de dominação. Ao promover uma agenda que busca restaurar "valores tradicionais", tenta mascarar a perpetuação de privilégios das elites, ao mesmo tempo em que marginaliza ainda mais grupos populacionais como mulheres, negras/os, LGBTQIA+.

Dentro do contexto da reprodução social do neoconservadorismo como ideologia das elites dominantes em uma sociedade marcada pela exploração do trabalho humano, com formas específicas para as mulheres, fundamento as análises na perspectiva da articulação entre mediações primárias e secundárias dos indivíduos, onde os ataques do capital a um exercício pleno das capacidades humanas na relação com a natureza (mediação de primeira ordem) resultam, em diferentes momentos históricos, na fetichização e alienação, para as quais o conservadorismo contribui diretamente.

Os interesses econômicos do grande capital se unem aos anacronismos ideopolíticos da ofensiva neoconservadora no intuito de capturar objetiva e subjetivamente a classe trabalhadora e, dessa forma, inviabilizar as estratégias de resistência e estimular a adesão à irracionalidade, dificultando as possibilidades concretas de emancipação.

Nesse cenário, o patriarcado se constitui como mais um componente essencial ao fortalecimento do neoconservadorismo. As dificuldades impostas à viabilização das condições objetivas e subjetivas de vivência plena das mulheres, inclusive pelo não aporte de políticas públicas, tornam-se elementos de suscetibilidade e exposição às diversas formas de ataques desse projeto. Dessa forma, o patriarcado articulado aos domínios do capitalismo em tempos de ultraneoliberalismo neoconservador reforça o sistema de “dominação-exploração” a que se referia Saffioti (2004). Na mesma

perspectiva, ao tratar sobre o conservantismo[124] e o fortalecimento de preconceitos, a autora analisa:

> Na verdade, de modo subjacente, o conservantismo determinava a continuidade e mesmo o fortalecimento de certos preconceitos, tais como os de raça, ou de cor e de sexo. Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e as suas regulamentações jurídicas, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade de que estava prenhe a segunda (SAFFIOTI, 2013, p. 357).

Nesses termos, a luta das mulheres contra o neoconservadorismo e suas implicações na particularidade das suas vidas enquanto seres humano-genéricos é a luta contra o neoconservadorismo, enquanto projeto aliado do capitalismo na sociedade de classes. Essa luta só pode ser enfrentada nos marcos da luta de classes, na luta contra o capital para o fim da exploração das/os trabalhadoras/es.

As consequências da junção entre patriarcado e o neoconservadorismo se expressam nos retrocessos jurídico-legais, em um cenário de ampliação das violências contra grupos populacionais, da naturalização do estupro e do fundamentalismo religioso como valoração moral. Desse modo, articulam-se aos interesses patriarcais e racistas dominantes na mesma proporção que os fortalecem: “O reacionarismo moral conservador se estabelece nas investidas correntes contra a agenda mais ampla dos direitos humanos e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados” (BIROLI, 2017, p. 25).

Isso nos leva a uma recuperação dos aspectos essenciais do conservadorismo clássico, que na contemporaneidade assimilam novas formas de expressão, mas que permanecem guiados pelos mesmos interesses. Assim, considero necessário compreendê-lo dentro do contexto das disputas entre os grupos dominantes (defensores do conservadorismo) e a classe trabalhadora na luta pela transformação social.

---

[124] “Conservantismo é uma figuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. As pessoas experienciam e agem de um modo ‘conservantista’ (enquanto distinto do modo meramente ‘tradicionalista’) na medida em que, e apenas na medida em que, elas se incorporam em uma fase de desenvolvimento destra estrutura mental objetiva (usualmente na fase contemporânea) e comportam-se em termos dela, produzindo-a total ou parcialmente ou desenvolvendo-a ao adaptá-la a uma situação concreta. Somente quando a natureza peculiar da objetividade de uma configuração estrutural dinâmica for captada se pode estar em posição de distinguir o comportamento ‘conservantista’ do tradicionalista. O comportamento tradicionalista é quase puramente reativo. O comportamento conservantista é significativo em relação a circunstâncias que mudam de época para época. (...) Em outras palavras, o tradicionalismo só pode tornar-se conservantismo em uma sociedade na qual a mudança ocorra através do conflito de classes, em uma sociedade de classes” (MANNHEIM, 1959 *apud* SAFFIOTI, 2013, p. 357).

Os pleitos de mudança se apresentam por meio de diversos sujeitos e coletivos com pautas diversas e são permeadas por conflitos mais intensos ou mais brandos, a depender do quanto os avanços propostos interferem no *status quo* de interesse da sociedade burguesa. Nesse sentido, nos alerta Iasi (2017, p. 380):

> O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos de que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa.

Na história da humanidade, muitas foram as justificativas para a existência da miséria e da fome. Inicialmente vistas como a inexistência de recursos e alimentos suficientes para todas/os ou mesmo uma questão associada à divindade.

Segundo Escorsim Netto (2011), boa parte das análises sobre o conservadorismo concorda com a identificação do seu processo nos marcos da Revolução Francesa, ou seja, como uma reação na defesa do Antigo Regime, uma contrarrevolução. Contudo esse consenso não diminui a dificuldade de construir uma "cronologia do conservadorismo", seja para compreender as suas metamorfoses ao longo do período aberto com a queda da Bastilha – e suas implicações.

A autora ainda ressalta que é importante a percepção sobre se o pensamento conservador, no processo de desenvolvimento das formas sociopolíticas que sucederam ao antigo regime, vai manter-se do mesmo modo. Ainda como questão, Escorsim Netto (2011) lembra que o estabelecimento de uma tradição conservadora numa cronologia a partir da Revolução Francesa até os dias atuais não resolve a questão das mudanças sofridas pelo conservadorismo.

De todo modo, o pensamento conservador trabalhado pela autora não se refere ao um "estilo de pensamento" a-histórico de qualquer organização social. Para Escorsim Netto (2011, p. 40-41), "o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa."

As grandes transformações ocorridas na Europa nos séculos XIV e XVI trouxeram também mudanças na cultura que se contrapunham à ordem feudal vigente. No entanto, guardavam também contradições expressas posteriormente na contrarreforma, quando foram recuperadas pela ilustração no século XVIII. O deslocamento do teocentrismo para o antropocentrismo que oportuniza o salto para o

Renascimento, permite alterações que correm nas estruturas sociais enraizadas na Europa, que deram corpo ao feudalismo.

Essas estruturas foram paulatinamente enfraquecidas a partir do ressurgimento de atividades comerciais, emergência de mercados e a constituição de uma nova riqueza de caráter mobiliária. Logo, esse é o quadro que demarca o "aparecimento da burguesia comercial, protagonista central de uma transformação básica na história ocidental: a formação do Estado absolutista" (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41).

Esse Estado manteve a "superestrutura política" da sociedade feudal, garantindo à nobreza o poder de opressão e exploração na sociedade. No entanto, a emergência da burguesia (inicialmente com a riqueza advinda da manufatura e em seguida da indústria) alterou o adensamento das forças dentro do Estado absolutista. A Revolução Industrial, "não é mais do que a face evidente da ascensão da burguesia", que estabeleceu uma dinâmica de movimentação ("as grandes descobertas") nos séculos XVI a XVIII dentro de uma formação social que não controlava, e que levou ao colapso.

> A Revolução Industrial, ao contrário do que pode sugerir a denominação, implicou muito mais que um conjunto de mutações técnicas na forma de produzir bens materiais – e a denominação pode ser equívoca se remeter a esse ponto. De fato, seu processo é *o processo pelo qual a burguesia opera a conquista de sua hegemonia econômica e social ainda nos quadros da sociedade feudal* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 42 - grifos da autora).

Ainda segundo a autora, a cultura da Modernidade que esse movimento trouxe tem traços determinantes, como o racionalismo, a autonomia individual, o humanismo e o historicismo, permeados por características importantes, como a secularização, a dessacralização do mundo, a valorização da experiência controlável e universalizante que expressam os aspectos do mundo constituído pela burguesia revolucionária, que "rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominação dos critérios religiosos (teológicos) para a condução da vida prática etc." (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 43).

O arremate desse processo foi a revolução Francesa, a revolução política que demarcou a hegemonia política aliada à hegemonia econômico-social que existia. Assim, a burguesia destitui o Estado feudal absolutista e moldou o seu, com primeira expressão jurídico-política com o Código Napoleônico. Como observa Escorsim Netto (2011, p. 43), "é precisamente este período de configuração da sociedade burguesa

que assiste ao surgimento do pensamento conservador – não é por acaso que a obra fundante do conservadorismo seja a de Burke".

Edmund Burke (1729 – 1797) foi um pensador e político do século XVIII - nasceu em Dublin – Irlanda, na época em uma colônia inglesa. Desenvolveu suas análises na defesa da continuidade das instituições tradicionais, sendo avesso às mudanças sociais e políticas da Revolução Francesa. Escreveu ele:

> Leis viradas de cabeça para baixo; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio agonizante; impostos sonegados e, ainda assim, o povo empobrecido; uma Igreja saqueada sem o que o Estado obtivesse alívio com isso; anarquia civil e militar transformada em constituição do reino; tudo que era humano e divino sacrificado [...]. Eram necessários todos esses horrores [...] roubos, violações, assassinatos, massacres, incêndios por toda a extensão de sua terra devastada. (BURKE, 2014**,** p. 60-61).

Sua obra principal, *Reflexões sobre a Revolução na França*, escrita em 1790, foi uma crítica contundente ao processo revolucionário burguês naquele período e a defesa das práticas políticas que valorizam a preservação das tradições. O que Burke repudiava não era o desenvolvimento do capitalismo em si, mas "a destruição das instituições consagradas pela tradição" (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 45).

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.). [...]. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke desejava o capitalismo sem a Modernidade, uma "revolução sem revolução".

> Todas as reformas que fizemos até hoje respeitaram o princípio de referência ao passado; e espero, ou melhor, estou convencido de que todas as que possamos realizar no futuro estejam cuidadosamente construídas sobre esse precedente, autoridade e exemplo análogos (BURKE, 2014, p. 53).

É possível dizer que Burke ainda teria traços do anticapitalismo romântico[125], elemento importante da cultura contrarrevolucionária que se apresentaria com incidências diferentes daqueles que, nos mesmos passos dele, voltariam-se contra a Revolução, como Louis de Bonald (rechaça a Revolução com a sua "Teoria do poder político e religioso", em 1796), Adam Müller (disseminador das ideias de Burke na Alemanha), Maistre e Lamennais (exemplares defensores do tradicionalismo).

[125] Segundo Löwy e Sayre (1995, p. 34), "representa uma crítica da Modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideias do passado (pré-capitalista, pré-moderno)."

O pensamento conservador tem como função social expressar os interesses do *Ancien Régime*, a nobreza fundiária e o alto clero. Um projeto de restauração que se apresentou inviável dada a irreversibilidade das transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo, que forçam as instituições, ou seja, "da dominância do modo de produção capitalista, no plano da economia, e do erguimento do Estado modelado pela burguesia, no plano da política" (IDEM).

Aproximadamente entre os anos de 1830 e 1848 ocorreu um movimento de refuncionalização cultural, com a intenção de eliminar os traços de subversão que existiam na cultura moderna[126], sobretudo aqueles associados à perspectiva emancipadora. O marco temporal de renúncia da burguesia dos ideais revolucionários, a herança cultural da Revolução Francesa, foram as revoluções populares que emergiram do proletariado em 1848. Nesse momento, a cultura burguesa passava por uma crise decisiva, sua "grande reviravolta político-ideológica [...] no sentido da apologética e da decadência" (Lukács, 2010, p. 52).

No que concerne ao pensamento conservador pós 1848, Escorsim Netto (2011, p. 49) lembra que

> [..] com a inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar repúdio a qualquer revolução – ou seja, o pensamento conservador para a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substantivamente mudada a sua função social: de instrumento ideal da luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado.

É nesse cenário de transição que temos obras que se apresentam como uma passagem entre o conservadorismo antiburguês para o conservadorismo antiproletariado. Nessa perspectiva poderíamos relacionar o antiliberalismo de Comte (Curso de filosofia positiva; e Sistema de política positiva) e o liberalismo de Tocqueville (A democracia na América; e O antigo regime e a revolução). Nesse sentido, o pensamento conservador passa a estruturar-se tanto quanto uma filosofia social, quanto como conhecimento científico-social, "seja sob a forma de ciência social, seja sob a forma de teoria política" (ESCORSIM NETTO, 2011, p.51).

[126] De acordo com Rouanet (1993), o Projeto de Modernidade propunha uma racionalidade tensionada pela razão instrumental e razão emancipadora. O desenvolvimento do capitalismo levou a um crescimento excessivo da razão instrumental em prejuízo da emancipadora.

De acordo com a autora, na filosofia social o anticapitalismo romântico se mesclará ao irracionalismo[127] moderno, originando o reacionarismo que vai sustentar indiretamente a exaltação da ordem burguesa. Também, dessa forma, o conservadorismo irá se associar ao positivismo, dando lugar à “razão miserável” (COUTINHO, 2010), positivismo cientificista que baliza a segunda metade do século XIX.

Na obra de Émile Durkheim (como exemplo, *A Divisão do Trabalho Social*, de 1893) é que se apresentam de forma mais explícita e consciente as alternativas conservadoras à crise e aos processos revolucionários do período pós 1848. A defesa da integração social se apresenta como resposta à questão social[128] apresentada pela classe trabalhadora operária, no conflito entre capital e trabalho, naquele momento. O reformismo moral é um pressuposto apontado por ele, preliminar às reformas sociais.

> O pensamento conservador de Durkheim – e nisso também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-48 – constrói-se para enfrentar a *questão social*. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que induzir uma *ação social* consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas – estas são incapazes de coibir a tendência à *anomia*, numa sociedade de complexa divisão do trabalho na qual a *diferenciação individual* atrofiou o peso da *consciência coletiva* (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 53 - grifos da autora).

Dessa forma, podemos apreender diferença do conservadorismo de Durkheim com os liberais clássicos no que tange à percepção do papel do Estado no controle das “forças espontâneas”, ainda que permanecesse presente a perspectiva positiva da história. Como também ressalta a autora:

---

[127] As demarcações de questionamento da razão já se apresentavam fortemente em Burke e, paralelamente uma exaltação ao irrefletido e ao agir imediato baseado nos instintos. "De acordo com o mesmo plano que nos fez adequar nossas instituições artificiais à natureza, e apelando à ajuda de seus infalíveis e poderosos instintos para fortalecer as débeis e frágeis invenções de nossa razão, derivamos diversos outros benefícios, e não certamente pequenos, do fato de considerarmos nossas liberdades à luz da herança [...] Nenhum dos sofistas de seu país poderá inventar algo mais bem adaptado a preservar uma liberdade racional e viril do que o caminho que adotamos, procurando seguir a natureza ao invés de nossas especulações, nossos sentimentos ao invés de nossas invenções, e fazendo deles a salvaguarda e o depósito de nossos direitos e privilégios" (BURKE, 2014, p. 56).

[128] “O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente a questão social – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da questão social, esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica tornando potencial social dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (NETTO, 2001, p.45).

> O pensamento conservador, da gênese a Durkheim, na sua curva de anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro (seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adianta luta contra a "ordem natural", seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social). Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos *clássico*. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 56 - grifo da autora).

No seu processo evolutivo, após a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique, o conservadorismo associa-se ao reacionarismo moderno e o otimismo[129] foi substituído pelo desespero que "favorece a sua vinculação às filosofias da vida tão funcionais ao fascismo" (ESCORSIM NETTO, 2011). Contudo, esse foi um dos caminhos possíveis do conservadorismo, haja vista que no século XX o conservadorismo assumiu características inéditas. Nesse sentido, reconhecesse-se oportuno destacar em síntese os traços constitutivos do conservadorismo clássico[130] para melhor compreender o que de novo se apresenta.

A recusa do jusnaturalismo, considerando que a soberania do povo (una, indivisível e inalienável) introduz elementos que rejeitam: a laicização da política e a fundação da liberdade dos indivíduos. Isso se apresenta como elemento para a separação entre Igreja e Estado - e a deslegitimação social da própria religião[131], tão importante para os conservadores clássicos, sobretudo para Burke (2014, p. 30), que escreveu:

---

[129] "Uma das características centrais, visível especialmente na filosofia social é perda daquela perspectiva otimista: a obra de Spengler, refletindo o novo ceticismo conservador, representa, ao mesmo tempo, 'o prelúdio real e o direto da filosofia do fascismo' (Lukács, 1968, p 373). " (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 56).

[130] "à guisa de síntese provisória, considerar que o pensamento conservador clássico – que cobre da Revolução Francesa (1789 à Primeira Guerra Mundial (1914) -, como importante e complexa vertente ideo-político-cultural, avançou da recusa da ordem social construída pela burguesia revolucionária para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada (mas ameaçada pelo movimento operário revolucionário).[...] Enquanto recusa original da ordem burguesa, o pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático [...] Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a questão social e o movimento socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa." (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69).

[131] "Sabemos, para nosso orgulho, que o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. [...] aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciosa e degradante devesse tomar seu lugar" (BURKE, 2014, p. 110).

> [...] deveria me abster de felicitar a França por sua nova liberdade até que tivesse conhecimento de como esta liberdade se harmoniza com o governo, com o poder público, com a disciplina e a obediência dos exércitos, com o recolhimento e a boa distribuição dos impostos, com a moralidade e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e ordem, com os usos civis e sociais. Todas essas coisas são (à sua maneira) bens, e se vierem a faltar, a liberdade deixa de ser um benefício e tem pouca chance de durar muito tempo.

A liberdade proposta pelo contrato social rousseauniano é recusada pelo pensamento conservador clássico. A liberdade, como a autoridade, só podem ser constituídas por meio da tradição, por isso devem ser restritas.

> [...]derivamos diversos outros benefícios, e não certamente pequenos, do fato de considerarmos nossas liberdades à luz da herança. [...] fazemos respeitar nossas instituições civis segundo o princípio pelo qual a natureza nos ensina a reverenciar os indivíduos, isto é, de acordo com a idade deles e daqueles de quem descendem. Nenhum dos sofistas de seu país poderá inventar algo mais bem adaptado a preservar uma liberdade racional e viril do que o caminho que adotamos, procurando seguir a natureza ao invés de nossas especulações, nossos sentimentos ao invés de nossas invenções, e fazendo deles a salvaguarda e o depósito de nossos direitos e privilégios. ” (BURKE, 2014, p. 56).

A democracia[132] é tratada como algo destrutivo. Nas palavras de Burke, “uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo. Sendo a mais vergonhosa, é também a mais temível” (2014, p. 112). Nesses termos, o conjunto de elementos a ela associados como igualdade e direitos inalienáveis (dentre outros), trata-se de um “imenso arsenal de armas ofensivas, os direitos do homem. ” (BURKE, 2014, p. 134).

A divisão em classes e a desigualdade social compõem um quadro de hierarquia entendida como natural, necessária e positivamente constituída. Dessa forma, tratadas como perenes e insuperáveis.

> [...] aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão. (BURKE, 2014, p. 70).

Por isso, a luta por democracia, direitos e transformação da sociedade de classes se apresenta como algo que contraria o “Divino”, haja vista que “[...] nenhuma designação, poder, função, ou qualquer instituição artificial que seja, é capaz de fazer

[132] “Estou certo que em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões”. (BURKE, 2014).

os homens que compõem algum sistema de autoridade serem algo diferente daquilo que Deus, a natureza, a educação e seus hábitos de vida lhe fizeram" (BURKE, 2014, p. 61).

O antirracionalismo[133] é uma marca do conservadorismo clássico. Segundo Jamerson Souza (2016), ao perceber a defesa da racionalidade e do fazer teórico, Burke aderiu à "destruição da razão" (Lukács, 1972). Para ele, a ciência deveria continuar como instrumento e não querer ter qualquer autoridade. Do contrário, "a ciência será atirada ao lodo e pisoteada pelos cascos de uma suína multidão" (BURKE, 2014, p. 98).

A apologia ao "preconceito" encontra-se como baliza do pensamento conservador.

> [...] em vez de prescindir de nossos velhos preconceitos, nós os cultivamos em um grau muito considerável e, para nossa maior vergonha, nós os cultivamos porque são preconceitos, de modo que quanto mais tenham durado e mais tenham prevalecido, tanto mais os cultivamos. [...] Muitos de nossos filósofos, [...] consideram mais sensato continuar com o preconceito, juntamente com razão que o envolve, do que, prescindindo desta capa, deixar a razão nua; porque o preconceito torna a razão ativa; e pela afeição que lhe inspira, confere-lhe permanência. O preconceito é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso. (BURKE, 2014, p. 106).

Mesmo considerando que os conservadores empregam aos "preconceitos" o sentido que podemos associar às vivências acumuladas, ao embasar as alternativas, atos e pensamentos por meio dos preconceitos, o conservadorismo elimina as possibilidades de uma racionalidade no debate (SOUZA, 2016). Consequentemente, instituem um padrão previamente estabelecido, tornando tudo que é diferente à norma como um desvio ou anomia que deve ser reprimido e proibido por se tratare de "ameaças".

Conforme Souza (2016), Durkheim se fundamentará nesses juízos para determinar o que é "normalidade" e "patológico" dentro do "organismo social". Logo, o sistema de conceitos estabelecerá um levantamento que parte da relação de causas x consequências dos "comportamentos e condutas desviantes". Esses devem ser

---

[133] "[...] O primeiro meio de todo conhecimento é a palavra recebida por fé e sem exame, e o primeiro meio de instrução a autoridade (BONALD *apud* MARCUSE, 1972, p. 123).

mediados “por possíveis ‘remédios’[134] a serem empregados a fim de recuperar a condição de "harmonia" conferida pelo avanço da ‘solidariedade orgânica’" (SOUZA, 2016, p. 374)

A partir dessas descrições do conservadorismo, é possível rapidamente identificar a centralidade da família como base moral da sociedade e lócus privilegiado da tradição - “tomamos nossas leis fundamentais no seio de nossas famílias” (BURKE, 2014, p. 125); e como estabilidade social, cumprindo o um papel econômico a partir da “segurança de conservar nossas propriedades em nossas famílias”(IDEM).

Assim, a defesa da moralidade, da estrutura familiar e da tradição se apresentam como princípios irretocáveis, bem como a defesa da propriedade dentro das famílias para o desenvolvimento da sociedade. Como alude Burke (2014), “O poder de perpetuar a nossa propriedade em nossas famílias é uma das circunstâncias mais valiosas e interessantes desse poder, e é isso que permite a perpetuação da própria sociedade”.

A família é uma asseguradora da propriedade e, consequentemente, das condições de desigualdade, haja vista que “a característica essencial da propriedade, formada a partir dos princípios combinados de sua aquisição e conservação, é ser desigual” (BURKE, 2014). A desigualdade é um elemento importante da ordem social, ela garante sua estrutura a partir das competências dos indivíduos e do mérito alcançado, pois “todos os homens têm direitos iguais, mas não direito a coisas iguais” (BURKE, 2014).

As instituições são úteis desde que sejam gestadas na tradição, amadurecidas pelo acúmulo dos anos e se limitem a gerir a ordem social. Nesse sentido, há a defesa do Estado para ser esse mediador de conflitos e garantidor da harmonia, devendo-lhe o povo a obediência. Ou seja, “a boa ordem é o fundamento das boas coisas. Para ser capaz de adquirir, o povo, sem ser escravo, deve ser manejável e obediente. Os magistrados devem ser respeitados e as leis obedecidas. ” (BURKE, 2014).

Para manter a ordem, o governo deve restringir os ímpetos e entusiasmos humanos, portanto, adotar instrumentos de coerção para garantir a estabilidade e

[134] “Os homens prudentes aplicarão seus remédios aos vícios, não aos nomes, às causas permanentes do mal, não aos órgãos efêmeros pelos quais elas atuam e às formas transitórias que assumem” (BURKE, 2014, p. 157). No que concerne aos vícios “[...] orgulho, ambição, avareza, vingança, luxúria, hipocrisia” (2014, p. 157), refere-se como comportamentos deturpados da conduta moral.

evitar a ruptura institucional: “o homem deve obedecer pelo consentimento ou pela coerção”. Ou seja:

> O governo é uma invenção da sabedoria humana, para providenciar às necessidades dos homens. Em nome de todas essas necessidades, deve convir-se que a mais sensível é a de restringir suficientemente as paixões. Nesse sentido, inclui-se a repressão, tanto quanto a liberdade, entre os direitos dos homens. (BURKE, 2014, p. 67).

Ainda em consideração ao Estado, esse deve respeito não apenas à divindade, mas também permitir o livre exercício das instituições religiosas nos espaços públicos, a liberdade ao culto cristão católico, no caso. Notadamente, era contrário ao ateísmo e a quaisquer outras manifestações de fé.

> Sabemos, para nosso orgulho, que o homem, por sua constituição, é um animal religioso; que o ateísmo é contrário não apenas à nossa razão, mas também aos nossos instintos, não podendo prevalecer por muito tempo. [...] aquela religião cristã que, até agora, tem sido nosso motivo de orgulho e nosso consolo, assim como uma grande fonte de civilização entre nós e muitas outras nações, ficaríamos apreensivos (sabedores de que a mente não suportará o vazio) de que alguma superstição grosseira, perniciosa e degradante devesse tomar seu lugar. (BURKE, 2014, p. 110).

Com essa síntese do pensamento conservador[135], pode-se dizer que ele continua muito presente nas elaborações e nos discursos ideopolíticos da contemporaneidade, com presença de seus intérpretes em diversos cenários da sociedade em momentos diferentes. A obra de Burke e o pensamento conservador como um todo continuam alimentando muitos grupos na atualidade, como se fez tão presente nos séculos XVIII e XIX.

> Por paradoxal que possa parecer, o pensamento político da época moderna começa por este conservador. O que nos diz que ao contrário do que muitos pensam, o pensamento conservador é, a seu modo, moderno. Mas nos diz também que a modernidade dos fins do século XVIII, como aliás de todo o século XIX, está ainda fortemente marcada pelo passado. (WEFFORT, 2006, p.9).

[135] Para maior aprofundamento, indicamos a tese de José Rodolfo Santos da Silveira, intitulada “Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil”, do Programa Pós-graduação em Serviço Social /UERJ em 2022. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/20991/2/Tese%20-%20Jos%C3%A9%20Rodolfo%20Santos%20da%20Silveira%20-%202022%20-%20Completa.pdf Acesso em: 15 out. 2024.

Traço importante que merece destaque é que a relação entre “liberdade”[136] e conservadorismo permaneceu forte nos dias atuais. É possível perceber essa relação muito presente em Hayek[137], ainda que ele não tenha se autodeclarado conservador. Sobre a relação entre conservadorismo, liberdade e democracia, Silva (2022, p. 46) afirma que ele “vincula assim liberdade à tradição, na chave burkeana. [...] justamente através do darwinismo social [...] que o neoliberalismo avança nos ataques à democracia. Hayek une dessa maneira duas tradições antidemocráticas, o conservadorismo clássico e o darwinismo social da economia vulgar.”[138]

De acordo com Brown (2020,), Hayek encontraria fortes elementos de tensão entre liberalismo e democracia. O “liberalismo” estaria preocupado com “limitar os poderes coercitivos de todo o governo”, já a democracia limita o governo às opiniões da maioria. Em Hayek, o “oposto da democracia é o autoritarismo, poder político concentrado, mas não necessariamente limitado. O oposto do liberalismo é o totalitarismo. ” (BROWN, 2020, p. 88). Ainda segundo a autora, Hayek repetidamente declara que a democracia é um método de tomada de decisão, não um “bem em si”, um princípio a ser aplicado de forma geral.

---

[136] O sentido aqui atribuído à “liberdade” está relacionado à discussão sobre “liberdade negativa” apontada por Berlin (2021, p. 3), que constrói sua argumentação apontando: “Normalmente me é dito para ser livre no grau em que nenhum homem ou corpo de homem interfira em minhas atividades. Liberdade Política nesse sentido é simplesmente a área em que cada homem pode agir desobstruído por outros. Se sou impedido por outros de fazer algo que eu poderia fazer, caso contrário, sou naquele grau sem liberdade; e se essa área é contraída por outro homem além de um certo mínimo, posso ser descrito como sendo coagido, ou, talvez, escravizado. ” Caminhando ainda nas reflexões do autor, é importante destacar, de forma mais contundente, os elementos que podem associar a liberdade negativa ao ultraneoliberalismo e neoconservadorismo dos dias atuais como no trecho: “É que a liberdade nesse sentido não é incompatível com alguns tipos de autocracia, ou de qualquer forma com a falta de um autogoverno. Liberdade, nesse sentido, é a preocupação principal com a área de controle, não com sua fonte. Assim como a democracia pode, de fato, privar o cidadão de um grande número de liberdades que ele poderia ter em alguma outra forma de sociedade, por isso é perfeitamente concebível que um déspota de mente liberal permita que seus súditos tenham grande liberdade pessoal. ” (BERLIN, 2021, p. 8).

[137] Segundo Brown (2020), um século depois Hayek teria modernizado Burke. Igualmente ao conservador clássico, a ideia de liberdade em Hayek, orientado pela tradição norte-americana, é fundamentada na moral tradicional, em “princípios de conduta e opinião evoluídos”, e a interferência do Estado neste campo seria uma ameaça à liberdade (BROWN, 2020). Contudo, destacamos as podenderações de Silva (2022, p. 47): “apesar de existirem ideias de longa duração no conservadorismo de Burke, incorporadas pelo conservadorismo norte-americano, isso não o equivale em consequências para Inglaterra ou França. Desta forma, os processos norte-americano e inglês deram-se de modo muito diferente do processo francês, dadas as particularidades de cada formação econômico-social”.

[138]“A visão antidemocrática em Hayek é legatária de sua perspectiva moralista e darwinista social, que enxerga o progresso humano como produto da competição. Esse darwinismo social está no centro da aproximação entre neoliberais e neofascistas na conjuntura atual” (SILVA, 2022, p. 32).

> Se democracia em demasia significa Estado social em demasia, combinado com muito pouco respeito pela autoridade política, este último sendo um problema incitado pela substituição das funções familiares pelo Estado social e a substituição da lei moral pela justiça, fica claro que o objetivo de Hayek para pôr limites ao governo excede amplamente o respeito e a proteção aos mercados. [...]. Conclama “todos os princípios comumente aceitos”, e não apenas aqueles que asseguram os mercados, para limitar o poder político. (BROWN, 2020, p. 89 - 90).

Na atualidade, o conservadorismo continua sendo muito mobilizado e não exclusivamente pela igreja católica, mas também por um conjunto de congregações protestantes, notadamente neopentecostais. Estes grupos acabam, nas palavras de Silva (2022, p. 17), “atuando como bastiões da cultura conservadora, mas com uma religiosidade marcada pela ‘teoria da prosperidade’ que incorpora o individualismo liberal”.

Nas últimas décadas tivemos o predomínio de elementos da compreensão teológico-política conhecido como “teologia da prosperidade”[139]. Essa concepção apoia-se na ideologia de “adaptação à ordem por meio da ideia de esforço individual e alicerça a expansão empresarial das igrejas em diversos setores econômicos. ” (MATTOS, 2020, p. 179). É possível analisar, dessa forma, que a “matriz discursiva” religiosa que atualmente orienta significativa parcela da classe trabalhadora é muito diferente daquela que orientava nos anos de 1980 a igreja católica – destaque para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e setores de esquerda, a “teologia da libertação”.

Seguimos no processo de apresentar subsídios ideológicos que compõem a atualidade do conservadorismo, em especial no Brasil, e assim melhor compreender os pilares ideológicos do bolsonarismo[140]. Ainda que tenhamos consciência de que essa perspectiva ideológica ultrapassa a persona de Bolsonaro - e sua trajetória

---

[139] “O evangelho da prosperidade surgiu como um ramo do pentecostalismo na América pós-Segunda Guerra Mundial. Embora tenha começado em congregações locais e em avivamentos de tendas, o movimento ganhou um número maior de seguidores através do uso de rádio e televisão, e ficou firmemente entrincheirado na década de 1980 com o aumento do “televangelismo”. [...] a bênção financeira é a vontade de Deus para eles, e que fé, discursos positivos e doações aumentarão a riqueza material de alguém.” (TEIXEIRA *et al*, 2023).

[140] “Chama-se de bolsonarismo a um tipo de comportamento político, surgido nos últimos anos, ao qual se vinculam pessoas ou grupos de pessoas que se mobilizam em torno de ideias como antipetismo e o anticomunismo, o vitimismo e o pânico moral, a mobilização política e o culto da violência, o neoliberalismo e o ataque aos direitos e tudo àquilo que se relaciona ao Estado de bem-estar social oriundo de políticas públicas e de inclusão.”. Utilizamos aqui a definição de Carlos Zacarias Sena Jr, no artigo intitulado “Bolsonarismo”. Esquerda Online, 03 set. 2019. Disponível em https://esquerdaonline.com.br/2019/09/03/bolsonarismo/. Acesso em: 13 jul. 2024.

política já aponta diversos pontos - acredito que é preciso considerar outros novos elementos.

A relação da família Bolsonaro com o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho[141], é um dos elementos importantes para a compreensão desse processo. Desde o final dos anos de 1980, ele vinha tentando ampliar adeptos para uma crítica conservadora no cenário brasileiro. Ainda que tenha sido muito ridicularizado e desprezado pela esquerda, sua linguagem estabeleceu conexão da visão de mundo com o senso comum conservador de setores intermediários que aderiram amplamente aos seus ataques, "caracterizados pela vulgaridade e por seu tom belicoso" (CALIL, 2020).

Olavo de Carvalho, por meio de suas redes e livros, atualizou para o país as ideias da ultradireita estadunidense, que argumentam estar em curso uma "longa marcha" da esquerda "para controlar os aparatos de ensino e produção cultural e midiática, centrada em elementos como a negação das crenças cristãs e a valorização de um 'novo homem' comunista" (MATTOS, 2020, p. 173).

Centrado na perspectiva de que a esquerda passou a investir em espaços de aparelhamento do Estado através do ensino e de um "marxismo cultural"[142], Olavo de Carvalho afirmava essas estratégias como instrumentos de poder e controle das massas. A vitória do Partido dos Trabalhadores no Brasil e o avanço de governos democráticos e da esquerda reformista na América latina representariam essa escalada. Um "requentado anticomunismo no espírito Guerra Fria [...] numa época em que a ameaça da revolução comunista no horizonte próximo não passa de um 'tigre de papel'" (MATTOS, 2020).

Assim se construiu uma verdadeira aversão aos aspectos do conhecimento e da cultura, como o vilipêndio de professoras/es, artistas, ataques às universidades e às artes, com detração pública de suas/seus representantes, ou seja, "ataque as artes

[141] No primeiro discurso de Bolsonaro após as eleições para presidente, entre as quatro publicações simbolicamente colocadas, estava o livro de Olavo de Carvalho "O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota", pelo qual ficou amplamente conhecido.

[142] "[...]para a nova direita que divulga o medo do "marxismo cultural", os movimentos feminista, negro e LGBT seriam parceiros ou instrumentos na estratégia de subversão da ordem vigente levada a cabo pelo comunismo mundial. Esta estratégia, mais dissimulada do que a leninista, teria sido definida nas obras de marxistas ocidentais da primeira metade do século XX, em especial Antonio Gramsci e os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt. No Brasil, o principal expoente desta tese é uma figura bizarra, que em poucos anos passou de bufão a guru, o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho (MIGUEL, 2021, p. 5).

degeneradas do nazifascismo". Dessa forma, o "olavismo"[143] deu justificativas para a delírio bolsonarista, incitando teorias conspiratórias e anticientíficas.

> [...]a incorporação, pelos estrategistas militares brasileiros, de elementos desse anti-"marxismo cultural" se combinou a uma teoria conspiratória que associa a atuação das ONGs ambientalistas e de defesas dos povos indígenas, assim como de movimentos pela reforma agrária e seus apoiadores (incluindo forças da Igreja Católica), na região Norte, a uma cobiça internacional sobre a Amazônia brasileira (MATTOS, 2020, p. 174).

Para os seguidores, esse "nacionalismo vira-lata" parte da devastação da floresta, eliminação dos povos originários e abertura da região para a exploração de suas riquezas para o capital internacional. Demonstrando que esse nacionalismo se limita ao uso da frase "Brasil acima de tudo", que também é importada do nazifascismo. (MATTOS, 2020).

Outro ponto importante a ser destacado dessa perspectiva ideológica, que também se articula com os discursos de ultradireitas internacionais, é a acusação da propagação de uma "ideologia de gênero"[144], uma forma de reagrupar em torno do neoconservadorismo congregações católicas e evangélicas motivadas pelo "pânico moral". É uma ação motivada pela inversão de valores ético-morais que se apresentou de forma crescente nos últimos anos. Nas palavras de Miguel (2021, p.3):

> Racismo, xenofobia, homofobia e misoginia deixam de ser sobrevivências envergonhadas para recuperar uma ostensiva centralidade na fala de muitos líderes políticos. Nos discursos da direita extremada, inverte-se o consenso — talvez apenas nominal, mas nem por isso irrelevante — de que as desigualdades precisariam ser enfrentadas e as diferenças, respeitadas.

---

[143] "Para Olavo, a infiltração da esquerda nas instituições, não só Universidades, mas também nas escolas, na mídia e mesmo no Supremo Tribunal Federal, sua suposta hegemonia cultural, precisava ser interrompida a todo custo. Seus cursos de filosofia formaram Ernesto Araújo - Ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro -, Felipe Martins – Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais - e Eduardo Bolsonaro. Como se não bastasse, é mais uma vez no ponto sobre a ditadura militar - visto como um mal menor frente ao comunismo - que o Olavismo conflui ideologicamente para a coalizão Bolsonarista[...] Olavo de Carvalho, além de seus ex-alunos citados acima, indicou mais dois ministros para o governo Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, ambos para o Ministério da Educação - uma pasta cobiçada por ter tradicionalmente um dos maiores orçamentos, mas também por ser por onde passaria uma parte importante do debate ideológico almejado pelo Bolsonarismo. Outra parte passaria, com menos dificuldade, pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Há um porquê nessa escolha. Os três ministérios - mulheres, relações exteriores, e educação - tiveram como centro a mobilização da base neofascista " (SANTOS, 2023, p. 103 – 103).

[144] Inclusive é importante registar que "A palavra ideologia, nos lábios dos bolsonaristas, representa algo pecaminoso, demoníaco e ruim. Para eles, o mundo ideal seria aquele em que não haveria ideologias [...] E também não é a primeira vez essa identificação é tão ideológica quanto as ideologias que se propõe combater. Foi assim no nazismo." (LESSA, 2019, p.5).

A partir da ação institucional patrocinada com figuras públicas, “influenciadores/as” e líderes religiosos, a ideologia de gênero se afirmou como dogma da extrema-direita reacionária, na perspectiva de barrar ações e políticas de educação e direitos sexuais e pautas inclusivas de gênero. Essa investida coaduna com a expectativa capitalista sobre as formas de sexualidade, como apresentou Arruzza (2019, online):

> Para Marx, no capitalismo, os trabalhadores são dotados de uma dupla liberdade paradoxal: liberdade de dispor de seus próprios corpos, mas também liberdade no sentido de expropriação de todos os meios necessários para sua sobrevivência. Tendo sido desapropriados – e sendo continuamente despossuídos novamente – dos meios de produção, ambos estão livres dos vínculos que os ligavam à terra e livres para vender sua força de trabalho, mas também são coagidos a vendê-la para sobreviver. Alan Sears propõe estender essa conclusão à esfera da sexualidade: O capitalismo preparou o terreno para o surgimento de formas de sexualidade que combinam liberdade e coação. A liberdade da sexualidade no capitalismo é baseada na reprodução social do trabalho “livre”, pois a classe trabalhadora no capitalismo se distingue de outras classes subordinadas ao longo da história, já que os trabalhadores podem reivindicar a propriedade formal de seus próprios corpos. No entanto, a liberdade de trabalho baseada na auto-propriedade é necessariamente combinada com formas de imposição.

O debate em torno da chamada crise moral foi extremamente utilizado pela extrema-direita reacionária nas eleições de 2018, articulando o debate da ideologia de gênero ao movimento “Escola Sem Partido”. A querela sobre essas pautas no país tem marcação temporal desde o início deste século, com a ampliação da bancada evangélica no legislativo. Entretanto, foi a partir do incremento do debate da “doutrinação” na educação, articulando-se às pautas de sexualidade e gênero, que obteve maior inserção social.

O termo tem sido utilizado pejorativamente para a negação da diversidade sexual e da identidade de gênero. Esses grupos desconsideram a diversidade humana e se propõem a promover como universais valores que restringem a sexualidade humana à dimensão biológica. Dessa forma, legitimam o patriarcado, a monogamia e a heterocisnormatividade compulsórias e, por conseguinte, propagam o moralismo (BRITES; BARROCO, 2022).[145] Argumentam as autoras:

> Ao falar em “ideologia de gênero”, esses segmentos pretendem, ideologicamente, ocultar os conflitos e as violências resultantes da violação

[145] “A diversidade sexual e a identidade de gênero integram objetivamente a riqueza da realidade humana, portanto, negá-las, afirmando que só existem como ideologia, como distorção, é um mecanismo ideológico cujo critério de verdade não corresponde à realidade. ” (BRITES; BARROCO, 2022, p. 143).

> de direitos que decorrem das relações sociais de sexo, dos comportamentos e das moralidades preconceituosas e intolerantes que legitima práticas discriminatórias, violentas e de extermínio (BRITES; BARROCO, 2022, p. 143).

Outro ponto importante que "interdita a possibilidade de enfrentamento de desigualdades, opressões e dominações" que deve ser destacado se refere à ideologia de "democracia racial" (idem). Nesse caso, a defesa dessa proposta tem aparecido historicamente como algo positivo na sociedade, contudo, não tem correspondido à realidade. Como se refere Moura (1988, p. 55):

> [...]na sociedade abrangente (capitalista) a filosofia da "democracia racial" (que conserva e preserva valores discriminatórios do dominador no nível das relações interétnicas) se apresentaria como a filosofia vitoriosa e, com isso, teríamos a unidade orgânica da realidade brasileira e uma nação civilizada, ocidental, cristã, branca e capitalista.

Dessa forma, os aparelhos de dominação procuram manter historicamente os estratos e classes oprimidas no lugar social de subordinação a eles destinados. Para isso, a cobertura ideológica mascarou as situações de antagonismo na perspectiva de neutralização dos grupos de resistência, ideológicos, sociais, culturais, políticos e religiosos dos grupos dominados (MOURA, 1988). Nas palavras do autor, "a grande maioria dos explorados no Brasil é constituída de afro-brasileiros, criou-se, de um lado, a mitologia da 'democracia racial' e, de outro, continuou-se o trabalho de desarticulação das religiões, transformando-as em simples manifestações de laboratório" (MOURA, 1988, p. 56).

Compreende-se, portanto, que essa ideologia favoreceu a alternância do "bom senhor" e de todos os simbolismos do passado, associados à ideologia da democracia racial na perspectiva do apagamento das desigualdades e opressões estabelecidas pelas classes capitalistas dominantes que substituíram a classe senhorial. Assim, a "democracia racial" tão marcante nas concepções brasileiras "é um mecanismo ideológico que pretende ocultar a desigualdade étnico-racial e o racismo presentes em todas as estruturas da realidade" (BRITES; BARROCO, 2022).

A recusa desse pressuposto possibilita enfrentar os mecanismos estruturais e institucionais que colaboram para o ocultamento e a mistificação das desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade brasileira.

> A ideologia da democracia racial tem contribuído para a perpetuação e a naturalização de práticas discriminatórias, opressoras e preconceituosas contra a população negra em várias dimensões da vida social e nos espaços

> de trabalho profissional. O fenômeno ideológico da “democracia racial” tem servido, de modo emblemático, para a banalização da supremacia branca e, portanto, para o apagamento da memória social de inúmeras contribuições das pessoas negras na constituição do patrimônio material e imaterial da sociabilidade brasileira. Da mesma forma, tem contribuído para o banimento sistemático das pessoas negras dos espaços de produção do conhecimento e de tomada de decisão econômica e política que estruturam a vida social (BRITES; BARROCO, 2022, p. 146 – 147).

Lamentavelmente, no Brasil, as marcas estruturais do colonialismo e do racismo na nossa formação social ainda estão muito presentes e determinam o lugar de subalternidade e desvalorização que a dominação branca determina aos não brancos. Dessa forma, é necessário pensar a partir de uma chave-analítica crítica que desnaturaliza as desigualdades e as opressões de caráter étnico-racial de forma a contribuir com a demonstração de que o racismo é estrutural do capitalismo, servindo para a acumulação, e à produção de desigualdades no interior da classe.

Dessa maneira, torna-se imprescindível denunciar e dar visibilidade à questão.

> Ou seja, o componente étnico-racial nas análises sobre as estruturas produtoras de desigualdade, dominação e opressão assume, na perspectiva crítica, anticolonial e antirracista, um registro diametralmente oposto à noção sobre diferenças biológicas que sustentam a racialização (BRITES; BARROCO, 2022, p. 164).

Conforme Silva (2012), a racialização do ser humano está na base do racismo e da escravização dos povos originários e é um fenômeno característico da modernidade burguesa. O escravismo moderno difere das outras modalidades históricas, obviamente todas expressam desumanização, porque são sustentadas pelas “diferenças étnico-raciais”, em especial pela cor da pele das pessoas.

> E mesmo a noção de etnia, o qual se baseia na noção de ancestralidade que agrega grupos humanos que compartilham uma mesma língua, religião, cosmovisão, território e referências culturais, e que, portanto, ultrapassa a noção equivocada sobre diferenças biológicas que caracterizariam as *diferença raças,* pode contribuir com visões racistas quando adotada na perspectiva conservadora e, com a finalidade de naturalização e hierarquização de atributos humanos que são histórico-sociais (BRITES; BARROCO, 2022, p. 161 – grifo das autoras).

O escravismo, bem como o patriarcado, não nasceu no capitalismo. Era base do modo de produção das sociedades antigas e foi mantido na Idade Média mesmo durante o trabalho servil. Incongruentemente, nos dias atuais, ainda é possível encontrar circunstâncias clandestinas e criminosas análogas ao escravismo, em casos de trabalho forçado. Situações como essa demarcam o nível de exploração em que pessoas são submetidas em tempos da barbárie capitalista.

No tocante ao patriarcado enquanto outra estrutura de opressão imprescindível para a manutenção de desigualdades e assimetrias na ordem do capital, também é necessário que se destaque que não surgiu no capitalismo. Contudo, do mesmo modo que a divisão da sociedade em classes, o patriarcado é uma estrutura que produz e reproduz desigualdades e opressões, e por ser extremamente funcional aos interesses de exploração da sociedade burguesa, não foi superado; e pior, foi reconfigurado para se adequar cada vez mais às necessidades da acumulação capitalista.

A guerra contra as mulheres[146] de que trata Federici (2017) em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação*, demarca a importância de reconhecer o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres para o processo de exploração, dominação e acumulação capitalista. Não obstante, o conservadorismo outrora, tanto quanto o neoconservadorismo na atualidade, consideram a importância de reforçar as estruturas que reproduzem esse sistema de opressões.

O capitalismo torna invisível o trabalho realizado majoritariamente por mulheres "para assegurar a reprodução da vida, em especial as tarefas de cuidados e da reprodução daquilo que denomina como mercadoria mais importante para o capital: a força de trabalho (BRITES; BARROCO, 2022, p. 156). Ainda no que se refere ao patriarcado, reiteramos o que aborda Cisne (2015):

> O patriarcado, aqui entendido como um sistema de opressão, apropriação e exploração das mulheres, fora fundido com o capitalismo e o racismo. Como sistema, ele se faz presente em todas as relações sociais, inclusive entre uma mesma classe. Dito de uma maneira diferente, é possível afirmar que as mulheres não pertencentes às classes dominantes têm direitos violados, mas às mulheres, além da exploração/opressão de classe que também afeta os homens trabalhadores, pesa também as relações de sexagem, termo elaborado por Guillaumin, entendido como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão (Falquet, 2012). Por meio da sexagem, as mulheres são apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força da força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e a sua vida. A sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição se sujeito e as torna 'coisas' (Guillaumin, 2005). (CISNE, 2015, p. 144).

[146] Gago (2020) fala, corroborando com Federici (2017), de "um estado de guerra permanente contra as mulheres", ou seja, a guerra contra as mulheres "é aquilo que se desenvolve sobre um campo social ante um extremo de instabilidade das relações de autoridade-obediência e de exploração. A existência de momentos históricos nos quais a violência se torna uma força produtiva privilegiada para a acumulação de capital é uma ideia-força para pensar a fase atual dos despojos em várias escalas. Então, fazer a guerra às mulheres e às suas formas de saber-poder foi a condição que possibilitou o início do capitalismo." (GAGO, 2020, p. 75).

No que se refere à apropriação do corpo das mulheres, uma das questões mais presentes na atualidade e que ganhou centralidade nos ataques neoconservadores foi a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo no que se refere ao aborto. São contrárias ao abortamento seguro, alegando a defesa de que a vida é sagrada. Essa argumentação, abalizada em um aspecto transcendental e abstrato de um Deus cristão, legitima as convicções de base religiosas individuais ou de grupos religiosos que pretendem tomar como válido, legal e universal seus princípios, à despeito da laicidade do Estado.

Essa linha argumentativa desconsidera os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, suas condições objetivas e subjetivas para dar continuidade à gestação, seus planos de vida para o futuro, sua vontade e autonomia. Despreza também as opressões patriarcais e raciais a que são impostas as mulheres, principalmente negras, pobres, da classe trabalhadora, por meio das diversas formas de violência, condições precárias de vida, acesso limitado à saúde, e todas as situações que envolvem as complexas realidades de desigualdades do país.

Esses grupos criam distorções no plano da moralidade, incorporando juízos de valor que se apresentam como universais, mas que na verdade representam interesses de grupos específicos, gerando condenação moral por meio da absolutização dos seus parâmetros e interesses particulares, incorrendo em moralismo. A alternativa para a relação entre a diversidade de juízos morais e a afirmação da liberdade, segundo Brites e Barroco (2022, p. 179):

> [...] pode ser trilhada pela compreensão da moralidade como expressão de valores, convicções e juízos, o quais não impedem a convivência democrática e livre, ou seja, ao serem legitimados, não ferem direitos nem desumanizam a relação entre indivíduos sociais, mesmo quando expressam necessidades e interesses particulares [...] quando no plano da moralidade algum valor, convicção ou juízo interdita as possibilidades de ampliação da liberdade ou contribui para a desumanização, tais referências devem ser questionadas do ponto de vista ético.

Dessa forma, é necessário compreender que o acesso ao abortamento seguro não interdita nenhum direito e nem desumaniza as mulheres, que pelos mais diferentes motivos pensam de modo contrário ou não fariam tal procedimento. No entanto, a imposição de acesso que leva, inclusive, ao abortamento inseguro, expõe as mulheres a diversos riscos. Além de ser uma imposição pautada por convicções morais e religiosas que ferem a autonomia das mulheres “geram violência, impactam na saúde, amplificam o número de mortes. ” (BRITES; BARROCO, 2022, p. 182).

A pauta dos direitos sexuais das mulheres tem sido recorrente entre os neoconservadores, e a discussão sobre o aborto tem sido lamentavelmente uma forma agravada de negar direitos e, inclusive, no governo de Bolsonaro, de tentativas criminosas de obrigar crianças e adolescentes a seguirem com a gestação, como veremos noutro momento deste trabalho.

Além disso, discursos perversos sobre a sexualidade e os direitos da população LGBTQIA+ deram a tônica do governo. De acordo com Mattos (2020, p. 177):

> A obsessão bolsonarista com comportamentos sexuais, traduzida em atroz LGBTfobia, pode ser explicada nos termos de Reich sobre a repressão e o recalcamento sexuais que dariam origem inclusive a formas mais brutalmente sádicas, pois "se à sexualidade estão veladas as vias normais de satisfação, pelo processo de recalcamento sexual, ela recorre aos mais variados processos de compensação". Foi Reich também quem associou fascismo e recalcamento sexual religioso.

A invenção do "*Kit gay*" foi extremamente explorada por Bolsonaro quando deputado, referindo-se de forma agressiva ao Ministério da Educação, em referência ao material proposto intitulado "Escola Sem Homofobia". Apresentando outra obra que nunca foi editada pelo MEC, que continha um pênis e tratando como sendo o "*kit gay*", o candidato à presidente retomou a discussão na época das eleições, falando para seu público conservador.

Além de adentrar no público conservador, o bolsonarismo teve uma crescente ampliação para além dos setores médios da sociedade brasileira, embora essa tenha se configurado como sua base social prioritária. A questão trazida por Mattos (2020) é: o que justificaria a adesão de frações mais pauperizadas da classe trabalhadora a também aderirem ao ideário bolsonarista? O autor apresenta pistas de que elementos da força do bolsonarismo entre praticantes de religiões evangélicas podem fornecer esses subsídios para a adesão ao neofascismo nas periferias brasileiras.

Outro resgate que precisa ser feito é que setores da juventude já se mostravam insatisfeitos com a "inserção pelo consumo" praticada pelos governos petistas. A crise econômica de 2014 criou as brechas necessárias para a ascensão da extrema-direita e adesões (MATTOS, 2020).

Através de pesquisa em comunidade de trabalhadoras/es em Porto Alegre, desde o período de acesso à "cidadania pelo consumo" dos programas petistas à perda do "relativo conforto material" em 2018, a antropóloga Rosana Pinheiro-

Machado[147], dentre outras dimensões, observou elementos da dimensão patriarcal na condição idealizada de “provedores”.

No patriarcado, em tempos de recessão, um homem em crise de identidade é um ser reativo que vê a ascensão das mulheres como uma ameaça. A ideia da existência de um plano de dominação feminista pode fazer todo sentido para um sujeito desempregado, frustrado e destituído de essência. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 93).

Jair Bolsonaro e seus asseclas utilizam parte desse “ressentimento”[148] e fazem uso de elementos estruturais do patriarcado, machismo, racismo e misoginia para conquistar adesão entre segmentos da classe trabalhadora contra os quais, inclusive suas políticas ultraneoliberais, coercitivas e punitivistas se voltaram. A composição do governo Bolsonaro expressou em seus diferentes grupos frações importantes dessa composição neoconservadora, ultraneoliberal e neofascista a que temos nos referido neste estudo.

Como já mencionado sobre a adesão das forças armadas ao governo de Bolsonaro, logo no início, o primeiro escalão demarcou essa aliança com a presença de um núcleo forte de militares em ministérios, secretarias, autarquias e fundações federais[149]. O núcleo ultraneoliberal teve como expoente o ministro Paulo Guedes. O

---

[147] Exposta na obra PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior*: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise estrutural. São Paulo: Planeta, 2019.

[148] No livro “*Ressentimento”*, Maria Rita Kehl (2020) define o ressentimento como uma emoção que surge quando uma pessoa se sente injustiçada ou humilhada, mas é incapaz de reagir ou expressar essa raiva de forma direta, avaliar sua responsabilidade no processo e construir possibilidades para alterar esse estado. Em vez disso, a emoção é reprimida e internalizada, resultando em um sentimento persistente de amargura e rancor que ficam sendo reatualizadas. “O ressentimento social, no Brasil, é a expressão da frustração generalizada diante do fracasso dessa delegação infantil de poder. É fruto da covardia – não propriamente moral, mas política – que nos leva a recuar da tensão inevitável que perpassa as relações de classes, em troca do gozo propiciado pelo modo sensual de exploração dos corpos e aliciamento de consciência” (KEHL, 2020, p.191).

[149] “Sobre a presença militar no governo, basta mencionar que nenhum governo desde a ditadura militar (e mesmo na maioria dos governos daquele período) teve tantos militares em cargos de primeiro, segundo e terceiro escalão nomeados pelo presidente e seus ministros quanto o de Bolsonaro[...] Curiosamente, porém, foram duas iniciativas dos governos do PT que criaram maior unidade política e conferiram experiência de exercício de poder político (via *manu militari)* a essa oficialidade. A primeira delas foi assumir o comando militar da Missão da ONU no Haiti após a deposição, por um golpe internacionalmente articulado, do presidente Aristide, em 2004. Iniciada naquele mesmo ano, a ocupação seguiu até 2017, período em que generais brasileiros comandaram tropas e gerenciaram na prática diversas atividades governamentais. A segunda iniciativa foi a ampliação da utilização das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para controle de territórios periféricos e favelas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, sob a justificativa de ‘pacificar’ e retomar o controle sobre as áreas controladas pelo tráfico, em um contexto de preparação de grandes eventos ” (MATTOS, 2020, p 205- 208).

Ministério da Justiça contou inicialmente com a figura de maior popularidade daqueles que foram às ruas “contra a corrupção”, o ex-juiz Sérgio Moro. E o núcleo chamado “ideológico” teve profunda influência de Olavo de Carvalho e do fundamentalismo evangélico, e pautou grande parte das políticas desenvolvidas no país durante o governo, mas que esteve principalmente à frente dos ministérios das Relações Exteriores, da Educação e da Mulher, Família e Direitos Humanos. Esse último, objeto de nossa análise a partir das políticas paras as mulheres.

A presença militar pode ser entendida como relação de poder de Bolsonaro, mas é necessário lembrar também da dimensão “econômico-corporativa”, haja vista o tratamento dado aos militares na contrarreforma da previdência, quando isentou essa categoria da política de austeridade, implementando melhorias em seus vencimentos. Além disso, é importante destacar que a militarização do governo “é uma das faces da radicalização autocrática representada pela presidência de Bolsonaro” (MATTOS, 2020).

Cumpre lembrar o uso constante, por Bolsonaro e seus ministros, de medidas provisórias tentando burlar os ritos constitucionais:

> [...] tal radicalização também pode ser avaliada pela forma de governar. O presidente e seus ministros utilizaram frequentemente, como fizeram tosos os presidentes desde 1990, as medidas provisórias para propor mudanças legais. Cabe destacar, entretanto, sua insistência em pôr em vigor, através desse mecanismo, medidas que demandariam outros ritos parlamentares e que são consideradas manifestações inconstitucionais nos tribunais[...]. Mais frequente do que a maioria dos seus antecessores, porém, é o recurso aos decretos presidenciais a fim de alterar disposições anteriores, muitas vezes utilizando-se desse mecanismo para rever leis aprovadas no Congresso, o que é manifestamente ilegal. (MATTOS, 2020, p. 210).[150]

Ainda em relação às propostas de Bolsonaro e sua coerência com o discurso ideológico neofascista e políticas implementadas, não se pode acusar de ter negado o que faria desde o período anterior ao governo. Sempre pregou em seus discursos no parlamento e durante as eleições, negou a necessidade de preservação do meio ambiente, foi é crítico ferrenho do MST, questionou a demarcação de terras indígena e de quilombolas, estimulou o discurso negacionista, apoiou agentes que elevaram o nível de queimadas e devastação da Amazônia. Por isso, não é surpresa que Bolsonaro em seus pronunciamentos tenha tratado de maneira hostil a população LGBTQIA+ e minimizado a violência contra as mulheres.

[150] O caso mais emblemático foi o de ampliar as possibilidades de posse e porte de arma de fogo, contrariando dispositivos legais como o Estatuto do Desarmamento. (MATTOS, 2020).

Os anos do governo de Bolsonaro foram de ameaça cotidiana à laicidade do Estado, às lutas dos movimentos sociais organizados, em especial aos movimentos de mulheres e feministas, com tentativas diárias de inviabilizar qualquer conquista de direitos para as mulheres.

Na minha análise, o que foi costumeiramente tratado como “cortina de fumaça” – as manifestações verborrágicas reacionárias e os discursos violentos que teriam como finalidade uma manobra, tirando a atenção de pautas econômicas e contrarreformistas – abordando de forma jocosa sobre assuntos comportamentais, morais, culturais ou que se refere a grupos populacionais específicos, tratavam-se efetivamente de um projeto ideopolítico neoconservador e fundamentalista articulado ao projeto econômico ultraneoliberal radicalizado no Brasil.

Acredito que o conteúdo proferido seja uma manifestação ideológica do grupo que saiu recentemente do poder, mas que ainda tem uma grande inserção na sociedade. Nele se expressa o machismo, a misoginia, o heteropatriarcalismo, o racismo, o etarismo e outras discriminações que compõem esse projeto político que se propôs a realizar uma mudança regressiva nas relações sociais do país.

Para além de tentar se constituir como uma “cortina de fumaça”, as afirmações preconceituosas e misóginas também foram proferidas pela Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, a senhora Damares Alves, durante todo o período em que esteve ocupando o cargo, do início do mandato do presidente até o final de março de 2022, enquanto esteve à frente do MMFDH.

Esse discurso compõe ideologicamente elementos das pautas e das políticas que confrontam as conquistas históricas dos movimentos de mulheres e feministas, que tiveram recuo depois do começo do Governo de Jair Bolsonaro, e a rearticulação do primeiro-damismo, através de ações de Michele Bolsonaro. Desta feita, integram as estratégias político ideológicas do governo Bolsonaro em pauta nesta tese, que não estão desalinhadas da agenda político-econômica.

A negação de direitos a populações inteiras - como a pessoas transexuais e às mulheres - principalmente àqueles voltados à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, a naturalização da violência, a desresponsabilização do Estado com os cuidados com a saúde pública, a falta de atenção aos casos de violência doméstica, a naturalização dos papéis sexuais: esses são alguns exemplos de como esse governo lidou com essas pautas.

No governo Bolsonaro, acentuaram-se as características de políticas para as mulheres que reforçam e aprofundam processos de desigualdade constitutivas da sociedade, sobretudo o seu lugar dentro da família, no aspecto reprodutivo, e o "não lugar" enquanto sujeito político autônomo. Além de acrescentar a palavra "família" ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a intencionalidade dada tem caráter demarcador de um sentido restrito, como também não podemos deixar de aludir qual o perfil da mulher que essa família propõe.

Sobre as preocupações com o formato assumido pelo Ministério, destaca-se:

> No processo de desmonte da política social brasileira no atual período, ressalta-se a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, composto em grande parte por pessoas de igrejas neopentecostais alinhadas a concepção extemporânea de família, ou seja, de base estrutural funcionalista. Através da proposição de inúmeros programas que se arvoram atuar em "defesa" da família, das crianças e adolescentes solapam as bases das políticas públicas sob os parâmetros da Constituição de 1988. (MIOTO, 2020, p.37).

Nesse projeto, o Estado assume como política a perspectiva de reforçar o lugar da mulher quase exclusivamente dentro da família. Parte da maternidade como elemento central definidor do papel dessa mulher na sociedade e estimula a responsabilidade das mulheres sobre os cuidados, enfatizando os históricos papéis atribuídos como femininos (CARLOTO; MARIANO, 2012).

O agravamento das condições de vida da população brasileira e o aprofundamento das desigualdades com as medidas implementadas no país na situação da pandemia da Covid-19[151], adensou a situação de pobreza das famílias e o recrudescimento da demanda por benefícios no Governo Bolsonaro, que já era crescente. Quando estas possuem algum recurso, são encaminhadas para serviços comerciais, quando não dispõem, dependem dos serviços focalizados e seletivos que atendem a demandas específicas, muitas vezes, mediadas por instituições não governamentais – e nesse governo têm ênfase àquelas de caráter religioso - com reforço à filantropia: "A tendência de agravamento da situação em que vivem as famílias é notória a partir de 2019 sob uma conjuntura na qual o neoliberalismo,

[151] A pandemia da COVID-19 teve início em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre vários casos de pneumonia de origem desconhecida em Wuhan. Ao longo de janeiro de 2020, o vírus foi identificado como um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, e foi declarado como uma emergência de saúde pública de preocupação internacional pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020. Em 11 março de 2020 a OMS anunciou que a disseminação do vírus havia atingido níveis alarmantes em vários países e assolou o mundo (e o país, de forma particular).

assumido na sua plena perversidade, é associado à uma pauta reacionária nos costumes.” (MIOTO, 2020, p.37).

Nesse aspecto, muitas atrocidades foram cometidas, principalmente quando associadas à discussão da maternidade e dos direitos sexuais e reprodutivos, em que até retrocessos como aqueles referentes ao direito ao abortamento legal previstos por lei foram sendo negados às mulheres; ou ainda, o apoio de gestora/es a grupos de fundamentalistas religiosas/os que queriam imputar à criança que sofreu abuso sexual a condição de manter uma gestação e, assim, sofrer mais uma violência[152]. Assim, durante todo o mandato buscou-se aumentar os níveis de exploração da classe trabalhadora e implementar contrarreformas, bem como também foi constante o resgate de valores arcaicos e tradicionais praticados por “cidadãos do bem”.

Contraditoriamente, o mesmo governo que teve o discurso contra o aborto e as mulheres, fez crescer os níveis de miséria da população, muitas vezes tornando inviável as condições para sua manutenção. O governo praticou medidas que atingiram drasticamente a população no âmbito econômico, aprovou a contrarreforma da previdência que impacta sobremaneira as mulheres, e apresentou um pacote contrarreformista que culpabiliza os/as trabalhadores/as dos serviços públicos.

> [...]considerando o contexto sociopolítico em que a sociedade brasileira está imersa, duas considerações são importantes. A primeira é a desconstrução do discurso de proteção da família que caminha na contramão de medidas de fato efetivas de proteção da família. Sobre isso, é importante lembrar que apesar da ideia bem arquitetada do liberalismo/neoliberalismo de apologia da eficiência do mercado, a realidade, historicamente, tem demonstrado a sua incapacidade de dar conta dos problemas que ele mesmo gera, particularmente no campo da reprodução humana. Dessa forma, reafirma-se a importância e a necessidade de o Estado assumir a maior cota de responsabilidade na provisão de bem-estar. [...] A segunda é a impropriedade de se creditar às famílias a maior cota de responsabilidade pela provisão de bem-estar. Considerando os indicadores demográficos, sociais e econômicos que, desde a década dos 1980, demonstram que as transformações ocorridas na família, entre elas, a sua composição com muito menos membros, as mudanças no caráter de suas relações e de seus vínculos, se associam ao empobrecimento acelerado e à retração dos investimentos públicos. Esses fatores colocam as famílias da classe trabalhadora brasileira numa posição extremamente difícil, sem condições de responder as expectativas que têm sido colocadas sobre elas. (MIOTO, 2020, p.38 -39).

[152] Mais sobre ver notícias como: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html. Acesso em: 24 de março de 2023.

A diversidade das famílias existentes não conseguiu se desvencilhar das marcas construídas sobre um padrão tradicional e conservador, apesar de comprovadamente nos lares brasileiros, a realidade se apresente de outra forma. Com a eleição do governo Bolsonaro, e mais que isso, a manifestação pública de uma concepção conservadora de sociedade, tivemos a ênfase em uma formatação da família patriarcal. Em razão disso, é imprescindível a atenção aos direitos historicamente conquistados. Defendê-los diariamente tornou-se uma exigência atual: “A tendência nesse contexto é de aprofundamento da desigualdade considerando que as famílias não são homogêneas nem em recursos, nem em fases dos ciclos de vida, nem em modelos culturais e organizativos. ” (IBIDEM, p.36). Ficou visível durante todo o mandato de Bolsonaro as marcas misóginas, machistas e patriarcais que tiveram as mulheres, como um dos alvos preferenciais de suas políticas.

Enfrentamos um difícil processo eleitoral e, felizmente, Bolsonaro não foi reeleito em 2022, foi considerado inelegível em votação por maioria (5 a 2), pelo Superior Tribunal Eleitoral (STE)[153], antes de também ser responsabilizado por todos os crimes que cometeu durante seu governo. Contudo, o problema lamentavelmente é bem mais complexo e ultrapassa *a persona* de Bolsonaro, seus filhos e aliados mais diretos. Acredito ser necessário pensar na articulação de um projeto coletivo que rompa com qualquer tipo de opressão/exploração ou discriminação contra as mulheres ou algum outro segmento específico.

Decerto, não é uma tarefa fácil, entretanto, não podemos nos eximir dessa responsabilidade, usando todos os meios disponíveis para isso. O momento que vivenciamos tão recentemente deixou profundas cicatrizes e marcas sociais que ainda perduram. Os episódios recentes nos chamam a cotidianamente defender a pluralidade e o direito às liberdades individuais e coletivas que compõem o projeto de felicidade de toda a humanidade.

No que concerne às mulheres, demarca-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que incidam diretamente sobre as relações desiguais de opressão entre homens e mulheres, e isso deve envolver uma gama de ações efetivadas por diversos órgãos e instituições do governo. Algumas dessas ações têm como público direto as próprias mulheres, enquanto ação específica direta, outras precisam ser executadas de forma a interferir no âmbito das relações de produção e reprodução

[153] Mais sobre disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/por-maioria-de-votos-tse-declara-bolsonaro-inelegivel-por-8-anos. Acesso em: 01 out. 2023.

social – considerando a dinâmica das relações entre Estado, família mercado e políticas públicas que, por sua vez, pautam diretamente a vida das mulheres.

Assuntos estes que trataremos de forma mais detalhada no próximo capítulo. Mas, antes disso, apresentarei uma síntese das lutas das mulheres no país e a construção das políticas para as mulheres a partir dos governos petistas, com o fito de situar o objeto na análise de como estas foram (des)organizadas durante o governo de Bolsonaro, sobretudo durante a coordenação de Damares Alves como Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos.

2.3 **As lutas feministas e as políticas para as mulheres no Brasil: um breve resgate**

A compreensão das nuances que particularizam o tempo presente é um desafio situado, no qual muitos são os elementos alocados no confronto entre o que é a realidade imposta e as condições objetivas para transformá-la. Os limites da organização coletiva também foram testados a partir dos avanços e retrocessos dos últimos anos, ao passo que se impõe a necessidade de uma reorganização para confrontar a ordem social violenta, defender direitos socialmente constituídos e avançar na luta de classes.

Nesse sentido, é importante destacar, inclusive, o processo de lutas que marcou a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em se tratando das políticas sociais, em especial, a seguridade brasileira acabou se construindo em um sistema híbrido que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho – previdência -, de caráter universal – saúde - e de características seletivas - assistência social -, como argumenta Boschetti (2009), alertando que os objetivos constitucionais para o padrão de proteção não foram totalmente consolidados.

Dentro da realidade do neoliberalismo, a orientação das políticas sociais se realizou de forma diferenciada daquela almejada pelos movimentos sociais, de modo que não se instituiu um sistema integrado e articulado, direcionado aos anseios da população em geral e da classe trabalhadora como se intencionava.

A correlação de forças naquele momento histórico no país aprovou um projeto inconcluso de seguridade social[154], em função da retração do papel do Estado na promoção e na garantia das políticas de proteção social, pelo drástico processo de privatização e mercantilização dos direitos, com anunciação da passagem de *cidadão de direitos* para *cidadão consumidor* (MOTA, 2015); ampliação da presença do capital financeiro-especulativo nas estruturas públicas estatais, com assaltos ao orçamento público para o pagamento de dívidas; e do reforço ao caráter regressivo da carga tributária, promovendo ainda mais concentração de renda e taxação sobre os mais pobres.

A perspectiva ideológica neoliberal que adentrou fortemente no país a partir da década de 1990 (e avança atualmente, como o que caracterizamos de ultraneoliberalismo), foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade em detrimento das conquistas sociais possíveis no pós 1988. Mais recentemente, vivenciamos uma marcha dos setores de extrema-direita para retirar o máximo das conquistas da classe trabalhadora.

Na perspectiva das mulheres, todos os direitos até hoje assegurados também resultaram de muitas lutas e processos de organização, enfrentando diretamente instituições sociais estabelecidas: Estado, Igreja e Família. Nesses termos, considero importante um breve panorama da organização do movimento de mulheres, e também da organização das suas demandas em termos de políticas pelo Estado brasileiro.

Mesmo o “feminismo” enquanto movimento organizado de luta das mulheres só apresenta marcadores a partir da idade moderna, com os ideais liberais característicos desse tempo histórico. Como pontuei anteriormente, as mulheres participaram de coletivos de resistências em diversos momentos da história ocidental.[155] Em Paris, na metade do séc. XIX, “as mulheres de 1848’, como elas chamam a si mesmas, lutam para que os direitos das mulheres – ao trabalho, ao voto, à mesma instrução que os homens – sejam reconhecidos. Elas acreditam no papel

[154]Mota (2015) trata dos fundamentos da “crise” da seguridade social por meio de medidas de ajustes econômicos e reformas institucionais (processos de privatização, refração dos direitos e reordenamento da proteção social; redução do investimento público e ampliação do setor privado lucrativo; políticas focalizadas na pobreza, pela via dos programas de transferência de renda) e apelo ao voluntariado e à responsabilidade social, especialmente no campo da política assistencial.

[155] Faço esse destaque em alusão a discussões que se apresentam, por exemplo, sobre as construções sobre gênero na África, mas especificamente em culturas iorubás, sobre o que trata o livro de Oyèronké Oyěwùmí “ A invenção das mulheres – construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”. (Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021).

das associações e clubes femininos) e da imprensa (criação de jornais femininos). ” (PATOU-MATHIS, 2022, p. 250).

Com os movimentos de organização das mulheres questionando a naturalização dos espaços privados destinados às mulheres e à necessidade de politização dos espaços públicos, o feminismo recebeu nome próprio na luta em que as mulheres ocidentais travaram em defesa da ocupação de espaços, divisão sexual do trabalho, de acesso à educação e inserção política.

Ao longo da história, com o amadurecimento e organização do movimento e das lutas feministas, elaborou-se também a economia feminista que “se postula como crítica à economia política e não como reinvindicação de lugares no mundo competitivo do capital e que consiste em desacatar, subverter e transformar a ordem capitalista, colonial e patriarcal” (GAGO,2020, p.143).

A luta das mulheres, organizada ou não dentro dos movimentos feministas, foi responsável por politizar a vida das mulheres e demonstrou a necessidade de discussão pública das relações opressoras. Nesse sentido, afirma Souza-Lobo, “a especificidade dos movimentos de mulheres autodefinidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero” (2011, p. 214).

Nos movimentos e revoluções no mundo, as mulheres tiveram atuação ativa ao longo dos séculos, apesar de, infelizmente, existir um apagamento dessa participação em muitas versões dessa história[156]. No Brasil, a luta pela participação política, a luta sufragista por igualdade de direitos e pelo acesso a direitos sexuais e reprodutivos marcaram o século XX. Embora não seja possível tomar feminismo e movimentos de mulheres pela mesma trajetória. Segundo Cisne (2018, p. 139):

> [...] no Brasil, a trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres se confundiram significativamente. Houve e há um encontro entre esses movimentos no sentido da identificação nas suas pautas, ainda que um movimento ou outro de mulheres possa distorcer as bandeiras feministas. Contudo, de uma maneira geral, podemos dizer que ambos constroem a mesma história: a luta das mulheres.

[156] Para grandes detalhes sobre os movimentos de mulheres e movimentos feministas ver: Cisne (2018), Delgado (2000), González (2010), Gurgel (2009), Kollontai (1982), Souza-Lobo (2011), Zetkin (2010).

Consideramos importante uma avaliação, ainda que sintética, de avanços e recuos das políticas para as mulheres no Brasil, ponderando tanto a capacidade organizativa das mulheres quanto a contradição das políticas sociais, mas entendendo, sobretudo, a responsabilidade do Estado em dirimir as relações de desigualdade entre mulheres e homens.

No que concerne especificamente às mulheres, o desenvolvimento de políticas públicas com a perspectiva de incidir diretamente sobre as relações desiguais de opressão entre homens e mulheres faz parte do conjunto das lutas. Contudo, considerando as relações da sociedade capitalista e heteropatriarcal, a depender de cada governo elas têm sido mais ou menos consideradas.

O pressuposto é que essas políticas devem envolver uma gama de ações efetivadas por diversos órgãos e instituições. Algumas dessas ações têm como público direto as próprias mulheres, enquanto ação específica direta. Outras, precisam ser executadas de forma a interferir no âmbito das relações de produção e reprodução social – considerando a dinâmica das relações entre Estado, família e mercado - que por sua vez, pautam diretamente a vida das mulheres.

Falar em políticas para as mulheres pressupõe “a proposta feminista de criação de políticas favoráveis à mudança das condições de vida das mulheres, considerando a realidade de que é um grupo submetido à exploração e à opressão capitalista, patriarcal e racista” (AMB, 2011, p. 19-20).

A atuação do Estado, através da execução de políticas públicas, é essencial para dirimir as violentas relações de poder que se impõem entre homens e mulheres na sociedade. Se por um lado o discurso do acesso universal nos marcos da cidadania burguesa mantém as desigualdades historicamente estabelecidas; por outro, é também através das ações desenvolvidas pelo Estado, conquistadas na luta de classes, que as relações hierárquicas podem ser atenuadas.

Em se tratando da organização política das mulheres, a literatura feminista, em sua maioria, trata de uma periodização para melhor compreensão do seu campo de produção e de organização também enquanto movimento social. O desvendamento da sua história, ideias, ativismos e amadurecimento ao longo do tempo apresenta-se como relevante, demarcando sua importância e dando-lhe ainda mais dinamismo. O feminismo não é estático, acontece na história, porque a história das mulheres é a história da humanidade.

Existe um consenso difundido sobre a periodização do feminismo a partir da “metáfora das ondas”. De acordo com essa perspectiva, há a divisão da história em etapas que teriam atributos comuns, continuidades e pautas marcantes, características de cada período. Ainda que não seja possível aprofundar essa discussão nesse momento, ela precisa ser realizada permeando o debate situado dentro das peculiaridades na nossa formação social e histórica. Asseverando, como apontam Cisne e Ferreira (2021), “as relações sociais de sexo, raça e classe que se imbricam dialeticamente e dão materialidade ao sistema patriarcal-racista-capitalista”.

Desse modo, tenho feito um opção teórico-política de análise utilizando a categoria relações sociais de sexo, uma perspectiva que tem a preocupação e o desafio de manter a coerência de aliar uma prática política e vivência feminista comprometida com a transformação da sociedade. Dessa maneira, concordo com Cisne (2014, p. 142), que trata acerca das dificuldades de aproximação da categoria gênero com as mulheres trabalhadoras.

Em uma abordagem resumida dessa categoria, a apreensão do seu significado torna-se fundamental. Com base no Feminismo Marxista Francófono – FMF, a categoria relações sociais de sexo, na língua original é chamada de *rapports sociaux de sexe* e não de *relations sociales de sexe*. Isso porque *“Rapports”* e “*relations”* têm uma mesma tradução em português: relações. No entanto, o sentido que lhes deve ser atribuído em francês deve ser diferente. Como explicam Curiel e Falquet (2014, p. 15):

> [...] para entender melhor essa diferença: Em francês, existem duas palavras e conceitos bem distintos – rapports sociaux e relations sociales – que no português são traduzidos apenas por “relações sociais”. Os rapports sociaux têm a ver com as relações estruturais da sociedade, no nível macro; são impessoais, invisíveis e não podem ser transformados tão facilmente apenas pelas ações individuais. Geralmente, o que está em jogo nessas rapports sociaux é a organização social do trabalho (no seu sentido mais amplo). As relations sociales dizem respeito às relações cotidianas, no nível micro interpessoal. Podem ser experimentadas concretamente e transformadas pela ação individual.[...]Com base no conceito de rapports sociaux, uma das principais características da corrente feminista materialista francófona é afirmar que as mulheres não são uma categoria biológica, mas uma classe social definida por rapports sociais de sexo, historicamente e geograficamente variáveis, centralmente organizados em torno da apropriação individual e coletiva da classe de mulheres pela classe dos homens (CURIEL; FALQUET, 2014, p. 15).

Para as autoras, ao nos referirmos às relações sociais de sexo, estamos tratando de relações macroestruturais fundamentadas na exploração das mulheres

pelos homens. Partindo de um processo constante de aprofundamento teórico, a formulação sobre as relações sociais de sexo, Devreux (2011) propôs, para fins analíticos, uma decomposição da categoria em três tipos de atividades formais, a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo.

> [...] a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo podem ser tidas como as três atividades, as três modalidades de expressão das relações sociais de sexo, sem que seja possível dizer que uma delas, em todas as esferas e em todos os momentos de desenvolvimento de uma sociedade, tem precedência sobre as outras duas. As relações sociais de sexo exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades. Só o ponto de vista da pesquisa (ou o ângulo de aproximação dos objetos que construímos) muda. Essas três modalidades de divisão e de hierarquização dos homens e das mulheres, de sua atividade de trabalho, de seu poder e dos valores ligados a ambos constituem a relação social de sexo ela mesma, propriamente falando. Conjuntamente, essas três modalidades constituem a relação social de sexo (DEVREUX, 2011, p. 567).

Com essas questões pontuadas, considero também oportuno destacar que os movimentos de mulheres e feministas, como qualquer outro movimento social, possuem diferentes perspectivas de análise. Por isso, abordar elementos do surgimento desse movimento, como é nosso intuito, pressupõe compreendê-lo dentro de um determinado momento histórico, como processo de construção coletiva e de insatisfações compartilhadas.

Esse movimento tem como sujeito político mulheres que, em determinado momento, passaram a não suportar mais, ou mesmo não aceitar seu “destino social” em uma sociedade organizada a partir de classes sociais, de relações de poder, de valores, de ideologias, de concepções de justiça etc.

A participação das mulheres e suas pautas de lutas precisam ser permanentemente revisitadas, porque sobre a história da humanidade, como lembra Woolf (2014, p. 101), a literatura disponível foi “[...] feita pelos homens a partir das próprias necessidades e para as próprias aplicações”. Assim, muitas participações das mulheres ficaram invisibilizadas: “o anônimo, que escreveu tantos poemas sem cantá-los, com frequência era uma mulher” (IBIDEM, p.73).

O estudo do feminismo pressupõe, portanto, a análise das suas concepções, lutas, pautas e agendas. Articulações possíveis para as mudanças da estrutura dessa realidade dentro de um contexto histórico e geograficamente determinado. Mais especificamente, como um marco histórico dessas mudanças na Europa, tivemos o conjunto de acontecimentos das revoluções liberais da passagem do séc. XVIII para o séc. XIX. A eclosão das revoluções liberais criou as condições favoráveis para um

movimento com agenda e pauta políticas. Assim, demarco a necessidade de perceber o feminismo imbricado à luta de classes.

Feitas algumas pontuações para explicitar de onde partem minhas reflexões, considero oportuno reafirmar que o movimento feminista foi o grande impulsionador das políticas para as mulheres no mundo e, também, no Brasil. A organização desse movimento visibilizando o debate político possibilitou a construção de um arcabouço teórico importante para a fundamentação das reflexões em torno do tema. Suas reivindicações e bandeiras de lutas determinaram a criação dos serviços e instituições destinadas às mulheres, sendo inegável sua influência na criação e fortalecimento dessas políticas.

Ainda é oportuno considerar, dentro dos elementos que permeiam essas discussões, os limites de delimitação entre o "público e o privado"[157] imposto às mulheres, e o seu não reconhecimento como sujeito político e social. Ou seja, o lugar que as mulheres têm ocupado na divisão sexual do trabalho tem efetiva diferenciação nas condições materiais de sobrevivência a que estão submetidas.

> Um caso paradigmático é o que Susan Okin caracterizou como "ciclo de vulnerabilidade claramente assimétrica e socialmente provocada pelo casamento". Em que a responsabilidade tradicional das mulheres para o processo de criar e educar os filhos ajuda a moldar os mercados de trabalho que as desfavorecem, resultando em poder desigual no mercado econômico, o que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família. (OKIN, 1989, p. 138). Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, consequentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a ressignificação feita por ele (FRASER, 2009, p 30).

Ademais, a atribuição da responsabilidade pela reprodução social recai como mais uma sobrecarga na vida das mulheres. Nesse sentido, reitero que para mudanças nessas relações são necessárias alterações nas ações do poder público e a promoção de políticas mais eficientes e que tragam mudanças institucionais, de forma a estabelecer uma outra dinâmica na correlação de forças no Estado e na sociedade de classes. Afinal, é importante saber como as políticas a serem desenvolvidas podem interferir para fortalecer ou enfraquecer as bases sustentadoras das desigualdades, poder e privilégios entre homens e mulheres; e como essas se

[157] O espaço "privado" compreendido como o mundo das relações pessoais, do familiar, do doméstico; e o "público" como o mundo das relações sociais, da sociedade, das instituições, da política, do mercado etc.

relacionam com as outras bases socioeconômicas estruturantes de desigualdades na sociedade.

Nesse aspecto, a despeito de todas as críticas que fazemos acerca dos governos petistas, considero que foi na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 / 2007 – 2011) que se iniciou as mudanças na forma de atenção e respostas às demandas históricas dos movimentos de mulheres e feministas. No governo do petista foi criada a Secretaria Especial de Política para Mulheres[158], em 2003, e essa iniciativa foi uma importante demarcação política para a trajetória dos movimentos de mulheres brasileiro.

A realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), nos anos de 2004[159] e 2007[160], foi um marco e elas se apresentaram como importantes instrumentos de participação e deliberação das políticas para esse segmento com a constituição de Planos Nacionais, enquanto guia orientador do Ministério. Ao mesmo tempo, a instituição do Ano da Mulher com intuito de promover os avanços e problematizar questões também foi demarcador de pontos relevantes desse governo. Posteriormente ainda aconteceram mais duas nos anos de 2011[161] e 2015[162], demarcando um comprometimento dos governos petistas com esse tipo de discussão política e deliberação.

A incorporação de um organismo institucional com a possibilidade de construção de uma outra perspectiva de atuação do Estado, na expectativa de que incorporaria pautas dos movimentos de mulheres e feministas, com certeza encontrou dificuldades para ser absolvida entre as demais áreas do governo, principalmente porque a maioria das demandas exigiam um esforço de atuação interministerial. Igualmente, demandou a articulação por políticas antes não organizadas de forma

---

[158] Obteve status de ministério em 2010, passando a chamar-se Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), com orçamento específico próprio e a titular da pasta reconhecida como ministra de Estado Chefe.

[159] Aprovou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/arquivo1planonacionaldepoliticasparaasmulheres.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

[160] Aprovou o II PNPM. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/arquivo2IIPNPM.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

[161] Aprovou o III PNPM Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/arquivo33_pnpm.pdf Acesso em: 15 de jun. 2024.

[162] Essa conferência não elaborou novo plano.

centralizada dentro do governo[163]. Além de que a mudança do heteropatriarcado fortemente entranhado nas instituições e no pensamento ideocultural de seus gestores/as, homens ainda na sua grande maioria, não se resolve exclusivamente através de decisão do presidente.

De certa forma, essas questões apresentaram grande dificuldade institucional para o organismo de políticas para as mulheres: a necessidade de ser elaborador de políticas públicas para todas as áreas do governo de forma que elas conseguissem inserir as demandas específicas das mulheres em uma perspectiva de dirimir as desigualdades de gênero; e, também, executor de políticas finalísticas, sobretudo, aquelas de enfrentamento à violência contra as mulheres, mais diretamente.

No que tange ao eixo de enfrentamento à violência contra as mulheres, em 2005, foi criado o Disque Denúncia, uma central de atendimento nacional. Em 2006, foi sancionada a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Em 2014, foi sancionada a Lei 8305/14 – “Lei do Feminicídio”. No sentido da violência, vale um importante destaque na discussão sobre a “família”, principalmente acerca do construto de espaço de amor e proteção. Os dados da violência apontam que esse lugar também pode ser de violações[164], quando a maior parte das violências sofridas pelas mulheres são vivências dentro do ambiente doméstico e em relações conjugais. Dentro das inquietações que a gravidade dessa pauta requer, subscrevemos uma questão pertinente de Gama:

> O enfrentamento da questão da violência de gênero no Brasil, a partir das políticas públicas, tem se distinguido por sua criminalização e judicialização (delegacias de mulheres e outras legislações) com pouca relação com as políticas de assistência social e outras. O que a nossa trajetória sociocultural do lugar de homens e mulheres tem a contribuir com essa significação? (GAMA, 2008, p.65).

[163] Por exemplo, o fortalecimento da mulher em situação de violência (política já organizada desde os anos de 1980 no país), exigiu a organização de demandas como atendimento na área de habitação, educação, saúde, dentre outras, para as mulheres e filhas/os.

[164] Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) alertam: “Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino.[...] O ano de 2021 marca a retomada do crescimento de registros de estupros e estupros de vulnerável contra meninas e mulheres no Brasil, que apresentaram redução após a chegada da pandemia de Covid-19 no país. Foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino. Isso significa dizer que, no ano passado, uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais.” Se falarmos dos casos não notificados, esses números aumentam significativamente.

Considero que uma das dificuldades encontradas na efetivação das políticas voltadas para as mulheres é o significativo limite das/os representantes governamentais em compreender a perspectiva feminista, ou pelo menos o significado das lutas travadas pelas mulheres ao longo da história. As batalhas cotidianas enfrentadas por esses movimentos têm, muitas vezes, suas reivindicações desqualificadas e a importância de suas pautas deslegitimadas ou secundarizadas, tornando as políticas com baixo ou nenhum impacto, ou quando é pior, cumprindo outro sentido do que aquele que venha de fato a interferir nas relações de opressão, dificultando a execução da política com um caráter que verdadeiramente altere as diferenças das relações hierárquicas em nossa sociedade. Assim, entender o significado dessas políticas é condição para a construção de alternativas capazes de oferecer possibilidades efetivas para as mulheres.

No governo Dilma Rousseff (2011 – 2014/ 2015 – 2016), com a imagem inclusive abrandada por uma imposição ao seu perfil considerado “pouco feminino” e fala mansa no período de campanha, houve a proposição da articulação e integração das diversas políticas para as mulheres através do Programa Mulher Viver sem Violência. A atenção seria especializada nas áreas da saúde, rede socioassistencial, justiça, promoção da autonomia financeira, segurança pública. Um dos serviços propostos foi a Casa da Mulher Brasileira, contudo, das 27 (vinte e sete) casas propostas, nenhuma foi inaugurada no primeiro mandato. Até a interrupção do seu segundo mandato foram inauguradas[165] no país apenas 07(sete): Campo Grande (MS), São Luís (MA), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), Curitiba (PR), São Paulo (SP) e Distrito Federal.

No eixo da Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) tornou-se o previsto no orçamento para a saúde da mulher, com recursos prioritários para o Programa Rede Cegonha[166], voltado para o parto e puerpério. Áreas voltadas para o tratamento do câncer de colo uterino ou mamário e de HIV/AIDS, além

[165]Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/apenas-sete-casas-da-mulher-brasileira-ficaram-prontas-em-uma-decada. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

[166] Criada em 2011, “é uma estratégia do Ministério da Saúde que visava implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis”. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/10/ministerio-da-saude-investe-no-atendimento-humanizado-de-gestantes-em-todo-o-pais. Acesso em: 24 de jun. 2024.

de ações de atenção de atendimento ao aborto seguro e políticas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos não receberam o mesmo tratamento.

Ainda que tenha sancionado, em 2013, o Projeto de Lei (PL) 03/2013, obrigando os hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS a oferecerem atendimento emergencial e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, os recursos necessários para garantir esse atendimento às mulheres violentadas não foram direcionados.[167]

No campo do trabalho encontramos iniciativas tímidas de promoção da autonomia econômica das mulheres e igualdade. Pensar sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho precisa estar associado à discussão da produção e reprodução social e ao quanto é necessária uma estrutura de apoio e rede de serviços atuando de forma articulada, do contrário, as mulheres vivenciam sobrecargas elevadas de trabalho. Assim sendo, pouco foi pensado interligando os programas que envolvem o trabalho das mulheres com a ampliação de redes de serviços públicos como creches, por exemplo.

O Programa Brasil Carinhoso, lançado em 2012 durante o governo Dilma Rousseff, foi uma iniciativa voltada à primeira infância, com foco na erradicação da pobreza extrema entre crianças de até seis anos. Ele fazia parte do Plano Brasil Sem Miséria, e propunha o acesso a serviços essenciais, como a expansão da oferta de vagas em creches para crianças em situação de pobreza, melhorias no acesso à saúde, incluindo suplementação de vitaminas, distribuição de medicamentos, acompanhamento nutricional para crianças desnutridas e ampliação da cobertura vacinal.

O Programa alcançou objetivos parciais, sobretudo no que se refere às metas de cobertura de saúde e transferências monetárias. No entanto, o Programa não abordava suficientemente as raízes estruturais da pobreza infantil e não dispunha de mecanismos mais robustos para o acompanhamento de famílias a longo prazo. Além disso, contou com uma capacidade insuficiente de infraestrutura. O desafio de expandir a oferta de creches públicas ou subsidiadas foi significativo, muitas

[167] Vale destacar que a SNPM na gestão da ministra Nilcéia Freire, por deliberação da 1ª Conferência de Mulheres, criou a Comissão Tripartite de Revisão da Legislatura Punitiva que trata da Interrupção Voluntária da Gravidez entregue pelo poder executivo ao Congresso, em 2005. Mais sobre o assunto ver: <https://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/atividades/TEXTOS/texto_748.html>. Acesso em: 03 dez 2024.

prefeituras enfrentaram dificuldades para construir e manter creches, apesar dos recursos destinados pelo programa.

Aproveitamos o exemplo desse programa para mencionar a dificuldade de transversalizar e dar caráter intersetorial às políticas para as mulheres nos governos petistas. De acordo com Cruz, Marcondes e Farah (2024, p.15) “A SPM não participou das instâncias de coordenação e articulação do Brasil Carinhoso, e o programa foi pouco discutido no CNDM.” Ainda acerca da análise desse Programa, as autoras comentam que a concepção do Brasil Carinhoso não revelou a inclusão explícita da igualdade de gênero como um princípio norteador ou um objetivo estratégico a ser alcançado pela iniciativa.

Ainda que os benefícios do Programa possam repercutir positivamente na vida das mulheres, sobretudo pelo fato de serem, majoritariamente, as responsáveis pelos cuidados das crianças pequenas, não houve um direcionamento intencional para reconhecer e valorizar quem exerce o papel de cuidador. Dessa forma, a política não adotou uma abordagem integrada que articulasse as necessidades de quem cuida e de quem é cuidado, o que é um elemento indispensável para efetivar a transversalidade de gênero nas políticas públicas voltadas aos cuidados. (CRUZ; MARCONDES; FARAH, 2024).

> Dessa forma, o Brasil Carinhoso não incorporou aquilo que estava previsto nos PNPMs, que tinham como propósito “transversalizar” gênero em políticas de educação e de cuidado, como creches e pré-escola. Os planos preconizavam que o cuidar e o educar deveriam atender, também, às necessidades de quem cuida, possibilitando liberação de tempo, inclusive para a inserção no mercado de trabalho. [...] Há, na atualidade, muitas lacunas, sobreposições e assimetrias no desenvolvimento de teorias e práticas de intersetorialidade e de transversalidade no campo de política pública. A análise das políticas de cuidados, a exemplo de iniciativas como o Brasil Carinhoso, pode contribuir para subsidiar reflexões teóricas, mas também ações práticas, que envolvam intersetorialidade e transversalidade. Os resultados da análise da intersetorialidade e da transversalidade no Brasil Carinhoso permitem observar que há denominadores comuns entre as duas abordagens. Ambas estão associadas ao reconhecimento da complexidade dos problemas públicos, enfatizando-se a multidimensionalidade e a necessidade de articulação e integração de ações de diferentes setores. Por outro lado, a implementação dessas estratégias (e, no caso da transversalidade, desse objetivo) traz nova complexidade ao processo de política pública e à gestão das políticas que procuram incorporá-las (CRUZ; MARCONDES; FARAH, 2024, p. 15).

Além desses elementos apontados, ao considerar a intersetorialidade e a transversalidade nas políticas públicas, desafios são observados, como os relacionados ao financiamento compartilhado de ações integradas e à efetivação de estratégias intersetoriais em todas as fases do ciclo de políticas públicas. Outro ponto

limitador é a abordagem exclusivamente voltada para a transversalidade de gênero, interpretada de forma restrita às políticas voltadas para mulheres (excluindo a população LGBTQIA+), sem considerar a interseccionalidade com outras dimensões estruturantes das desigualdades, como raça/cor, classe e etnia.

Isso é particularmente relevante no caso das políticas de cuidado,[168] dado que, no Brasil, são predominantemente as mulheres negras que assumem essa responsabilidade, com destaque para o trabalho doméstico remunerado (IDEM).

Ainda dentre os exemplos de medidas, podemos destacar a "PEC das Domésticas"[169], que expandiu os direitos dessa categoria com perfil eminentemente feminino e racializado.[170] Não por acaso, foi o segmento que mais sofreu os impactos da pandemia de Covid-19[171] entre 2019 e 2022[172], seja porque houve uma pressão

---

[168] Em 23 de dezembro de 2024 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Política Nacional de Cuidados no Brasil, instituída pela Lei nº 15.069. A política visa garantir o direito ao cuidado, promovendo a corresponsabilização social entre homens e mulheres na provisão de cuidados, considerando as múltiplas desigualdades presentes na sociedade brasileira. Entre as diretrizes estabelecidas, destacam-se: Assegurar que as políticas públicas de cuidados considerem todas as dimensões necessárias para o bem-estar de quem cuida e de quem é cuidada/o; Promover a integração de diversas políticas públicas, como saúde, assistência social, educação e trabalho, para oferecer um suporte abrangente às necessidades de cuidado; Garantir a participação ativa da sociedade civil na formulação, implementação e acompanhamento das ações relacionadas aos cuidados; Reconhecer e valorizar o trabalho de quem cuida, promovendo a corresponsabilização social entre homens e mulheres, respeitando a diversidade cultural dos povos. Lei disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm>. Acesso em: 03 jan. 2025.

[169] Emenda Constitucional Nº 72, de 02 de abril de 2013 que "altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm> Acesso em: 15 jun. de 2024.

[170] Segundo dados do IPEA (2019) no material intitulado "Textos para discussão", somente 28,3% das pessoas exercendo trabalho doméstico possuíam carteira de trabalho assinada. No Brasil, é a categoria profissional que ocupa mais mulheres, nem total de 5,7 milhões de mulheres, e destas 3,9 milhões são negras.

[171] Maiores informações em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019.

[172] Aproveito o ensejo para apresentar análise de Boschetti (2023, p 290-291) sobre o desemprego entre as mulheres e a população negra nesse período: "é revelador que nos serviços domésticos realizados predominantemente por mulheres, as ocupações com carteira assinada correspondiam a 17,5% no final do trimestre de 2021, contra 23% sem carteira, demonstrando a persistência do trabalho precarizado para as mulheres. Também revela o racismo estrutural (Almeida, 2018; Moura, 1983) já que o desemprego atinge historicamente mais duramente a população negra, pois a desocupação ficou abaixo da média nacional para homens brancos (9%) e acima para os pretos (13,6%) e pardos (12,6%), conforme nomenclatura utilizada pelo IBGE. "

pela permanência no trabalho, sofrendo rápida contaminação das/os trabalhadoras/es e familiares, por vezes, morte; ou pela imediata dispensa.

No eixo da Assistência Social, a titularidade feminina das mulheres nos programas sociais ao mesmo tempo que pode significar um avanço em termos de conquista das mulheres no que tange à busca pela autonomia, também pode significar uma sobrecarga de trabalho em razão das “condicionalidades” impostas às mulheres. Ainda no âmbito da assistência social, o “Programa Bolsa Família” priorizou as mulheres como principais beneficiárias.

> Quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar. Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular [...] quando tratamos a mulher como protagonista, o que nós queremos é dar poder a ela. Por isso, no Bolsa 187 Família, é preferencialmente a mulher que recebe o cartão do Bolsa Família (ROUSSEFF, 2014).

Os impactos do programa na vida das mulheres devem ser mencionados, principalmente aqueles que se referem a possibilidade de gerenciamento do recurso. Contudo, não podemos perder de vista as críticas sobre a responsabilidade e a sobrecarga de cuidado incorporado às mulheres.

> A opção por priorizar as mulheres como beneficiárias desses programas de combate à pobreza se baseou em evidências trazidas por estudos que indicam que as mulheres preferem investir os recursos da família no bem-estar das crianças, ao passo que os homens tendem a reservar parte importante desses recursos para o bem-estar de si próprios. A carência de reflexões críticas sobre os condicionantes econômicos, sociais e morais que produzem esse resultado reforçou as expectativas sociais sobre o “altruísmo” materno, que exalta a capacidade de maternagem das mães e o seu papel de moralizadoras da família e de provedoras do bem-estar de seus membros. É surpreendente, aliás, que a visão “maternalista” das mulheres contida nessas políticas de combate à pobreza tenha gerado pouco debate público, justamente em um momento em que a orientação das mulheres para o mercado se tornou mais próxima daquela exemplificada pelos homens em qualquer período histórico anterior (SORJ; PONTES, 2010, p. 58-59).

Observamos que, de um modo geral, as políticas para as mulheres nos governos petistas, principalmente nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff, já apresentavam características “familistas”, ou seja, “responsabilidade mínima do Estado sobrecarregando a família, a comunidade e a vizinhança. ” (MIOTO, 2008, p. 09). Assim, o Estado já vinha delegando às mulheres os encargos do sucesso dos programas de combate à pobreza, como indicam os organismos internacionais.

O discurso acerca da maternidade já se apresentava recorrente nas abordagens desde os mandatos da presidenta Dilma. O discurso, muitas vezes continha enfoques utilizando o argumento do “olhar feminino” e demarcava características que seriam especificamente associadas às mulheres, reforçando assim a dimensão do cuidado e fortalecendo seu papel de mãe. Devreux (2011) questiona essa “função maternal sem equivalente masculino”, argumentando:

> Esse trabalho de categorização operado por meio das relações sociais de sexo consiste em dar – e fixar como verdade – definições sociais: estabelecer o que é um homem e o que é uma mulher; estabelecer o que é trabalho e o que não é; o que é produção e o que não é. Estabelecer também o que é normal para uma mulher e o que não é; o que é possível para uma mulher e o que não é; o que e socialmente aceitável e o que é desvalorizável etc. Tal trabalho de categorização é assimétrico: a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência. (DEVREUX, 2011, p. 14).

O “Programa Brasil Carinhoso”, foi um exemplo forte dessa associação direta e naturalizada. As mulheres foram diretamente encarregadas pelo governo da responsabilidade pelos cuidados de reprodução social, aumentando, inclusive, suas demandas, que passaram, por meio dessa política, não só de gestoras dos recursos do Programa Bolsa família, a oficialmente responsáveis também pela condução de cuidado da família.

No “Programa Minha casa, minha vida”, a centralidade da mulher na manutenção da família foi destacada como referência pela opção na titularidade dos imóveis; sendo, também, reforçado o vínculo entre produção e reprodução social.

> [...] é algo importantíssimo a casa. Porque a casa é onde você estrutura a família, você cria seus laços afetivos, protege as crianças, recebe os amigos, enfim. Muitos namoram, casam, noivam. Todas aquelas atividades da vida privada que são essenciais para a gente viver. Pois nós, no caso das famílias de mais baixa renda, que é a maioria das famílias do Minha Casa, Minha Vida, nós temos, até agora, 89% das moradias tendo as mulheres como proprietárias porque nós damos prioridade à titularidade da mulher, principalmente porque o Minha Casa, Minha Vida tem esse objetivo de reforçar a estrutura familiar. (ROUSSEFF, 2015, não paginado)[173].

As mulheres, sobretudo as mais pobres, têm para esses programas a responsabilidade com as condições de manutenção da família – sua produção e reprodução – obviamente, ao mencionar isso, não desconsidero o significado da

[173] Dilma Rousseff, em pronunciamento durante sua campanha eleitoral de reeleição em 2014.

titularidade do “papel da casa” para as mulheres, nas relações de autonomia e violência contra as mulheres.

Para finalizar esse breve panorama dos períodos dos governos petistas, refiro-me ao crescimento dos entraves no legislativo acerca dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, movimentando-se no sentido contrário das lutas, sobretudo no que concerne ao processo de criminalização do aborto. Os estatutos propostos no Congresso Nacional, Estatuto da Família (PL 6583/2013) e o Estatuto do Nascituro (PL 478/07), confrontaram as conquistas dos movimentos de mulheres e feministas, dos movimentos LGBTQIA+ e movimentos sociais que lutam por uma outra sociabilidade.

Nos últimos anos, foi muito perceptível o maior acesso das mulheres ao espaço público, uma luta histórica dos movimentos de mulheres. Dentro das contradições dessa conquista, cresceu também o uso das mulheres pelos partidos conservadores, seja para as cotas partidárias[174] ou sua imagem para eleições, sem o menor compromisso com a agenda dos movimentos de mulheres e feministas.

De tal modo, passaram a reforçar os papéis relacionados à maternidade, ao doméstico, aos cuidados e à imagem de esposa, uma vez que no caso de ocupar cargos públicos, essas seriam as capacidades – as de cuidado - que lhe dariam as credenciais para uma boa administração. A suposta imagem materna associada à doçura, subserviência, feminilidade e passividade, - e que em muito nos lembra “A mística feminina[175]” - seria uma referência e já começava a ser o perfil exigido nas eleições de Dilma Rousseff. Mulheres com aspectos diferentes seriam, inclusive, questionadas, retrocessos que anos depois se comprovariam.

Após o Golpe que tirou Dilma Rousseff da presidência, como visto, agravou-se o quadro de contrarreformas do que chamamos de ultraneoliberalismo. A agenda de maldades do governo de Temer comprometeu gravemente os direitos sociais e as mulheres que, desde o primeiro momento, precisaram fazer manifestações contra seu governo - no início contra o Golpe - depois tiveram uma sequência de motivos para

[174] A legislação eleitoral (Lei 9.504/1997) estabelece que "cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo".

[175] “A mística feminina” de Betty Friedman (1963), teve sua primeira edição publicada em 1963, nos Estados Unidos. Ressalvando todas as críticas que lhe cabem, por ser uma obra historicamente e demograficamente situada, inclusive abordando as mulheres suburbanas e desconsiderando a realidade das classes sociais, trouxe elementos interessantes quando descreveu o “problema sem nome” que afligia mulheres naquele momento.

isso, como a Proposta à Ementa Constitucional - PEC 241, que criou o Teto dos gastos públicos do Governo Federal por 20 anos e a Reforma Trabalhista aprovada em julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e afetou as conquistas sociais garantidas na Constituição Federal de 1988.

No tocante especificamente às políticas voltadas para as mulheres, sofreram igualmente profundas transformações. Muitas dessas mudanças representaram retrocessos em relação aos avanços obtidos nos governos anteriores. Logo ao assumir a presidência, Michel Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos[176], uma decisão que gerou indignação entre os movimentos de mulheres, feministas e de direitos humanos, que interpretaram essa decisão como uma expressão explícita de que essas temáticas não teriam prioridade em seu governo.

As políticas para as Mulheres passaram a se incorporar no Ministério da Justiça e Cidadania e a extinção do ministério foi vista como mais um enfraquecimento institucional, já que a nova configuração diluía a visibilidade dessas pautas. Nas palavras de Gonçalves e Abreu (2018, p. 764):

> Michel Temer deu posse a um verdadeiro machistério monocromático: todos os 24 ministros eram homens e brancos. Desde 1979, não se conhecia no Brasil um governo exclusivamente masculino. Tais indicações anunciavam uma grande reforma ministerial, em que as políticas para as mulheres, de promoção de igualdade racial e de direitos humanos, passaram a compor o Ministério da Justiça. As mulheres, [...] foram retiradas do alto escalão e também das políticas setoriais, ressurgiram quase exclusivamente nas páginas policiais.

Outra medida amplamente criticada foi a redução do orçamento destinado às políticas para as mulheres[177]. Houve uma significativa diminuição dos recursos financeiros, o que impactou diretamente a implementação e continuidade de programas essenciais. Sem financiamento adequado, muitas iniciativas importantes perderam eficácia e alcance, comprometendo o apoio necessário às mulheres. Também sobre os cortes no orçamento, discorrem Gonçalves e Abreu (2018, p. 765):

---

[176] Existia uma insatisfação do movimento de mulheres e feminista desde o governo Dilma, quando unificou as três pautas no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no entendimento do enfraquecimento institucional das políticas voltadas para as mulheres.

[177] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/03/temer-reduz-em-mais-da-metade-verbas-para-politicas-publicas-as-mulheres/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

> Ao longo de seu governo, as políticas para as mulheres sofreram duros cortes orçamentários. Em relação ao governo anterior, a redução foi de 61% à verba para o atendimento à mulher em situação de violência; a assistência teve uma queda de recursos de R$ 42,9 milhões para R$ 16,7 milhões; as verbas das políticas de incentive à autonomia das mulheres diminuíram 54% no orçamento. Ao reduzir drasticamente os recursos a estas políticas, o Estado acabou por sobrecarregar ainda mais as mulheres. O machistério de Temer também ficou visível no discurso em homenagem às mulheres no dia 08 de março de 2017, quando reduziu o papel das mulheres na sociedade a cuidar da casa, criar os filhos e fazer supermercado.

A gestão de Temer manteve o programa Casa da Mulher Brasileira, no entanto, a expansão e manutenção desses serviços enfrentou inúmeros obstáculos devido à redução de verbas e sua capacidade de operação foi severamente comprometida, afetando o atendimento às mulheres que necessitavam desses serviços. Em razão desses inúmeros problemas e descasos, o governo foi marcado por uma intensa mobilização dos movimentos feministas, que organizaram protestos e campanhas para chamar a atenção para o desmonte das políticas para as mulheres.

Os movimentos centravam as denúncias na retirada de direitos e o enfraquecimento das estruturas de apoio às mulheres. Essas mobilizações destacaram a importância de manter a vigilância e a pressão sobre o governo para garantir os avanços conquistados anteriormente. Foram constantes as mobilizações dos movimentos de mulheres no período, com diversas chamadas das principais organizações nacionais feministas para as ruas. Naquele período a rejeição ao governo se ampliava e o movimento Fora Temer tomava maior dimensão, com a “hashtag #ForaTemer. Em todas as manifestações de rua e nas redes sociais, as mulheres estavam presentes. (ROCHA *et al,* 2020).

Essa discussão sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e representatividade na política, sobretudo com os retrocessos do governo Temer, impulsionaram os movimentos de mulheres e feministas a fazer grandes discussões sobre o tema nesse período. Não por acaso, pautas sobre representação das mulheres nos espaços de poder e na política ganharam ainda maior visibilidade nesse período e maior incremento dos movimentos organizados de mulheres na defesa de maior participação, #MaisMulhereNaPolítica.

Aliando as críticas ao governo de Michel Temer às pautas importantes do processo eleitoral nacional, a articulação dos movimentos de mulheres contra a candidatura de Jair Bolsonaro apresentou muita força de organização naquele momento importante da conjuntura nacional. O necessário enfrentamento ao

conservadorismo, à extrema direita e ao fundamentalismo religioso era necessário, e foram as mulheres que conseguiram mobilizar o maior movimento do período:

> Em 2018, o #EleNão saiu das redes para as ruas e em 29 de setembro se constituiu na maior manifestação de mulheres da história do Brasil. Essa marcha congregou mulheres de diversos partidos na defesa da democracia. Caminhando pela cidade, de lilás, roxo, branco, vermelho essa multidão colorida trazia nas suas camisas, faixas, cartazes e gritos de ordem: EleNão. Ao dizer EleNão as mulheres se colocavam contra o fascismo, o racismo, o machismo, a homofobia e exaltava a diferença. O que essa manifestação política teve de singular foi o poder de juntar além de grupos feministas, mulheres de movimentos sociais, de diversos partidos e grupos de esquerda, levando também, para rua, torcidas organizadas de futebol, evangélicos e policiais. As manifestações correram o mundo e chegaram a Nova York, Lisboa, Porto, Paris, Londres, Barcelona, Berlim. (ROCHA *et al*, 2020, np).

Lamentavelmente o apelo das mulheres[178] não foi ouvido e, em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito com uma campanha em que houve permanentes ofensivas às mulheres, às negras/os, à população LGBTQIA+, aos povos e comunidades tradicionais, ataques às/aos defensoras/es dos direitos humanos e sociais. Desde então, a misoginia, a violência, as manifestações de racismo, o preconceito, a discriminação, as diversas formas de intolerância, dentre outras práticas de violências foram fortemente aprofundadas na sociedade, muitas vezes com a "permissividade" e estímulo das/os representantes que estiveram no governo federal no período que se estendeu de 2019 a 2022.

No próximo capítulo, apresento considerações sobre as políticas para as mulheres no governo de Bolsonaro, com ênfase na gestão da Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos com vistas a demarcar o caráter neofascista, ultraneoliberal e neoconservador do governo.

[178] É importante destacar que há análises que apontam que a mobilização do #ELENÃO garantiu a possibilidade do segundo turno, em 2018. Há setores de esquerda, por sua vez, que também analisam que a mobilização deu força à extrema-direita, defendendo recuo nas pautas. Mais sobre em: https://esquerdaonline.com.br/2023/09/30/5-anos-do-ele-nao-reflexoes-sobre-o-papel-do-movimento-feminista-na-luta-contra-o-neofascismo/. Acesso em: 15 jan. 2025.

3 O DESMONTE DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO GOVERNO BOLSONARO

“Quem você pensa que é pra dizer a alguém que pode parir
Onde ela deve ou não deve ir?
Quem você pensa que é pra dizer a alguém que sabe gerar
O que ela pode ou não falar?
Você sabe o que é Nazi?
Pesquisou pra opinar?
Ou só repetiu, feito papagaio, aquilo que ouviu por aí falar
É que as fêmeas da espécie querem espaço para exercer
O vasto potencial que nos foi tomado de ser
Respeite esse corpo que dele sai gente
Que sangra sem morrer
Respeite esse corpo, ele não lhe pertence[...]”
(Feminelza)
Letra: Elza Soares

Este capítulo apresenta de forma mais consistente os elementos que consideramos representar o desmonte das políticas para as mulheres no governo Bolsonaro. O texto está dividido três partes. A primeira parte discute os retrocessos provocados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) sob a liderança de Damares Alves, cujo papel foi fundamental na promoção de uma agenda ultraconservadora e nos retrocessos das políticas para as mulheres. Na segunda parte, o texto aborda os impactos concretos do projeto bolsonarista sobre o orçamento, em especial sobre as políticas para as mulheres, como a diminuição dos orçamentos para iniciativas de apoio às mulheres, a centralização na "família patriarcal" como eixo das políticas públicas, e o desmonte de programas e ações. Por fim, a última parte explora a resistência das mulheres ao governo Bolsonaro, destacando o movimento #EleNão e a campanha #ForaBolsonaro. A campanha, iniciada em 2018, teve forte adesão das mulheres, coletivos antirracistas e LGBTQIA+ e outros segmentos, e conseguiu mobilizar milhões de pessoas contra a eleição e reeleição de Bolsonaro.

Por se tratar do capítulo em que apresentaremos de forma mais sistematizada dados da pesquisa, consideramos pertinente retomar os procedimentos metodológicos trabalhados, visto que foram apresentados ainda na introdução. Dessa forma, no que se refere à pesquisa, com o objetivo de compreender como ocorreu a elaboração, o planejamento e a proposição das diretrizes das políticas para as mulheres naquele governo, além de recorrer aos documentos relativos aos projetos desenvolvidos pela SNPM/MMFDH e o Relatório Final da Equipe de Transição Governamental (2022), foram analisados: Relatórios de gestão, Planos Plurianuais (PPA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e dados extraídos do sistema Siga Brasil, referentes ao período de 2019 a 2022. Ainda como parte da pesquisa documental, foram coletadas informações em fontes institucionais como IBGE, IPEA, INESC, entre outros órgãos reconhecidos pela credibilidade, para ampliar o entendimento, reunir estudos e consolidar estatísticas sobre a situação das mulheres no país. Além disso, foram analisados materiais do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) para enriquecer a análise.

Também foram mapeadas as ações promovidas pelo MMFDH, com o propósito de identificar outras iniciativas direcionadas às mulheres, além das desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM). Para tal, os relatórios de gestão do Ministério foram investigados, buscando identificar a inserção de temas relacionados às mulheres em outras secretarias. Além disso, utilizamos ferramentas de análise estatística para mensurar a redução dos recursos destinados às políticas direcionadas às mulheres.

Essa análise foi realizada qualificando as funções orçamentárias relacionadas ao financiamento das iniciativas da SNPM/MMFDH e acompanhando os movimentos da subfunção "Direitos da Cidadania – direitos individuais, coletivos e difusos" no âmbito geral do Ministério. Ademais, foram estudados os mecanismos de ajuste fiscal aplicados no orçamento público federal, destacando seus impactos sobre essas políticas.

No que concerne aos dados, foram levantados dois tipos: o primeiro, identificado como primário, sem tratamento prévio pelas fontes originais, e o segundo, composto por informações secundárias já analisadas. Os dados primários foram extraídos do SIGA Brasil, uma plataforma de acesso ao orçamento público federal, com atenção ao painel de especialistas e às emendas parlamentares. Os dados secundários foram obtidos em relatórios analíticos sobre políticas públicas para as

mulheres no período, como o Relatório do GT Mulheres de Transição (2022) e os estudos do INESC sobre o orçamento, especialmente em relação às políticas voltadas às mulheres. Também foram utilizados documentos como o Relatório Resumido de Execução Orçamentária da União e materiais produzidos pela Auditoria Cidadã da Dívida.

Os métodos empregados para coleta e análise foram cruciais para avaliar a execução orçamentária. A pesquisa no SIGA Brasil considerou anos fiscais encerrados e utilizou métricas de valores autorizados e pagos, abrangendo etapas como o empenho (compromisso formal de gasto pelo governo) e pagamentos efetivos, incluindo restos a pagar. Para garantir a comparabilidade, os valores foram ajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), assegurando equivalência de poder de compra entre 2019 e 2022.

A análise das emendas parlamentares considerou tanto o ano de apresentação quanto o de execução, possibilitando uma avaliação detalhada do fluxo de recursos nos exercícios fiscais correspondentes. Isso permitiu identificar como as emendas complementaram o financiamento das políticas diante do esvaziamento orçamentário da SNPM, evidenciando direcionamentos ideológicos na alocação de recursos.

A partir desses dados, foram criados gráficos para ilustrar o desmonte da Unidade Orçamentária em relação às políticas para as mulheres. Comparações foram feitas entre os últimos anos do governo Dilma Rousseff e o comportamento orçamentário durante o governo Bolsonaro, destacando as diferenças entre os gastos autorizados e os valores advindos de emendas parlamentares. O objetivo foi evidenciar os fatores que resultaram no enfraquecimento das políticas para as mulheres, considerando o desfinanciamento e as diretrizes político-ideológicas que sustentaram essas políticas, reforçando o modelo da família patriarcal e um único padrão de mulher nos anos do governo Bolsonaro.

Para aprofundar a análise das orientações político-ideológicas, foram pesquisados conteúdos públicos sobre o MMFDH, as políticas para as mulheres e a atuação da ministra Damares Alves durante sua gestão. Essas informações foram coletadas em materiais de imprensa, incluindo portais, jornais e revistas etc. Esse consolidado apresento a partir de agora.

3.1 **Os perigos de ser mulher no Brasil de Bolsonaro e Damares: desmonte, família patriarcal e fundamentalismo religioso**

Avaliamos que a presença de Damares Regina Alves pelo período de janeiro de 2019 a março de 2022[179] à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH[180], merece uma referência particular, pois *sua persona* e todo o arcabouço político-ideológico que representou, expressou um grande retrocesso na história de conquistas de lutas das mulheres. Ela fez questão de personificar todo o atraso pelo qual passariam os direitos conquistados e o desmonte das políticas para as mulheres.

Consideramos que o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos funcionou como uma espécie de "quartel general" do pensamento ideológico do governo Bolsonaro. Por essa razão, a ministra, mesmo ocupando uma pasta com pequeno recurso teve importante atuação no dentro do governo[181]. Um lugar que concentrava, articulava e mobilizava grupos de extrema-direita, membros próximos à *opus dei,* fundamentalistas evangélicos e ONGs que se beneficiaram do dinheiro público para fazer o trabalho da igreja.

Em sua gestão, a política de promoção de igualdade racial foi completamente desmontada e houve a criação do Programa "Proteção à Vida, Fortalecimento da

---

[179] Com a saída de Damares Alves, Cristina Britto tomou posse como ministra em 31/03/2022, ocupando o cargo de Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres no MMFDH desde o início da gestão de Bolsonaro, manteve o mesmo direcionamento político-ideológico de sua antecessora. Disponível em: <Cristiane Britto toma posse como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (www.gov.br)>. Acesso em: 21 out. 2024.

[180] No livro "Tormenta" O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos, Thaís Oyama (2020), revela detalhes sobre o governo de Bolsonaro. A autora relata que a indicação de Damares Alves para compor o governo teve mais de um patrono: " Ainda na transição, o hoje deputado Julian Lemos, naquele tempo ligado ao grupo Direita Paraíba, sugeriu para a pasta o nome da pastora evangélica – ele a conhecera em 2015 quando ela era assessora do senador do PR – atual partido Liberal – Magno Malta. A favor da candidata, Lemos argumentou junto a Bolsonaro que 'Damares, além de boa, tem uma filha índia'. [...] Flávio Bolsonaro já havia endossado o nome de Damares, mas depois da vitória do ex-capitão, a pastora ganhou outro apoio importante do clã presidencial: a primeira-dama, a também evangélica Michelle, que a conhecera quando ambas eram funcionárias do Congresso." (OYAMA, 2020, p. 24 – 25).

[181] A matéria de André Shalders para a BBC News em 03 de setembro de 2020 "Como Damares Alves saiu de ministra 'periférica' a figura central do bolsonarismo", explicita alguns elementos: "Segundo analistas, assessores e políticos ouvidos pela BBC News Brasil, a força de Damares está ligada à habilidade da ministra para capitalizar politicamente com pautas que mobilizam a militância bolsonarista — como o combate à pedofilia e à chamada ideologia de gênero, por exemplo." Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53980530>. Acesso em: 21 out. 2024.

Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para todos", alterando completamente as referências com que vinham sendo tratadas essas políticas, inserindo uma conotação fundamentalista e conservadora.

Não posso deixar de mencionar o papel importante de articulação exercido por Damares junto a outros ministérios, muitas vezes com ação mediada através da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos – ANAJURE[182], para o incentivo ao desmonte de pautas, acordos e políticas de direitos para as mulheres e direitos de LGBTQIA+, passando a compor internacionalmente, no campo das relações exteriores, com o grupo dos países que mais violam os direitos humanos[183]. Os Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, da Saúde e da Educação foram os que tiveram bastante interface, sobretudo os dois últimos, com pautas como o aborto e em torno de uma propalada "ideologia de gênero".

Por inúmeras vezes foi feita a aproximação entre a ex-ministra Damares Alves e a personagem Tia Lydia, de *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood. Essa relação pode ser traçada através de suas posições como defensoras de um sistema patriarcal

[182] Entidade que Damares Alves ajudou a criar, esteve muito presente durante todo o governo Bolsonaro de várias maneiras, da influência permanente no Itamaraty à indicação do ministro André Mendonça. Consta na sua Declaração de princípios: "A ANAJURE e seus associados subscrevem e afirmam, peremptoriamente, a seguinte declaração de princípios cristãos fundamentais: Reconhecemos que o Senhor Jesus Cristo é a revelação de Deus, testificada em nossos corações pelo Espírito Santo de Deus. Reconhecemos que a Bíblia é a Palavra de Deus, divinamente inspirada, inerrante, infalível, verdadeira, sendo ela nossa única regra de fé e conduta. Por assim ser, como juristas evangélicos nos comprometemos a viver em santidade, buscando a irrepreensibilidade diante dos homens e das autoridades – eclesiásticas e seculares – que o Senhor estabeleceu sobre nós, estando, necessariamente, vinculados a uma igreja local e, por conseguinte, submisso a autoridade pastoral. Da mesma forma, como juristas evangélicos nos comprometemos a batalhar diligentemente pela fé que uma vez por todas foi dada aos santos, a fé cristã. Comprometemo-nos também a defender as liberdades civis fundamentais, em especial, a liberdade religiosa e de expressão e a amparar os vulneráveis e perseguidos da sociedade. Por fim, comprometemo-nos a desempenhar nosso serviço, como juristas evangélicos, de modo a glorificar ao Senhor Jesus, a edificar e auxiliar a Igreja e a proclamar os valores ínsitos à fé cristã no Brasil e no mundo." Disponível em: https://anajure.org.br/missao-objetivos-e-declaracao-de-principios/. Acesso em: 05 ago. 2024. Durante o período mais crítico da pandemia, a ANAJURE foi responsável por mobilizar ações, tentando evitar a proibição de cultos, abrindo três processos no Supremo Tribunal Federal - STF em meio às medidas de restrições para controle da pandemia nos estados. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/04/07/associacao-de-evangelicos-monta-forca-tarefa-para-evitar-proibicao-de-culto.htm. Acesso em: 05 ago. 2024.

[183] Posso citar a Liga dos Estados Árabes, a Organização da Conferência Islâmica, como exemplos que baseiam suas relações consideradas antidemocráticas e violentas. Mais sobre o assunto, buscar BARBOSA; HERNANDEZ (2022) Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias". Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/325. Acesso em: 15 jun. 2023.

que restringe a autonomia feminina sob uma perspectiva religiosa e moralista. A personagem Tia Lydia supervisiona e doutrina as Aias para aceitarem uma condição de subordinação ao regime totalitário de Gilead, justificando suas ações como necessárias para o bem das mulheres e da sociedade. Utiliza uma retórica de proteção e ordem para defender a opressão, criando um discurso de que as mulheres são mais felizes e seguras ao cumprirem seus "deveres naturais".

De maneira semelhante, Damares Alves, como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, promoveu uma visão conservadora de sociedade que defende a família patriarcal e o retorno aos papéis tradicionais de gênero. Seu discurso frequentemente recorre à proteção das crianças e das mulheres, argumentando que o feminismo e a igualdade de gênero seriam ameaças aos valores cristãos e à família. Assim como Tia Lydia, Damares utiliza uma linguagem que aparenta ser de cuidado e proteção, mas que acaba reforçando a subordinação e limitando os direitos das mulheres.

A figura de Tia Lydia como uma mulher que reforça o patriarcado por meio da doutrinação e da repressão, ressoa com as posições de Damares Alves, que busca ativar políticas públicas e comportamentos sociais dentro de uma visão religiosa neoconservadora e fundamentalista. Ambas acabam desempenhando papéis contraditórios enquanto mulheres que apoiam e promovem estruturas que limitam as liberdades de outras mulheres.

A associação de Damares Alves com a personagem tia Lydia, ainda que um ato ficcional, não é impedimento para tratar do que vivenciamos no Brasil de Bolsonaro e Damares Alves, pelo contrário, é inspiração. A distopia apresentada revela um mundo em que a religião foi levada à termo. Essa história é ficção, mas a relação não foi mera coincidência, por isso acaba tornando-se necessário saber quem é a pastora evangélica tão similar à vilã do *Conto da Aia*, que reproduz frases absurdas sobre a relação Estado e religião.

Nascida no dia 11 de março de 1964, no Paraná, mudou-se ainda criança para o Nordeste, vivendo na Bahia, em Sergipe, em Alagoas e em São Carlos/SP. Seu pai era pastor evangélico da Igreja do Evangelho Quadrangular e foi fundador de muitos templos em todo o Brasil. Em razão dessa influência paterna, Damares também se tornou pastora dessa igreja, bem como da Igreja Batista da Lagoinha. Formou-se em Direito e na sua formação havia se apresentado como mestra em educação, direito

constitucional e direito da família. Contudo, pesquisas apresentam que ela nunca concluiu nenhum mestrado[184].

Em 1995, Damares se filiou ao recém-criado Partido Progressista - PP. E em 1999, mudou-se para Brasília para trabalhar como auxiliar parlamentar de pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular como assessora jurídica, articulando-se com diversos gabinetes. De 2015 a 2018, foi assessora do senador Magno Malta do Partido Republicano, uma das principais figuras da “Bancada da Bíblia”[185], de onde saiu para assumir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH.

Ao ser anunciada como futura ministra em um Ministério que abarcaria a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, acusações de indigenistas vieram a público sobre possível incitação ao ódio, tráfico e exploração sexual contra indígenas. Damares é uma das fundadoras da ONG Atini – Voz pela vida com atuação junto à população indígena.

Em 2016 a ONG foi investigada pela Polícia Federal sob acusação de exploração sexual e tráfico indígena. De acordo com a matéria da Carta Capital, de 15 de dezembro de 2018: “A acusação é de que a ONG teria usado um falso apelo humanitário – que é a morte de crianças indígenas – para prover tráfico e exploração sexual. ”.[186] À época, Damares declarou estar sendo "vítima de perseguições" por se posicionar contra a prática do infanticídio indígena em aldeias no Brasil.

Esse problema teve início quando o Ministério Público Federal - MPF do Distrito Federal entrou com uma ação contra a ONG Atini, solicitando que parassem de veicular um vídeo documentário intitulado "Hakani - A história de uma sobrevivente".

---

[184] Matéria da Folha de São Paulo: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/sem-diploma-damares-ja-se-apresentou-como-mestre-em-educacao-e-direito.shtml.

[185] Segundo Oyama (2020, p. 98- 99), na escolha para compor a chapa com Bolsonaro na vice-presidência “o plano A do ex-capitão era o senador Magno malta, da bancada evangélica do PR. Malta, depois de aceitar a missão voltou atrás. No final de março de 2018, disse que ficava honrado com o convite para compor a chapa com ele, mas abriria mão do privilégio por julgar que seria mais útil no Senado – como líder ou mesmo presidente da Casa. O anúncio oficial de sua desistência foi feito em julho. No círculo familiar e de amigos íntimos de Bolsonaro, a recusa caiu mal – sugeria que o senador não estava convencido da vitória. Ao final, porém quem não se elegeu foi ele. Além de ficar sem mandato, também perdeu a chance de ganhar um cargo no governo – havia sido cotado para assumir o que inicialmente se chamaria “Ministério da Família” e que, ao final, virou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assumido por sua ex-assessora Damares Alves. Pouco antes das eleições, Malta separou-se da mulher, a deputada federal e cantora gospel Lauriete, que o acusou de traição. Evangélica como a primeira-dama, a deputada contou com a solidariedade de Michelle, que vetou o ingresso de Malta no governo, ele próprio ex-pastor evangélico. ”

[186] Matéria disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/damares-alves-e-fundadora-de-ong-acusada-de-trafico-de-criancas/. Acesso em: 11 ago. 2024.

Segundo o MPF, o filme objetivava "chamar atenção acerca do tema 'infanticídio indígena' e legitimar as ações missionárias no interior das comunidades indígenas". A Justiça do Distrito Federal determinou, em outubro de 2017, a retirada do filme de todos os lugares e a proibição da exibição.[187]

Em 2019 também veio a público a denúncia de sequestro de uma criança Kajutiti Lulu Kamayurá, à época com 6 anos, da aldeia Karamura no Xingu, que Damares se refere como sua filha adotiva, ainda que não tenha formalizado o processo. A informação noticiada é de que à época a criança teria sido retirada da aldeia por outra pessoa da ONG para tratamento dos dentes e não retornou. A ex-ministra, através de nota, informou que a família permaneceu com contato com a criança, fato que foi questionado por parentes à época.

Em matéria publicada por El País Brasil, de 31 de janeiro de 2019 consta, dentre outros, o depoimento da avó paterna Tanumakaru, que era responsável pela criação da menina antes de ser levada por Márcia Suzuki, que se apresentou como missionária em um processo de evangelização[188]: “Chorei, e Lulu estava chorando também por deixar a avó. Márcia levou na marra. Disse que ia mandar de volta, que quando entrasse de férias ia mandar aqui. Cadê? Segundo ela, em nenhum momento foi dito que Lulu não retornaria mais para a aldeia.”[189]

Damares expôs ter sofrido abusos sexuais na infância por dois pastores, um que ficou hospedado em sua casa e outro que frequentava.[190] E a despeito de todas

---

[187] Matéria disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/10/interna_politica,1012039/fundacao-criada-por-damares-alves-afirma-que-e-vitima-de-perseguicoes.shtml. Acesso em: 11 ago. 2024.

[188] A terceira onda de evangelização iniciada nos anos 2000 é bastante complexa. Fere o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”. Outro aspecto importante a ser discutido é a evangelização e seus projetos missionários serem aceitos como única saída em função da necessidade e carência dos povos indígenas esquecidos pelo governo. Abrir terreno para a igreja de forma generalizada é também abrir espaço para projetos de mineração, extração desordenada, dentre outras formas de exploração em terras demarcadas ou que deveriam ser protegidas, passando por cima de preceitos constitucionais de proteção de terras e garantias de direitos. Mais notícias disponíveis em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/21/intolerancia-religiosa-e-estrategia-para-dominar-territorios-indigenas. Acesso em: 12 ago. 2024.

[189]Matéria disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/31/politica/1548946667_235014.html. Acesso em: 12 ago. 2024.

[190] Damares relatou que aos 10 anos, convencida de que seria culpada pelos abusos que sofria, teria subido em uma goiabeira decidida a se matar. Naquele momento teria visto a imagem de Jesus, que

as questões que envolveram o seu relato, esse tema deve ser tratado com a seriedade que requer casos de pedofilia, pois violências e abuso infantil são extremamente comuns e acontecem dentro de casa. A violência doméstica a qual nos referimos acomete muitas crianças e adolescentes. Também em razão dessas informações é ainda mais preocupante todos os elementos trazidos por Damares.

Durante sua permanência no governo à frente do MMFDH, Damares Alves acumulou falas polêmicas que muitos tratavam como jocosas e/ou cortina de fumaça. Como já comentamos anteriormente, nossa opinião é que compunha uma proposta de difusão ideológica. Na seção comportamento do Portal *Isto É*, a matéria "*Damares Alves, a ministra de Bolsonaro que vê a vida em cor de rosa*" contém fragmentos de falas da ministra naquele período. Dentre elas, enfatiza um trecho do seu discurso no Dia Internacional da Juventude, em 16 de agosto de 2019, em Brasília, em que recomendou às/aos jovens para que "meninos vistam azul, e meninas, rosa." Perguntada sobre, a explicação de Damares foi: "Eu disse isso para fortalecer a família, sem ideologia".

Obviamente que essa questão virou pauta de discussão nas redes sociais, "*memes"* e fantasia de carnaval. Contudo, não podemos deixar de sopesar o sentido ideológico de afirmar papéis de gênero historicamente construídos sobre homens e mulheres. Ainda na mesma matéria, é possível encontrar: "Terrivelmente cristã", ferozmente hostil ao aborto "mesmo em caso de estupro" e às ativistas feministas, esta ultraconservadora está em uma cruzada este mês contra a violência contra as mulheres, à frente de um ministério muito amplo. (ISTO É, REPORTAGEM, 2019).[191]

A cruzada de Damares contra o abordo foi ainda mais cruel, pois em nome do fundamentalismo religioso e da defesa de seus dogmas, não teve escrúpulos de poupar uma criança em situação de estupro[192] e lhe assegurar o direito ao aborto

a dissuadiu de cometer tal ato. Disponível em: https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/12/18/entrevista-damares-alves-abusos-sexuais.htm. Acesso em: 05 de ago. 2024.

[191] Reportagem disponível em: < https://istoe.com.br/damares-alves-a-ministra-de-bolsonaro-que-ve-a-vida-em-cor-de-rosa/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

[192] A matéria "Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos" demarca a operação criminosa realizada naquela circunstância. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 12 ago. 2024.

legalmente previsto em lei no Brasil[193]. A retórica de Damares Alves e Bolsonaro sobre o aborto era fortemente alinhada com sua base de apoio evangélica e católica mais conservadora. Expressavam a defesa da "vida desde a concepção"[194] e rejeitavam qualquer forma de ampliação dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Isso se refletia em suas alianças com grupos religiosos, que pressionavam por uma legislação ainda mais restritiva.

Durante sua campanha presidencial e ao longo de seu mandato, Bolsonaro fez promessas de que não aprovaria nenhuma medida que facilitasse o aborto e que defenderia uma política "pró-vida". Essa postura conservadora foi fundamental para manter sua base eleitoral, mas também gerou críticas por ignorar os direitos das mulheres e os problemas de saúde pública. A posição restritiva do governo Bolsonaro em relação ao aborto não apenas tentou bloquear avanços na legislação, mas também agravou questões de saúde pública.

Durante o governo, o Brasil continuou a ter altos índices de abortos clandestinos, uma realidade que afeta principalmente mulheres pobres racializadas. Na obra *Mulheres, raça e classe*, Davis (2016) ao tratar sobre o número elevado de mortes de mulheres negras e porto-riquenhas causadas por abortos ilegais nos Estados Unidos, nos anos de 1970, nos adverte que:

> Quando números tão grandes de mulheres negras e latinas recorrem a abortos, as histórias que relatam não são tanto sobre o desejo de ficar livres da gravidez, mas sobre as condições sociais miseráveis que as levam a desistir de trazer novas vidas ao mundo. As mulheres negras têm autoinduzido abortos desde a escravidão. Muitas escravas se recusaram a trazer crianças a um mundo de trabalho forçado interminável, em que correntes, açoites e o abuso sexual de mulheres eram as condições da vida cotidiana. (DAVIS, 2016, p. 207).

A criminalização do aborto, combinada com a falta de acesso a cuidados de saúde reprodutiva adequados, contribui para a perpetuação de desigualdades, violências e mortes de mulheres no país. Assim, concordamos com a autora quando

---

193 É importante destacar que o país tem uma legislação ainda bastante restritiva em relação à prática do aborto. Atualmente, ele só é permitido em três situações específicas, conforme estabelecido pelo Código Penal de 1940 e decisões subsequentes: 1. Casos de risco à vida da gestante (Art. 128, inciso I do Código Penal); 2. Gravidez resultante de estupro (Art. 128, inciso II do Código Penal); 3. Anencefalia (Decisão do STF em 2012). A última decisão significativa foi proferida em setembro de 2023, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento de uma ação que visa descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gestação.

194 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/fevereiro/brasil-reafirma-posicao-de-defesa-da-vida-desde-a-concepcao>. Acesso em: 09 ago. 2024.

analisa que o “[...] o controle da natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres.” (DAVIS, 2016, p.205).

A ex-ministra atuou por anos contra a laicidade do Estado, propondo projetos contra os direitos sexuais e reprodutivos. Desde antes de se tornar ministra, sua atividade já consistia em assessorar parlamentares fundamentalistas, tendo como estratégia histórica a subordinação das leis à bíblia, e defendendo pautas a partir da fundamentação bíblica cristã. Não por acaso, teve uma atuação forte nas relações internacionais vinculadas a estados teocráticos.

Em 2019, a delegação do Brasil votou contra a resolução sobre a saúde reprodutiva das mulheres no Conselho de Direitos Humanos da ONU, unindo-se à regimes teocráticos islâmicos, como a Arábia Saudita, países extremamente opressores em matéria de gênero.[195]

> Um Brasil disposto a esvaziar a instituição. Um Brasil que, sob as ordens da ministra Damares Alves, luta de forma deliberada para limitar o direito das mulheres, romper consensos estabelecidos nos últimos 25 anos sobre gênero, vetar referências ao direito à educação sexual e à saúde reprodutiva. Sempre com o argumento de que tais referências abririam uma brecha para legalizar o aborto. [...]. Ao comemorar os 75 anos da Carta das Nações Unidas, parte da comunidade internacional não deixa de prestar suas homenagens ao papel de uma brasileira. Mas, nos bastidores, alerta que a reviravolta ocorrida na política externa do Brasil é a prova de que a luta por direitos deve ocorrer todos os dias. Uma prova de que não há nada garantido. Uma prova de que o risco de se desmontar liberdades é permanente. (CHADE, 2020).

Para esse grupo fundamentalista, o importante é a defesa dos valores e princípios religiosos e do conservadorismo, em detrimento de qualquer possibilidade de acesso aos direitos. Prova disso foi a equipe articulada por Bolsonaro e Damares para compor cargos MMFDH. Impressiona a formação dos altos escalões do Ministério, que aglutina uma pluralidade de sujeitos que representam as novas composições de poder entre os grupos de elites, desde as católicas tradicionais até as “novas” elites[196]. Dos vários perfis, muitas/os conservadoras/es e poucos técnicos.

---

[195] Sobre esse assunto ver “Bolsonaro não adere a declaração da ONU pelo direito das mulheres”. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/607397-bolsonaro-nao-adere-declaracao-da-onu-pelo-direito-das-mulheres. Acesso em: 09 ago. 2024.

[196] Gerardi e Espinoza (2017, p. 2) afirmam que na América Latina “o cenário demonstra a emergência de novas elites, originadas do ativismo político, movimentos sociais, elites profissionais e religiosas: elite chola da Bolívia e Peru, os boliburgueses na Venezuela, a elite sandinista da Nicarágua, a elite parlamentar evangélica do Brasil etc.”

Apresento abaixo um quadro da composição do MMFDH no período da saída de Damares Alves para concorrer ao Senado, em 2022.[197]

Tabela 1 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH
Subdivisões das secretárias, ações e áreas de atuação

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres	Secretária: Cristiane Britto
Ações	1. Plano Nacional de Enfrentamento a Feminicídio (PNEF) 2. Programa Mulher Segura e Protegida 3. Maria da Penha vai à escola 4. Qualifica mulher 5. Mais mulheres no poder 6. Meninas nas ciências exatas, engenharias e computação 7. Mães unidas
Secretaria Nacional da Família	Secretária: Ângela Gandra
Ações	1. Estratégia Nacional de Fortalecimento de vínculos familiares 2. Reconecte 3. Famílias fortes 4. Família na Escola 5. Acolha a vida 6. Programa equilíbrio trabalho-família
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretário: Maurício José Silva Cunha
Ações	1. Programa Nacional de prevenção ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência 2. Equipagem para conselhos tutelares

[197] Informações disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em: 10 out. 2021.

	3. Promoção de direitos de crianças e adolescentes com acondraxia ou nanismo 4. Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA 5. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM 6. Programa criança protegida 7. Centro de atendimento integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência 8. Pacto interfederativo para redução da letalidade em crianças, adolescentes e jovens 9. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE 10. Fóruns nacionais 11. Escola de socioeducação
Secretaria Nacional da Juventude	Secretária: Emilly Coelho
Ações	1. Programa Horizontes 2. Programa ID Jovem 3. Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE 4. Prêmio inovação em políticas públicas de juventude 5. Delivery solidário 6. BRICS 7. Sistema de seleção unificada – SISU
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Secretário: Antônio Fernandes Toninho Costa
Ações	1. Pacto Nacional dos direitos da pessoa idosa 2. Estratégia Brasil amigo da pessoa idosa 3. Programa Viver – envelhecimento ativo e saudável

	4. Equipagem dos conselhos de direitos da pessoa idosa 5. Auxílio Emergencial ILPIs – Lei 14.081/20 6. Cadastramento das Instituições de Longa Permanência para idosos (ILPI) 7. Sistema de informações sobre programas e ações (em construção).
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Secretário: Cláudio Panoeiro
Ações	1. Avaliação Biopsicossocial da deficiência 2. Cadastro Inclusão da pessoa com deficiência 3. Suíte Vibras 4. Programa turismo acessível 5. Centrais de Interpretação de Libras 6. Crédito BB acessibilidade 7. Plano nacional de tecnologia assistida 8. Formação em Direito das pessoas com deficiência 9. Disque 100 – doenças raras 10. Atende libras 11. Pensão especial por isolamento e internação compulsórios de Hanseníase
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	Secretário: Paulo Roberto
Ações	1. Política Nacional de promoção da igualdade racial 2. Sistema nacional de promoção da igualdade racial – SINAPIR 3. Cadastro Nacional de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial – CadPIR 4. Política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e - comunidades tradicionais

5. Programa Brasil Quilombola
6. Sistema de monitoramento de políticas étnico-raciais (em construção)
7. Plano de enfrentamento da pandemia COVID-19 para povos e comunidades tradicionais

Fonte: Informações coletadas na página do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH). Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas >. Acesso em: 10 out. 2021.

A maior parte das/os secretárias/os que ocuparam cargos no MMFDH foi composta por evangélicas/os ou católicas/os militantes, envolvidas/os na defesa de pautas "cristãs" e no combate dos direitos LGBTQIA+ e aborto[198], como exemplificaremos a seguir, tratando de alguns desses nomes.

Em matéria noticiada pelo MMFDH no início da gestão, as ações com o escopo de proteger as pessoas de forma mais ampla, comporiam a Secretaria Nacional de Proteção Global, inicialmente sob a responsabilidade do procurador da Fazenda Nacional e pastor evangélico, Sergio Augusto de Queiroz. Considerando o perfil ideológico que marcou essa estrutura ministerial, não causou estranhamento que tenha ficado sob a responsabilidade do pastor-procurador temas relacionados às vítimas de violações de direitos e à população LGBTQIA+, conforme notícia veiculada pelo MMFDH, em 02 de janeiro de 2019.[199]

As ações listadas abaixo não dispunham de um/a secretaria/a responsável à época da constituição desse quadro.

- **Mortos e desaparecidos políticos**

Sem ações disponíveis.

[198] Sobre a composição do MMFDH, Grigori (2019) publicou reportagem especial na Pública – Agência de Jornalismo Investigativo intitulada " Missionários, cristãos, 'antifeministas': como é o novo Ministério de Direitos Humanos comandado por Damares Alves. Disponível em: <https://apublica.org/2019/01/missionarios-cristaos-antifeministas-como-e-o-novo-ministerio-de-direitos-humanos-comandado-por-damares-alves/>. Acesso em: 21 out. 2024.

[199] "Sem perdas para comunidade LGBTQIA + - O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos informa que a atual Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, anteriormente constante como órgão da Secretaria Nacional de Cidadania, será mantida, com a mesma estrutura, na Secretaria Nacional de Proteção Global. [...] A secretaria nacional de Proteção Global, a antiga secretaria de Cidadania, tem um escopo de guardar e proteger as pessoas de uma maneira mais ampla possível." Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/janeiro/damares-alves-toma-posse-como-ministra-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos-do-governo-bolsonaro. Acesso em: 09 ago. 2024.

- **Registro civil de nascimento**

Ações: Programa de fomento à implantação de unidades interligadas e Semana nacional de mobilização para o registro civil de nascimento e documentação básica.

- **População em situação de rua**

Ação: Moradia primeiro.

- **Pessoas em situação de trabalho escravo e tortura**

Ações:

1. Prevenção e combate à tortura e violência institucional;
2. Pacto federativo pela prevenção e combate à tortura;
3. Sistema nacional de prevenção e combate à tortura;
4. Curso EAD —Prevenção e proibição da tortura;
5. Encontro Nacional de comissões estaduais para erradicação do trabalho escravo;
6. Fluxo nacional de atendimento às vítimas do trabalho escravo.

- **"LGBT"**

Sem ações disponíveis.

- **Vítimas de violações de direitos**

Ações: Ouvidoria nacional dos direitos humanos; Ouvidoria Itinerante e Política para vítimas de crimes.

- **Pessoas desaparecidas**

Ação: Política Nacional de busca de pessoas desaparecidas.

Um dos nomes mais problemáticos que compunham o MMFDH era Ângela Vidal Gandra Martins[200], que teve participação muito atuante contra os direitos das

[200] Ângela Gandra é doutora em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora da Universidade Presbiteriana. Filha de Ives Gandra Martins, um jurista conservador, que juntamente com seu irmão, Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho do Brasil são vinculados à Opus Dei. (DAL PIVA, 2021). "*Opus Dei*", do latim "obra de Deus", é uma instituição da Igreja Católica fundada em 1928 pelo sacerdote espanhol Josemaría Escrivá de Balaguer, que apresenta como objetivo promover "a santificação da vida cotidiana", incentivando seus membros a buscarem a excelência espiritual por meio de suas atividades profissionais e obrigações diárias, independentemente de sua ocupação ou estado civil. Em 1982, o Papa João Paulo II concedeu à Opus Dei o status de *Prelazia Pessoal*, o que significa que ela está sob a autoridade direta do Papa, e seus membros estão sujeitos a um prelado (um bispo da Opus Dei) em vez de uma diocese local. Isso lhe dá certa autonomia em relação às estruturas diocesanas da Igreja. Além do posicionamento ultraconservador, há críticas referentes ao seu suposto secretismo, práticas de recrutamento rigorosas e a influência política. Foi apoiadora da ditadura do General Franco e de movimentos fascistas na Irlanda e na Croácia. Informações sobre a missão,

mulheres ao aborto no Brasil e no Mundo. A ex-secretária da família, operou inclusive no processo em que a Suprema Corte dos Estados Unidos reviu a prerrogativa jurídica que viabilizava o aborto regulamentado no país. Ela foi designada como integrante do grupo de 19 brasileiras/os listados no processo como "*amicus curiae*"[201], com a função de municiar subsídios e embasamento às decisões do tribunal. Ao todo, a Corte americana consultou 141 "estudiosos do Direito, incluindo ex-juízes e funcionários da Justiça, reitores e professores de faculdades", conforme matéria veiculada em junho de 2022.[202]

Ainda sobre a atuação internacional ativa de articulação de políticas de base fundamentalista e de retrocesso aos direitos das mulheres, Ângela Gandra viajou em outubro de 2020, em período crítico da pandemia de covid-19, para prestar pessoalmente seu apoio em Varsóvia - Polônia, à decisão de maior restrição aos casos de aborto no país.

> Com despesas pagas pelo Instituto Ordo Iuris, uma das organizações ultraconservadoras privadas mais influentes naquele país, Gandra participou de eventos e se reuniu com membros do governo local e políticos. [...]. No escritório da Ordo Iuris, em Varsóvia, Angela Gandra não apenas debateu o aborto, mas também manteve reuniões diplomáticas com representantes do governo polonês. [...] O encontro também teve a presença de funcionários do Ministério da Família daquele país. Questionada sobre o encontro, Gandra disse apenas que "o tema (da reunião) foi políticas públicas familiares".(DAL PIVA, 2021).[203]

Brasil e Polônia se aliaram naquele período à Hungria e Estados Unidos, com o interesse de efetivar políticas contra as discussões sobre gênero, aborto e educação sexual em fóruns na Organização das Nações Unidas. Na cúpula da ONU em Nairóbi - Quênia, em novembro de 2019, o grupo se organizou e garantiu a remoção do texto "saúde e direitos sexuais e reprodutivos" da posição da ONU, sob a argumentação de que poderia ser utilizada ativamente na promoção de práticas como de aborto. Esses

---

história, estrutura, e atividades da Opus Dei em português, assim como publicações e documentos oficiais então disponíveis em sua página: https://opusdei.org/pt-br/. Acesso em: 09 ago. 2024.

[201] "O *amicus curiae* – do latim, "amigo da corte" ou "amigo do Tribunal" – é um tipo de intervenção de terceiros prevista [...], dentre outros dispositivos legais. O *amicus curiae* é, portanto, uma entidade ou pessoa com algum tipo de saber, de legitimidade ou representatividade, que a torne capaz de auxiliar a corte em um processo." Disponível em: https://www.projuris.com.br/blog/amicus-curiae/. Acesso em: 10 ago. 2024.

[202] Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/06/epoca-negocios-secretaria-da-familia-do-governo-bolsonaro-atuou-em-decisao-contra-aborto-nos-eua.html>. Acesso em: 09 de ago. 2024.

[203] Matéria completa disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/02/23/damares-angela-gandra-aborto-polonia.htm>. Acesso em: 09 de ago. 2024.

países também participavam, desde 2018, de um programa chamado "Parceria para as Famílias", uma aliança cujo "objetivo é promover a família e a política pró-família no cenário internacional". (DAL PIVA, 2021). Essa atuação está explícita no Relatório de Gestão do MMFDH de 2020.

> Participação do Brasil, em conjunto a outros 34 países, na Declaração Consensual de Genebra, iniciativa que representa o compromisso articulado de um conjunto de nações que defendem a importância da proteção da vida e da promoção da saúde das mulheres, ao mesmo tempo em que reforçam o papel da família como unidade fundamental da sociedade a ser protegida e amparada pelo Estado. Ao enfatizar o caráter inalienável do direito à vida, o documento internacional não busca incorporar novas regras ao Direito Internacional, nem revogar as vigentes; Apresentação da iniciativa "Partnership for Families" na 58º Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social – CDSoc da ONU, juntamente a Hungria, Polônia e os Estados Unidos da América, que objetiva aumentar a atenção e promover políticas de proteção às famílias. (BRASIL, 2021, p.18).

O slogan utilizado por Ângela Gandra era, inclusive, "parcerias para a família" enquanto uma iniciativa de países para mobilizar ações conjuntas "de desenvolvimento de políticas públicas de apoio às famílias". Contudo, as ações visavam reforçar uma frente conservadora internacional, principalmente contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Segundo Juliana Dal Piva (2021):

> [...]durante sua estadia na Polônia, a secretária participou virtualmente de um evento no Brasil, onde falou o que, de fato, significa o "Partnership for families". No Seminário Virtual, promovido pela Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto em Defesa da Vida no Brasil, Angela declarou que: "A secretaria da família propôs a 'Partnership for families' e o Ministério das Relações Exteriores (do Brasil) assumiu esse trabalho também junto à missão de Nova York, e a partir da família nós queremos defender a vida e a mulher. Lançamos juntos no dia 22 de outubro o consenso de Genebra para que nós possamos dizer que não existe um direito ao aborto internacional. Nesse sentido, quanto mais fortalece a pauta de fora, mais a gente fortalece dentro", contou Angela Gandra.[204]

Esses posicionamentos refletem uma mudança significativa na Política Externa Brasileira - PEB durante o governo Bolsonaro, marcada pelo alinhamento com uma

[204] "Em 22 de outubro de 2020, no mesmo dia em que mulheres polonesas se reuniram em protesto em frente ao Tribunal Constitucional do país, signatárias do "*Partnership for familiares*", supostamente agindo em prol da saúde da mulher e do fortalecimento da família, lideraram a assinatura de um documento que apelou aos países da ONU para se oporem ao reconhecimento do acesso ao aborto como um direito humano (Declaração de Consenso de Genebra). Após a eleição, Joe Biden retirou o apoio dos EUA à declaração. Os atuais signatários incluem os governos de estados árabes e africanos, o Brasil e dois representantes isolados da UE — Polônia e Hungria. " (DAL PIVA, 2021). Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/02/23/damares-angela-gandra-aborto-polonia.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

agenda conservadora e de retrocesso em relação às políticas públicas e aos direitos das mulheres e LGBTQIA+. Dessa forma:

> [...] a política externa é uma forma de política pública. Reconhecemos o papel central dos governos nacionais em sua elaboração e execução sem desconsiderar os múltiplos agentes que influenciam nas tomadas de decisões em ambos os níveis (doméstico e internacional) [...] Sem perder de vista a multiplicidade de elementos que compõem a PEB, entendemos que "[...] em última instância, a responsabilidade pelas políticas públicas, entre elas a política externa, é do governo que as implementa" (MILANI; PINHEIRO, 2013, p.21 *apud* SIMIONI; KYRILLOS, 2024, p. 5).[205]

Desse modo, compreendo que a atuação das/os representantes do Brasil durante o governo de Bolsonaro estava em consonância com a proposta ideológica do presidente e compunha um conjunto de ações que visavam a propagação do fundamentalismo e de práticas conservadoras. Em relação à PEB durante o período estudado:

> [...] identificamos que gênero e sexualidade emergem ora como negação da sua existência social e política, ora como inimigos que devem ser eliminados. Identificamos, portanto, marcas de uma PEB que se afastou da interlocução com os movimentos feministas e LGBTQIA+, posicionando-os como "forças inimigas", ao mesmo tempo em que novos atores com agendas neoconservadoras passaram a integrar esses espaços. Nossa hipótese é de que o período em análise representou um expressivo distanciamento frente a perspectiva que existia até então na história republicana da PEB. Foi constatado o predomínio de um moralismo religioso essencialista que impactou na produção discursiva e de agendas de interesse político prioritário, em âmbito doméstico e internacional. (SIMIONI; KYRILLOS, 2024, p. 6).

Os autores fazem referência à histórica participação do Brasil nos fóruns internacionais, sobretudo ao elemento de que a partir da redemocratização do país a PEB assumiu contornos progressistas no que se refere às pautas dos direitos das mulheres, transformando-se em "[...] uma tendência crescente de sensibilidade às questões de gênero, principalmente nos anos de 2003 a 2015" (ARAÚJO, 2017, p. 31).

Até o governo de Dilma Rousseff, a PEB evidenciava uma adesão às chamadas políticas sensíveis ao gênero (*gender sensitive*), inclusive com a ratificação de diversos acordos e tratados internacionais nessa matéria, principalmente aqueles vinculados ao enfrentamento às violências contra as mulheres (SALOMÓN, 2016).

[205] Disponível em: < https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/68535/43139>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Mais do que isso, os discursos governamentais afirmavam em foros multilaterais a importância dessa temática e a transversalização dela nas diversas políticas estatais.

Esse procedimento não se deu de forma isolada, mas dentro de um processo que abarcava de forma progressista as demandas trazidas na relação com os diversos movimentos de mulheres e feministas com os quais o governo se relacionava através de conselhos, fóruns e conferências. Segundo Araújo (2017, p.31), a PEB pode ser considerada sensível ao gênero por "[...] diversos elementos e agentes [que] estiveram nela envolvidos, como as diretrizes governamentais, a atuação de movimentos feministas e a interação de diferentes órgãos da administração pública. "

Obviamente que apenas os elementos citados não sinalizam de pronto uma política externa feminista ou não apresentam também limites consideráveis em relação à baixa representação de mulheres e paridade de gênero nos espaços de participação, sobretudo decisórios. (SALOMÓN, 2016). Simioni e Kyrillos (2024, p. 7) comentam que a ausência dessa participação "[...] contribui para compreender como aspectos estruturais influenciam no acesso das mulheres a esse espaço de poder, sobretudo de mulheres negras, indígenas, pobres e LGBTQIA+. "

Dentre os muitos fatores já apresentados de "avanço para o atraso", a partir do golpe de 2016, a ruptura com a agenda política de gênero na PEB foi considerada mais uma. A argumentação utilizada era de uma "nova Política Externa Brasileira" diferenciada da anterior, argumentando ser necessária uma "desideologização da PEB". (OLIVEIRA MOREIRA, 2020).

> O referido termo surgiu a partir de políticos de direita que buscavam demonstrar que atuariam de modo diferente de seus antecessores (de esquerda), por meio, portanto, de uma "desideologização" da Política Externa; tendo sido utilizado pela primeira vez pela Chanceler de Mauricio Macri, na Argentina, em 2015. (SIMIONI; KYRILLOS, 2024, p. 8).

No caso brasileiro, desde Temer, contudo muito mais acentuado pelo governo Bolsonaro, foi construído um discurso de que a atuação das representações do governo seria isenta de qualquer concepção ideológica. A tentativa era de apresentar uma imagem de que a "ideologização esquerdista" era nociva à PEB. Conforme Simioni e Kyrillos (2024, p. 9),

> [...] tal acusação busca promover a ideia de que os governos de esquerda tomam decisões por razões ideológicas, enquanto a direita seria capaz de atuar de forma imparcial, neutra, por um bem comum genuinamente desejado pela nação. É notório que não há neutralidade/objetividade de perspectivas individuais ou governamentais/ partidárias, sejam de esquerda ou direita.

Ainda segundo os autores, uma política externa com base em princípios e valores, e direcionada pelo Itamaraty, é importante para a estabilidade. E apesar da permanente negação, “o lado ideológico da política externa do governo Bolsonaro foi impulsionado pelo Chanceler Ernesto Araújo, com influência de Olavo de Carvalho, Eduardo Bolsonaro e, em menor medida, grupos neopentecostais” (SARAIVA; COSTA SILVA, 2019, p.119).

Os primeiros anos do governo de Bolsonaro foram diferentes de seus antecessores, ao inverter as alianças estratégicas em relação com parceiros historicamente prioritários. Priorizou-se uma “aliança sem recompensa” com o governo de Trump nos Estados Unidos. De acordo com Simioni e Kyrillos (2024, p. 9), “[...] uma suposta anti-ideologização influenciou a construção da agenda governamental e de sua atuação no campo das políticas públicas, dentre as quais a Política Externa, repercutindo, por exemplo, nos parceiros comerciais e nas estratégias e alianças econômicas.”

“O novo capítulo da história” a que se referiu Bolsonaro no ato da sua posse, menos teve relação com efetivas mudanças que trariam evidentes melhorias para o país em termos de fomento ao desenvolvimento e a uma PEB forte, e muito mais com uma prática reiterativa de argumentos sob os quais os governos petistas eram ineficientes e corruptos e ele constituiria uma equipe “técnica e sem viés político”. (SIMIONI; KYRILLOS, 2024). Ao que parece, o que tivemos sob o argumento de capacidade “não ideológica” foi a constituição de um governo avesso a discussões sobre mulheres, negras, população LGBTQIA+, povos tradicionais etc.

O fundamentalismo aparece como um dos pontos basilares na construção política bolsonarista, principalmente no que se refere ao reforço das relações patriarcais de sexo[206] nas políticas públicas. Sobre esse aspecto, considero pertinente fazer alguns apontamentos acerca da luta por direitos que trabalhamos neste estudo.

[206] Relações patriarcais de sexo tratada com base nos estudos da feminista Janaiky Almeida (2017). Como nos lembra Castro (2018) acerca da pertinência dessa análise que aborda não somente como possibilidade alternativa à ausência da tradução ao termo *rapport* para o português, nos estudos francófonos de *rapports sociaux de sexe*, mas também para visibilizar o patriarcado que é tão característico da formação sócio histórica brasileira. Sobre o sentido de rapports, é nas palavras de Janaiky Almeida (2017): ”O termo relações por si só, na particularidade da língua portuguesa, não expressa a noção de contradição. Há sempre a necessidade de justificar seu significado na língua francesa, apontando a diferença entre as palavras *rapport* (relações estruturais) e relations (relações mais pessoais, cotidianas). Desta forma, consideramos que o termo relações patriarcais de sexo contemplaria as relações de contradição entre homens e mulheres na sociedade pelo fato do termo

Brites e Barroco (2022, p. 48) afirmam que “parte das concepções de Direitos Humanos atribui ao gênero humano uma existência a-histórica, referida a uma essência perfeita e positiva, em termos éticos.” Nessa acepção, o humano genérico adquiriria um sentido isolado em si mesmo, alienado das contradições e antagonismos inerentes à vida social. Ainda segundo as autoras, Marx não trataria de uma natureza ou essência dada *a priori* ou transcendente à existência do ser social. Ser genérico e indivíduo não se tratam de entidades isoladas, conforme aludiu Lukács (1979, p.142): “em todo ato de sua vida, reflita-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre e sem exceções realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de desenvolvimento do gênero humano. ”

No seu processo de autoconstrução, o ser social elabora suas capacidades e forças necessárias à sua reprodução. Dessa maneira se distingue dos outros animais, criando sua própria natureza. Através do trabalho - forma universal de práxis (BARROCO, 2010) - possibilita o desenvolvimento da consciência e da liberdade, condições essenciais e fundantes das forças e das competências indispensáveis para a reprodução material e espiritual do ser humano (BRITES; BARROCO, 2022).

> A crítica marxiana visa à supressão dos impedimentos históricos à livre realização das forças essências humanas à apropriação, pela totalidade dos indivíduos sociais, das conquistas que enriquecem a humanidade, em todas as suas dimensões. [...]. É por isso que, para ele, as reformas sociais qu alcançam, no máximo, emancipações parciais, sociais e políticas, não resolvem as contradições sociais que só podem ser superadas pela supressão, na totalidade social. (BRITES; BARROCO, 2022, p. 49 - 50).

É conhecida a distinção entre emancipação política e emancipação humana em Marx. Também segundo Brites e Barroco (2022, p. 50):

> Sinteticamente colocada, a emancipação política supõe conquistas parciais, no interior da sociabilidade burguesa; a humana supõe a subversão da ordem burguesa. Ambas implicam a práxis política, mas incluem diferentes formas e alcances políticos, com resultados parciais, mais abrangentes, ou capazes de estabelecer rupturas significativas, em condições históricas determinadas.

Por isso, pode-se afirmar nesse sentido que as lutas pela afirmação dos direitos humanos podem ser compreendidas como práxis políticas, mas não se realizam historicamente como práxis políticas revolucionárias. Têm se desenvolvido como lutas

---

patriarcal já caracterizar a base sobre a qual estão estruturadas tais relações. ” (ALMEIDA, 2017, p. 72).

que indicam emancipações parciais dentro do contexto em que se objetivam. (BRITES; BARROCO, 2022).

> [...] são lutas que se vinculam idealmente ao gênero humano, mas que se objetivam de maneira parcial, devido aos limites da sociabilidade burguesa e ao fato de seu objeto de reivindicação estar atrelado às formas políticas e jurídicas do Estado burguês. Isso não impede que, preservando a sua natureza específica, possam estar vinculadas às lutas mais gerais, incluindo as que se colocam no horizonte de superação da ordem burguesa. (BRITES; BARROCO, 2022, p. 50 - 51).

Essa é uma perspectiva das lutas por direitos a que aderimos. Porque na nossa compreensão, não existe mudança das condições da vida das mulheres sem uma transformação da sociedade capitalista. Ou seja, a emancipação humana significa a apropriação e o desenvolvimento nas diversas direções, da totalidade da riqueza humana material e espiritual produzida pela história.

A extensão do desmonte ativo[207] promovido pelo governo Bolsonaro nas políticas direcionadas às mulheres vai além de uma análise puramente técnica. Reflete um projeto político voltado para a invisibilização e submissão da mulher – algo que se inicia no campo simbólico e gera impactos reais na destruição das políticas públicas, na desidratação dos recursos orçamentários, na desorganização das estruturas institucionais e, por consequência, na supressão de direitos e até na ameaça à vida das brasileiras (RELATÓRIO GT MULHERES DE TRANSIÇÃO, 2022).

---

[207] De acordo com Couto e Rech (2023), “Bauer e Knill (2014) propõem quatro tipos de desmontes de políticas públicas: i) o desmonte por *default*; ii) o desmonte simbólico; iii) o desmonte por mudança de arena; e iv) o desmonte ativo. O desmonte por *default* não exige uma decisão ativa e tem baixa visibilidade, dado que sua principal característica seria não ajustar o programa a condições externas que se alteram, como índices de inflação. Também com baixa visibilidade, mas exigindo uma decisão ativa de desmonte, estaria o desmonte por mudança de arena, que implica a mudança de toda uma área de política pública para outro nível de governo – estadual ou municipal, no caso brasileiro – ou o deslocamento para a administração indireta e/ou órgãos recentemente estabelecidos. Em contrapartida, ter alta visibilidade, mas sem decisão ativa para o desmonte, caracterizaria um desmonte simbólico. Para os autores, esse tipo de desmonte busca enaltecer as intenções dos tomadores de decisão de desmontar determinadas políticas públicas, mas essas intenções não alcançam a concretude dos instrumentos e recursos da área, permanecendo apenas no campo simbólico. Isso pode acontecer devido a constrangimentos institucionais ou à atuação de outros atores potencialmente afetados. Por fim, com alta visibilidade e decisão ativa de desmonte, está o desmonte ativo. Aqui, há a intenção deliberada de desmonte de políticas existentes. [...] optamos por desmembrar a categoria de desmonte ativo em duas subcategorias: desmonte ativo anunciado e desmonte ativo não anunciado. Nos casos em que o governo explicita a redução orçamentária no seu PPA, confirmando-a nas dotações anuais e no nível de execução, teremos um desmonte ativo anunciado. No entanto, em outros setores que já vinham sofrendo uma redução em período anterior, o governo pode não explicitar sua opção de desmonte, mas não apenas não recupera os níveis anteriores de gasto, como continua processando uma redução continuada das despesas relacionadas.” (BAUER; KNILL, 2014 *apud* COUTO; RECH, 2023, p. 454).

A centralização do Ministério da Mulher, Família e Direitos humanos na perspectiva da família como foco central[208] resultou na invisibilização das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, pautas que o Ministério era responsável.

Apenas uma perspectiva de família foi considerada, a família patriarcal, cisheteronormativa, branca e que desconsiderava as mulheres enquanto sujeitos de direitos. Essas foram consideradas apenas inseridas no contexto familiar, dentro de um modelo conservador de lugares sociais. Esse deveria ser o perfil contemplado pelas políticas públicas do governo, totalmente alheio às lutas históricas dos movimentos feministas e de mulheres.

> Giravam em torno de um posicionamento moralista e conservador a respeito da posição da mulher na sociedade. Pautado por um enfrentamento direto

[208]Apresento texto da Secretária Nacional de Família do MMFDH, Ângela Gandra, que foi publicado na página do ministério em março de 2019 e disponibilizado para matérias de jornais como Folha de São Paulo: “Pela primeira vez no Brasil, o governo disponibiliza um serviço especial concentrado na família, já existente em países como Alemanha, Canadá, Austrália e Coreia do Sul. O convite recebido pela ministra Damares Alves — que, de certa forma, encarna a alteridade— para ocupar o cargo de secretária da Família no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, fez-me refletir especialmente sobre essa nova vertente pública e acerca de seu profundo papel, pensando no que pode significar esse trabalho em equipe para a conformação de uma ordem social justa, harmônica e realizada, em que o bem individual reflete no bem da polis e vice-versa. O projeto apresenta-se fascinante no sentido de ancorar-se na primeira comunidade, na qual o futuro cidadão pode firmar-se e fortalecer sua noção de co-pertença. Edificar uma sociedade à margem da família seria realmente um contrassenso, pois este é o alicerce inicial do processo de desenvolvimento pessoal, capaz de tornar um ser humano seguro de si. Por outro lado, a família é o agente educativo de maior impacto social, já que se constitui no berço da ética individual e das relações pessoais, em que o respeito pelo outro se enraíza e a dignidade da pessoa se torna efetivamente normativa. Muitos podem se perguntar se pensar sobre a família a partir do governo não significaria uma intromissão na esfera privada. Se esta fosse a perspectiva, provavelmente o plano seria contrário à liberdade. Porém, a proposta é diametralmente oposta. O foco na família significa oferecer as bases para que a família possa se consolidar internamente, sem que políticas públicas orientem suas decisões de forma pragmática e, na maioria das vezes, paternalista e ineficiente. Por outro lado, visando o florescimento humano e o consequente desenvolvimento social e econômico integral, a Secretaria da Família investirá no núcleo familiar, não de forma utilitarista, mas apostando em sua capacidade de autogestão rumo ao bem comum. De fato, é ostensiva a relação entre equilíbrio familiar e produtividade. Nesse sentido, é interessante a comparação histórica com o início da implementação da teoria marxista —avessa à família como fundamento da propriedade privada— e seu retorno à instituição, já que a instabilidade afetiva dificultava o rendimento laboral. Dessa forma, a tese, embasada também por Wilhelm Reich, foi revisitada e mitigada. Os grandes temas da Secretaria da Família serão, portanto, a projeção social e econômica da família, o equilíbrio trabalho-família e a solidariedade intergeracional. Para poder encontrar soluções eficazes, contaremos com um observatório de estudos, pesquisas e avaliações para que o levantamento de dados possa sustentar as ações com base em evidências e, assim, capacitar-nos adequadamente para corresponder às expectativas da família brasileira. Nesse sentido, esse órgão oferecerá ainda informações básicas para que a família possa tomar decisões reflexivas a partir de sua autonomia. A Secretaria da Família constitui, de fato, uma estrutura inédita no Brasil, projetada a investir no essencial, já que muitos problemas sociais podem ser evitados com o devido protagonismo da família, desde o preconceito à violência, passando pelos desequilíbrios afetivos, que, em muitos casos, fundamentam o recurso a drogas e outros subterfúgios. Dessa forma, a mudança esperada pelos brasileiros, ainda que não imediata, será efetivamente sustentável pela solidez de uma saudável infraestrutura familiar.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/por-que-uma-secretaria-da-familia.shtml > Acesso em 13 ago. 2024.

> aos grupos feministas e uma ligação fundamentada em princípios religiosos, principalmente no que tange ao conceito de família e o papel da mulher como cuidadora (AGUIAR; PEREIRA, 2019, p. 11).

Essa escolha de um perfil de família e um tipo de mulher específico intencionalmente ocultava a pluralidade das vivências sociais de famílias existentes e ignorava a importância das mulheres como eixo central na formulação e execução de políticas públicas dentro do MMFDH. Em entrevista dada à Alberto Cantalice e Pedro Camarão, da Focus Brasil/ Fundação Perseu Abramo, veiculada em 19.03.2023[209], Aparecida Gonçalves, atual Ministra das Mulheres do Governo Lula, descreveu qual o cenário encontrado no governo federal de políticas para as mulheres:

> Na verdade, foi um cenário de pós-guerra, eu chamaria. Tudo destruído, destruído…. Estou falando de políticas públicas, do que já tinha sido construído ao longo dos anos, tanto nos 14 anos dos nossos governos, de Lula e Dilma, como antes, com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e a luta do movimento de mulheres. Praticamente tudo foi destruído. E o que é grave também foi o processo da concepção política instituída no ministério. Em vez de trabalhar a questão dos direitos da mulher, trabalhavam-se os direitos da família. A mulher deixa de ser o centro da política pública e passa a ser olhar para a família. Então, é aquela mulher que é mãe, que tem que cuidar, ser cuidadora. Todos os programas e recursos foram envolvidos nessa perspectiva. A gente tinha “Cuide de uma mulher”, “Salve uma mulher”, né? Então, você volta ainda para uma concepção muito conservadora e muito atrasada no olhar para as mulheres. E isso vai se refletir no investimento, no orçamento que se tem e nas políticas que estavam sendo construídas por eles, algo completamente contraditório àquilo que fazíamos. (Cida Gonçalves) (CANTALICE; CAMARÃO, 2023, np).

Lamentavelmente, o projeto que se instaurou foi muito além do que se refere à mudança do nome do Ministério[210] ou da agregação de outras pastas. É possível dizer que durante o governo de Bolsonaro tivemos um projeto que de fato custou “a vida das mulheres”. Durante aquele governo houve um aumento significativo dos casos de violência contra as mulheres.

---

[209] Entrevista realizada por Alberto Cantalice e Pedro Camarão publicada na Focus Brasil da Fundação Perseu Abramo em 19.03.2023. Entrevista na íntegra disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/03/19/entrevista-cida-goncalves-todas-as-politicas-para-as-mulheres-foram-destruidas/ >. Acesso em: 18 ago. 2024.

[210] Foram noticiadas à época que a Organização das Nações Unidas solicitou maiores informações, dentre outras, acerca também da mudança de nome e perspectiva de ação ao MMFDH: “A entidade, em seu documento, questiona a própria criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o fim da Secretaria das Políticas para as Mulheres e do Comitê do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Por favor, informe também sobre o orçamento, mandato e programas do Ministério", pede a ONU. Matéria disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/11/18/onu-cobra-explicacoes-a-damares-sobre-garantias-ao-aborto-legal.htm>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Dados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 - indicaram um aumento significativo nas denúncias de violência doméstica naquele período. Em 2020 foram registradas 105.821 denúncias, um aumento de 16,3% em comparação a 2019.[211] É importante dizer que em 2020 estávamos vivenciando a pandemia de Covid-19. Especialmente nesse período, houve um aumento dos casos de violência contra as mulheres, agravado, em parte, pelo isolamento social e pela falta de acesso das mulheres às redes de apoio. O número de relatos de violência psicológica, física, sexual e patrimonial cresceu consideravelmente.

De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP, em 2021, foram registrados 1.341 casos de feminicídio no Brasil, o que representou um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior. Esse número indica que, em média, uma mulher foi assassinada a cada seis horas em decorrência das relações patriarcais de sexo. Mais de 66 mil mulheres foram vítimas de estupro e mais de 230 mil brasileiras sofreram agressões físicas em situação de violência doméstica. [212] Ainda que saibamos que o risco de violência acomete todas as mulheres, a demarcação do racismo se evidencia nos números, quando as mulheres negras são 67% das vítimas de feminicídios e 89% das vítimas de violência sexual.

Apesar do aumento do número de casos, houve uma redução significativa nos recursos destinados às políticas de combate à violência contra a mulher durante o governo Bolsonaro, a despeito do recurso de emergência ter sido aprovado para esse fim[213]. A redução e/ou não execução dos recursos, como também observamos a partir dos números apontados em nossa pesquisa, foi duramente criticada por organizações

---

[211] Vale destacar que, por vezes, o aumento dos números também pode ocorrer em decorrência da capacidade de notificação e/ou melhoria do sistema de monitoramento dos dados, mas nesse caso nenhuma dessas opções se apresentam.

[212] Considero oportuno destacar que associo também o aumento doa números de violência à flexibilização da posse e do porte do uso de armas realizada pelo Governo: “Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), entre 2019 e 2022, mais de um milhão de armas foram registradas. No total, 1.354.751 novos armamentos entraram em circulação nesse período, segundo dados colhidos por meio da Lei de Acesso à Informação, analisados pelo Instituto Sou da Paz e Instituto Igarapé”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 16 ago. 2024.

[213] Em 2020, com o agravamento do quadro da pandemia, Bolsonaro decretou estado de emergência no país. Naquele momento foi pautado no Congresso o trágico aumento da violência contra as mulheres nesse período e por isso foi disponibilizado um aumento no orçamento do MMFDH. O valor destinado chegou a 116 milhões de reais, porém, apenas 37,7 milhões foram realmente executados. Ver também matéria sobre o assunto disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/orcamento-de-combate-a-violencia-contra-mulheres-foi-reduzido-na-gestao-bolsonaro/. Acesso em: 16 ago. 2024.

feministas e de direitos das mulheres, que destacaram o impacto negativo na capacidade de resposta a esses casos.[214]

Além da ampliação do número de casos de violência, o aumento das taxas de desemprego é outra consequência que o período trouxe para as mulheres. Com outras palavras, no país durante a pandemia as mulheres foram as mais gravemente atingidas pelo desemprego. Acredito que esse dado está associado às históricas relações de desigualdades entre mulheres e homens na divisão sexual do trabalho, que perpassam a dimensão da produção e reprodução social. Lembrando aqui que altos níveis de desemprego no país foram, inclusive, justificadores para o aumento dos números de violência doméstica, rearticulando a hipótese do "patriarcado do salário", de Federici (2021).

De acordo com Gago (2020, p. 155 -156):

> A desestruturação da autoridade masculina decorrente da perda do salário como "medida objetiva" do poder do homem dentro e fora do lar – e que marca justamente essa fronteira espaço-temporal – e o declive da figura do provedor fazem com que, por um lado, essa desestruturação masculina se amplifique e acelere pela politização das tarefas reprodutivas que se desconfinam do lar, transbordando-se para um terreno social ampliado e alcançando um prestígio social que acaba se encarnando em lideranças feminizadas; por outro lado, ao entrar em crise, a autoridade masculina como estruturadora de relações de subordinação passa a recorrer a formas de violência "desmedidas" especialmente dentro do lar. Por isso, sustento que as economias populares são uma lente privilegiada para ler a crise do patriarcado do salário. Isso não significa o fim do patriarcado, obviamente, mas a decomposição de uma forma específica de estruturação do patriarcado. A intensificação das violências machistas expressa essa desmesura da violência, que já não é mais contida pela forma salarial.

No caso das trabalhadoras domésticas[215], a pandemia representou também outros riscos, além daqueles potencialmente vivenciados em casa, da perda da renda e de condições de subsistência, mas à própria vida. Elas foram as mais impactadas, provavelmente também as primeiras infectadas pela Covid-19 nos locais de trabalho, inclusive, os primeiros casos de óbitos por essa doença foram de trabalhadoras

---

[215] De acordo com a Nota Informativa do MDS nº 2/2023 MDS/SNCF: "No Brasil, o trabalho doméstico era, em 2022, a ocupação de 5,8 milhões de pessoas, sendo 92% mulheres e 61,5% mulheres negras. Trata-se da categoria que mais emprega mulheres em nosso país, principalmente mulheres negras com baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda. Mais do que isso, as trabalhadoras domésticas se constituem no maior grupamento profissional que compõe a força de trabalho de cuidado no Brasil respondendo por cerca de ¼ do total de trabalhadores e trabalhadoras do setor." Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

domésticas periféricas[216]. Contudo, frente ao avanço da fome, à redução de renda e à perda de direitos, o MMFDH não tomou nenhuma medida para promover e implementar a PEC das trabalhadoras domésticas[217], deixando essas/es profissionais ainda mais desprotegidas/os e vulneráveis.

No que diz respeito à questão dos cuidados, familiares idosos ou com doenças costumam ficar sob a responsabilidade das mulheres, e durante a pandemia esses grupos foram os mais vulneráveis aos casos graves da doença. Essas responsabilidades tornaram-se, em muitos casos, inviáveis à entrada e à permanência das mulheres em atividades fora do lar. No contexto da pandemia, essa carga de cuidados aumentou ainda mais. Gago (2020) nos informa que

> Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof (1988) refletiram sobre as mulheres "colônias", territórios de saqueio dos quais se extrai riqueza por meio da violência. A partir da analogia entre corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como "recurso grátis" no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, e explicaram que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal. (GAGO, 2020, p.105).

O mercado de trabalho revela seu caráter sexista, especialmente na dificuldade que as mulheres enfrentam para se reinserirem profissionalmente e na redução de sua presença em atividades produtivas, principalmente no setor formal. Na concorrência por oportunidades de emprego, as mulheres são frequentemente deixadas de lado devido a maternidade e as responsabilidades com cuidados familiares.

> As novas formas de família, ao lado das mudanças no mercado de trabalho, potencializam um contexto que exige estudos não só das realidades familiares, mas também dos impactos das políticas públicas que nelas se apoiam ou são focalizadas. Deve-se destacar que a absorção de responsabilidades pelo bem-estar individual pela família não é equanimemente distribuída dentro do grupo familiar, mas tende a sobrecarregar as mulheres, para quem se conjuga mais facilmente o verbo cuidar: cuidar de crianças, idosos, doentes, das pessoas com deficiência, dos frágeis, da família. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015, p. 141-142).

---

[216] Matérias disponíveis em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51982465. Acesso em: 16 ago. 2024.

[217] Apesar da aprovação em 02 de abril de 2013, e regulamentação dois anos depois, A PEC das domésticas não garantiu mudanças efetivas para essas/es trabalhadoras/es. Ainda é elevado o número de pessoas sem carteira assinada exercendo o trabalho doméstico, sendo a grande maioria mulheres. Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/04/01/pec-das-domesticas-10-anos-apos-a-aprovacao-do-projeto-numero-de-informais-cresce-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Isso leva, cada vez mais, à ocupações informais, inseguras e/ou precárias. Ao examinar a entrada e a permanência das mulheres em contratos de trabalho formais, percebe-se essa desigualdade de forma ainda mais acentuada.

Quando analisamos a inserção e a manutenção de contratos formais de emprego entre as mulheres, é necessário compreender a dimensão do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, principalmente das mulheres negras, atingidas em níveis ainda mais cruéis. As necessidades requisitam mudanças estruturais na sociedade, haja vista que a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados é funcional ao capitalismo e justificadora de um conjunto de desigualdades e opressões.

Ademais, de acordo com o Painel do 2º Relatório de Transparência Salarial e Critérios Remuneratórios do Ministério do Trabalho e Emprego, as mulheres ganham em média 20,7% a menos que os homens, ocupando a mesma função/cargo em empresas com mais de 100 funcionárias/os.[218]

Ainda que considerando o enfrentamento de grandes dificuldades, principalmente no que tange ao orçamento, uma orientação política de reconhecimento das pautas das históricas dos movimentos de mulheres e o diálogo com representações e espaços de participação estiveram presentes nos governos petistas.

Para avaliar o desmonte desenvolvido pelo governo Bolsonaro foi preciso partir de algum parâmetro, no caso, consideramos pertinente apresentar a situação em que estavam as políticas para as mulheres antes do início da gestão, pontuações que fizemos anteriormente. Inclusive, consideramos pertinente demarcar o simbolismo que teve a eleição e o golpe sobre a presidenta Dilma Rousseff. No que concerne especificamente ao governo Dilma, Silva (2019) explica:

> A organização política brasileira possui diversas tradições e características que são carregadas de significados culturais e sociais. Dentre elas, a ocupação majoritariamente masculina de cargos políticos se destaca, colaborando significativamente em uma organização política machista, sexista e misógina nos espaços institucionais e, por consequência, na diminuição da escolha de mulheres para cargos políticos, bem como o tensionamento diante da inserção delas nesses espaços. As expectativas dos movimentos feministas e de mulheres para o que viria à frente diante da escolha democrática de uma mulher para assumir o cargo de presidenta do país eram inúmeras, principalmente pelo fato de que, historicamente, as mulheres brasileiras sempre foram silenciadas e ocultadas dos movimentos

[218] Informações disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiOTYzNTdkZGUtYjFiNi00OWFiLWFiNWItMTUyZjU1YTlkYWFmIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>. Acesso em: 21 out. 2024.

> históricos, sendo pouco lembradas nos registros de desenvolvimento político da sociedade brasileira. (SILVA, 2019, p.48).

No governo Temer, como mencionado nos capítulos anteriores, “tivemos as nefastas consequências de ter um governo misógino.”[219]

> Todos sabemos, mas não custa repetir, que um dos primeiros atos ao chegar na presidência foi nomear um gabinete exclusivamente masculino. Em outra atitude simbólica, o Governo ordenou a volta do termo presidente, em vez do também dicionarizado presidenta, nos veículos oficiais. A mensagem é: acabou a brincadeira, voltem para os papéis que lhe designamos. Não toleraremos mais nem um “a”. (MARREIRO, 2017a, online).

Além da composição inicial do governo Temer não contar com nenhuma mulher, Temer já demonstrava aversão ao uso das palavras gênero e representatividade, bem como em discurso reduziu o papel das mulheres a "além de cuidar dos afazeres domésticos e serem as responsáveis pela educação dos filhos, ganham cada vez mais espaço no mercado de trabalho.” (MARREIRO, 2017b).[220] Na entrevista mencionada anteriormente da Focus Brasil com Cida Gonçalves, a Ministra comenta esse processo:

> Eu não trabalho com quatro anos, trabalho com esses seis anos e porque não dizer, oito anos, que foi desde quando começou o processo do pedido de impeachment da presidenta Dilma, que houve um aumento da misoginia e do ódio com relação à questão das mulheres. A campanha para tirar a Dilma já foi uma campanha misógina porque trabalhou todos os elementos de que lugar da mulher não é na Presidência. Vamos ter uma construção na sociedade brasileira de que o papel da mulher é aquele que veste rosa e o homem é o que veste azul, dentro da simbologia tradicional disso. No período do Michel Temer, tinha a questão da “bela, recatada e do lar”. Então, tiraram uma presidenta que tinha posição política, estava num espaço e entra com o discurso da “bela, recatada e do lar”. E isso é um conceito que vem muito forte e vai trazer os elementos do ódio, da raiva. Passaram a exigir praticamente que as mulheres cumpram só esse papel. E, em 2018, vem a eleição de um presidente que autoriza a violência contra as mulheres, todos os tipos de violência, mas autoriza a violência contra a mulher quando violenta e agride jornalistas mulheres, mas também quando diz que mulher feia pode ser estuprada. Então, havia uma autorização para que se aumente a violência. Este é o desafio que ainda está colocado. (Cida Gonçalves). (CANTALICE; CAMARÃO, 2023, online).

---

[219] Alusão ao Artigo de Opinião de Flávia Marreiro: “As nefastas consequências de ter um governo misógino – O discurso de Temer no Dia Internacional da Mulher encoraja machistas e intimida mulheres.” Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/opinion/1489089271_391997.html>. Acesso em: 17 ago. 2024.

[220] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html#?rel=mas>. Acesso em: 17 ago. 2024.

Lamentavelmente, durante o governo de Bolsonaro as ações aprofundaram as violências e as desigualdades. No aspecto do mercado de trabalho, programas como "Pró-Equidade de Gênero e Raça"[221] – que apoiava projetos de empresas comprometidas com ações de promoção da igualdade de gênero e raça em suas estruturas organizacionais – foram totalmente abandonados e desfinanciados. Todas as políticas voltadas paras as mulheres sofreram impactos, mas sobretudo aquelas que continham a terminologia "gênero" foram esvaziadas. Segundo o Relatório GT Mulheres de Transição (2022, p. 8), tivemos naquele período

> [...]A interdição do conceito "gênero" e sua desvirtuação para o desconhecido conceito de "ideologia de gênero" seguido do aniquilamento da estratégia da transversalidade bem como da interseccionalidade e do esvaziamento dos espaços de participação do movimento de mulheres; desmontaram o que até então chamávamos de política para as mulheres no Brasil.

O Relatório GT Mulheres de Transição (2022) e outros materiais expostos nesse texto confirmam políticas com conteúdo profundamente ideológico, sem materialidade prática e não configurando em ações efetivas para as mulheres em uma perspectiva "intersetorial, transversal e em consonância com acordos internacionais", e comprometido com a materialização de igualdade entre mulheres e homens, outrossim, comprometido com um padrão de família e um perfil de mulher para atender a um grupo de pessoas, inclusive porque a família patriarcal cumpre um papel ideológico na amplificação do conservadorismo desde muito cedo.

> A família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo "ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classes" (Waters, 1979, p. 88; tradução nossa). Há, assim, por meio desse modelo familiar uma internalização de valores conservadores, ou melhor, de (des)valores junto às crianças: desigualdade, competitividade, autoridade e hierarquia, preconceitos e funções sexistas. (CISNE, 2018, p.93)

Acompanhando o Relatório GT Mulheres de Transição (2022), e com base no levantamento realizado na construção desse estudo, foi possível perceber que além da desidratação do orçamento, o desmonte nas políticas para as mulheres ocorreu principalmente nas áreas de enfrentamento à violência, autonomia econômica e políticas transversais em saúde e educação. Segundo o Relatório da Gestão da

[221] O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça foi criado em 2005 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência das mulheres nas empresas participantes e contribuir para a inserção das mulheres em cargos executivos. De acordo com o Relatório de Gestão (2011 – 2016) em 2016 contava com a participação de 122 empresas do país.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) do período de 2011 a maio de 2016, os principais aspectos trabalhados foram “o fortalecimento institucional, o fortalecimento da participação social e o fortalecimento de programas e políticas. ” Diretrizes que foram desmontadas, como poderemos observar a cada investidura de levantamento da situação anteriormente encontrada.

Sobre o *Fortalecimento Institucional*, o referido relatório trata da intensificação das ações de afirmação da posição institucional das políticas para as mulheres, tanto no âmbito federal quanto na relação internacional, com estados e municípios. O documento reforça também o empenho na melhoria da gestão interna por meio da elaboração do planejamento estratégico e operacional. Ainda segundo o relatório, o *Fortalecimento dos Programas e Políticas* da SPM foi historicamente relacionado com a articulação intragovernamental e o incentivo à participação social, fazendo uso do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) como instrumento legítimo e basilar para o desenvolvimento das políticas naquele momento, monitorado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM[222] com suas variadas representações,[223] garantindo também o *Fortalecimento da Participação Social*.

Para demarcação situacional, abaixo descrevemos a relação das políticas desenvolvidas até 2016 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, segundo Relatório de Gestão (2011-2016) para melhor visualização do desmonte.

- Programa Mulher Viver Sem Violência.

---

[222] O monitoramento do Plano era realizado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, compostos por 30 órgãos governamentais e três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), como membros efetivos. Além disso, eventualmente eram convidadas/os a participar das reuniões especialistas e representantes de outros órgãos ou entidades púbicas e privadas. O Comitê foi instituído pelo Decreto nº 5.390 de 8 de março de 2005; reformulado pelo Decreto nº 6.269, de 22 de novembro de 2007; e no período referido era regido pelo Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013.

[223] Em 2016, integrava o Comitê os órgãos: (1) Casa Civil da Presidência da República (2) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pesca e Aquicultura,(3) Ministério da Cultura(4) Ministério da Educação (5) Ministério da Integração Nacional (6) Ministério da Justiça (7) Ministério do Trabalho e da Previdência Social (8)Ministério da Saúde (9) Ministério das Cidades (10) Ministério das Comunicações(11) Ministério das Relações Exteriores (12)Ministério de Minas Energia (13) Ministério do Desenvolvimento agrário(14) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (15) Ministério do Esporte(16) Ministério do Meio Ambiente (17) Ministério do Planejamento , Orçamento e Gestão (17) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (18) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (19)Ministério da Defesa(20) Ministério do Turismo(21) Secretaria Especial dos Direitos Humanos (22) Secretaria Especial da Previdência Social (23) Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura(24) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (25) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (26) Banco do Brasil (27) Caixa Econômica Federal (28) Fundação Nacional do índio (29) Instituto de Pesquisas Aplicadas (30) Instituto Brasileiro de Geografia e Estáticas.

- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- Ouvidoria da Mulher;
- Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher;
- Casas da Mulher Brasileira;
- Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça;
- Programa *Diálogos com o mundo do trabalho*;
- Estratégia de incentivo à criação dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs) nos estados e municípios;
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

O Relatório do GT Mulheres de Transição (2022) confirma o que havíamos identificado na pesquisa realizada nos arquivos do MMFDH sobre os programas, ações e campanhas durante o governo Bolsonaro, ou seja, houve:

> [...] alteração de normas que estruturavam as principais políticas para as mulheres de 2004 a 2016, com evidente objetivo de enfraquecer e descontinuar os principais programas para as mulheres, com destaque para as áreas do enfrentamento à violência, autonomia econômica e direitos sexuais e reprodutivos.

No tocante às ações internacionais, de acordo com o levantamento realizado, e em consonância com o Relatório de Gestão 2011- 2016 (BRASIL, 2016), podemos afirmar que a Secretaria de Políticas para as Mulheres mantinha uma presença atuante nos diferentes fóruns internacionais no campo dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero e raça, em ação articulada com o Ministério de Relações Exteriores. A atuação institucional nessa direção fortaleceu a luta internacional que já vinha sendo realizada pelos movimentos feministas e de mulheres anteriormente. De acordo com Carneiro (2012):

> Essa intervenção internacional, em especial nas conferências mundiais convocadas pela ONU a partir da década de 1990, tem nos permitido ampliar o debate sobre a questão racial a nível nacional e internacional e sensibilizar movimentos, governos e a ONU para a inclusão da perspectiva anti-racista e de respeito à diversidade em todos os seus temas. A partir dessa perspectiva, atuamos junto à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, em relação à qual as mulheres negras operaram a partir da ideia de que “em tempos de difusão do conceito de populações supérfluas, liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas para barrar as políticas controladoras e racistas”. (CARNEIRO, 2012, p. 74)

Entre os diversos fóruns com a participação das representantes brasileiras, destacamos:

- **Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe/Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal):**[224] Foi presidida pelo Brasil entre 2010 e 2013. No Brasil, em 2010, foi formulada a Carta de Brasília e na XII Conferência Regional em Santo Domingo (outubro de 2013), a delegação brasileira contribuiu de forma efetiva para a aprovação do Consenso de Santo Domingo.

- **Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento/Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal):**[225] A representação brasileira teve destaque na I Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe (Montevidéu, agosto de 2013) e na elaboração e aprovação do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento (2013). Nesse campo, merece destaque também a reativação, em 2013, da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, órgão responsável pelo monitoramento da implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994.

- **Conferência de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe no Ano Internacional da Agricultura Familiar:**[226] Foi realizada em Brasília, em 2014, com papel ativo da SPM na organização. Os debates e apresentações da Conferência deram origem à Declaração de Brasília, documento que identifica os desafios ao processo de integração regional na superação dos entraves ao desenvolvimento rural.

- **Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW):**[227] No âmbito da ONU, a SPM teve participação ativa nas sessões anuais da Comissão sobre a Situação da Mulher

---

[224]Informações da Conferência disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/comecou-xii-conferencia-regional-mulher-america-latina-caribe>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[225] Informações da Conferência disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-organiza-primeira-reuniao-conferencia-regional-populacao-desenvolvimento-america>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[226] Informações da Conferência disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/noticias/2014/conferencia-internacional-discute-avancos-e-desafios-para-mulheres-rurais>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[227] Informações sobre a atuação da SPM no período podem ser encontradas no arquivo disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CSW%20-%20atualizado.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

(CSW), e vinha contribuindo para a aprovação de Conclusões Acordadas que asseguravam e ampliavam os direitos das mulheres.

- **Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM):**[228] Presença e atuação permanente nas reuniões semestrais da RMAAM. No segundo semestre do 2015, a presidência do MERCOSUL coube ao Brasil e a VI RMAAM, realizada em Brasília, aprovou Declaração sobre Participação Política das Mulheres e a criação de uma mesa técnica sobre a participação política das mulheres em seu âmbito.

- **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda Pós-2015**:[229] Destaque para a atuação da SPM no grupo de trabalho interministerial, que discutiu a posição do Brasil no debate realizado na ONU para a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em setembro de 2015 na Assembleia Geral.

A participação da SPM em diversos fóruns internacionais articulada com estreita relação com o Departamento de Direitos Humanos do Ministério de Relações Exteriores, como mencionado anteriormente, também contou com o apoio efetivo das Missões do Brasil na ONU, na OEA e das representações diplomáticas de Embaixadas e Consulados. Dessa forma, conseguiu realizar diversos acordos e memorandos de entendimento, dada a projeção do país nas relações internacionais. A seguir, listamos acordos de cooperação e memorandos de entendimentos internacionais para melhor delinear a atuação ativa da SPM em relação a esses pactos, anteriores ao mandato de Bolsonaro.

- **Convenção nº 189/2011 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).** O governo de Dilma Roussef enviou ao Congresso Nacional em abril de 2016 a mensagem de ratificação à C189 pelo Brasil, com o objetivo de promover o trabalho decente para as/os trabalhadoras/es domésticas/os.

Acordos de Cooperação[230]

[228] Informações sobre a atuação da SPM no período podem ser encontradas no arquivo disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/mercosul/o-que-e-rmaam>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[229] Informações sobre a atuação do Brasil no período podem ser encontradas no arquivo disponível em:<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[230] Levantamento extraído do Relatório de Gestão 2011- 2016 (BRASIL, 2016).

- Convênio de Cooperação BRASIL-CHILE

Assinado em abril de 2007 entre a SPM e o Serviço Nacional da Mulher do Chile - Para fortalecer avanços na Política de Gênero do Chile e do Brasil

- Acordo de Cooperação BRASIL-HAITI-FNUAP

Assinado em 05 de junho de 2008 – Para o fortalecimento e a capacitação técnica para atenção às mulheres vítimas de violência baseada em Gênero.

- Acordo de Cooperação ABC

Assinado em 02 de fevereiro de 2010 - Cooperação brasileira para o desenvolvimento Internacional.

- **Acordo de Cooperação BRASIL-ÍNDIA E ÁFRICA DO SUL**

Assinado em 27 de abril de 2013 - Programas para o Desenvolvimento da Mulher e a Igualdade de Gênero.

Memorandos de Entendimento

- Memorando de Entendimento BRASIL-ITÁLIA

Assinado em 01 de setembro de 2009 - Para a Promoção da Igualdade de gênero

- Memorando de Entendimento BRASIL IBERO-AMERICANO

Assinado em 22 de setembro de 2009 - Cultura e Transformação social

- Memorando de Entendimento BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI

Assinado em 04 de novembro de 2009 - Igualdade de direitos entre homens e mulheres

- Memorando de Entendimento BRASIL-PORTUGAL

Assinado em 03 de maio de 2010 – Para a Promoção da Igualdade do Gênero

- Memorando de Entendimento BRASIL-ESPANHA

Assinado em 07 de janeiro de 2011 - Assistência às Mulheres vítimas de exploração sexual.

- Memorando de Entendimento BRASIL-EUA

Assinado em 19 de março de 2011 – Para promoção do Avanço da Condição da Mulher.

- Memorando de Entendimento BRASIL-EL SALVADOR

Assinado em 12 de abril de 2011 – Para a Promoção da igualdade de Gênero e a Proteção dos direitos das Mulheres.

- Memorando de Entendimento BRASIL-EUA-HAITI

Assinado em 21 de julho de 2011 - Enfrentamento da violência contra a mulher.

- Memorando de Entendimento BRASIL-ARGENTINA

Assinado em 23 de agosto de 2011 - Promoção da igualdade de Gênero e a Proteção dos direitos das Mulheres.

- Memorando de Entendimento BRASIL-VENEZUELA

Assinado em 25 de agosto de 2011 - Igualdade de Gênero da república bolivariana da Venezuela para a criação de centros binacionais de assistência às mulheres migrantes na fronteira Brasil-Venezuela.

- Memorando de Entendimento BRASIL-ARGENTINA-PARAGUAI

Assinado em 04 de novembro de 2011 - Sobre igualdade de direitos entre mulheres e homens.

- Memorando de Entendimento BRASIL-REINO UNIDO-GRÂ-BRETAHA-IRLANDA

Assinado em 2011 - Parceria para o desenvolvimento Mundial.

- Memorando de Entendimento BRASIL-EGITO

Assinado em 17 de junho de 2013 - Cooperação na área de desenvolvimento social.

- Memorando de Entendimento BRASIL-PERU

Assinado em 11 de novembro de 2013 - Sobre o intercâmbio de experiência e boas práticas em matéria de emprego e relações de trabalho.

- Memorando de Entendimento BRASIL-URUGUAI

Assinado em de novembro de 2013 - Atuação conjunta na Região da Fronteira e o Enfrentamento à Violência contra Mulheres e a Promoção da Igualdade de Gênero.

- Memorando de Entendimento BRASIL-TURQUIA

Assinado em 21 de janeiro de 2014 - Políticas para a família, mulheres, crianças, idosos e inválidos e serviços sociais.

- Memorando de Entendimento BRASIL-SUÉCIA

Assinado em 14 de abril de 2014 - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

- Memorando de Entendimento BRASIL-MOÇAMBIQUE

Assinado em 30 de março de 2014 - Facilitação de investimentos.

- Memorando de Entendimento BRASIL-ÁFRICA

Assinado em 18 de junho de 2014 – Redução da pobreza e promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.

Segundo o Relatório GT Mulheres de Transição (2022, p. 9), o MMFDH, **"cancelou todos os tratados internacionais que tinham como foco a mulher enquanto sujeito de direito. Destacamos a atuação do atual Ministério na liderança de uma aliança conservadora contra os direitos das mulheres. "** Por isso, mais uma vez reiteramos a decisão política de desmonte das políticas para as mulheres.

A perspectiva de articulação internacional do MMFDH, alinhada a todo o governo, como vimos anteriormente, teve sua estratégia fundamentada na difusão ideológica conservadora e pactuações com países que representam o que há de mais retrógado em termos de políticas para as mulheres e de outros segmentos historicamente alijados de direitos.

Ainda para efeito de constituição do cenário do desenvolvimento das políticas para as mulheres até o Golpe da ex-presidenta Dilma, consideramos importante assinalar alguns avanços na legislação pesquisados e/ou mencionados pelo Relatório de Gestão (2011 – 2016), dispostos a seguir:

- **Decreto nº 7.492**, de 02 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil sem Miséria.

- **Lei nº 12.470**, de 31 de agosto de 2011, que estabeleceu alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e ao segurado facultativo sem renda própria, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertença à família de baixa renda. Essa lei beneficiou 360 mil donas de casa, possibilitando que mulheres de 18 a 59 anos dedicadas ao trabalho doméstico, com renda mensal de até dois salários mínimos (R$ 1.356,00), pudessem contribuir para a Previdência Social com uma alíquota menor, equivalente a 5% do salário mínimo;

- **Lei nº 12.605**, de 03 de abril de 2012, que determinou o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diploma.

- **Decreto nº 7958**, de 13 de março de 2013, que estabeleceu diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

- **Emenda Constitucional nº 72**, de 02 de abril de 2013, a chamada PEC das Trabalhadoras Domésticas, que alterou a redação do parágrafo único do artigo 7º da Constituição Federal, para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre as/os trabalhadoras/es domésticas/os e as/aos demais trabalhadoras/es urbanos/as e rurais. A medida garantiu 16 novos direitos a essa categoria trabalhista, em benefício de cerca de 6,4 milhões de trabalhadores(as) domésticos(as) (PNAD, 2013).

- **Lei nº 12.802, de 24 de abril de 2013**, que dispôs sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora de mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, para dispor sobre o momento da reconstrução mamária.

- **Lei nº. 12.845**, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Supremo Tribunal Federal tomou decisões de impacto na agenda de gênero, no âmbito dos direitos sexuais, direitos reprodutivos, autonomia das mulheres e enfrentamento à violência contra as mulheres.

- **Decreto nº 8.086**, de 30 de agosto de 2013, que instituiu o Programa “Mulher Viver sem Violência”.

- Decreto nº 8.131/2013, que regulamentou a Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, que criou o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM). O Grupo de Trabalho de Monitoramento de Indicadores, de caráter permanente, era coordenado pela SPM/PR e composto pelo IBGE e IPEA, ONU Mulheres, OIT, DIEESE e CNDM, na qualidade de convidados permanentes. A primeira edição do RASEAM foi publicada ao final de 2013 e a segunda edição foi lançada em março de 2015.

- **Lei nº 12.964,** de 8 de abril de 2014, alterou a Lei no 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para determinar multa para o empregador que não assinar a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de empregada/o doméstica/o.

- **Lei Complementar nº 144**, de 15 de maio de 2014, que determinou para as mulheres servidoras policiais a diferença de cinco anos a menos que os homens como requisito para aposentadoria, equiparando-as ao direito já estabelecido para as demais mulheres trabalhadoras.

- **Decreto nº 8.243**, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

- **Lei nº 12.990**, de 09 de junho de 2014, que reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

- **Portaria nº. 485/2014**, que redefiniu o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, estruturação de serviços de referência, interrupção da gestação prevista em lei, cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Serviço 165, Classificação 006: cadastrou 33 (trinta e três) Serviços de Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei.

- **Lei 13.104**, de 09 de março de 2015. (Lei do feminicídio), alterou o art. 121 do Decreto Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

- **Portaria Interministerial SPM/PR/MJ/MS nº. 288,** de 25 de março de 2015: estabelece orientações sobre atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e pelos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à humanização do atendimento e ao registro de informações e coleta de vestígios.

- **Portaria GM/MS 1.662, de 02 de outubro de 2015**, definiu critérios para habilitação para realização de Coleta de vestígios de violência sexual no Sistema Único de Saúde (SUS), inclui habilitação no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e cria procedimento específico na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS.

- **Lei nº 13.239**, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

- **Portaria Interministerial 1.080/2015**, que Instituiu Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde da Mulher com Deficiência e Mobilidade Reduzida para a

elaboração e acompanhamento de ações estratégicas que qualifiquem o cuidado e o acesso das mulheres com deficiência à atenção integral à saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- **Lei 13.249/2016** - Lei que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019, que traçou como Diretriz Estratégica: Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.

- **Lei Complementar nº 150/2016** - Regulamentação dos Direitos das Trabalhadoras Domésticas, regulamenta as mudanças decorrentes da aprovação da Emenda Constitucional nº 72/2013.

- **Portaria Interministerial nº 308/2015**- Grupo de Trabalho de Futebol Feminino, assinada pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e Ministério do Esporte, que institui o Grupo de Trabalho de Futebol Feminino e tem como objetivo debater e sugerir iniciativas de estímulo ao desenvolvimento do futebol feminino.

Parte desses decretos, portarias e Leis tornaram-se sem efeito e/ou não tiveram investimento institucional para sua efetivação porque não estão em consonância com a perspectiva ideopolítica do governo em tela.

Feita a contextualização do cenário das políticas para as mulheres no início da gestão e apresentada estrutura do MMFDH, traçamos alguns atos normativos do Governo Bolsonaro que representaram ações e abordagens em desacordo com a luta históricas das mulheres em termos de políticas públicas como, por exemplo, os listados abaixo[231]:

---

[231] De 2019 a abril de 2020, o governo aprovou 14 mudanças legislativas referentes aos direitos das mulheres, 08 alterações na Lei Maria da Penha e 06 referentes ao auxílio emergencial para mulheres provedoras de famílias monoparentais. “As alterações na Lei Maria da Penha ainda que relativamente numerosas não produziram modificações substanciais, nem restringiram ou ameaçaram os direitos das mulheres. As alterações foram: a notificação compulsória nos casos de suspeita de violência doméstica em atendimentos no serviço público de saúde; permissão para que a autoridade judicial ou policial requeira medidas protetivas para mulheres em situação de violência e registro da medida protetiva no banco de dados do Conselho Nacional de Justiça; garantia de matrícula de filhos/a de mulheres em situação de violência em escolas próximas da nova residência mesmo na ausência de vagas; agilização de processos de divórcio para mulheres vítimas de violência; obrigatoriedade para inclusão da informação sobre a mulher vítima se violência ser portadora de deficiência. Duas outras alterações se referem ao agressor e têm elementos um tanto quanto polêmicos e que revelam nas suas lógicas, diretrizes mais amplas das concepções ideológicas do bolsonarismo, dado que em uma delas se estabelece como medida protetiva de urgência a frequência do agressor a centro de reabilitação, enquanto a segunda responsabiliza o agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados à saúde da vítima no serviço público, bem como com relação aos dispositivos de segurança por ela utilizados. No caso dos centros de “reabilitação” o que está em jogo são as

- Portaria nº 13/2019 do MMFDH - Alterou a estrutura interna do MMFDH, com a redução de setores voltados para políticas de promoção da igualdade de gênero e enfraquecendo a institucionalidade das políticas para as mulheres no âmbito federal.

-Portaria nº 13.474/2020 - Extinguiu cargos relacionados às políticas de promoção de igualdade de gênero.

- Portaria Nº 2.070/2019 - Revogou o artigo 2º da Portaria nº 350/2018, que trata da obrigatoriedade da adoção dos princípios e diretrizes do Código de Conduta e Respeito aos Direitos Humanos em publicação de editais e cláusulas de contratos, convênios e demais instrumentos, a fim de orientar empresas e entidades. A centralidade dada à defesa da "família natural" no comitê contribuiu para a exclusão de outras formas de família no âmbito das políticas públicas, reafirmando uma concepção restritiva dos direitos de proteção e apoio social.

- Decreto 9.831/2019 - Criação do Comitê Interministerial de Promoção da Vida e Defesa da Família, com o objetivo de coordenar ações do governo relacionadas à promoção da vida e à defesa da família, conforme os princípios estabelecidos pelo MMFDH. A formação do comitê foi explicitamente orientada por uma visão religiosa e conservadora, com foco na defesa da "família patriarcal" e na rejeição de qualquer tipo de flexibilização quanto às suas definições.

- **Decreto Nº 10.531** - Instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil para 2020 a 2031. Nele estabeleceu no item 5.3.5,o desafio de efetivar os direitos humanos fundamentais e a cidadania: “promover o **direito à vida, desde a concepção** até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e atenção às gestantes”

- Decreto nº 9.785/2019 - Flexibilizaram as regras para posse e porte de armas de fogo no Brasil, quando é de conhecimento público que o aumento na circulação de armas poderia elevar os índices de violência doméstica e feminicídio.

- Portaria nº 2.282/2020 do Ministério da Saúde- Estabeleceu novas regras para o procedimento de aborto legal em casos de estupro, exigindo que os

---

comunidades terapêuticas notadamente de cunho cristão fundamentalista e conservador que são extremamente valorizadas pelo governo federal, notadamente pela ministra Damares Alves. Já a obrigatoriedade do ressarcimento vai de encontro à obrigação do Estado em cuidar e proteger as vítimas de violência, além de instituir a cobrança de serviços públicos que devem ser gratuitos e universais”. Por Taciana Gouveia Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/02/26/politicas-para-mulheres-no-governo-bolsonaro-notas-para-reflexao>. Acesso em: 24 ago. 2024.

profissionais de saúde notificassem a polícia antes de realizarem o procedimento e oferecessem à vítima a visualização do feto por ultrassonografia.

- Apoio ao Projeto de Lei do "Estatuto do Nascituro" (PL 478/2007) - O governo manifestou apoio a diversos projetos que visavam estabelecer direitos ao nascituro desde a concepção, podendo restringir ainda mais o acesso ao aborto legal e criando a chamada "bolsa estupro".[232]

- **Decreto nº 10.883/ 2021** - Aprovou a estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remanejou e transformou Cargos em Comissão e Funções de Confiança.

No Anexo I do citado decreto, encontrava-se disposta a estrutura regimental do MMFDH. A partir dessa estrutura foi possível identificar a diversidade temática do órgão com a inclusão 8 áreas de atenção. E, segundo o Relatório GT Transição (2022, p.32), com uma “uma função explícita para o desmonte das políticas para as mulheres: apagar as mulheres em sua diversidade enquanto sujeitos de direitos. ”

A perspectiva de apagamento da mulher enquanto sujeito de direito foi reiterativa em todos os documentos analisados. A referência que passou a ser trabalhada foi a da família patriarcal. Essa análise também está em conformidade com o Relatório do GT Mulheres de Transição (2022, 33), que assinalou “[...]. Em todos esses atos encontramos a intenção política em relação ao desmonte, do desenho legal que conservam a forma com a qual as mulheres são apagadas através do discurso de proteção da família, maternidade, gestação e expectativas (limitantes) de gênero.”

Fizemos um destaque para o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu e limitou a atuação de conselhos e comissões de participação social, incluindo o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Essa limitação da atuação dos conselhos de representação praticada na gestão de Bolsonaro vai na contramão das ações de estímulo à participação social na trajetória dos governos de Lula e Dilma. Pode-se dizer que nas gestões petistas houve incentivo em relação às estruturas de participação social nas políticas para as mulheres.

---

[232] O Projeto de Lei (PL) 5.435/2020, conhecido como "bolsa estupro", foi uma proposta de lei que pretendia pagar um auxílio financeiro a vítimas de estupro para que não abortassem. O projeto foi apresentado pelo senador cearense Eduardo Girão (Podemos) ganhando grande repercussão.

Como explicitado nos Anais da Conferência (2004), a participação social era incentivada por meio da:

> [...] criação e fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras (BRASIL, 2004, p. 32).

A última conferência de mulheres realizada no país aconteceu ainda na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, em meio ao conturbado processo do Golpe. Com o tema “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, a IV Conferência Nacional de Política para as Mulheres[233] teve a duração de três dias e a participação de aproximadamente três mil delegadas. A etapa nacional discutiu propostas municipais, intermunicipais e estaduais.[234] De acordo com o Relatório de Gestão 2011- 2016 (2016), as demais etapas ocorreram da seguinte forma:

- Conferências municipais e Conferências livres: realizadas 2.200 conferências, envolvendo 300 mil mulheres em todo o país.

- Conferências estaduais: ocorridas em todos os estados.

- Conferências livres e consultas Nacionais - sobre as temáticas: Quilombolas, Matriz Africana e de Terreiros, Ciganas, Indígenas; Travestis e transexuais e Mulheres com Deficiência.

- Conferências-livres Ministeriais: realizadas por diversos ministérios e respectivas pautas temáticas.

- Plenária Governamental: realizada em dezembro de 2015, etapa preparatória para a 4ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres.

Responsável pela convocação da Conferência Nacional, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), constitui-se como um espaço de participação e

---

[233] A Resolução nº 5, de 15 de dezembro de 2023, do pleno do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) decidiu que a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorrerá em 2025. Importante destacar que a Conferência foi convocada em 2018, pelo DECRETO Nº 9.585, de 27 de novembro de 2018 e adiada pela RESOLUÇÃO Nº 1, de 23 de fevereiro de 2021, até que se restabelecesse a segurança sanitária no país. Documento de Convocação da VCNPM está disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>. Acesso em: 19 ago. 2024.

[234] Relatório Final da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Mulheres_IV/relatrio%20final%20-%20iv%20conferncia%20nacional%20de%20politicas%20para%20as%20mulheres.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

diálogo entre os movimentos feministas, de mulheres e diversos movimentos sociais na perspectiva de construção coletiva do processo de decisão governamental. O CNDM foi criado por meio da Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e inicialmente estava vinculado ao Ministério da Justiça. Através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, foi vinculado a SPM com alteração da composição, estruturação, competências e funcionamento. O Decreto nº 8.202, de 07 de março de 2014 fez atualização do seu Regimento Interno.

O CNDM, desde então, passou a ser representado por integrantes de organizações sociais da sociedade civil com atuação comprovada em ações voltadas para mulheres, e integrantes governamentais representados por ministérios afins às pautas das mulheres consubstanciadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/PNPM. Dessa forma, o CNDM representava um importante espaço de deliberação de políticas.

> O CNDM propôs a criação de mecanismos capazes de assegurar a participação equitativa das mulheres no processo de geração de empregos e renda, o acesso destas às políticas sociais de caráter universal e a implementação de programas especiais dirigidos a grupos frágeis ou vulneráveis (PINTO, 2006, np).

Durante o governo anterior, o enfraquecimento do CNDM, somado ao desmonte de outras estruturas institucionais voltadas à participação social das mulheres, resultou em graves retrocessos. A extinção de conselhos e comitês relacionados à igualdade de gênero, além de cortes no orçamento de políticas de combate à violência contra a mulher, deixou um vácuo na articulação entre a sociedade civil e o Estado. Por isso, a retomada das atividades em 2023 foi tão comemorada, com a participação, inclusive, da Deputada Federal Benedita da Silva (PT - RJ)[235], que participou do primeiro Conselho dos Direitos da Mulher. Em 18 de

[235] "Representando o Congresso Nacional, a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) relembrou a atuação do chamado Lobby do Batom, de combate às discriminações de gênero, quando mulheres parlamentares atuaram durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Benedita enfatizou o papel das conselheiras para a para a população feminina. 'Destaco a importância de nós respaldarmos, enquanto sociedade civil, as ações governamentais, não apenas como fiscalizadores, mas como proponentes'." Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/conselho-dos-direitos-da-mulher-tem-1a-reuniao-de-trabalho-em-2023>. Acesso em: 23 ago. 2024.

julho de 2024, tomou posse a nova composição do triênio 2024 – 2027, com 28 conselheiras eleitas entre representantes do governo e da sociedade civil.[236]

Ao considerar os programas propostos pelo governo entre 2019-2022, consideramos que a estrutura normativa difusa era uma estratégia para dificultar o monitoramento e uma ferramenta de desestruturação da política, como também acena o Relatório do GT Mulheres de Transição (2022).

Salve uma Mulher Portaria nº 2842, de 3 de outubro de 2019.

Com o Propósito de combater a violência contra as mulheres, com foco especial no assédio sexual no ambiente de trabalho e na violência doméstica e familiar. A implementação do projeto ocorreria por meio de parcerias envolvendo cursos de sensibilização e capacitação, além da divulgação de materiais educativos sobre a violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a rede de atendimento disponível. Propunha também a Criação do Selo "Salve Uma Mulher"**,** destinado ao reconhecimento das instituições participantes do projeto.

O Programa, no entanto, não apresentava parâmetros mínimos que possibilitassem mensuração dos objetivos, tampouco a realização de ações que pudessem ser monitoradas e avaliadas para revisão da política e seu impacto. Ademais, tratava a mulher como um ser indefeso, que não é sujeito ativo de vida e suas escolhas, apenas passivo que tem no Estado ou agentes da sociedade civil a salvação.

Mães do Brasil - Decreto nº 10.987, de 8 de março de 2022

O programa visava amparar o exercício da maternidade, reconhecendo o seu valor para o bem comum. Isso se efetivaria pela promoção dos direitos relacionados à gestação e à maternidade, assegurando os direitos da criança nascida e por nascer através do apoio por meio de redes voluntárias.

O programa acentuava a condição das mulheres através da ideia de que seu principal papel é o de maternidade, vinculando essa função a um status que necessita de proteção. Além disso, fazia uso de voluntárias para a execução das atividades, o que dilui responsabilidades institucionais. Por fim, desviava-se dos direitos

[236] Matéria disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/julho/novas-representantes-do-conselho-nacional-dos-direitos-da-mulher-tomam-posse-para-o-trienio-2024-2027>. Acesso em: 23 ago. 2024.

fundamentais das mulheres e gestantes, ao introduzir mudanças legais inadequadas que comprometiam os direitos sexuais e reprodutivos já garantidos pela Constituição.

Programa Município Amigo da Família - Portaria nº 1.756, de 19 de junho de 2020 (última do Governo Bolsonaro: Portaria nº 107, de 18 de janeiro de 2022).[237]

O programa tinha como propósito incentivar os municípios a promover ações e políticas públicas com perspectivas familiares, visando ao fortalecimento dos vínculos conjugais e intergeracionais, além de fomentar o suporte social às famílias no âmbito municipal. Para aderir ao programa e receber a certificação, o município deveria comprovar a existência de políticas públicas, programas, ações, serviços ou benefícios que promovessem a valorização da família.

Levando em conta a perspectiva conservadora por meio da qual a política para as mulheres era desenvolvida por esse ministério, consideramos problemático um programa com a finalidade de fortalecimento de vínculos conjugais, quando sabemos que na maioria das vezes é dentro dessa relação que se amplifica os casos de violência contra as mulheres. Também questionamos mais uma vez o padrão de família, haja vista a realidade de grande parte das unidades habitacionais brasileiras serem compostas por famílias monoparentais ou composições diversas da família patriarcal, branca, cisgênero defendida pelo conservadorismo.

Estratégia Nacional de Vínculos Familiares - Decreto nº 10.570, de 09 de dezembro de 2020.

Apresentava o objetivo de promover políticas públicas de reforço dos laços familiares, no reconhecimento da família como base da sociedade que merece especial proteção do Estado. Dessa forma, tinha como propósito articular esforços entre o Governo Federal e a sociedade civil em prol da valorização e do fortalecimento dos vínculos familiares.

---

[237]Na página da Confederação Nacional de Municípios, a matéria *Programa Município Amigo da Família quer ações integradas de fortalecimento de vínculos conjugais e intergeracionais* destacava: "O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) incentiva ações integradas de políticas públicas familiares, que fortaleçam vínculos conjugais e intergeracionais, por parte dos governos municipais. Chamada de Programa Município Amigo da Família (PMAF), a iniciativa foi regulamentada pela Portaria 1.756/2020 – publicada no Diário Oficial da União (DOU) – e propõe o fomento ao suporte social das famílias em todo o país." Disponível em: < https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/programa-municipio-amigo-da-familia-quer-acoes-integradas-de-fortalecimento-dos-vinculos-conjugais-e-intergeracionais>. Acesso em: 24 ago.2024.

O programa tentou assegurar, por meio de decretos, a defesa ideológica e religiosa de uma visão restrita de família, promovendo, assim, a exclusão dos sujeitos de direitos de sua legítima proteção, ao estabelecer a família como o principal núcleo a ser protegido e preservado.

Foi característica central de várias políticas promovidas durante o governo Bolsonaro, a defesa de uma visão conservadora de família. Sob essa perspectiva, o MMFDH buscou legitimar a concepção tradicional e restrita de família, baseada em valores religiosos e ideológicos específicos, com o objetivo de se contrapor a outras formas de organização familiar e, assim, restringir o reconhecimento de direitos de grupos como LGBTQIA+, mães solos e outras configurações familiares que fogem ao modelo cisheteropatriarcal.

Essa abordagem não apenas marginaliza sujeitos que não se enquadram nesse conceito limitativo de família, como também enfraquece as políticas públicas voltadas para garantir proteção e direitos a essas populações. O fortalecimento do núcleo familiar tradicional, visto como "natural" ou "divino", alinhou-se a uma agenda neoconservadora que muitas vezes usou a religião como pilar de sustentação, promovendo, por meio de decretos e políticas, uma espécie de "proteção" da moral familiar, enquanto reduziu o alcance das políticas de inclusão e diversidade.

Essa política de "aniquilamento dos sujeitos de direitos" também se dá pela centralização do poder de proteção no conceito de família patriarcal, ignorando as complexidades e pluralidade da formação social brasileira e suas expressões contemporâneas. Isso coloca um grande desafio para os movimentos sociais, em especial aos movimentos feministas e de mulheres na luta pelo reconhecimento da igualdade substantiva das mulheres.

3.2 **Fundo Público, Orçamento e políticas para as Mulheres: uma perspectiva feminista sobre o orçamento**

O conceito de fundo público é central para compreender as disputas e os conflitos que permeiam a gestão do Estado e a alocação de recursos públicos, especialmente em contextos de políticas ultraneoliberais, neoconservadoras e

neofascistas, tal como caracterizamos o governo de Jair Bolsonaro. Mais do que os elementos que constituem a arrecadação de impostos, contribuições e outras receitas, compreendemos que é necessário o entendimento da disputa do fundo público como essencial para o financiamento das políticas públicas e atendimento das demandas da classe trabalhadora, em detrimento da apropriação que tem sido feita pelo capital financeiro e grupos privados.

> Pelo fato do fundo público ser o meio pelo qual o Estado capitalista e os governos materializam suas políticas e projetos, é possível apreender o próprio modo de ser do Estado, seu lugar no capitalismo em crise e decadente, suas contradições e relação com as classes sociais e projetos societários. (BEHRING, 2021, p. 21).

A "centralidade do fundo público na produção e reprodução do capital"[238] vem sendo discutida pela autora em suas obras, demarcando a disputa do Estado de forma mais intensa, de modo a assegurar as condições gerais para a produção e administração da crise do capital. Dessa forma, nada mais conveniente do que partir do golpe de 2016, que possibilitou as condições destrutivas do ultraneoliberalismo, como abordamos anteriormente, abrindo mais "gambiarras para o escoamento do fundo público" (BEHRING, 2021, p.23) de forma a atender aos interesses ultraconservadores.

Por isso, é necessário caracterizar o orçamento público no campo da disputa social e política no qual se definem as prioridades de investimento e os direcionamentos dos recursos públicos, refletindo as relações de poder entre diferentes classes e grupos sociais. Para Behring (2021), o orçamento não é apenas um instrumento técnico de gestão financeira, mas um espaço de luta de classes onde se consolidam decisões que podem reforçar ou atenuar desigualdades sociais. Nas palavras de Behring, (2021, p. 251), "[...]os direitos e as políticas públicas que os materializam expressam um campo de contradições, de luta de classes."

---

[238] "O fundo púbico não gera diretamente mais-valia, a não ser quando o estado participa diretamente como produtor, apesar de essa situação não ser a mais desejável para o capital, configurando-se como exceção, em geral, tendo em vista infraestrutura produtiva, preços subsidiados de matérias-primas e energia, operações de salvamento e saneamento de empresas em situação de falência e concordata, entre outras situações conjunturais. Porém, o fundo público, tencionando pela contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada do produto social, atua realizando uma punção de parcela da mais-valia socialmente produzida e do trabalho necessário para sustentar, num processo dialético, a reprodução da força de trabalho e do capital, socializando os custos da produção e agilizando os processos de realização da mais-valia, base da taxa de lucro. " (BEHRING, 2021, p. 103).

O orçamento público, nesse sentido, deve ser entendido no contexto de políticas neoliberais que promovem ajustes fiscais de austeridade com o objetivo de manter o chamado equilíbrio financeiro e assegurar o pagamento de juros da dívida pública, frequentemente em detrimento de políticas sociais para a classe trabalhadora. Sob essa lógica, a organização orçamentária acaba por favorecer o capital financeiro e as grandes empresas, enquanto as demandas da classe trabalhadora, no contexto da luta de classes, não são atendidas.

Behring (2008, p. 63), ao tratar sobre a crise fiscal analisa que esta é induzida não apenas e nem principalmente por meio da pressão das/os trabalhadoras/es, exigindo mais proteção social. Segundo a autora, esse foi um argumento neoliberal para avançar no corte dos gastos sociais, escondendo os interesses reais para diminuir os custos com as/os trabalhadoras/es.

A necessidade de corte de gastos tem sido utilizada como elemento do discurso recorrente para pouco ou nenhum investimento em políticas que não têm prioridade estratégica nos governos: “É evidente a reorientação do fundo público para as demandas do empresariado, combinada à queda da receita engendrada pelo ciclo depressivo e à diminuição da taxação sobre o capital, que alimentam a crise fiscal” (BEHRING, 2008, p.63). Dessa forma, em um contexto de pressão pelo aumento de gastos, a disputa pelo fundo público intensifica-se (BEHRING, 2008). Assim, sob o argumento de equilíbrio das contas públicas e escassez de recursos, justifica-se o corte de gastos estatais.

> As políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso notadamente ideológico. Elas são paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção pelo Estado [...]. (BEHRING, 2008, p. 64).

Além disso, como também afirma a Behring (2021, p 118), por meio da tributação, o Estado se apropria de parte considerável do excedente de trabalho social produzido, a mais-valia, transformado em juros, lucro e renda da terra e de parte do trabalho necessário na forma de salário. Assim, com o neoliberalismo não tivemos a minimização da intervenção do Estado, como se propaga, pois ele permaneceu com sua capacidade de extração e forte presença econômica e social: “o Estado redireciona a alocação do fundo público, que é elemento constitutivo dessa lógica destrutiva.”

As políticas fiscais e orçamentárias são orientadas pela lógica de ajuste fiscal, limitando os gastos sociais e ampliando os recursos destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Esse processo de desvio de recursos para o setor financeiro acaba por comprometer a capacidade do fundo público de atender às demandas por políticas públicas. Da mesma forma, o orçamento público – "categoria mais visível do fundo público" - também deixa de ser um instrumento de planejamento e execução de políticas públicas para atender às demandas da população e passa a contemplar os interesses do grande capital.

A partir de "reformas", como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de mudanças no marco regulatório das finanças públicas, o orçamento público foi submetido a uma lógica de prioridade do superávit primário, cujo objetivo principal é garantir o pagamento de juros da dívida. Dessa forma, o fundo público se converte em um espaço de captura pelo capital financeiro, limitando a capacidade do Estado de investir em políticas sociais e aumentando a dependência do país em relação aos interesses financeiros internacionais. Nesse sentido, alertam-nos Salvador e Teixeira:

> [...] é importante não confundir a categoria fundo público com os chamados fundos especiais previstos no artigo 71 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964 e no artigo 165 da Constituição Federal (CF) de 1988, que se refere às instâncias de financiamento específicas na administração pública. [...]. Trata-se aqui de uma questão legal e distinta da categoria teórica fundo público; é um fundo especial que tem seus recursos alocados no orçamento e suas receitas provenientes de tributos e outras receitas públicas. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 17)

Dessa maneira, conforme os autores, o fundo especial[239] compõe o fundo público e se organiza de acordo com sua finalidade: como fundo de gestão orçamentária, fundo de gestão especial e fundo de natureza contábil.

No que tange ao orçamento público, Salvador e Teixeira reiteram com referência a Oliveira (2009) que "não se limita a uma peça técnica e formal ou a um

[239] O fundo especial se organiza, conforme sua finalidade, em três formas: "a) como fundos de gestão orçamentária, que têm execução orçamentária e financeira de despesas financiadas por receitas orçamentárias vinculadas a essa finalidade (por exemplo, o Fundo Nacional da Saúde); b) Como fundos de gestão especial, que são aqueles vinculados à execução de programas de capitalização, empréstimos, financiamentos, a entidades públicas ou privadas, por meio da utilização de dotação específica na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou ainda de incentivos fiscais (exemplos: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO); Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)); c) Como fundos de natureza contábil, que não são responsáveis pela execução orçamentária e financeira das despesas, embora recolham, movimentem e controlem receitas orçamentárias e sua distribuição para atendimento de finalidades especificas (exemplos: Fundo de Participação Municipal (FPM); Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza)." (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014. p. 17).

instrumento de planejamento; ele é, desde suas origens, uma peça de cunho político". E continuam:

> [...] ele serve para orientar as negociações sobre quotas de sacrifício sobre os membros da sociedade no tocante ao financiamento do Estado e é utilizado como instrumento de controle e direcionamento dos gastos. Assim, a decisão sobre os objetivos de gastos do Estado e a fonte dos recursos para financiá-lo não é somente econômica, mas principalmente são escolhas políticas, refletindo a correlação de forças sociais e políticas atuantes e que têm hegemonia na sociedade (OLIVEIRA, 2009). Os gastos orçamentários definem a direção e a forma de ação do Estado nas suas prioridades de políticas públicas. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 17)

O orçamento deve ser compreendido como um reflexo da dinâmica política de uma sociedade, pois evidencia, através de sua composição de despesas e receitas, quais grupos sociais ou setores da sociedade arcam com a maior parte da carga tributária e quais se beneficiam mais com a aplicação desses recursos. (OLIVEIRA, 2009).

Considerar a transparência do fundo público brasileiro leva a refletir sobre o nível de disponibilização das informações para a população. A dificuldade no acesso aos dados do orçamento público é um dos obstáculos ao exercício efetivo do controle democrático, tão essencial ao processo de participação (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014). Examinar o conteúdo divulgado de maneira pública requer considerar não apenas a apresentação do orçamento de uma política pública específica, mas também a integralidade dos recursos do fundo público e o contexto da política econômica, já que esta, em grande medida, orienta a política social e demandas de políticas específicas.

> Assim, torna-se relevante verificar a publicização de documentos referentes ao ciclo orçamentário ampliado (o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA, bem como de seus projetos de lei, o Relatório de Prestação de Contas dos três poderes e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Relatório de Auditoria Externa, a Apreciação do Legislativo quanto à apreciação e a aprovação das contas públicas); à arrecadação tributária, contendo dados das desonerações; à execução orçamentária e financeira, incluindo informes detalhados de restos a pagar; à dívida pública, com a identificação pormenorizada dos credores; às transferências intergovernamentais, ao exterior e ao setor privado; ao orçamento real das estatais. Os mecanismos adotados para difusão dos documentos do fundo público, assim como a clareza deste conteúdo, permitem problematizar o alcance das informações. Assim é importante considerar a diversificação dos meios de divulgação empregados pelo Estado na propagação do orçamento (diário oficial, site, audiência pública, unidades de serviço público, boletins, panfletos, rádio), aliada à limpidez e à compreensão dos documentos divulgados. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 25).

O atual formato orçamentário, sob a justificativa de uma gestão mais eficiente do orçamento público, resultou na redução das ações orçamentárias. Essa alteração afetou negativamente o controle democrático exercido pela sociedade sobre o orçamento e, como efeito adverso, acabou ocasionando a perda de informações e o descumprimento do princípio da especificidade, que é fundamental para garantir a transparência orçamentária, dificultando o controle social sobre a alocação de recursos. Segundo Salvador e Teixeira, isso decorre:

> [...] da perda de informação e descumprimento do princípio da especificidade tão caro à transparência orçamentária e torna praticamente e impossível acompanhar os compromissos assumidos pelo governo da forma como é feito por meio dos orçamentos temáticos disponíveis no Siga Brasil. (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014, p. 26).

Nessa perspectiva de que o orçamento público pressupõe escolhas políticas e perspectiva ideológica, durante a gestão de Bolsonaro (2019-2022), o orçamento destinado às políticas para as mulheres foi um reflexo da abordagem conservadora do governo. Foram priorizadas pautas como a "defesa da família patriarcal" e a "valorização da vida" em detrimento de políticas que visassem o rompimento das históricas relações patriarcais de sexo.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), liderado por Damares Alves, concentrou as ações voltadas para as mulheres, e o orçamento alocado para tais políticas mereceu muitas críticas, tanto pela insuficiência dos recursos quanto pela falta de foco em políticas efetivas de proteção e promoção dos direitos das mulheres.

Em 2020, por exemplo, o orçamento destinado à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) foi um dos mais baixos dos últimos anos, representando uma redução significativa em comparação aos governos anteriores. Em termos concretos, o orçamento previsto inicialmente foi de cerca de R$ 118 milhões, mas houve diversos cortes e remanejamentos. No fim, apenas uma fração desse valor foi efetivamente destinada a programas específicos de apoio às mulheres, especialmente em relação ao enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2021, o cenário se manteve semelhante, com o baixo orçamento previsto, e ainda assim sendo pouco utilizado, o que gerou críticas pela falta de execução orçamentária.

Além disso, a maior parte dos recursos foi destinada a campanhas e programas com viés ideológico, como o incentivo à "defesa da vida" e a promoção de uma visão

conservadora da família patriarcal, desviando a atenção de questões centrais, como a autonomia das mulheres, o combate à violência doméstica e a igualdade de direitos.

A prioridade dada a programas de acolhimento que buscavam desestimular o aborto, mesmo nos casos em que ele é permitido por lei, foi emblemática da gestão. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres foram tratados como caso de justiça, a exemplo de processos que se tornaram públicos acerca da empreitada do MMFDH, com atenção especial para Damares, para evitar procedimentos de interrupção da gravidez mesmo em casos cobertos por lei, como mencionado.

A pandemia de Covid-19 exacerbou a violência doméstica em todo o Brasil, foi um ponto crítico em que o orçamento destinado ao apoio de equipamentos de atenção às mulheres, sobretudo em situação de violência, foi amplamente insuficiente. Redes de apoio às mulheres denunciaram a falta de recursos para abrigos e centros de atendimento às vítimas de violência,[240] como foi possível observar no caso do Centro de Referência da Mulher, Vânia Araújo no Rio Grande do Sul.[241]

Dessa forma, sobre o orçamento das políticas para as mulheres durante o governo Bolsonaro, constatamos sua redução e a utilização questionável, priorizando pautas conservadoras e negligenciando as reais demandas prioritárias das mulheres, sobretudo mulheres negras pobres. Nesse aspecto, o foco em uma visão restritiva de "família", além de estar em desacordo com a realidade das mulheres brasileiras, também retirou recursos de políticas públicas importantes de proteção à vida das mulheres, como aquelas voltadas para mulheres em situação de violência.

A imprecisão orçamentária a partir do detalhamento do recurso destinado às pautas das mulheres é um dos elementos que precisa de atenção ao analisarmos as políticas para as mulheres no Governo Bolsonaro. No nosso entendimento, foi uma estratégia para escamotear a ausência de prioridade da política, investindo pouco ou nenhum recurso - como foi possível avaliar em determinados projetos. No entanto, mais do que isso, para nós representa também mais uma forma de retirar o sujeito “mulher” da destinação de recursos.

No esforço de levantar os recursos destinados para as mulheres do MMFDH nos anos do governo Bolsonaro, fizemos um levantamento de todas as ações/projetos

---

[240] Matéria disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/21/falta-de-recursos-e-de-politicas-para-mulheres-agravam-violencia-na-pandemia>. Acesso em: 20 out. 2024.

[241] Matéria disponível em: https://www.brasildefators.com.br/2021/12/21/parlamentar-gaucha-denuncia-desmonte-do-centro-de-referencia-da-mulher-vania-araujo>. Acesso em: 20 out. 2024.

voltados para as mulheres da Unidade Orçamentária (UO) MMFDH no SIGA Brasil dos anos de 2019 a 2022. No entanto, é importante lembrar que o orçamento para o primeiro ano do governo, 2019, ainda correspondeu ao proposto pelo governo anterior. No caso, essas ações estariam previstas no Plano Plurianual (PPA) do Governo de Dilma Rousseff. No entanto, a despeito das críticas que também fazemos aos poucos recursos destinados às políticas para as mulheres nas gestões petistas, precisamos retomar que o golpe na presidenta e a sequência de governo com Michel Temer afetou ainda mais as diretrizes dessa política, impactando nos Projetos de Lei Orçamentária Anual subsequentes.

De acordo com o Relatório GT Mulheres de Transição (2022), o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) encaminhado pelo governo Bolsonaro em 31 de agosto de 2022[242], por exemplo, previa apenas R$ 23 milhões para as ações finalísticas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, o que representa 10% dos valores do orçamento previstos para 2015[243], ainda no Governo de Dilma, ou seja:

Tabela 2 – Comparativo PLOA 2015 X PLOA 2023

PLOA 2015 (antes do golpe)	**PLOA 2023 (governo Bolsonaro)**
236 milhões de reais	23 milhões de reais

Fonte: Dados coletados nos Atos Normativos - Orçamentos Anuais do Ministério do Planejamento e Orçamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais> Acesso em: 03 jun. 2024.

Obviamente, essa drástica redução inviabiliza a implementação de políticas públicas efetivas. As ações finalísticas da então Secretaria de Política para Mulheres foram sumariamente prejudicadas desde o golpe e inviabilizadas no governo de Bolsonaro, tais como: a construção da Casa da Mulher Brasileira; a promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres; atendimento às mulheres em situação de violência; a central de atendimento à mulher - Ligue 180; e o incentivo a políticas de autonomia das Mulheres.

[242] Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/ploa-2023>. Acesso em: 26 ago. 2024.

[243] Lei no 13.115, de 20/04/2015. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2015>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Listamos abaixo as ações encontradas no MMFDH, com seus respectivos valores - Autorizado[244] e Pago[245] - considerando Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)[246].

Para o ano de 2019, obtivemos a seguinte disposição:

Tabela 3 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2019 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)

Ações voltadas para mulheres 2019	**Autorizado (IPCA)**	**Pago (IPCA)**
Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres.	55.936.329,43	36.682.927,54
Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca.	26.032.779,88	0,00
Contribuições a organismos internacionais sem exigência de programação específica.	1.177.168,08	1.158.347,60
Incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres.	0,00	0,00

[244] Autorizado: Inclui a previsão da despesa fixada pela Lei Orçamentária, mais alterações promovidas no decorrer do ano.

[245] Pago: Referente à fase final da execução da despesa onde ocorre o pagamento.

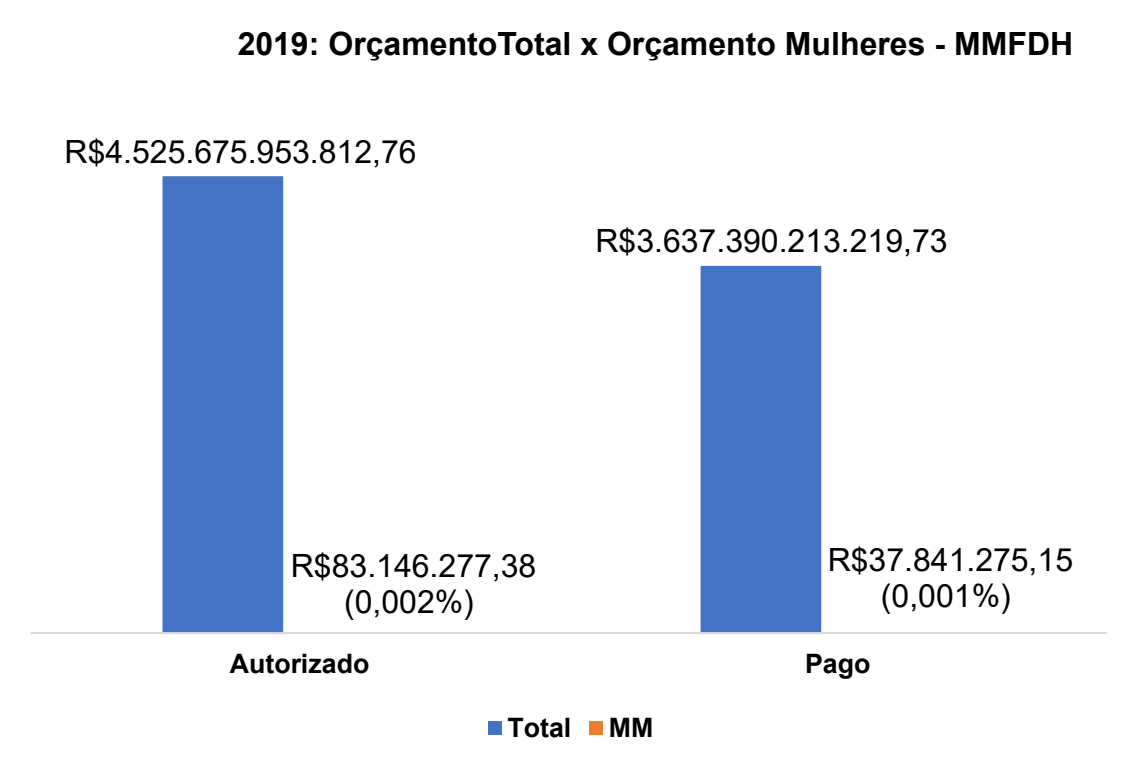
[246] O governo federal usa o IPCA como o índice oficial de inflação do Brasil. Portanto, ele serve de referência para as metas de inflação e para as alterações na taxa de juros. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.	0,00	0,00
Total	R$ 83.146.277,38	R$ 37.841.275,15

Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: 03 jun. 2024. Tabela elaborada pela autora (2024).

Ao tentar compreender o valor autorizado e pago em 2019 da Unidade Orçamentária (UO) MMFDH, e quanto este correspondia no total do valor autorizado e pago da União do ano fiscal 2019, obtivemos:

Gráfico 1 - Orçamento 2019 (a) Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH- Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



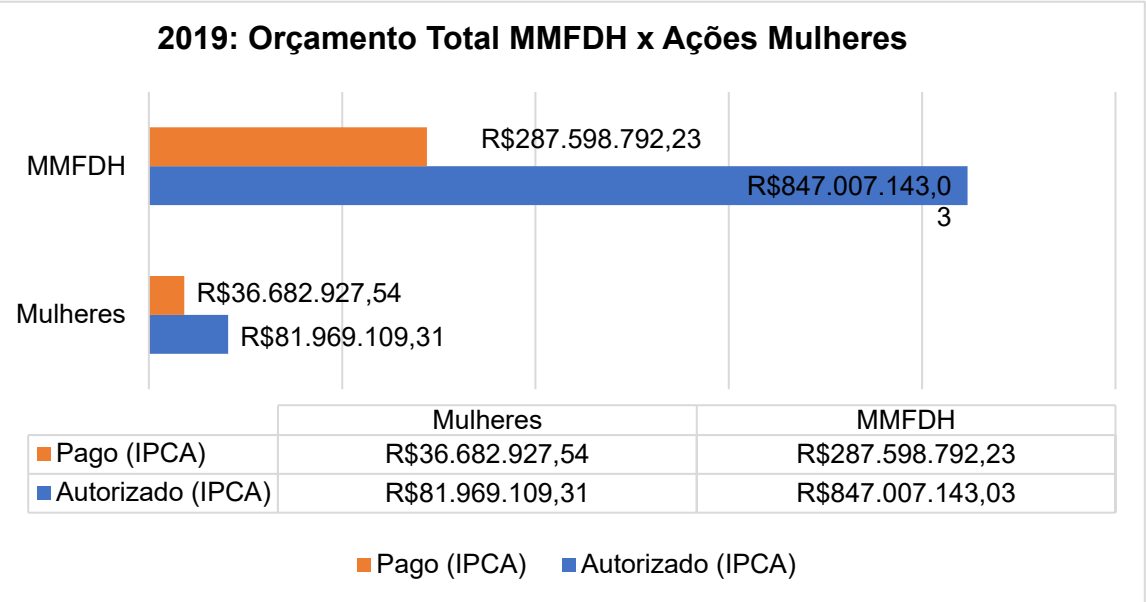
Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Como é possível observar, os valores pagos das políticas acima descritas na tabela somam apenas R$37.841.275,15, o que correspondeu a 0,001% do total do orçamento pago pela União referente a 2019.

> Em 2019, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) era a responsável pela execução das despesas para políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. As ações tinham um programa orçamentário específico para o tema “Programa 2016: Políticas para as Mulheres: Promoção da autonomia e enfrentamento a violência”. Entre as ações orçamentárias estavam: serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência; incentivo à autonomia econômica e ao empreendedorismo das mulheres; promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres; atendimento às mulheres em situação de violência; publicidade de utilidade pública; incentivo a políticas de autonomia das mulheres; central de atendimento à mulheres; construção da casa da mulher brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca; políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres. (TAVARES; ALVES, 2023, p. 53).

Grande parte dessas ações, que já vinham sofrendo esvaziamento de dotação ainda no Governo Temer não foram mais contempladas no Governo de Bolsonaro e Damares Alves.

Gráfico 2 - Orçamento 2019 (b) Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

O MMFDH teve um total de R$847.007.143,03 autorizado para 2019, desse montante apenas R$81.969.109,31 correspondia a ações autorizadas voltadas especificamente para as mulheres. Do orçamento do MMFDH 2019, apenas

R$287.598.792,23 foi pago, e das ações específicas para as mulheres, somente o total de R$36.682.927,54.

Em 2020 ocorreu a mudança da institucionalidade e o “novo” Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) passou a ser responsável pela execução dos gastos. Lembramos que a dotação orçamentária de 2020 foi proposta pelo governo Bolsonaro, logo, as características do orçamento assumiram o apagamento das mulheres praticado pelo governo.

Orçamento é um direcionamento político. Com a criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) as ações finalísticas passaram a compor o “Programa 5034: Proteção à vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos para todos”. Ou seja,

> [...] em 2020, os programas orçamentários voltados para as mulheres estavam inseridos em um plano de promoção para direitos humanos, o tema sendo posteriormente tratado por uma secretaria, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que integrava o Ministério, diferente de 2016, em que havia políticas e programas orçamentários específicos para o enfrentamento da violência contra as mulheres. TAVARES; ALVES, 2023, p. 54).

Dessa forma, encontramos as ações descritas, por exemplo, como: “Promoção e defesa de direitos para todos”, demarcando a condução desse ministério de invisibilizar as mulheres; “Fortalecimento da família”, de afirmação de um padrão de família patriarcal; e aquelas que tratavam de recursos destinado ao enfrentamento à violência contra as mulheres que foram ampliados no período da pandemia, descritos como “Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. ”.

Para listar as ações de 2020, é necessário destacar que mesmo algumas com nomenclatura genérica e imprecisões, precisaram ser consideradas, desde que com a Unidade Orçamentária (ajustada) MMFDH ou Secretaria de Políticas para as Mulheres, ainda que correndo o risco de superestimar os valores. Essa escolha considerou que a maior parte dos recursos desse ministério ficou concentrado no mesmo Programa da UO-MMFDH e, assim, sob a denominação geral, também se destina a atenção às mulheres. Dessa forma, foram destacadas inicialmente as seguintes ações:

Tabela 4 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2020 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)

Ações voltadas para mulheres 2020	Autorizado (IPCA)	Pago (IPCA)
Promoção e defesa de direitos para todos	216.287.445,30	28.450.502,06
Implementação da Casa da Mulher brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	81.891.137,65	85.576,07
Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus	58.624.967,05	56.018.437,17
Proteção do direito à vida	51.071.364,00	27.643.006,01
Operacionalização e aperfeiçoamento do sistema integrado nacional de direitos humanos – SINDH	40.302.766,61	30.404.581,07
Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres	32.284.233,39	9.386.445,35
Fortalecimento da família	9.090.403,95	668.563,21
Funcionamento dos conselhos e comissões de direitos	3.361.507,28	472.764,14
Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos de direitos humanos	1.363.117,57	0,00
Construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca	0,00	0,00
Total	R$ 494.276.942,8	R$ 153.129.875,1

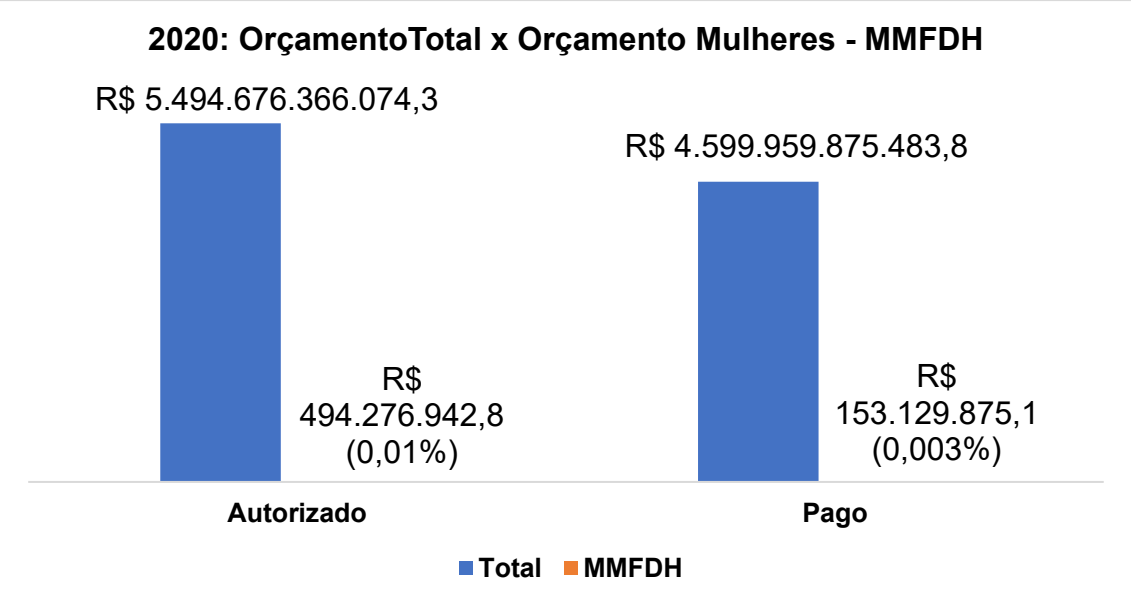
Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Tabela elaborada pela autora (2024).

A alocação de recursos no orçamento de 2020 foi parcialmente restaurada devido à mobilização política e pressão exercida pelos movimentos sociais sobre o Congresso, buscando assegurar a suspensão temporária das regras fiscais para

permitir a utilização de verbas no combate aos impactos da pandemia de Covid-19, como anteriormente mencionado. No entanto, apesar de os valores terem sido destinados, eles não foram efetivamente utilizados.[247] Isso aconteceu, por exemplo, com grande parte dos recursos da ação “Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”.[248]

No mesmo esforço de tentar comparar o percentual do orçamento destinado às mulheres, e de dotações genéricas em que mulheres também podem ser contempladas na UO-MMFDH/SPM, com o orçamento geral da União, encontramos o seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Orçamento 2020 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

[247] “Baixa execução financeira e lentidão do governo asfixiaram políticas sociais em 2020, diz estudo “- Relatório do INESC ‘Um país sufocado - balanço do Orçamento Geral da União’ mostra que governo federal deixou de gastar R$ 80,7 bilhões do orçamento destinado a conter os efeitos da pandemia em 2020”. Disponível em: <https://inesc.org.br/baixa-execucao-financeira-e-lentidao-do-governo-asfixiaram-politicas-sociais-em-2020-diz-estudo/>. Acesso em 11 set. 2024.

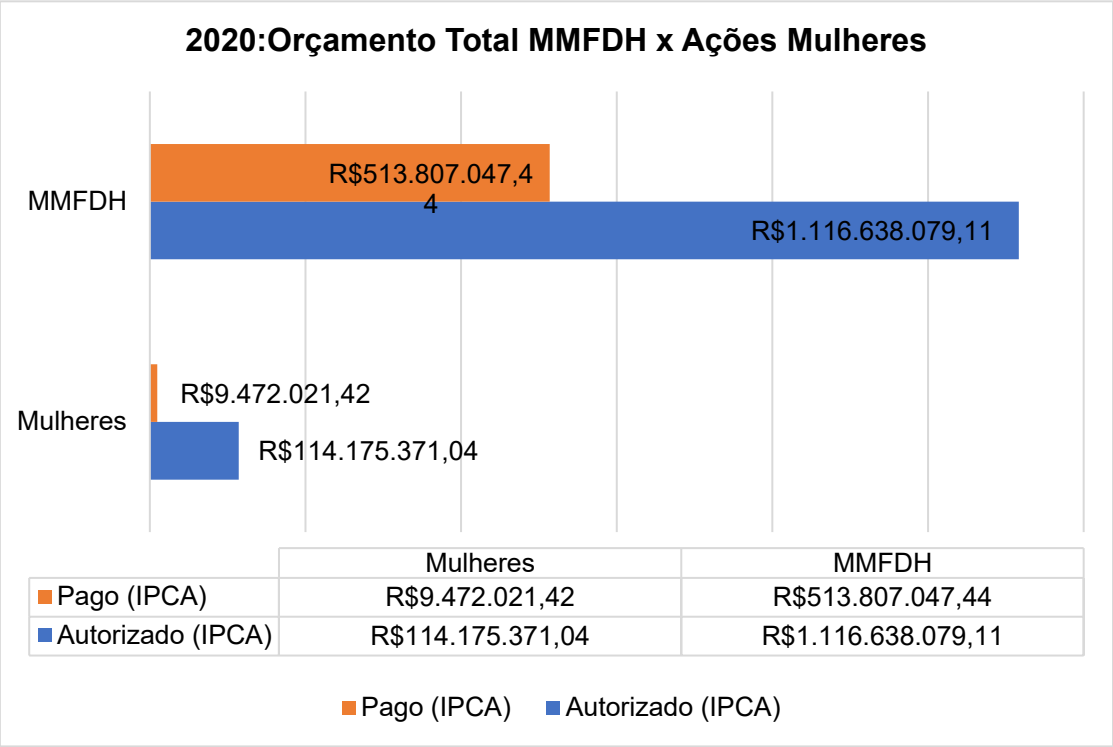
[248] “O governo também deixou ‘sobrar’ 70% do recurso voltado para o enfrentamento da violência contra as mulheres em 2020, pior ano da pandemia, mesmo com a suspensão das regras fiscais e a flexibilização das normas para contratos e licitações decorrentes do decreto de calamidade pública. Esse percentual significa um montante de R$ 93,6 milhões, que não chegou aos estados e municípios para financiar a rede de atendimento às mulheres.” Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/inesc-os-numeros-do-boicote-as-politicas-para-mulheres/#:~:text=Inesc:%20Os%20n%C3%BAmeros%20do%20boicote%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20para%20mulheres.%20Mais>. Acesso em: 11 set. 2024.

No levantamento das ações de 2020, é evidente a retirada quase total das mulheres do orçamento do MMFDH. Utilizando terminologias genéricas, as ações passam a corresponder de forma mais contundente aos interesses do grupo que estava no poder federal do país, que fortalecia as relações de dominação e opressão sobre as mulheres. De acordo com o Relatório de Gestão 2020, do MMFDH:

> O programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, único programa finalístico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no PPA 2020-2023, corresponde ao total de nossas despesas finalísticas no cumprimento de nossa Missão de Proteger a vida, fortalecer a família e defender os direitos humanos para todos, tendo como prioridade um maior e melhor acesso aos serviços de promoção e proteção de direitos, com foco no fortalecimento da família e em públicos até então não alcançados por políticas de governo [...] (BRASIL, 2021, p. 53).

Nesse sentido, constata-se que o programa 5034 concentrou todas as políticas públicas executadas pelo MMFDH, incluindo as políticas voltadas às mulheres. Essa forma de alocação do recurso dificulta o monitoramento e a avaliação das ações, e qual o impacto qualitativo na vida das mulheres. Mas, nos casos em que conseguimos separar as políticas específicas para as mulheres, a situação apresentada é dramática, ou seja, “Considerando, portanto, as políticas do MMFDH que nomeiam o público das mulheres na programação orçamentária, o quadro observado é de desmonte dessa política pública.” (INESC, 2023, p.3).

Gráfico 4 – Orçamento 2020 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Conforme comentamos anteriormente, o apagamento das mulheres do orçamento foi acentuado em 2020 e, nesse gráfico em especial, conseguimos melhor visualizar a gravidade do desmonte. Do total de R$1.116.638.079,11 autorizados para o MMFDH, R$513.807.047,44 foram destinados para ações específicas com mulheres. Contudo, apenas R$114.175.371,04 foram pagos do ministério e ínfimos R$9.472.021,42 de ações específicas. Não por acaso, o governo recebeu tantas críticas[249] e exigências públicas de explicações[250].

A seguir, de forma a continuar ilustrando o desmonte das políticas para as mulheres através do orçamento, apresentamos a lista de ações referentes a 2021.

[249] "Damares Alves tem desempenho pífio e promove gestão ideológica. Matéria disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/damares-alves-tem-desempenho-pifio-e-promove-gestao-ideologica>. Acesso em: 30 ago. 2024.

[250] "Damares gastou só 44% da verba do Ministério dos Direitos Humanos em 2020", matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/damares-gastou-so-44-da-verba-do-ministerio-dos-direitos-humanos-em-2020-24772471>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Tabela 5 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2021 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)

Ações voltadas para mulheres 2021	**Autorizado (IPCA)**	**Pago (IPCA)**
Promoção e defesa de direitos para todos	221.507.990,37	42.101.369,21
Proteção do direito à vida	43.600.830,54	35.428.190,88
Fortalecimento da família	8.147.348,89	1.616.124,56
Funcionamento dos conselhos e comissões de direitos	3.155.805,18	608.492,26
Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres	1.919.194,96	573.423,76
Construção da Casa da Mulher Brasileira e de centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca	0,00	0,00
Enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus	0,00	0,00
Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres	0,00	0,00
Total	R$ 510.494.120,29	R$ 110.930.692,84

Fonte**:** Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun.2024. Tabela elaborada pela autora (2024).

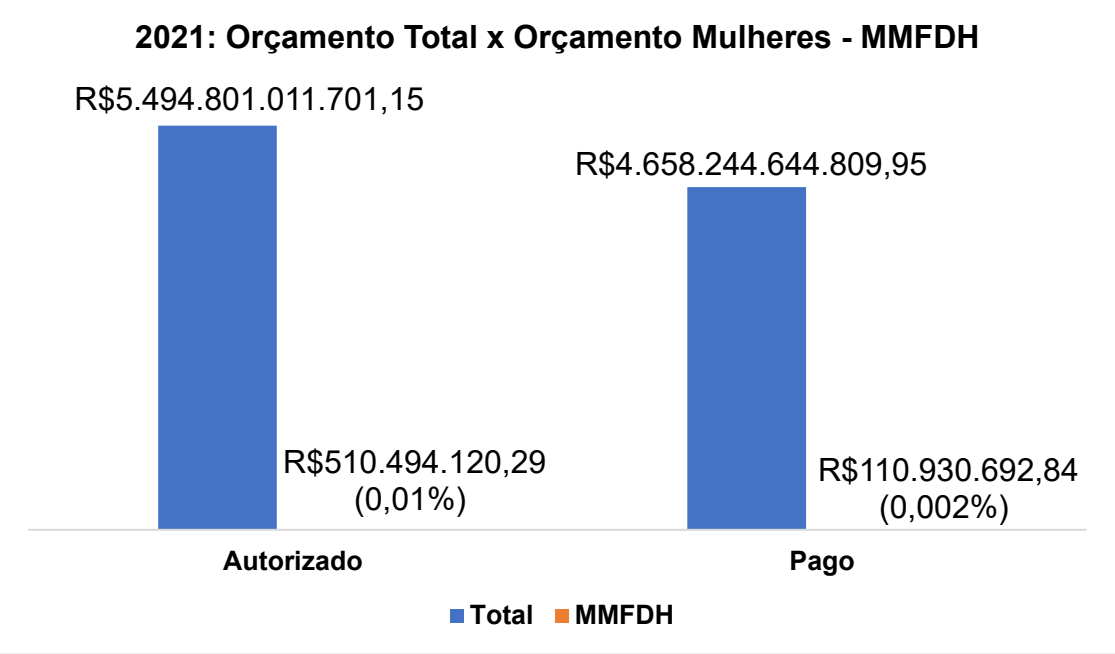
No que se refere aos recursos de 2021, já não encontramos destinação orçamentária para a Construção e/ou implementação da “Casa da mulher Brasileira e Centros de atendimento às Mulheres”, apesar dos números da violência contra as mulheres serem preocupantes na pandemia, sobretudo nos períodos de isolamento social mais restritivo. O ambiente doméstico ainda é um lugar perigoso para as mulheres.

> De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, entre os anos de 2016 e 2021 houve um crescimento de novos casos de violência doméstica no país. Em 2016, foram registrados 422.718 novos casos, ao passo que em 2021 os registros chegaram a totalizar 630.742 novos casos de violência doméstica. Entre os anos de 2020 e 2021, o aumento foi de 71.771 novos casos (FBSP, 2022). Tais dados podem apontar o reflexo da consequência da junção de um governo misógino e o desmonte das políticas para as mulheres. (TAVARES; ALVES, 2023, p.50).

O Atlas da Violência 2021, alertou sobre o aumento de mortes violentas por causas indeterminadas naquele período. E isso pode encobrir os casos de feminicídio: “De acordo com o Atlas, o crescimento expressivo dos registros de Mortes Violentas por Causa Indeterminada (MVCI) teve incremento de 35,2% de 2018 para 2019, um total de 16.648 casos no último ano. ” (TAVARES; ALVES, 2023, p.52).

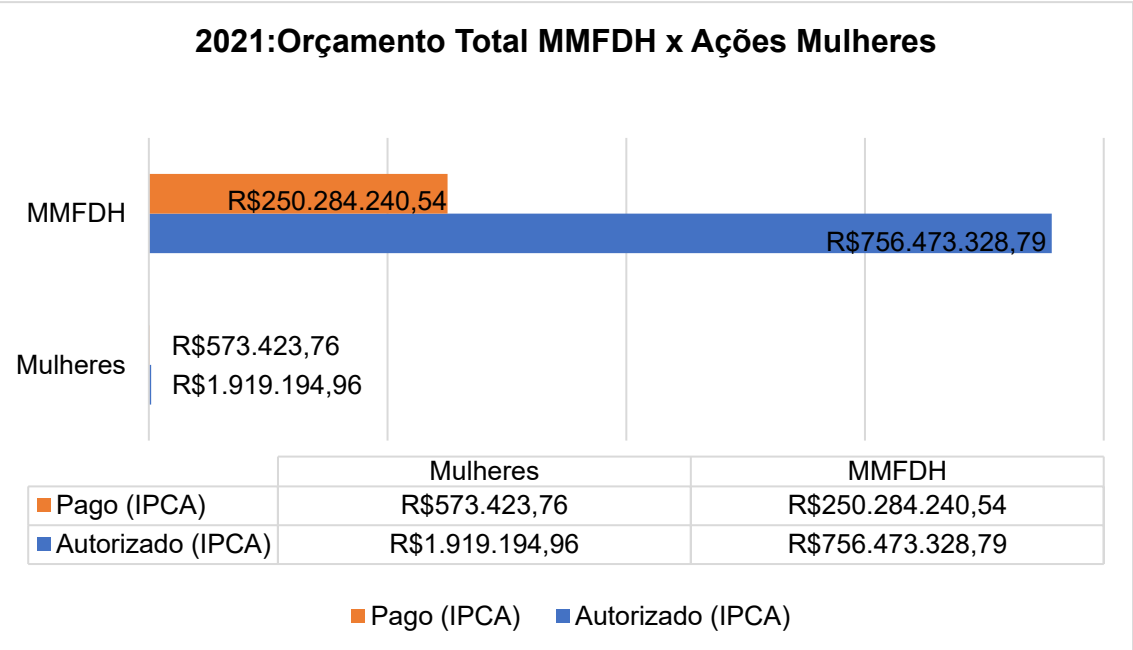
No que se refere ao pagamento das ações listadas, é possível observar no *Gráfico: Orçamento 2021 (a)* os números baixos correspondentes às ações listadas que potencialmente contemplariam mulheres. Quando delimitamos exclusivamente as ações com público específico de mulheres, esse recurso praticamente desaparece, como é possível visualizar no *Gráfico: Orçamento 2021 (b).*

Gráfico 5 – Orçamento 2021 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte**:** Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Gráfico 6 – Orçamento 2021 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte**:** Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Por solicitação da Bancada Feminina na Câmara, em 31 de janeiro de 2022, o poder executivo federal encaminhou para análise o Relatório “Mulher no Orçamento 2021”[251], apresentando 79 ações[252] da Lei Orçamentária Anual (LOA) -LOA 2021[253] que teriam beneficiado especificamente as mulheres ou contribuído para a redução das desigualdades de gênero no país naquele ano.

> Há vários anos a Bancada Feminina tentava incluir dispositivos semelhantes a esses na LDO, mas mesmo quando aprovados pelo Congresso Nacional, eram vetados pelo Poder Executivo federal. Em 2020, os dispositivos só permaneceram na LDO 2021 porque o grupo de mulheres parlamentares conseguiu se articular e fazer com que os vetos do presidente Jair Bolsonaro nos dois artigos fossem derrubados pelo Parlamento. Desse modo, a publicação do relatório “Mulher no Orçamento” representa uma importante vitória da Bancada Feminina em direção à garantia dos direitos das mulheres e à melhoria de suas condições de vida. (XAVIER; RODRIGUES, 2022, on-line)[254].

Ainda segundo as autoras, essa foi uma estratégia na tentativa de retomada do Orçamento Sensível ao Gênero no país. Contudo, em tempos de governo de Bolsonaro, essa tarefa se tornou ainda mais árdua. De acordo com Xavier e Rodrigues (2022), a Bancada feminina se deu conta de que o Relatório incluía despesas com outros grupos sociais além de mulheres, superestimando a inclusão das pautas das mulheres no orçamento. Essa informação também pudemos encontrar na Nota

---

[251] O documento atendeu a duas disposições incluídas pela Bancada Feminina no Congresso Nacional na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2021 – lei n. 14.116, de 31 de dezembro de 2020: uma determinando que o Poder Executivo federal divulgasse, até 31 de janeiro de 2022, relatório de execução orçamentária do Orçamento Mulher referente ao exercício de 2021; e outra determinando que o Poder Executivo federal adotasse providências a fim de elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher.
Matéria disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/03/11/o-longo-caminho-das-mulheres-no-orcamento-publico-federal>. Acesso em> 26 ago. 2024.

[252] A metodologia do referido Relatório considerou políticas universais e estruturantes que impactaram as vidas das mulheres, somando “79 ações, distribuídas em 27 programas do PPA 2020-2023 e 11 órgãos orçamentários distintos, abarcando as áreas de saúde, educação, proteção social, autonomia econômica, enfrentamento da violência contra mulheres e acesso a direitos como moradia, transporte, cultura e lazer” (BRASIL, 2022, p. 9).

[253] A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 - LDO 2021 (Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020), no art. 151, §1º, inciso I, alínea "r", determina que o Poder Executivo federal divulgue, até 31 de janeiro de 2022, relatório de execução orçamentária do Orçamento Mulher referente ao exercício de 2021. Seu art. 158 - III dispõe que serão adotadas providências com vistas a elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e ações destinados às mulheres, com vistas à apuração e divulgação do Orçamento Mulher. (BRASIL, 2022).

[254] XAVIER, E.M.; RODRIGUES, J.M. Ponto de Vista: o longo caminho das mulheres no orçamento público federal. In: *Nexo Jornal*. 11 de março de 2022 (atualizado em 28/12/2023). Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/03/11/o-longo-caminho-das-mulheres-no-orcamento-publico-federal>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Técnica sobre o Relatório “A Mulher no Orçamento 2021”, emitida pela Secretaria de Mulheres da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2022, np).

> Um dos aspectos destacados que o próprio relatório trouxe é que algumas políticas públicas são passíveis de identificação das parcelas de mulheres beneficiadas, mas os registros administrativos não são preenchidos ou não são interoperáveis, de modo que os números não estão disponíveis. Ou seja, há ações orçamentárias genéricas que têm como foco o atendimento de toda a população brasileira e onde os valores estabelecidos no Relatório apresentado não são apenas aqueles que correspondam às mulheres. Dessa forma, pode haver uma superestimativa dos valores mencionados.

A Nota Técnica confirma o que já havíamos identificado no nosso levantamento junto ao SIGA Brasil e outros documentos como o Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) referentes a esse governo. A ausência de dotação específica informando os grupos beneficiados e, consequentemente, a dificuldade de fazer uma avaliação coerente entre o gasto público e o atendimento realizado, foi um dos elementos problemáticos analisados na referida Nota.

> [...] a ausência de dados reflete, inclusive, na possibilidade de avaliação se a estrutura desta política está realmente correta, se efetivamente com os objetivos que estão sendo estabelecidos, e se de alguma forma compreende que deve fazer parte do esforço nacional de superação das diferenças socioeconômicas entre homens e mulheres. [...]. Assim, torna-se imprescindível haver segmentação do público atendido – quantos homens e quantas mulheres são atendidas em todas as políticas públicas e, como consequência, em suas ações orçamentárias. [...]. No modelo apresentado, foram incluídos os valores totais das ações orçamentárias, não os valores separados por segmentos, mesmo naqueles casos em que há dados disponíveis de gênero, bastando cruzar dados de sistemas, ou realizar projeções. Lançando o total, há uma superestimação do valor aplicado para as mulheres. (BRASIL, 2022, np, - Grifos do texto).

A Nota explicita a questão do orçamento superestimado a que nos referimos anteriormente. Esse também é mais um dos elementos que consideramos intencionais na proposta política desse grupo. Na indisponibilidade de efetivar políticas públicas efetivas para as mulheres, optaram por camuflar informações de forma a garantir números em momentos estratégicos, sobretudo em razão da demanda eleitoral.

De acordo com Xavier e Rodrigues (2022), os dois problemas não são novos, já se apresentavam no orçamento das políticas para as mulheres desde a Secretaria de Políticas para as Mulheres dos governos petistas, que somava os valores integrais de atenção do Governo. No entanto, o que diferenciava aquele orçamento do

apresentado durante o governo Bolsonaro é que o montante já destinado para as políticas para as mulheres ficava explícito.

> As mesmas razões haviam levado a SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) a contabilizar o valor integral de algumas ações orçamentárias, notadamente aquelas que financiavam gastos gerais ou políticas públicas universais, nos R$ 17 bilhões previstos para a implementação do PNPM (2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres), lançado em 2008. Diferentemente do relatório "Mulher no Orçamento", no entanto, o 2º PNPM explicitava que dos R$ 17 bilhões apontados, somente R$ 7 bilhões eram recursos já direcionados para as mulheres na programação orçamentária, os outros R$ 10 bilhões eram recursos previstos de serem parcialmente destinados às mulheres durante a execução da LOA. (XAVIER; RODRIGUES, 2022, on-line).

A transparência para o acompanhamento orçamentário é uma necessidade. Como mencionamos no início deste tópico, mais do que uma peça de planejamento de gestão, o orçamento é um instrumento político. Afinal, é a partir do direcionamento dos recursos que as políticas públicas podem ser executadas. A prioridade da alocação dos recursos para execução das políticas expressa uma visão de mundo, uma ideologia.

Como é possível visualizar na tabela abaixo, a previsão de orçamento para 2021 propôs dotação para quase todas as ações listadas que vimos acompanhando. Foi exceção a ação "Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres", pois para esses equipamentos em 2022, o governo limitou-se a autorizar o "Apoio à implementação", mas que, no entanto, não foi pago.

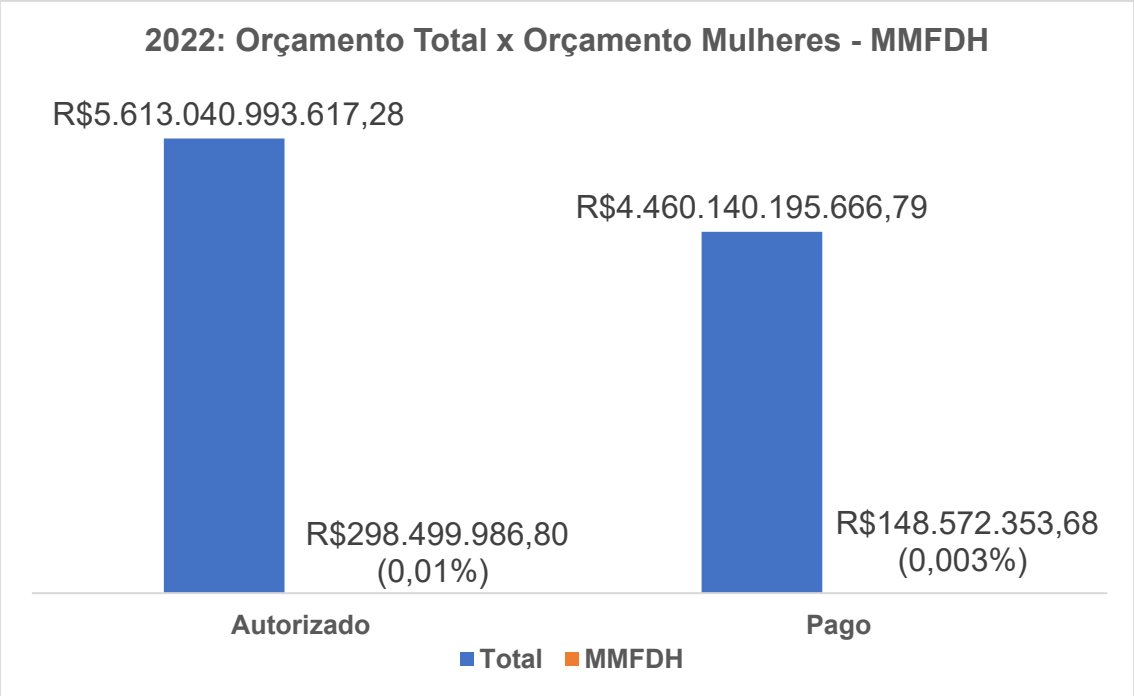
Tabela 6 – Execução Orçamentária MMFDH - Ações Mulheres (Autorizado e Pago, 2022 – IPCA, valores em milhões de reais – R$)

Ações voltadas para mulheres 2022	**Autorizado (IPCA)**	**Pago (IPCA)**
Promoção e defesa de direitos humanos para todos	191.412.732,78	81.419.944,31
Proteção do direito à vida	49.303.382,99	39.212.926,30
Operacionalização e aperfeiçoamento do sistema integrado nacional de direitos humanos – SINDH	36.244.243,02	24.377.064,28
Fortalecimento da família	9.107.817,17	1.415.115,19

Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	8.318.374,14	0,00
Apoio no funcionamento dos conselhos e comissões de direitos humanos	2.697.845,59	1.984.861,74
Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres	1.415.591,11	162.441,87
Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres	0,00	0,00
Total	R$ 298.499.986,80	R$ 148.572.353,68

Fonte**:** Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jan. 2024. Tabela elaborada pela autora (2024).

Gráfico 7 – Orçamento 2022 (a) - Orçamento Total x Orçamento Mulheres/ MMFDH - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



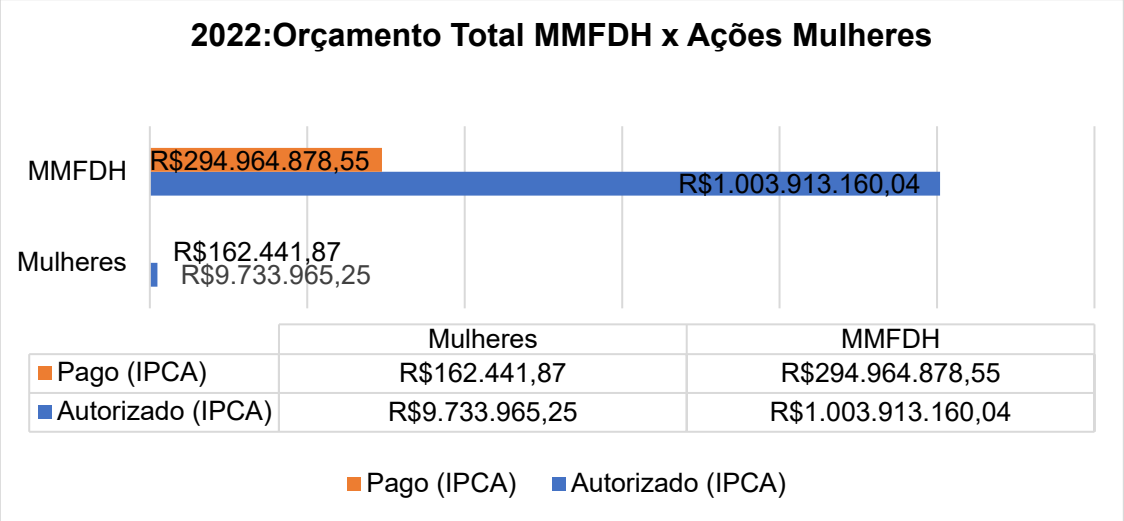
Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Um ponto que chama a atenção é que esse foi o que mais se aproximou da dotação orçamentária autorizada do MMFDH, no valor de R$298.499.986,80, com o

total pago de R$148.572.353,68. Ouso dizer que isso se refere ao fato de 2022 ser ano eleitoral, e o governo tinha interesse em diminuir a resistência junto a segmentos populacionais importantes sobre os quais esse Ministério era responsável por desenvolver políticas, como no caso, a resistência das mulheres.[255]

No entanto, ao observarmos as políticas específicas para as mulheres, a realidade de desmonte se mantém, como é possível visualizar no Gráfico: Orçamento 2022 (b).

Gráfico 8 – Orçamento 2022 (b) - Orçamento Total MMFDH x Ações Mulheres - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

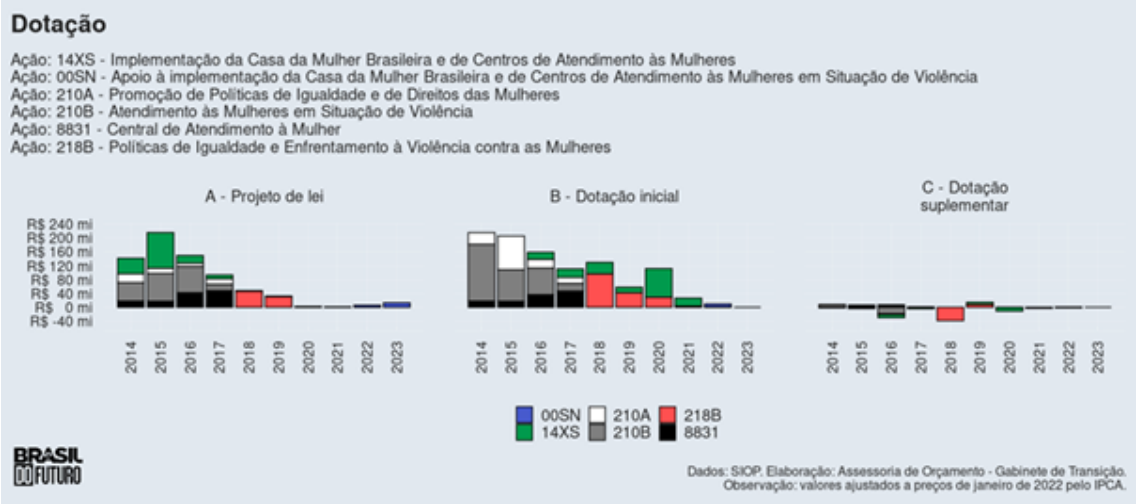
No Relatório GT Mulheres de Transição (2022), encontramos dois gráficos apresentando as ações orçamentárias finalísticas voltadas especificamente para as mulheres nos últimos sete anos. Neles está abalizada a queda consistente tanto nas previsões de dotações quanto em suas execuções orçamentárias.[256]

---

[255] "As mulheres estão praticamente integradas à sociedade", essa frase foi pronunciada por Jair Bolsonaro durante evento do Dia Internacional da Mulher de 2022. Após vetar, presidente editou decreto para distribuição gratuita de absorventes. Matéria disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/depois-de-vetar-bolsonaro-agora-edita-decreto-para-distribuicao-gratuita-de-absorventes.shtml>. Acesso em: 01 set. 2024.

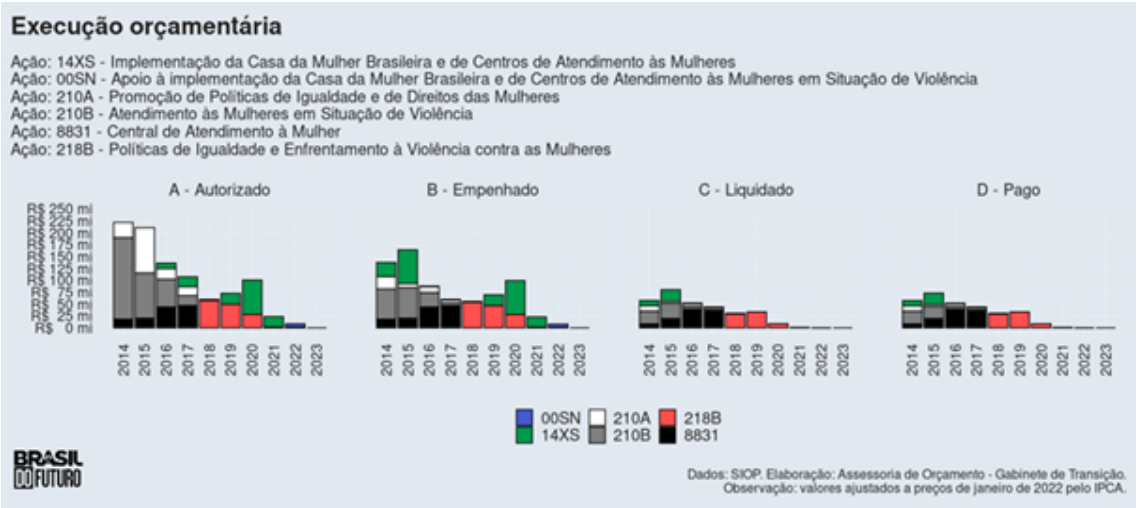
[256] Esses gráficos foram elaborados utilizando como fonte de dados as informações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que se trata de um sistema do Governo Federal que oferece suporte ao orçamento e ao planejamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/sistema-integrado-de-planejamento-e-orcamento-siop>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Figura 1 – Série histórica - dotações das ações voltadas às mulheres



Fonte: Relatório Mulheres de Transição/ Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Figura 2 – Série Histórica - Execução orçamentária de ações voltadas às mulheres



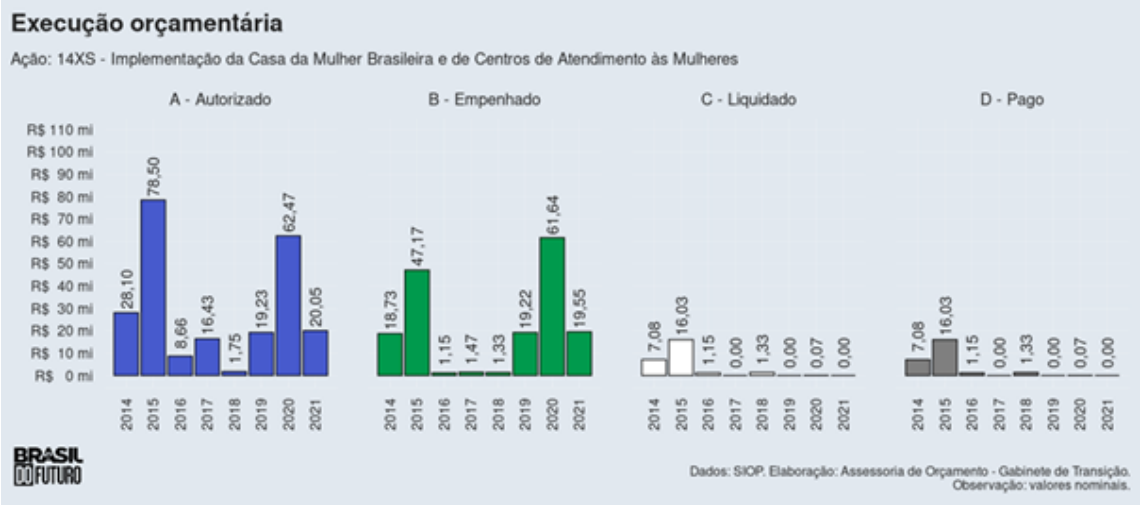
Fonte: Relatório Mulheres de Transição/ Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Nas figuras acima também aparece a previsão orçamentária para manutenção da Central de Atendimento às mulheres - Disque 180. No entanto, no último governo esse apoio às mulheres em situação de violência foi completamente desmantelado. No governo Bolsonaro, “o serviço foi transferido para a Ouvidoria de Direitos Humanos e, com isso, seu papel de orientação, informação, denúncia, gestão de informação da rede de atendimento no país mantendo endereços, telefones atualizados, ficou em apenas denúncias. ” (RELATÓRIO GT MULHERES DE TRANSIÇÃO, 2022, p.5). O valor proposto para a manutenção do Disque 180 foi apenas de 10% do valor da dotação em 2022, o que implica na descontinuidade do serviço.

As figuras a seguir trazem gráficos elaborados pela Assessoria de Orçamento do Gabinete de Transição, extraídos do Relatório GT Mulheres de Transição (2022,

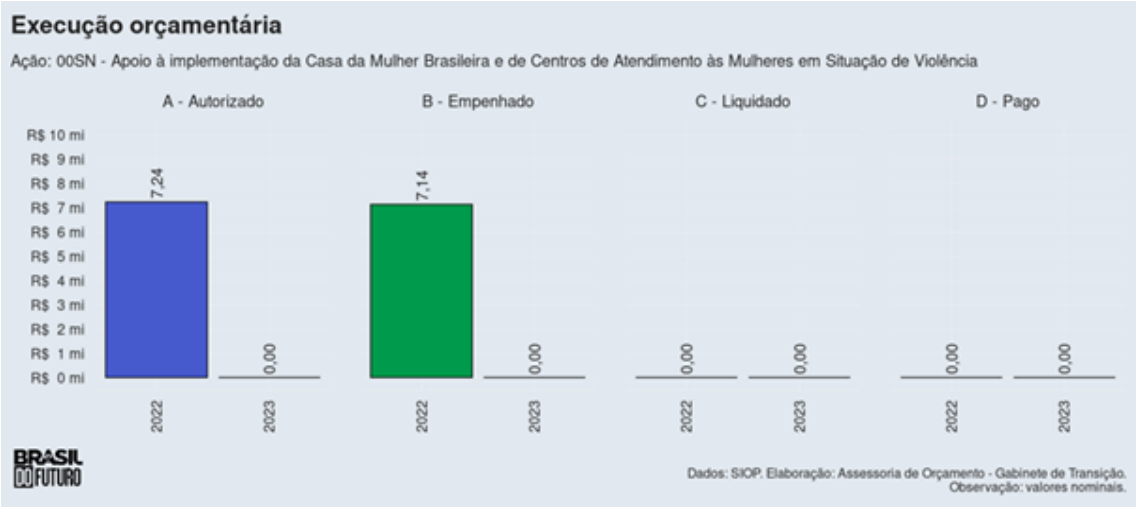
p.30-31) que apresentam os estágios da despesa das ações “Implementação da Casa da Mulher Brasileira” e “Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira”, em que é possível perceber que os valores liquidados e pagos foram ínfimos.

Figura 3 – Ação: Implementação da Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Relatório Mulheres de Transição/ Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Figura 4 – Ação 00SN: Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira



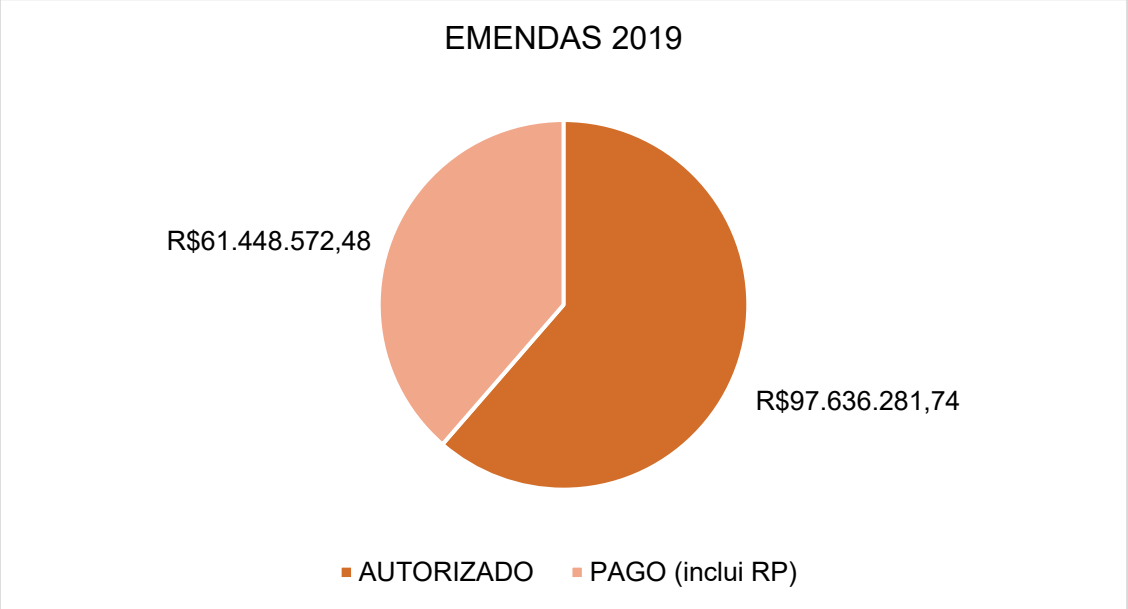
Fonte: Relatório Mulheres de Transição/ Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Ao comparar os valores orçamentários de 2022 com as dotações constantes do PLOA 2023 enviado por Bolsonaro, fica evidente a continuidade do processo de desmonte das políticas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, iniciado

em 2016, e a absoluta insuficiência de recursos para projetos, políticas e serviços, previstos para 2023.

É relevante ressaltar o papel das emendas parlamentares[257] para as políticas direcionadas às mulheres no último quadriênio. Todas as iniciativas orçamentárias finalísticas da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) tiveram aumento de dotação em comparação com a proposta inicial do Projeto de Lei ao longo dos últimos quatro anos. A ação com maior volume de recursos, a ação “Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres”, por exemplo, recebeu sua dotação exclusivamente a partir das deliberações no Congresso Nacional.

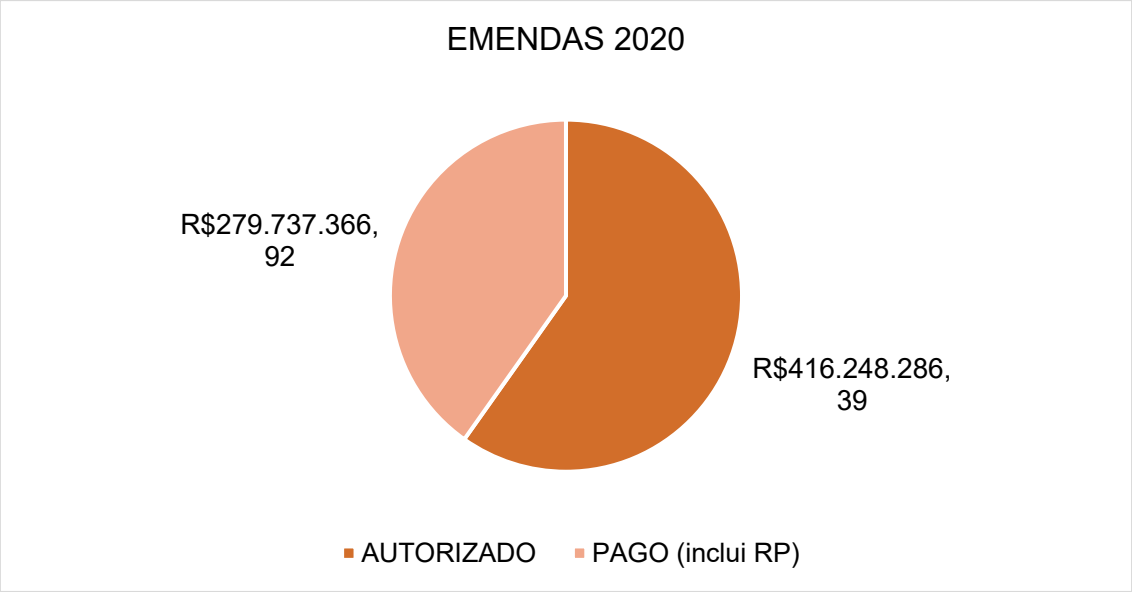
Gráfico 9 – Emendas 2019 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

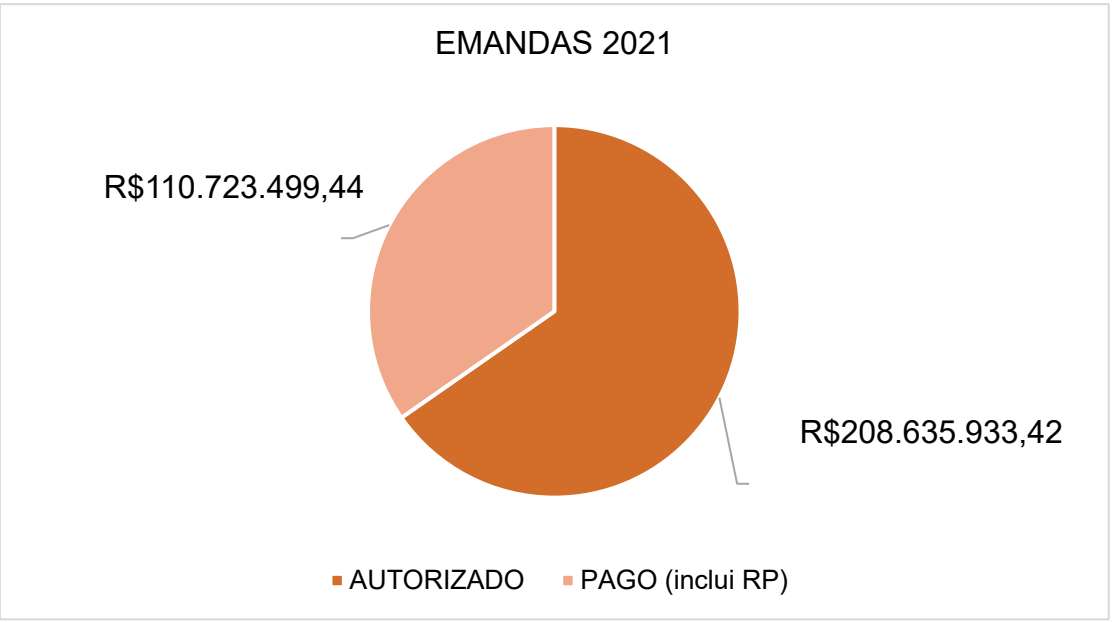
[257] As emendas parlamentares são previstas constitucionalmente nos Arts. 165, 166 e 198 (BRASIL, 1988) e regulamentadas pela Resolução N. 2/95 do Congresso Nacional. Elas constituem uma forma de interação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, buscando corrigir possíveis desigualdades na distribuição de recursos públicos, direcionando-os para as bases eleitorais de deputados e senadores. Essa dinâmica envolve a participação de deputados, senadores, o governo federal (responsável pela definição da alocação dos recursos) e os municípios e estados, que recebem tais recursos públicos.” (SILVA *et al*, 2023, np). Farei algumas considerações críticas sobre as emendas adiante.

Gráfico 10 – Emendas 2020 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



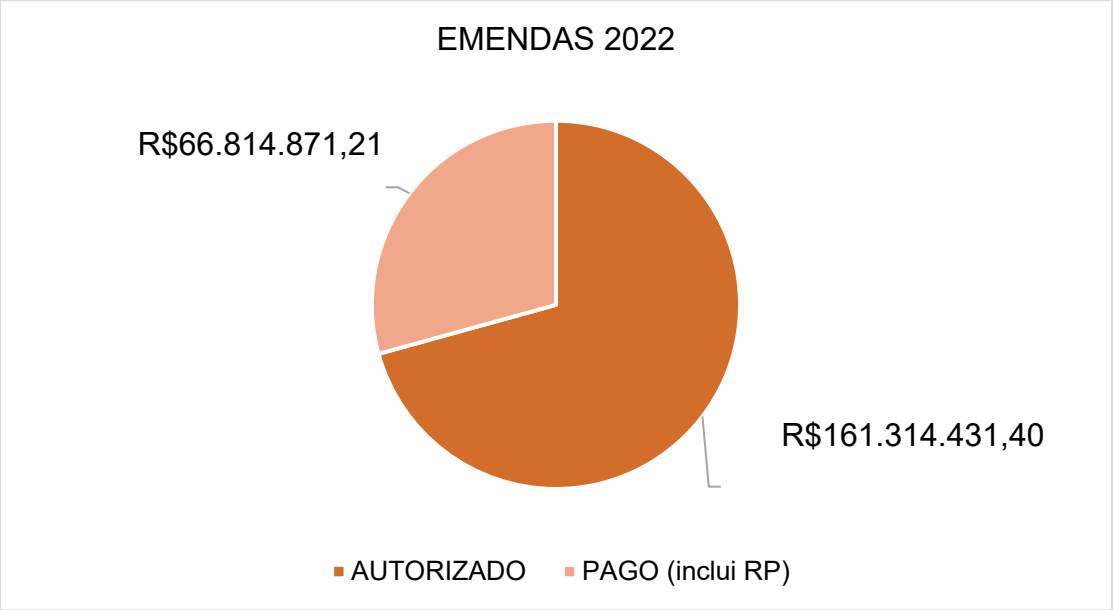
Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Gráfico 11 – Emendas 2021 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte**:** Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Gráfico 12 – Emendas 2022 - Autorizado, pago, IPCA, valores em milhões de R$



Fonte: Dados coletados no SIGA Brasil/Painel Especialista. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 03 jun. 2024. Gráfico elaborado pela autora (2024).

Dessa forma, podemos observar que além de não ser prioridade para o governo, as políticas para as mulheres, a alocação de boa parte dos recursos públicos destinados para esse fim advinha das emendas parlamentares, o que garantia um direcionamento político-ideológico conforme seus interesses. De acordo com Silva *et al* (2023), as emendas parlamentares têm uma função importante no sistema orçamentário, ao direcionar verbas para a execução de programas governamentais e políticas públicas.

No entanto, o envolvimento do Legislativo no processo de votação do orçamento gera discussões e desperta a atenção. Tal prática está diretamente associada a negociações políticas entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, o que levanta questões sobre sua legitimidade e impacto na distribuição de recursos. Frequentemente, isso resulta em privilégios para determinadas bases eleitorais e na destinação de recursos que não necessariamente atendem ao interesse público ou garantem uma alocação justa e equitativa.

Considerando a perspectiva de direcionamento de recursos, chamou nossa atenção as informações dispostas no Relatório do GT Mulheres de Transição (2022, p. 20) sobre “Termos de Fomento”, informando que:

> Em relação aos Termos de Fomento celebrados com as Organizações da Sociedade Civil, nota-se um volume considerável de recursos destinados a instituições específicas, como, por exemplo:
>
> - Instituto de Desenvolvimento Social e Humano do Brasil (IDSH-Brasil) [258]- possui 8 instrumentos em execução que somam R$ 5.080.000,00;
>
> - Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (INADH) - possui 7 instrumentos vigentes no valor total de R$ 10.700.000,00.

Em matéria do dia 11 de julho de 2023, de Tacio Lorran, o Estadão noticia "Instituto de Desenvolvimento Social e Humano do Brasil (IDSH) – Dinheiro liberado por Ministério de Damares para ONGs foi parar em empresas de fachada e laranjas". Segundo o texto, o esquema teria a participação de empresa vinculada ao ex-deputado federal do Partido Patriota do Rio de Janeiro, Professor Joziel (militar reformado). Um assessor do ex-deputado estaria entre os gestores da instituição[259]. De acordo com a matéria na Folha BV (2023,online)[260],

> As ONGs teriam recebido verbas públicas com o objetivo de promover a formação profissional de adolescentes, mulheres presidiárias e vítimas de violência. No entanto, os recursos teriam sido direcionados para empresas de fachada, utilizando sócios laranjas. Uma das empresas beneficiadas possui conexão com o ex-deputado federal do Rio de Janeiro Professor Joziel (Patriota). O relatório da CGU revelou que as irregularidades ocorreram durante a gestão de Damares e que nem todas as falhas foram corrigidas, continuando a liberar recursos mesmo após a identificação dos problemas.

O Relatório informa que "ambas as instituições foram notificadas pela Controladoria-Geral da União por indícios de irregularidade na execução dos instrumentos celebrados junto à Secretaria". No entanto, ao fazermos levantamento na mídia sobre o assunto, encontramos referências a outros possíveis desvios identificados depois desse documento. Em 10 de dezembro de 2023, O Globo repercute a matéria "CGU vê superfaturamento de ONG contratada por Damares em Ministério - Organização contratada pela pasta de Direitos Humanos no governo Bolsonaro fez compras R$ 1,2 milhão acima de valores de mercado; governo diz que

---

[258] Informações disponíveis em: <https://www.estadao.com.br/tudo-sobre/idsh-instituto-de-desenvolvimento-social-e-humano-do-brasil/>. Acesso em: 02 set. 2024.

[259] Matéria disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/cgu-descobre-repasses-para-ongs-de-fachada-no-ministerio-de-damares/>. Acesso em: 02 set. 2024.

[260] Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/politica/damares-alves-destinou-recursos-de-ministerio-para-ongs-de-fachada-aponta-cgu/>. Acesso em: 02 set. 2024.

repasses foram suspensos."[261]. O convênio com a ONG Idecace foi firmado em 2021, durante a gestão de Jair Bolsonaro, mas tinha vigência ativa no governo Lula. O convênio tinha o valor total de R$ 19,2 milhões.

Esses são alguns exemplos dos problemas identificados na relação do MMFDH com as entidades da sociedade civil vinculadas ao grupo político bolsonarista. Também é de conhecimento público a relação com as comunidades terapêuticas e associações religiosas, que demandam aprofundamento e estudos.

Durante o Governo de Bolsonaro, e também por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos liderado por Damares Alves, as comunidades terapêuticas receberam um significativo aumento de apoio e recursos. A promoção dessas instituições como alternativa ao sistema público de saúde e às abordagens de acompanhamento/tratamento de saúde mental e dependência química gerou diversas críticas de especialistas e movimentos sociais.

As comunidades terapêuticas, na sua maioria vinculadas a grupos religiosos, são estruturas questionáveis, tendo em vista seu caráter disciplinador, punitivista, sua falta de regulamentação, e pelas práticas que envolvem trabalho não remunerado, de restrição de liberdade, mas sobretudo por distanciarem-se das lutas empregadas na reforma sanitária e psiquiátrica[262]. Esse formato de políticas com características proibicionistas[263] e punitivistas[264], adequam-se facilmente ao modelo repressivo do país.

---

[261] Matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/12/10/cgu-ve-superfaturamento-de-ong-contratada-por-damares-em-ministerio.ghtml>. Acesso em: 02 de set. 2024.

[262] Debatidas e deliberadas na IV Conferência Nacional de Saúde Mental (2010), na XIV Conferência Nacional de Saúde (2011) e previsto na Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica).

[263] Os tratados internacionais sobre drogas foram fundamentados por uma perspectiva proibicionista, um modelo que estabelece as diretrizes e regras para lidar com o controle de substâncias, promovendo uma abordagem de repressão ao uso e à distribuição dessas drogas, através do qual "[...] rege a atuação dos Estados em relação a determinado conjunto de substâncias. Seus desdobramentos, entretanto, vão muito além das convenções e legislações nacionais. O proibicionismo modulou o entendimento contemporâneo de substâncias psicoativas quando estabeleceu os limites arbitrários para usos de drogas legais/ positivas e ilegais/ negativas. Entre outras consequências, a própria produção científica terminou entrincheirada, na maior parte das vezes do lado "certo" da batalha, ou seja, na luta contra as drogas" (FIORE, 2012, p. 01).

[264] De acordo com Albuquerque (2018, p. 92), " [...] A seletividade do sistema penal se concretiza ancorada num ideal punitivista visivelmente direcionado para determinados segmentos sociais, sobretudo, da juventude negra da periferia e tipos específicos de delito como o crime contra o patrimônio e o tráfico de drogas; se dedica ao encarceramento em massa como forma prioritária de enfrentamento à "questão das drogas".

> A estratégia de guerra às drogas funciona como “carro-chefe para a criminalização” e extermínio da pobreza, por meio de um discurso em busca de lei e ordem possibilitados pela produção do medo generalizado atribuído exclusivamente à violência urbana e, esta, à pobreza.

Apesar disso, durante o governo Bolsonaro houve um aumento substancial do orçamento destinado a essas instituições, em detrimento de estratégias mais amplas e laicas de atendimento à saúde mental. Esse movimento reflete a influência de uma agenda conservadora e a parceria do governo com setores religiosos, que priorizam a abstinência e a moralização do tratamento, em contraste com a perspectiva de redução de danos, amplamente defendida pela comunidade científica e sanitária.

A defesa das comunidades terapêuticas foi justificada pelo governo como uma "resposta efetiva" à “crise das drogas e ao problema da dependência química”, mas na prática, isso significou o fortalecimento de instituições que na maioria das vezes não possuem condições adequadas de atendimento e que não seguem práticas baseadas em evidências científicas. Além disso, o apoio governamental a essas entidades acirrou a disputa ideológica em torno das políticas de saúde pública e de direitos humanos, colocando em segundo plano os princípios de universalidade e laicidade que deveriam orientar as políticas de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

Por outro lado, também é possível considerar que a preferência pelas comunidades terapêuticas está alinhada com uma visão de redução de investimento do Estado em políticas públicas de Saúde, em que se delega a instituições privadas, frequentemente religiosas, a responsabilidade por áreas que deveriam ser garantidas pelo poder público. Isso levanta sérias preocupações sobre a transparência e a eficácia no uso dos recursos públicos, bem como sobre o impacto dessas práticas nos direitos das pessoas que precisam de atenção.

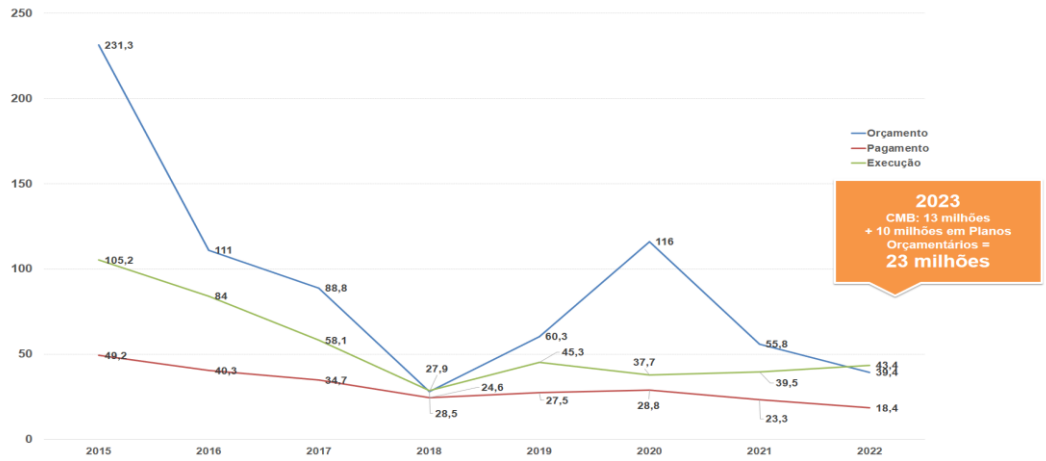
Ainda para demarcar a incapacidade de gestão apresentada pelo Governo de Bolsonaro no MMFDH, em especial nas ações da SPM, no que se refere aos convênios celebrados com os órgãos nos estados, municípios e o Distrito Federal, o Relatório do GT Mulheres de Transição (2022, p.20) apontou que:

> **[...]do total de 112 (cento e doze) instrumentos em execução, apenas 37 receberam recursos para a realização das ações propostas**. A mudança na Portaria Interministerial 424/2016, ocorrida em 2019, incluiu a aprovação do procedimento licitatório pelo Concedente como condição para liberação dos recursos. A rejeição de grande parte desses procedimentos, associada à incapacidade da Secretaria de acompanhar os instrumentos a contento, compromete a execução desses convênios. (Grifos no documento).

A incapacidade de gestão e inoperância das ações do MMFDH andavam na contramão das necessidades dos estados e dos municípios por recursos, e isso também se configurou como mais um elemento para o desmonte, que associava indisposição político-ideológica para alocação de recursos e não execução.

Além disso, conforme o Relatório do GT Mulheres de Transição (2022), dos ínfimos R$ 23 milhões previstos no PLOA 2023 enviados por Bolsonaro que mencionamos anteriormente, R$ 13 milhões[265] seriam para ação relativa ao apoio à "Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência" e os demais R$ 10 milhões[266] seriam distribuídos em Planos Orçamentários de ações genéricas do Ministério.

Figura 5 – Demonstrativo desmonte orçamentário da SPM[267]



Fonte: Relatório Mulheres de Transição/ Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

Valores nominais, em milhões, das ações finalísticas - execução orçamentária, representada pelos valores pagos do orçamento do ano mais os restos a pagar - valores empenhados, mas não pagos dos anos anteriores.

---

[265] No Relatório descrito, aparece como Ação 00SN - Apoio à implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência."

[266] No Relatório citado aparece como "21AR - Promoção e Defesa de Direitos Humanos para todos; 21AU - Operacionalização e Aperfeiçoamento do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos – SINDH"

[267] Gráfico elaborado pela Assessoria de Orçamento do Gabinete de Transição utilizando como fonte de dados as informações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que se trata de um sistema do Governo Federal que oferece suporte ao orçamento e ao planejamento. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/sistema-integrado-de-planejamento-e-orcamento-siop>. Acesso em: 27 ago. 2024. Figura Extraída do Relatório GT Mulheres de Transição (2022, p.28).

Lamentavelmente o quadro foi de devastação. O pouco investimento, a inoperância na gestão, a descontinuidade e falta de expansão de programas que vinham sendo construídos ao longo dos anos anteriores trouxeram grande prejuízo para as mulheres. Em material publicado em sua página web, em 29 de setembro de 2022, o CFEMEA[268] advertiu sobre a queda de investimentos do governo nas políticas para as mulheres, em especial nas políticas de enfrentamento à violência.

> O governo do presidente Jair Bolsonaro, nos quatro anos de gestão, propôs no Orçamento da União 94% menos de recursos para políticas específicas de combate à violência contra a mulher do que nos quatro anos imediatamente anteriores. (...) Entre 2020 e 2023, anos que englobam os projetos de Orçamento enviados as políticas específicas (recursos carimbados) de combate à violência contra a mulher. Nos quatro anos anteriores, ou seja, no Orçamentos de 2016 a 2019 (que não foram enviados por Bolsonaro) esses recursos eram de R$ 366,58 milhões. A queda é de 94%. (CFEMEA, 2022, online)[269]

Com o avanço das políticas ultraconservadoras e a priorização de um modelo de gestão centralizado, várias iniciativas foram estagnadas ou reformuladas para atender a uma pauta mais restritiva, esvaziando o orçamento de ações amplas voltadas à autonomia das mulheres. Esse cenário provocou um retrocesso na articulação de políticas importantes, como de direitos sexuais e reprodutivos, além de deixar de lado ações que visavam fortalecer a independência econômica e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Pudemos observamos que o MMFDH confirmou e fortaleceu a perspectiva de que o sistema familiar "é também um pilar indispensável do Estado" (WATERS, 1979 *apud* CISNE, 2018, p. 93, tradução da autora). Afinal, a família patriarcal é uma instituição que "[...] permite perpetuar a opressão específica das mulheres com o sexo, uma vez que o sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na

---

[268] O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 1989, com sede em Brasília-DF. O CFEMEA foi uma das organizações pioneiras a fazer estudos e análises sobre o orçamento público com perspectiva feminista no país. Tem por objetivo a apropriação por parte dos "movimentos feminista e de mulheres das discussões de orçamento para fortalecer ainda mais as análises, críticas e argumentações em relação aos direitos das mulheres" (CFEMEA, 2005, p.01).

[269] Matéria intitulada: Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento. Disponível em: <Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento (cfemea.org.br)>. Acesso em: 02 set. 2024.

dependência econômica da mulher". (WATERS, 1979 *apud* CISNE, 2018, p. 93, tradução da autora).

Como é possível notar, ações com a perspectiva de fortalecimento da autonomia das mulheres foram excluídas do orçamento. Isso é muito revelador da perspectiva ideológica que se apresentou e dos projetos que foram investidos. Corroboramos com a perspectiva de que a família é um lugar de exploração da mulher, mas não é o único (CISNE, 2018). Afinal, concordamos com Falquet (2008) ao abordar o "trabalho desvalorizado" que abrange desde o trabalho não remunerado quanto o trabalho assalariado permeado por relações precárias e de exploração. Nesse sentido, a luta contra todas as formas de desvalorização das mulheres e contra a ideia de uma "natureza feminina é fundamental para revertemos as formas de apropriação das mulheres" (CISNE, 2018, p. 119). Por isso, o enfrentamento ao neofascismo, ao neoconservadorismo e ao ultraneoliberalismo do projeto político que Bolsonaro representava era tão necessário. Os movimentos feministas e muitos movimentos organizados por mulheres assumiram essa batalha.

3.3 **Do #EleNão (2018) ao Fora Bolsonaro (2022): a resistência das mulheres**

A campanha #EleNão, organizada por mulheres no contexto das eleições para presidente da república em 2018, emergiu dentro de um contexto de lutas feministas em desenvolvimento na América Latina e no mundo. Como um movimento de resistência e oposição ao candidato Jair Bolsonaro, se consolidou como uma das principais expressões políticas de mobilização contra o então presidenciável naquele momento.

Teve como objetivo inicial denunciar os aspectos de misoginia, racismo e LGBTransfóbicos de Bolsonaro que, ao longo de sua vida política, manifestou posições que reforçavam estereótipos e promoviam a desvalorização das pautas feministas. O movimento ganhou visibilidade a partir de um grupo criado no Facebook, intitulado "Mulheres Unidas contra Bolsonaro", que rapidamente se tornou viral, atingindo mais de 2 milhões de participantes em poucos dias. Esse fenômeno *online* se traduziu em grandes manifestações de rua em diversas cidades brasileiras e em outros países, mobilizando mulheres de diferentes classes, raças e grupos políticos.

Assim, a hashtag #EleNão simbolizou uma articulação inédita entre movimentos feministas e setores progressistas da sociedade civil, que viam em Bolsonaro uma ameaça aos direitos já conquistados pelas mulheres e às políticas de igualdade de gênero. A campanha buscou não apenas alertar para os riscos que sua eleição representava, mas também destacar a importância do voto consciente e informado das mulheres diante dos riscos que a vitória de Bolsonaro potencialmente traria. Diante do contexto eleitoral marcado por um clima de polarização extrema, no qual a candidatura de Bolsonaro se associava às pautas neoconservadoras, fundamentalistas, moralistas e ultraliberais, acionar as mulheres sobre a possibilidade do que estaria por vir, tornou-se uma tarefa militante diária dos movimentos.

Naquele momento, foram resgatadas as muitas declarações ofensivas do candidato em uma tentativa de impulsionar sua rejeição. Infelizmente, não foi possível evitar que Bolsonaro fosse eleito. Dentre as inúmeras frases destacam-se absurdos como: “Eu jamais iria estuprar você porque você não merece”, direcionada à deputada Maria do Rosário (PT-RS), primeiro durante uma discussão nos corredores da Câmara, em 2003, diante de vários jornalistas, depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna da Casa.[270]

Esse movimento das mulheres demarcou novamente o seu potencial de organização e luta, que se insere em um contexto de tensões entre o patriarcado e o capitalismo. Afinal, como afirma Biroli (2018, 172) “as tensões que o patriarcado e o capitalismo desvendam o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas e as matrizes de dominação que são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas”.

Segundo Biroli (2018), no contexto político da América Latina, as dinâmicas específicas dos regimes autoritários e da democratização nas décadas recentes apresentam contextos variados. Contudo, a concentração de poder e a prevalência dos interesses de empresários dos setores extrativistas e do “agronegócio”, associado a grupos religiosos conservadores têm sido, ao longo dos anos, entraves para os avanços dos direitos das mulheres. Esses grupos “investem abertamente contra a agenda feminista, atuando nos espaços institucionais em defesa da criminalização de

[270] É possível encontrar algumas dessas passagens na matéria “Bolsonaro em 25 frases polêmicas”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 09 de set. 2024.

mulheres e organizações feministas, para a restrições do debate sobre gênero e para o desmonte das políticas públicas [...]" (BIROLI, 2018, 174).

Os movimentos feministas têm atuado exercendo pressão nas ruas e no Estado a partir da participação da construção de políticas públicas, pautando agendas e disputando espaços nas democracias contemporâneas. No entanto, encontramos muitas reações contrárias às demandas apresentadas. Ainda assim, esses movimentos tiveram grande protagonismo em momentos importantes da nossa história, como já mencionado anteriormente.

Segundo Gago (2020) estamos vivendo em um momento de contraofensiva. Ou seja, conforme a autora, temos uma reação à força demonstrada pelos feminismos na América Latina. Dessa forma, localiza a emergência dos feminismos com relação ao posterior giro fascista na região e em nível global. Gago afirma que daí se desdobrariam duas considerações

> Em termos metodológicos: localizar a força dos feminismos, em primeiro lugar, como força constituinte. Em termos políticos: afirmar que os feminismos ameaçam e ativam uma dinâmica de desobediência aos poderes estabelecidos, que passam então a tentar contê-los com formas de repressão, disciplinamento e controle em várias escalas. (GAGO, 2020, 249 – grifos da autora)

Dessa maneira, tivemos a construção dos feminismos como "inimigo interno", ou seja, como uma ameaça à ordem patriarcal funcional ao capitalismo. Assim, foram acionados elementos como o enfrentamento à "ideologia de gênero", a qual nos referimos anteriormente, como ferramenta dessa cruzada contra as mulheres.[271]

Apesar disso, no Brasil as mulheres têm tido ao longo dos anos participação política em diversas frentes: partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais ao longo da história. Como afirma Souza Lobo "as trajetórias e práticas feministas se confundem com os movimentos de mulheres: nos congressos, nas tentativas de um trabalho 'de mulheres' nos sindicatos" (2011, p. 244).

---

[271] Lembramos aqui que, segundo Gago (2020), a "ideologia de gênero" foi uma estratégia discursiva ideada pelo vaticano para contra-atacar a retórica da igualdade de direito das mulheres e pessoas LGBTQIA+, tendo como precedente o ataque doutrinário que Joseph Ratzinger (anterior à sua escolha como Papa) fez em seu livro, em 1997, O sal da terra, em que ressaltava elementos sobre a "questão de gênero". Um dos textos mais emblemáticos dessa cruzada é o Lexicon: termos oblíquos e discutidos sobre família, vida e questões éticas, ditado primeiro em italiano, em 2003. No prólogo do livro, o cardeal Alfonso Lopez Trujillo se refere ao uso do termo gênero: "a família e a vida estão sendo literalmente bombardeadas por uma linguagem enganosa que não se promove, e sim complica, o diálogo entre as pessoas. " (GAGO, 2020, p. 250- 251).

As organizações coletivas, as lutas pelo direito à moradia, as creches/educação e acesso à saúde, dentre outras, sempre tiveram a presença massiva das mulheres no que se refere às lutas específicas, principalmente o enfrentamento à violência e as dimensões da autonomia econômica, principalmente ativadas pela igualdade salarial, estiveram presentes na agenda como pautas consensuais das mulheres.[272]

Segundo Souza Lobo (2011, p 249), a mudança na trajetória das mulheres nos movimentos dos anos 1970 e 1980 "está não só no fato de saírem as ruas descobrindo os direitos sociais, mas no fato de que tenham descoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos". Essa descoberta levou à luta por direitos e mobilização para a vida pública, considerando que "a descoberta dos corpos dá às mulheres a possibilidade de controlá-lo" (2011, p 250). Nas palavras de Cisne (2018, 149): "Decorre daí a luta pelo direito a autonomia sobre o corpo e a sexualidade, o que veio a ser sintetizada na insígnia: "Nossos corpos nos pertencem", ainda atual na luta feminista brasileira"[273].

A perspectiva desse lema feminista "não guarda sentido com a lógica privatista ou meramente subjetivista" (CISNE, 2018). Ao contrário, o feminismo demarca sua posição contrária ao sistema patriarcal, capitalista e racista. Como afirma Ávila (2011, p. 67), é "uma declaração de rebelião à ordem vigente e como afirmação de uma nova experiência de relação que tenciona e visa transformar a realidade social."

Nesse sentido, também analisa Pinto (2010, p.16):

> O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

As pautas feministas não foram imediatamente incorporadas às discussões acadêmicas, muito menos nos discursos dos dirigentes sindicais, apesar de ocupar

---

[272] Contudo, nos alerta Biroli (2018, p. 179), que as mulheres também estiveram presentes em momentos conservadores e autoritários deste país, não só nos seu confronto, lamentavelmente também aderindo. "Às vésperas do golpe de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu cerca de 300 mil pessoas nas ruas de São Paulo, contou com organizações como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e a União Cívica Feminina, levando grande número de mulheres às ruas".

[273] Aponta a Plataforma Feminista 2002: "Como feministas, lutamos por liberdade sexual, tendo na palavra de ordem "nossos corpos nos pertencem" o símbolo mundial da luta feminista pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Para os movimentos brasileiros de mulheres, esta insígnia é um convite às mulheres para se reapropriarem de seus próprios corpos, tomando para si as decisões sobre a sua sexualidade e o exercício dos direitos reprodutivos (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p. 30).

espaço na cena pública. Por um longo período, ao tratar das diversas desigualdades entre homens e mulheres, “somente as próprias mulheres – as feministas e militantes dos movimentos – colocaram o problema”. (Cisne, 2018). Fato é que o feminismo adensou “a possibilidade de ruptura com muitas fronteiras culturais e morais estabelecidas.” (BANDEIRA, 2000, p. 28). Lourdes Bandeira (2000) destaca “três principais rupturas decorrentes da radicalidade e do pensamento feminista”, sintetizadas por Cisne (2018, p. 150):

> A ruptura com o sujeito único, o que remete à questão da diferença, tornando as mulheres visíveis e partícipes da história; uma ruptura epistemológica, que cria “um campo de conhecimento, de pesquisa científica e política que traz a mulher para o centro tanto como objeto como sujeito” (p.30); a ruptura pela “equidade”, que preferimos denominar de ruptura pela igualdade. Essa ruptura tem como “suposto básico que as diferenças e as relações entre homens e mulheres são fatos construídos” (p.37), o que remete a possibilidade de superação das desigualdades entre eles.

No processo de redemocratização brasileira, o feminismo encontra maiores condições de manifestação. Também foi nesse momento que apareceram discussões sobre a relação com o Estado e as instituições. De acordo com Pinto (2003, 68), “de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação estatal e, de outro, as automistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação.”

A atuação do movimento na construção de organismos de políticas para as mulheres foi decisiva e inseriu a temática no espaço estatal de forma mais direta com a criação de conselhos estaduais e a Criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)[274] (BIROLI, 2018). Naquele momento, o conselho foi composto por mulheres que:

[274] A criação do CNDM resultou da atuação de grupos feministas e surgiu como proposta específica no VII Encontro Nacional Feminista, em Belo Horizonte (MG), em 1985. [...]. Esses encontros vinham sendo realizados anualmente desde 1979, quando do I Encontro Nacional Feminista em Fortaleza (CE). Entre 1979 e 1985, foram abrigados nas reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Tiveram periodicidade anual até 1989, tendo ocorrido posteriormente em 1991, 1997, 2000 e 2004. A organização dos grupos em arenas específicas, ao longo dos anos 1980 e 1990, também resultou no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu em Valença (RJ), 1988; no I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em São Paulo (SP), no ano de 1995; e no I Seminário Nacional de Lésbicas, que aconteceu no Rio de Janeiro (RJ), em 1996. Vale observar que em julho de 2004, ano do último encontro, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que contou com 1.800 delegadas e mais de 2 mil participantes. Foi seguida das Conferências de 2007, 2011 e 2016. Entre 1979 e 2016, é possível acompanhar as mudanças nas estratégias e nos padrões de atuação, bem como a multiplicação dos movimentos, organizações e pautas, com atenção crescente à diversidade das mulheres (BIROLI, 2018, p. 181).

> [...] representavam diferentes setores dos movimentos feministas, como Rose Marie Muraro e Lélia González, e teve à frente, inicialmente a atriz e deputada estadual Ruth Escobar, a primeira a presidi-lo, e a socióloga Jacqueline Pitanguy, que presidiu o conselho no período da Constituinte. (BIROLI, 2018, p.181).

Além dos conselhos, esse período também foi marcado pela criação das Delegacias da Mulher e o incremento da presença feminina nos espaços legislativo, lamentavelmente ainda em pequeno número. Nos estudos acadêmicos, esse período é marcado pelas pesquisas, sobretudo na área da saúde e violência contra as mulheres (CISNE, 2018).

De acordo com Biroli (2018) a ação conjunta da bancada feminina que vinha unindo forças no Congresso Nacional ao longo dos anos na defesa das pautas das mulheres desde a "Carta das Mulheres aos Constituintes"[275] findava quando o tema era aborto.

> [...] o aborto continua sendo um limite para a ação conjunta das parlamentares, enquanto as ações contrárias à violência e por "mais mulheres na política" permitiram alianças entre mulheres de diferentes posições sociais, ideológicas e partidárias. (BIROLI, 2018, p. 184).

Obviamente, nesse texto a autora fazia referência aos anos anteriores ao golpe de 2016 e da ascensão da extrema-direita no país. Desde então, inclusive entre parlamentares mulheres, algumas pautas específicas não tiveram apoio. Recentemente, já em 2023, em uma votação em torno do texto substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 1085/23 da relatora e deputada Jack Rocha (PT-ES) para implementar medidas de igualdade salarial entre homens e mulheres ao realizarem o mesmo trabalho, 10 deputadas foram contrárias ao projeto, somando-se a outros 26 deputados – basicamente parlamentares conservadores alinhadas/os à Jair Bolsonaro (PL).[276]

---

[275] Carta aprovada ao final do Encontro Nacional Mulher e Constituinte reuniu centenas de mulheres de todas as regiões do país em Brasília no ano de 1986. De acordo com Biroli (2020, p.182) a carta contemplava a radicalidade e abrangência das demandas do período: "Seu preâmbulo prometia desobediência civil, ainda que indiretamente, por meio da citação de Abgail Adams, defensora dos direitos das mulheres nos Estados Unidos no século XIX e esposa do segundo presidente estadunidense, John Adams: "Se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação". (BIROLI, 2018, p. 181 -183).

[276] Parlamentares que votaram contra a proposta: Julia Zanatta (PL-SC); Silvia Waiãpi (PL-AP); Chris Tonietto (PL-RJ); Caroline de Toni (PL-SC); Carla Zambelli (PL-SP); Bia Kicis (PL-DF); Rosângela Moro (União-SP); Dani Cunha (União-RJ); Adriana Ventura (Novo-SP); Any Ortiz (Cidadania-RS). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/mulheres-contra-mulheres-quem-sao-as-deputadas-que-votaram-contra-a-paridade-salarial/> Acesso em: 09 set 2024.

Em uma análise sobre a participação dos movimentos feministas e as encruzilhadas trazidas pelo recrutamento de quadros para os governos nos anos de 1980, comprometendo a autonomia e ocasionando um processo de institucionalização, Pinto (2003, p. 70) afirma que: “os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias”. Ainda acerca do feminismo brasileiro no final dos anos de 1980, a autora oferece uma reflexão:

> É difícil avaliar se o movimento se fortaleceu ou não ao longo de período. Se tomarmos como parâmetro sua capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as questões das relações de gênero, certamente o movimento não saiu fortalecido. Teremos a mesma avaliação se considerarmos a sua capacidade de ocupar espaços na agenda político partidária. Entretanto, se for tomada como parâmetro a capacidade de se infiltrar no aparato estatal, sem dúvida não se pode deixar de observar avanços. (PINTO, 2003, p. 89).

No entanto, nos anos de 1990 tivemos um intenso processo da chamada “onguização”, quando as Organizações Não Governamentais (ONGs) se difundem e o feminismo assume um formato profissionalizado em prejuízo da organização enquanto movimento social[277]. Segundo Cisne (2018, p. 151), o feminismo profissionalizado reedita, em grande parte, o feminismo ‘bem-comportado’, encontrando muita dificuldade para atuar de forma autônoma diante do Estado e aos organismos financiadores, “trazendo, portanto, grandes implicações e desafio para as lita das mulheres”. Também em razão das relações de “dependência/subordinação,

[277] Desse período também é importante destacar a atuação de representantes dos movimentos em conferências internacionais. Biroli (2018, p. 189) lembra do “protagonismo que assumiram na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo), em 1994, e na IV Conferência Mundial sobre Mulher da Organização das Nações Unidas (Conferência de Pequim), em 1995, não corresponderia a recurso na atuação estatal.” De acordo com Falquet (2012), foi na Conferência de Pequim que o conceito de gênero se “triunfou” (CISNE, 2018). Acerca desse panorama de institucionalização do feminismo, uma síntese de Jules Falquet (2012) apresentada por Cisne, 2018, p. 159): “Essa nova tendência cobre parcialmente o feminismo de setores populares. Na verdade, pela mudança progressiva que acompanha o agravamento da crise econômica dos anos 80, o discurso do feminismo de setores populares transformou as mulheres pobres, depois em “pobres mulheres”, a quem é urgente fornecer soluções imediatas e, se possível, orçamentos, políticas, leis. Por trás de um discurso de responsabilidade para com a realidade social, os novos promotores de ONGs se especializaram e se profissionalizaram, seguindo de alguma forma a virada ‘humanitária’ e às vezes ‘imediatista’ do resto do setor das ONGs. Numerosas são as antigas internacionalistas e políticas engajadas em movimentos populares que encontram um novo papel de intermediárias e se tornam responsáveis de ONGs, de programas ou consultoras nacionais e internacionais. [...]. Elas, então, se misturam com mulheres e homens, geralmente de pele clara e classes favorecidas, que também adotaram um vocabulário de gênero sem nunca ter sido feministas e se tornam ferozes defensoras (es) da estabilidade da ordem. ” (FALQUET, 2012, p. 108 *apud* CISNE, 2018, p 159 – Tradução da autora).

travestidas de ‘parceria’. Além disso, como competição, fragmenta-se a luta das mulheres. ” (CISNE, 2018, p. 155).

Federici (2019) também discute o papel da Organização das Nações Unidas (ONU) no que ela chamou de "colonização do movimento feminista”. Segundo a autora, a escolha da ONU de focar sua atuação nas questões femininas não foi aleatória, mas sim uma resposta à crescente força e ao potencial transformador que o movimento feminista vinha demonstrando desde os anos 1970 em diversas partes do mundo. Ela explica que essa intervenção foi motivada por três razões principais, levando a organização a se autoproclamar o órgão encarregado pelo processo de despatriarcalização da estrutura de poder político internacional.

> Em primeiro lugar, houve o entendimento de que a relação entre as mulheres, o capital e o Estado já não podia ser organizada por meio da mediação dos homens assalariados, uma vez que o movimento de libertação das mulheres expressava um repúdio massivo a tal mediação e uma demanda por autonomia em relação aos homens que já não podia ser reprimida. Em segundo lugar, havia a necessidade de domesticar um movimento que contava com um enorme potencial subversivo, fortemente autônomo (até aquele momento), comprometido com uma transformação radical da vida cotidiana e que suspeitava da representação e da participação política. Domesticar esse movimento era especialmente urgente em um momento em que, em resposta à inextricável “crise do trabalho” da metade da década de 1970, uma contraofensiva capitalista global foi colocada em prática, buscando reestabelecer o domínio da classe capitalista sobre a classe trabalhadora e destruindo os modelos de organização responsáveis pela resistência à exploração. [...]. Basta dizer que deter o movimento feminista era uma tarefa indispensável para os planificadores do capitalismo em uma época em que uma ofensiva histórica aos meios mais elementares da reprodução social e do poder dos trabalhadores estava sendo lançada. Além disso, a existência de correntes liberais no seio do movimento de mulheres, que equiparavam a libertação da mulher à igualdade de direitos e à “igualdade de oportunidades” no sistema econômico existente, revelou a possibilidade de usar o movimento para apoiar o desenvolvimento da agenda liberal. (FEDERICI, 2019, p. 239 - 240).

Cisne (2018) nos lembra que as mudanças ocorridas no campo do feminismo se desenvolveram em meio a um processo global de interferência nos movimentos sociais. Esse está situado nas transformações impostas pelo neoliberalismo, que procurou promover a fragmentação, fragilização e em algumas situações, a cooptação dos movimentos. Segundo a autora, “esse processo encontrou na onguização dos movimentos sociais, da qual o feminismo foi emblemático, um significativo caminho para sua consolidação. ” (CISNE, 2018, p. 151). Em um esforço de síntese acerca da “adequação e ajustamento das ONGs aos interesses das agências e organismos

internacionais a partir da dependência de seus financiamentos, Novellino (2006, np) aponta:

> A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais do feminismo revolucionário: a luta contra o patriarcado tanto no espaço público quanto privado e a livre-determinação sobre o corpo foram sendo substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções possíveis de serem financiadas pelas Agências ou pelo Estado. Como consequência, assumiram papeis esperados pelas Agências: serem órgãos de advocacy de políticas e serviços e pelo Estado.

Cisne (2018) destaca que o ajustamento das ONGs aos seus financiadores acaba por materializar uma estratégia de ocultação dos antagonismos de classe e omissão do Estado, apresentando-se como uma forma bem menos dispendiosa do que o investimento em políticas públicas estatais. Além de ser "mais eficaz no controle dos movimentos sociais, dada a direta dependência." (CISNE, 2018, p. 156).

Os organismos financiadores passaram a definir e a controlar os temas dos projetos, uma vez que abriam linhas de financiamento de acordo com seus interesses.[278] Assim, na era das ONGs, as ativistas feministas "tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. Ou como substitutas do Estado, como resultado de uma política neoliberal de terceirização de serviços de assistência para mulheres pobres" (NOVELLINO, 2006, np).

Dentro desse processo de recuo da radicalidade que permeou parte do movimento feminista brasileiro em relação à sua autonomia diante da institucionalização, também é possível que em meio às suas "contradições e limites, possui segmentos de resistência e combatividade." (CISNE, 2018, p. 159).

Nesse sentido, Carmen Silva (2011, p. 107) destaca:

> O movimento de mulheres esteve presente nos últimos anos nos embates contra o neoliberalismo e a mercantilização da vida, desde a crítica ao ajuste estrutural e à reforma do Estado, passando pelas mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o enfrentamento à Área de Livre Comércio (ALCA), construindo debates e alternativas nos processos do Fórum Social Mundial.[279]

---

[278] "[...] a incorporação da agenda de gênero nas esferas institucionais, aliada à 'onguização' que tornou os movimentos sociais 'funcionais', de acordo com os requisitos desse ambiente, enfraqueceu e despolitizou essa mesma agenda. Essa perspectiva apresenta como referência a radicalidade das pautas de enfrentamento ao capitalismo, substituídas por noções bastante domesticadas de desenvolvimento, redução da pobreza e empoderamento das mulheres. " (BIROLI, 2018, p. 193).

[279] A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi uma iniciativa apresentada por George Bush durante a Cúpula das Américas de 1994. Seu principal objetivo era remover as barreiras tarifárias entre 34 países do continente americano, excluindo Cuba, promovendo, assim, a hegemonia dos Estados Unidos no comércio da região.

A partir dos anos 2000 houve uma redução do número de ONGs feministas, “mais pela saída das agências internacionais do Brasil do que pela percepção da necessidade de uma retomada do feminismo como movimento social. ” (CISNE, 2018, p. 160). Dessa forma, setores expressivos do movimento feminista expressam a necessidade de resgatar a atuação dentro, em um aspecto mais autônomo e combativo.

Ainda assim, o movimento feminista precisou enfrentar as dificuldades na relação com a institucionalidade estatal, quando muitas militantes foram convocadas para compor organismos de políticas para as mulheres, com a vitória petista no governo federal e a ampliação de experiências governamentais nos estados e municípios.

No entanto, mesmo em meio a esse cenário, Cisne (2018, p. 160), ao pesquisar a atuação de movimentos feministas brasileiros[280] ressalta que, “embora marcados pelas contradições e desafios da conjuntura, nos dão a certeza de que a história do feminismo não foi encerrada nos limites da institucionalização subordinada.”

Dessa maneira, foi possível discutir e monitorar, em termos de governo brasileiro, a Plataforma Feminista[281] desenvolvida com uma contundente crítica ao neoliberalismo e às políticas de ajuste estrutural, destacando especialmente os efeitos negativos que essas medidas têm sobre a vida das mulheres.

Em torno disso, reivindica:

---

[280] Cisne (2018) para análise da “consciência militante feminista e de sua ação política no Brasil” realizou sua pesquisa de doutorado junto a três movimentos de caráter nacional, de grande representatividade e que se afirmam constituir um campo anticapitalista na luta feminista e de classe no país: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

[281] A Plataforma Feminista apresentava em seu bojo uma ampla lista de reinvindicação em torno das políticas sociais e econômicas. Na síntese de Cisne (2016, p. 92): “Reforma fiscal; barrar as privatizações e rever as já efetuadas; auditoria da dívida externa brasileira; promoção da cultura de respeito a diversidade, combatendo a dominação patriarcal, o racismo, xenofobia, o sexismo e todas as formas de discriminação; democratizar os meios de comunicação, fortalecer e aprofundar a autonomia dos movimentos sociais; garantir a laicidade; transparência quanto à origem e ao volume da dívida pública interna; transparência e participação dos movimentos sociais na elaboração e controle dos orçamentos públicos; reforma agrária com equidade de gênero e “raça”/etnia por meio de um projeto popular para a agricultura brasileira; regularizar a titulação dos terrenos em áreas urbanas para as mulheres; trocar a dívida dos estados e munícipios por investimentos em habitação e urbanização; defender a autodeterminação dos povos amazônicos; garantir e ampliar os direitos trabalhistas; reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos, como uma das formas de combate ao desemprego e à desigualdade; eliminar imediatamente o trabalho escravo e infantil que se alastram pelo Brasil.”

> [...] compromisso com a superação da injustiça e da desigualdade social em um projeto nacional autônomo, não subordinado e democrático, que vise garantir o atendimento às necessidades estabelecidas no marco dos direitos humanos universais e considere os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entende-se como parte desses direitos a autodeterminação do povo brasileiro, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais, na perspectiva da igualdade nas relações de gênero, "raça"/etnia e classe (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p. 7).

Considerando as lutas que vêm sendo travadas pelo movimento e na perspectiva de compreender os desafios que se apresentam para o feminismo na atualidade, Telma Gurgel (2014, p. 57) aborda sobre três elementos que perpassam o feminismo na América Latina:

> A noção de autonomia, a questão do financiamento e a construção da representatividade coletiva, compreendidas como uma unidade dialética do processo de organização do sujeito feminista no contexto de neoliberalismo. O feminismo brasileiro tem inúmeros desafios políticos no campo da democracia interna, da representatividade política e da agenda de mobilização, no sentido de se constituir como um sujeito coletivo total ao reconhecer e fortalecer as diversas formas de organizações das mulheres em seu confronto com o patriarcado, racismo e capitalismo.

Acerca da constituição do feminismo enquanto sujeito político, segundo Cisne (2018), ocorre pela transformação de reivindicações imediatas e isoladas para a perspectiva da elaboração de demandas coletivas. Dessa forma, "passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político. " (SOUZA LOBO, 2011, p. 223).

Segundo Cisne (2018) foi possível elencar alguns pontos que se relacionam "dialética e organicamente" e que são indispensáveis para a formação da consciência militante feminista encontrados nos movimentos pesquisados pela autora. São eles:

> 1) a apropriação de si e ruptura com a naturalização do sexo; 2) o sair de casa e a casa sair de dentro de si; 3) a identificação na outra da sua condição de mulher; 4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; 5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. (CISNE, 2018, p. 186)

Nesse sentido, conseguimos compreender que a ruptura com as variadas formas de opressão passa pelo reconhecimento das mulheres como sujeitas de suas vidas, que passam a lutar por sua "autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas" (CISNE, 2018). Nesse contexto se situa também a dimensão da autoestima, "que vai desde a autovalorização do seu corpo de forma

livre e autônoma de padrão de beleza socialmente imposto à autoconfiança" e ao cuidado consigo mesma.

Quando tratamos da experiência de sair de casa sem a responsabilidade de todos na casa, essa experiência geralmente é oportunizada pelas vivências em grupos que favorecem uma formação política. Ainda assim, por vezes, isso exige que primeiro as mulheres executem o trabalho doméstico. Por isso, envolve "processo de ruptura com a alienação e o enfrentamento de instituições como a família e a Igreja. " Exige a cisão com a construção ideológica da função precípua das mulheres de servir ao outro. (CISNE, 2018). Essa perspectiva se articula diretamente com a desnaturalização da opressão das mulheres e da importância da militância política na formação da consciência que possibilita o seu enfrentamento.[282]

Dessa forma, é por essa razão que a metodologia feminista valoriza as experiências individuais e coletivas das mulheres. É na socialização das experiências individuais e na politização delas enquanto uma questão coletiva que o movimento ganha força, identificação e adesão de outras mulheres. A dinâmica histórica concreta se apresenta como elemento fundamental, metodologia de um feminismo para a transformação (CISNE, 2018).

> Reafirmamos a ideia do feminismo simultaneamente como uma escolha política e como uma proposta metodológica que se desafia, de modo permanente, a buscar os pontos de intersecção entre as clivagens da condição das mulheres, entre suas experiências vividas que se reproduzem e se retroalimentam das novas concreticidades construídas na história social. (GURGEL, 2011, p. 42).

Também nesse sentido, demarca-se a importância da formação política aliada às lutas de reivindicação e enfrentamento. A formação para a construção de uma consciência militante cumpre uma função essencial. Ressalta-se também o papel de denúncia e visibilidade que o movimento assume diante das pautas específicas e das demandas da classe trabalhadora. Desse modo, Cisne aponta (2018, p. 202) que "o engajamento das mulheres no processo de formação e nas ações coletivas do movimento vai imprimindo a perspectiva de tornar-se feminista. " Por isso, concordamos também com a autora quando afirma que:

> [...] a relação entre feminismo e luta de classes é, de fato, fundamental para pensarmos na construção de uma sociedade libertária, socialista. Para tanto,

[282] De acordo com Iasi (2006, p. 367), ao "viver em comum uma possibilidade, uma injustiça, uma agressão, uma dor, pode produzir as condições de uma ação conjunta quando se torna impossível manter a impossibilidade, quando se torna impossível encontrar um ponto de acomodação. "

> do ponto de vista do feminismo, esse processo se inicia com a auto-organização das mulheres. (CISNE, 2018, p.205).

Uma das contribuições imprescindíveis do feminismo é a compreensão acerca dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, não permitindo que as dimensões raça e classe fossem desconsideradas como determinantes de sua constituição. Por isso, a unidade da classe trabalhadora é alcançada pelo reconhecimento de suas dimensões estruturais e com a análise de sua composição. Isso pressupõe compreender quem são os sujeitos que a compõem e como estes/as são exploradas/os diferenciadamente entre si.

Colaborando com essa dimensão, tivemos o intenso debate impulsionado pela entrada massiva das mulheres negras[283] no movimento feminista nas primeiras décadas do século XXI. Isso contribuiu para o fortalecimento e crescimento do feminismo como uma ferramenta central na luta das mulheres pela construção de uma sociedade em que todas/os/es possam alcançar a verdadeira emancipação. Esse processo, no entanto, confrontou com uma visão universal e abstrata de "mulher", que frequentemente caiu nas armadilhas liberais e neoliberais.

> Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirmam essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reinvindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto de mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reinvindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2019, p. 315)

A participação das mulheres negras no movimento feminista potencializou discussões sobre as condições das mulheres em uma sociedade em que o racismo e o patriarcado se fazem presentes estruturalmente. Nesse sentido, compreendemos ser necessária a crítica ao sistema capitalista como modo de produção que determina o colonialismo e, ao mesmo tempo, as relações de exploração e dominação associadas a ele. Ao longo dos anos, a pluralidade dos coletivos feministas brasileiros

[283] O feminismo negro teve um papel crucial na criação de diversos coletivos em todo o Brasil e foi responsável pela articulação da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, realizada em 2015 em Brasília. O evento reuniu cerca de 50 mil mulheres, tornando-se um marco importante na organização do movimento de mulheres negras no país. De acordo com os números divulgados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) na época.

cresceu e junto a isso as formas de atuação política ficaram cada vez menos centralizadas. Ou seja, “os movimentos se multiplicam e operam com diferentes padrões organizacionais e de expressão pública. ” (BIROLI, 2018, p. 199). [284]

Mais recentemente, a organização das mulheres tem sido primordial nos processos de denúncia e enfrentamento ao avanço do neoconservadorismo brasileiro. Desde 2015, com a mobilização do “Fora Cunha”[285], podemos identificar uma maior participação dos movimentos feministas e de mulheres na organização de grandes mobilizações e atos de repercussão nacional. Esses atos simultâneos que aconteceram no Brasil naquele período ficaram conhecidos como “primavera feminista”. Paralelamente houve uma intensificação articulação internacional do movimento feminista, com representação em todo mundo, marcando a ascensão do feminismo nesses últimos anos.

As mulheres jovens também desempenharam um papel crucial em movimentos sociais por todo o país nos últimos anos. A atuação de coletivos feministas se expandiu, com uma significativa presença das jovens à frente de causas essenciais para a organização político-social brasileira. Dois eventos destacam a relação entre essas jovens e o feminismo, além de evidenciar a importância desse movimento para a mobilização em várias frentes. O primeiro acontecimento relevante que destacamos foi a série de ocupações de escolas públicas, lideradas por estudantes secundaristas, que ocorreram entre 2015 e 2016.

Em 2015, mais de 200 escolas estaduais em São Paulo foram ocupadas como forma de protesto contra a reforma educacional proposta pelo governo do PSDB. Em 2016, a mobilização se intensificou em todo o país, com mais de mil escolas ocupadas

[284] Segundo Biroli (2018, p.200), essa multiplicidade não tem correspondido a efetividade. “A multiplicação de coletivos, blogs, revistas e agências de notícia feministas atesta a existência de uma esfera pública plural, em que as controvérsias de gênero são agudas, o feminismo ganha novas formas, e as lutas, novas organizações. Mas multiplicidade e presença nas redes não significa, necessariamente, efetividade. ”

[285] O pedido para saída do presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha (MDB – RJ), foi motivado principalmente porque, para atender a bancada conservadora e fundamentalista, ele fazia avançar as chamadas “pautas morais, em especial o projeto de lei (PL 478/2007), conhecido como Estatuto do Nascituro, que retrocedia com acesso ao direito legal, ao aborto em casos de estupro e anencefalia no Brasil, como vimos anteriormente. De acordo com Biroli (2018, p.204): A cruzada “moral” dos grupos conservadores contra a agenda da igualdade de gênero e do respeito às diferenças canaliza as inseguranças das pessoas para as transformações na sexualidade, na conjugalidade e na vida familiar. A ameaça estaria nos valores, na moral. Enquanto isso, a remodelagem do Estado segundo os interesses rentistas, apresentados nas orientações para a “austeridade fiscal”, afeta diretamente a alocação dos recursos e a possibilidade de proteção social.”

em diversos estados brasileiros[286]. Dessa vez, os protestos eram contra a reforma do ensino médio e a Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55), apelidada de "PEC do fim do mundo", e “contra os ataques do governo golpista e dos governos estaduais. ”[287]

Durante ambas as ocupações, as jovens secundaristas tiveram papel de destaque, o que fez com que pautas feministas emergissem como pautas centrais do movimento. Entre esses pontos, estavam as denúncias de assédio sexual por parte de professores, a crítica à divisão sexual do trabalho dentro das ocupações e o questionamento sobre o controle das escolas sobre as vestimentas das jovens, refletindo o controle sobre seus corpos. Esses eventos marcaram o fortalecimento das jovens feministas no Brasil, revelando a importância do feminismo como ferramenta de organização e luta para intergeracional.

Um ponto essencial a ser mencionado sobre a atuação das jovens mulheres no movimento feminista foi a utilização das redes sociais como ferramenta de denúncia, mobilização, reivindicação e ação política. As redes se tornaram uma plataforma poderosa para amplificar as vozes feministas, e as *hashtags* emergiram como um instrumento central para comunicar suas pautas de forma rápida e abrangente. As *hashtags* feministas se destacaram por alcançar uma dimensão maior em termos de engajamento e repercussão, tornando-se uma das formas mais eficazes de expressão e mobilização online.

No Brasil, as *hashtags* #NãoéNão #MeuPrimeiroAssédio #NãoMereçoSerEstuprada também foram marcantes, reforçando a capacidade das redes sociais de impulsionar o ativismo feminista e unir vozes em torno de causas comuns. Movimentos como o *#MeToo*, que ganhou força em 2017, exemplificam como as *hashtags* feministas romperam barreiras geográficas e culturais, atingindo uma adesão global e gerando discussões importantes sobre temas como violência sexual, assédio e igualdade. Essas campanhas *online* demarcaram que esse espaço pode ser também potencializado como um espaço de denúncia e mobilização, mas também um meio de reivindicar e pressionar as instituições.

---

[286] Matéria disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em: 13 set. 2024.

[287] Matéria disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Retrospectiva-2016-As-ocupacoes-estudantis-que-sacudiram-o-Brasil>. Acesso em: 13 de set. 2024.

Na América Latina, no ano de 2016, ocorreram diversas mobilizações dos atos “Ni una a menos” marcados em decorrência dos assassinatos brutais de mulheres ocorridos naquele ano na Argentina. Em “efeito em cadeia”, os atos se alastraram pelo continente, levando milhares de pessoas para as ruas. Os países vizinhos, Chile, Uruguai, Colômbia e Brasil também realizaram mobilizações questionando os casos de feminicídio e reivindicando o fim da violência e assassinato das mulheres. Conforme Gago (2020), os atos aconteceram em mais 200 cidades latino-americanas e antecederam a organização da greve internacional de mulheres, iniciada naquele mesmo ano[288].

O feminismo através da greve desafia:

> [...] as fronteiras do que se define como trabalho e, portanto, como classe trabalhadora, reabrindo-a a novas experiências e evidenciando seu sentido historicamente exclusivo. Mas a greve feminista também permite pensar o que há para além do “patriarcado do salário” e sua regra heteronormativa. E mais ainda: amplia as experiências feministas a espaços, gerações e corpos que não se reconheciam ali (GAGO, 2020, p. 14).

A greve internacional de mulheres começou a ser organizada na Polônia, como resposta à tentativa de remover o direito ao aborto legal da constituição polonesa. Por 10 dias, milhares de mulheres tomaram as ruas em protesto contra a influência da igreja na política, mantendo-se em ocupações contínuas nas principais praças do país. O movimento se expandiu para outros países europeus, além da Coreia do Sul e Argentina. No Brasil, embora tenha havido convocações e discussões sobre o tema entre os movimentos feministas, a adesão foi limitada e não ocorreram grandes manifestações no primeiro momento.

A greve internacional das mulheres voltou a ganhar destaque em 2017, desta vez impulsionada pela Marcha das Mulheres em Washington, realizada logo após a posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, no início do ano. As marchas mobilizaram milhares de pessoas nas cidades americanas, além de protestos organizados em várias partes do mundo. A mobilização em torno da greve continuou até o dia 8 de março daquele ano, tornando-se uma pauta unificada em diversos países, incluindo o Brasil (BOGADO, 2018).

---

[288] De acordo com Gago (2020, p.19): “A greve não foi um acontecimento isolado: estruturou-se como um processo. Nesse sentido, continua aberto. No lapso de três anos (de outubro de 2016 a março de 2019), o que ocorreu é que a greve converteu em uma ferramenta capaz de impulsionar internacionalmente o movimento feminista de maneira inédita. ”

No Brasil, em 2017, as manifestações do Dia Internacional das Mulheres tiveram como foco a denúncia dos retrocessos promovidos após o golpe que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. As principais bandeiras levantadas foram contra a "reforma" da previdência, que ameaçava os direitos trabalhistas e previdenciários, e a crítica ao governo de Michel Temer, visto como ilegítimo e articulador do golpe. As mulheres saíram às ruas em diversas cidades do Brasil para protestar contra essas medidas, destacando o impacto negativo que as contrarreformas teriam sobre elas, especialmente as trabalhadoras mais pobres.

> [...] Esse é um ato unificado contra a violência, por isso temos como lema 'Nem uma a menos', somos contra a reforma da Previdência e a reforma trabalhista. Também estamos fazendo um chamado para a Greve Internacional de Mulheres. No Brasil, a gente vê a reforma da Previdência como um retrocesso, que tira direitos dos trabalhadores, mas ataca principalmente às mulheres", afirma Míriam Starosky, da Marcha Mundial das Mulheres (BRASIL DE FATO, 2017, online)[289].5

No início de 2018, o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL/RJ) e seu motorista Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, catalisou uma nova onda de mobilizações feministas. Marielle, que era mulher negra, nascida na favela da Maré, defensora dos direitos LGBTQIA+, crítica do militarismo e da violência policial, tornou-se um símbolo de resistência. Seu assassinato brutal gerou indignação nacional e internacional, levando milhares de mulheres às ruas para exigir justiça.

> [...] Marielle foi assassinada pelo Estado e pelo poder, a mando daqueles que não admitiam ver uma mulher negra e favelada no comando. Eles fizeram isso para tentar calar a voz das mulheres, mas escutem aqui: olhem para este Masp lotado, olhem para o mundo todo. Vocês vão ter que calar milhões de pessoas", disse emocionada a vereadora paulistana (BRASIL DE FATO, 2018, online).[290]

As manifestações, além de pedir respostas para o crime, também levantaram questões sobre a participação das mulheres na política e denunciaram o genocídio de jovens negras/os/es nas periferias, resultado de uma política de segurança pública

---

[289] Matéria "#8M: Mais de 150 mil mulheres marcham contra a reforma da Previdência e por igualdade - Dia da Mulher foi marcado por ocupações e protestos em todo país". Redação Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/09/8m-mais-de-150-mil-mulheres-marcham-contra-a-reforma-da-previdencia-e-por-igualdade>. Acesso em: 13 set. 2024.

[290] Matéria: "Em todo país, manifestantes vão às ruas para denunciar execução de Marielle Franco do PSOL/RJ- Atos, vigílias e marchas exigiram justiça para o assassinato da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes. " Redação Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/em-todo-pais-manifestantes-vao-as-ruas-para-denunciar-execucao-de-marielle-franco>. Acesso em: 13 set. 2024.

militarizada e repressiva. Mais uma vez as redes sociais foram acionadas para as perguntas #QuemMatouMarielleEAnderson e #QuemMandouMatarMarielleEAnderson ?

Durante a campanha presidencial de 2018, o Brasil presenciou grandes atos políticos que tiveram como foco o movimento #EleNão, direcionado contra a candidatura de Jair Bolsonaro e foram mobilizados inicialmente por mulheres. Conforme aponta a matéria do El País Brasil, de 30 de setembro de 2018.[291]

> As mulheres se tornaram um empecilho ao crescimento das intenções de voto do candidato à presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro. Além de uma mobilização massiva nas redes sociais, com milhões de seguidoras reproduzindo a *hashtag #EleNão*, atos públicos tomam as ruas de diversas cidades do Brasil – e de outras pelo mundo

Esses protestos foram liderados em sua maioria por mulheres e logo tiveram adesão de jovens, coletivos antirracistas e LGBTQIA+ e outros grupos de esquerda que tiveram um papel crucial na mobilização popular contra o avanço do discurso ultraconservador. Rossi, Carneiro e Granani (2018, online) em matéria para BBC News Brasil apresentam:

> [...] Dandara Jesuine, mestranda em ciência política que aderiu ao movimento no Rio, ressaltou a presença de movimentos e pessoas com perfis muito diversos no protesto - de artistas da Globo a removidos de favelas cariocas. Para ela, a adesão a Bolsonaro foi uma reação ao crescente engajamento de minorias e sua mobilização contra sexismo, racismo e homofobia. "Estamos vendo um terceiro movimento, com esses grupos reagindo porque estão horrorizados com os valores que ele defende", diz. "Isso não é um movimento coeso. Mas as pessoas estão juntas para afirmar que não dá para deixar a extrema-direita crescer."[292]

A bandeira #EleNão simbolizava a resistência a um projeto político-econômico ultraneoliberal, neoconservador e neofascista, que representa uma ameaça à

---

[291] Matéria: “Mulheres lideram multidão contra Bolsonaro em São Paulo, Rio e Recife. ” Redação El País Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/29/politica/1538226863_062834.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

[292] Matéria: “#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos.” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 13 set. 2024.

diversidade e à democracia. Becker (2018, online)[293], em matéria publicada no El País Brasil, analisa:

> [...] o #Elenão quer mostrar que é possível construir uma coalizão um pouco mais transversal que atravesse as bolhas das redes sociais de novo. A base é a o rechaço das mulheres a Bolsonaro. Segundo a Datafolha da sexta-feira, 52% no eleitorado feminino rejeita o militar da reserva, que lidera as pesquisas para o primeiro turno, com 28%. Mas são as mulheres mais pobres que seguram o crescimento do candidato do PSL. No eleitorado geral, Bolsonaro está empatado com Fernando Haddad, do PT, com 21% e 22%, respectivamente.

Ainda de acordo com a matéria, a capilaridade do movimento chamou a atenção das chamadas “celebridades”, conseguindo adesão pública de famosas/os e convocação para atos.[294]

> A repercussão do movimento #EleNão alcançou grupos de famosos que comumente não se manifestam politicamente. A atriz Deborah Secco foi uma das celebridades que aderiram ao movimento contra o presidenciável do PSL. Junto a ela, as atrizes Patrícia Pillar e Leandra Leal, e as cantoras Valesca, Pitty e Anitta também demonstraram apoio à campanha e foram responsáveis por picos de engajamento. [...] Uma das grandes surpresas foi a adesão da jornalista Rachel Sherazade, que tradicionalmente defende posicionamentos conservadores. No entanto, diante da fala do general Mourão, candidato a vice na chapa de Bolsonaro, sobre lares apenas com “mãe e avó” serem “fábricas de desajustados”, a jornalista se pronunciou em seu twitter dizendo: “Sou mulher. Crio dois filhos sozinha. Fui criada por minha mãe e minha avó. Não. Não somos criminosas. Somos HEROÍNAS! #elenao”. Quando a mobilização parecia arrefecer, a frase injetou novo ânimo.

Após as massivas manifestações, em uma virada lamentável, Bolsonaro apresentou crescimento significativo nas pesquisas de intenção de voto. O candidato, por sua vez, reforçou a imagem de "vítima do sistema", que ele cultivava desde o início da campanha, principalmente após ter sido ferido em uma atividade na rua. Tal discurso, alinhado ao uso de *fake news* e outras estratégias comuns em movimentos de extrema-direita, pode ter gerado maior adesão entre setores mais conservadores da população, trazendo, entre suas nefastas consequências, também a ampliação da ofensiva antifeminista, como afirmam Biroli, Tatagiba, Quintela (2024, p. 6):

> No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro ofereceu oportunidades políticas sem precedentes para o contramovimento antifeminista avançar suas agendas no Estado e na sociedade. Como em outros países da América Latina, esses

[293] Matéria: “#EleNão: Após tomar as redes, movimento liderado por mulheres contra Bolsonaro testa força nas ruas”. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html>. Acesso em: 13 set. 2024.

[294] Matéria disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2018/09/bruna-linzmeyer-leticia-sabatella-e-outros-artistas-convocam-ato-contra-jair-bolsonaro.shtml> Acesso em: 13 set. 2024.

> atores têm importante presença no Legislativo e a judicialização das disputas tem se tornado mais frequente

Na contraofensiva, a força apresentada pelas mulheres demarca uma estratégia de fortalecimento da lógica da “construção do feminismo como novo inimigo” (GAGO, 2018, p.249). Associada à *contraofensiva eclesiástica* que já vinha se desenvolvendo ao longo dos anos desde a estratégia discursiva da ‘ideologia de gênero”, a *contraofensiva moral e econômica* - acirrada pelo neoconservadorismo e o ultraneoliberalismo - e a *contraofensiva militar*, através da criminalização das lutas e aumento do feminicídio, assassinato de lideranças, perseguição judicial e a repressão seletiva (Gago, 2018), têm conduzido as investidas da extrema-direita.

Obviamente, temos o discernimento de que as eleições não resolveriam todas as contradições inerentes aos avanços do ultraneoliberalismo dos últimos anos, contudo, se apresentava como uma condição necessária para, naquele momento, enfrentá-lo dentro de um contexto democrático.

No Brasil contemporâneo, o fortalecimento de um projeto societário que tenha a emancipação humana da classe trabalhadora com seus diferentes pertencimentos de gênero, étnico-raciais, geográficos, religiosos, geracionais e políticos é fundamental (ALMEIDA, 2020). Como nos lembra Barroco (1999):

> Contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa apresentam-se perspectivas éticas oriundas do processo de lutas das classes trabalhadoras que apontam para projetos de emancipação humana colocados no horizonte de uma nova moral e de uma nova sociedade capazes de criar condições para a vivência e universalização da liberdade. (BARROCO, 1999, p. 128).

O movimento de mulheres obteve sucesso em demarcar posições e evidenciar uma rejeição massiva ao projeto político representado por Bolsonaro, especialmente entre o eleitorado feminino. Houve uma maior articulação de lideranças feministas e a construção de novos coletivos que seguiram atuando ao longo do governo de Bolsonaro, como o “#AgoraÉQueSãoElas” e o “Mulheres contra o Fascismo”.

Durante os quatro anos do Governo Bolsonaro, mesmo diante de uma conjuntura de pandemia, o direcionamento dado pelo “governo de morte” do ex-presidente impeliu as mulheres a continuarem em constantes processos de mobilização.

As **“**Marchas das Margaridas” ganharam ainda mais relevância durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), representando um dos principais movimentos de resistência feminina no Brasil. Organizadas pela Confederação Nacional dos

Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG**)**, com apoio de diversas organizações sociais e feministas, as marchas reuniram mulheres de todo o país para denunciar os retrocessos sociais, ambientais e trabalhistas promovidos pelo governo. O movimento se posicionou contra o discurso conservador do governo, que reforçava a família patriarcal e invisibilizava as demandas das mulheres.

Em 2019, a 6ª Marcha das Margaridas reuniu cerca de 100 mil mulheres em Brasília, sob o lema "Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência".[295] Foi a primeira edição durante o governo Bolsonaro. As participantes denunciaram o desmonte de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o ataques aos direitos trabalhistas.

Além disso, denunciaram os taques às instituições democráticas e o discurso autoritário do governo. A luta contra o silenciamento dos movimentos foi importante naquele momento, as mulheres reunidas em Brasília exigiam políticas de enfrentamento à violência de gênero e a retomada de programas voltados para a autonomia econômica das mulheres rurais. Ponto importante naquele momento foi o destaque à importância de integrar as demandas de mulheres indígenas, negras e quilombolas.

Também mostrando seu potencial de resistencia, a “Marcha das Mulheres Negras”, de 2019, foi uma manifestação significativa que reuniu milhares de mulheres em diversas capitais brasileiras, destacando a luta contra o racismo, o machismo, a violência e outras formas de opressão. Em São Paulo, por exemplo, a 4ª Marcha das Mulheres Negras ocorreu em julho de 2019, com o mote "Sem violência, racismo, discriminação e fome! Com dignidade, educação, trabalho, aposentadoria e saúde!".[296]

Durante essas manifestações, houve críticas direcionadas às políticas do governo de Jair Bolsonaro, especialmente no que tange à reforma da Previdência, cortes na educação e declarações controversas sobre a fome no país. As marchas serviram como plataforma para denunciar retrocessos nas Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que afetavam diretamente as mulheres negras; na política

[295] Mais detalhes sobre a Marcha das Margaridas ver em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=marcha2019&utm> Acesso em 15 dez. 2024.
[296] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/25/mulheres-negras-denunciam-nas-ruas-o-racismo-por-tras-de-pautas-do-governo-bolsonaro/?utm>. Acesso em: 15 dez. 2024

de segurança pública do governo Bolsonaro, marcada pela violência policial, resultando no aumento de mortes de jovens negros e periféricos, e no aumento da violência.

Também com muita representatividade as “Marchas das Mulheres Indígenas” realizadas em 2019 e 2021 foram eventos históricos que marcaram a mobilização das mulheres indígenas contra as políticas do governo Bolsonaro. Organizadas pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)[297], essas marchas destacaram o protagonismo feminino na luta pelos direitos dos povos originários e na defesa da democracia, dos territórios indígenas e do meio ambiente.

As marchas denunciaram o desmonte das políticas de proteção aos povos indígenas, os ataques aos direitos territoriais e a omissão do governo diante do aumento da violência em terras indígenas. Além disso, publicizaram a redução de investimentos em saúde e educação indígena e o aumento das invasões de terras indígenas por garimpeiros, grileiros e madeireiros, incentivados por um discurso governamental favorável à exploração econômica dessas áreas.

A “Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto”[298] desempenhou um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos reprodutivos durante o governo Bolsonaro. Composta por diversos movimentos sociais, organizações feministas e coletivos de defesa dos direitos humanos, o grupo teve muito trabalho no cenário marcado por retrocessos e por uma agenda conservadora que restringiu o debate sobre os direitos das mulheres e ampliou a criminalização. Dessa forma, a Frente promoveu campanhas nacionais para conscientizar a população sobre os direitos já previstos na legislação brasileira, como o direito ao aborto em casos de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia do feto, bem como denunciou a falta de acesso efetivo aos serviços de aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS).

Além disso, fez o monitoramento e oposição a projetos de lei que visavam restringir ainda mais o direito ao aborto, como o PL 5435/2020, que buscava ampliar a proteção da "vida desde a concepção" e incidência junto ao Congresso Nacional

[297] Mais sobre a organização disponível em: <https://anmiga.org/marcha-das-mulheres/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

[298] Mais sobre a Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto ver em: <https://linktr.ee/Frente_Nacional>. Acesso em: 15 dez. 2024.

para pressionar contra medidas de retrocesso nos direitos reprodutivos. No que se refere às mobilizações, a Frente organizou protestos em várias capitais brasileiras, com destaque para atos realizados em datas simbólicas, como o Dia Internacional da Mulher (8 de março) e o Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe (28 de setembro)**.** Promoveu mobilizações para denunciar o impacto da criminalização do aborto na vida das mulheres, especialmente das mais vulneráveis, mas principalmente, denunciou violações de direitos reprodutivos, como a obstrução ao acesso ao aborto legal e a exposição de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, inclusive aquelas mediadas pelo próprio governo.

As mobilizações acima mencionadas e outras aqui não listadas foram organizadas por diversos movimentos de mulheres e feministas, tendo também como direção importantes e históricas entidades nacionais, como a Articulação Brasileira de Mulheres (AMB)[299] e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)[300]. Essas organizações se mobilizaram também em apoiar o movimento das mulheres nas redes de solidariedade e proteção que se formaram nas diversas comunidades do país, em função das consequências da pandemia, mas sobretudo do descaso daquele governo.

As mulheres permaneceram atuantes nas denúncias, reivindicações e ação política. As mobilizações continuaram em 2022, quando Bolsonaro tentou a reeleição. As mulheres permaneceram entre aquelas/es que mais rejeitavam Bolsonaro. Sobre o assunto, Isabela Cruz (2022), na matéria “Qual o saldo das políticas de Bolsonaro voltadas para as mulheres”[301], do Nexo Jornal, de 26 de julho de 2022, relata:

> As mulheres rejeitam Bolsonaro mais do que os homens. Segundo pesquisa Ipespe (BR-08220/2022) publicada na segunda (25), enquanto o presidente tem 35% das intenções de voto no eleitorado em geral, entre as mulheres esse percentual cai para 30%, ficando a uma distância de 18 pontos percentuais em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, favorito na disputa presidencial. (CRUZ, 2022, online).

A mobilização continuou em 2022, quando Bolsonaro tentava a reeleição. Nesse contexto, o movimento #EleNão se adaptou a um cenário em que o governo retrocedeu nos direitos para mulheres, LGBTQIA+, população negra, indígenas e

[299] Mais sobre a Articulação Brasileira de Mulheres (AMB), disponível em: <https://ambfeminista.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

[300] Sobre a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), ver em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

[301] Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/07/26/qual-o-saldo-das-politicas-de-bolsonaro-voltadas-a-mulheres>. Acesso em: 13 set. 2024.

outros grupos que foram alvo do ódio permanentemente alimentado pelo fundamentalismo e neoconservadorismo da extrema-direita.

De acordo com Míriam Leitão (2022), em seu blog no O Globo, em 29 de setembro de 2022, a cada pesquisa eleitoral permaneciam fortes três muros contra a reeleição de Bolsonaro:

> Tenho dito que as mulheres fizeram um muro contra Bolsonaro. [...] O outro muro é o de negros. No segmento pretos e pardos, 51% têm intenção de votar em Lula, e 28% em Bolsonaro. Vinte e três pontos de diferença em favor do ex-presidente. O terceiro muro é o de pobres. Na primeira e segunda faixas de renda, Lula tem larga vantagem. Até um salário mínimo, Bolsonaro até melhorou um pouco, subindo três pontos, mas ele perde de Lula por 34 pontos. Na faixa de um a dois salários mínimos, Lula permanece com 24 pontos percentuais na frente. (LEITÃO, 2022, online).[302]

A hashtag #EleNão e as manifestações de rua ganharam um novo impulso, denunciando o aumento de feminicídios e a fragilização de políticas de proteção às mulheres. Além disso, a campanha também se expandiu para novas frentes de ação, outras redes sociais e plataformas digitais, onde as mulheres discutiram temas como os direitos sexuais e reprodutivos, a participação política e a importância de combater discursos de ódio.

As manifestações #EleNão tiveram caráter multifacetado na mobilização, que combinou estratégias digitais e presenciais, congregando uma ampla rede de coletivos e movimentos em torno de um objetivo comum: impedir a reeleição de um candidato cujas propostas e discursos são profundamente contrários às necessidades da classe trabalhadora. A articulação das mulheres foi fundamental para visibilizar uma resistência que se opôs ao avanço do neoconservadorismo no Brasil e para promover um espaço de articulação política em defesa da democracia.

O cenário era de continuidade da polarização das eleições anteriores, mas com novas variáveis como a pandemia de COVID-19, o aumento das desigualdades e uma maior organização dos movimentos sociais. O #EleNão novamente se tornou um grito de resistência e, desta vez, uniu-se a outras campanhas, como o #ForaBolsonaro e o movimento pela democracia.

As redes sociais desempenharam um papel ainda mais estratégico na organização das manifestações, com a circulação de conteúdos que buscavam

---

[302]"Três muros contra Bolsonaro: mulheres, pobres e negros" Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2022/09/tres-muros-contra-bolsonaro-mulheres-pobres-e-negros.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2024.

deslegitimar a reeleição de Bolsonaro, rebatendo *fake news* e enfatizando o desmonte das políticas para as mulheres e políticas sociais de uma forma geral. Assim, podemos dizer que as mobilizações #EleNão representaram um marco na história dos movimentos feministas brasileiros, evidenciando a capacidade de articulação das mulheres frente às ameaças autoritárias e neoconservadoras.[303]

Jair Bolsonaro, com seus crimes contra a humanidade[304] e seu projeto genocida,[305] naquele momento era a figura pública de oposição das mulheres. Ele e seus asseclas permanecem atuando fortemente no cotidiano brasileiro e merecem ser enfrentados e, quiçá, banidos do cenário político eleitoral pelas mulheres.

O bolsonarismo – a cara do neofascismo no Brasil - tem atuado como um elemento catalizador e violento desse projeto político-ideológico. Contudo, é importante destacar que o capitalismo, o patriarcado e o racismo permanecem como "nossos inimigos comuns", portanto, devemos construir uma unidade da classe trabalhadora para esse enfrentamento.

---

[303] Na coluna Opinião do O Globo, Oliveira (2022) falou sobre a respostas que os grupos que Bolsonaro tentou subordinar daria nas urnas. "O levante das minorias contra Bolsonaro nas urnas" Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/flavia-oliveira/coluna/2022/10/o-levante-das-minorias-contra-bolsonaro-nas-urnas.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2024.

[304] As acusações de crime contra a humanidade no governo de Jair Bolsonaro foram motivadas principalmente pela condução dada durante a pandemia de Covid-19, que levou a óbito 600 mil pessoas. O Atraso na compra de vacinas; a promoção de medicamentos comprovadamente ineficazes, como cloroquina e ivermectina; O Incentivo à aglomeração e desprezo pelas máscaras e a manifestações de desdém pelas vítimas são alguns dos exemplos que podemos citar. Além disso, a omissão e gestão negligente durante a crise hospitalar de Manaus, onde pacientes morreram por falta de oxigênio em janeiro de 2021, foi considerado um dos episódios mais graves. Mais sobre o assunto, disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-19/bolsonaro-fica-entre-o-crime-contra-a-humanidade-e-o-charlatanismo-no-relatorio-da-cpi-da-pandemia.html>. Acesso em: 20 out. 2024.

[305] As políticas indigenistas do governo Bolsonaro foram denunciadas ao Tribunal Penal Internacional por genocídio e ecocídio. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) fez denúncia enfatizando que o governo negligenciou a proteção dos povos indígenas, incentivou a invasão de terras e omitiu socorro ao povo yanomami, comprometendo a sobrevivência cultural e física. Ver mais em: <https://apiboficial.org/2021/08/09/inedito-apib-denuncia-bolsonaro-em-haia-por-genocidio-indigena/>. Acesso em: 20 out. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É dia de falar e de ouvir, também
Com medo de careta, dou a mão
E cala o horror, a cara feia, noite escura
Que a coragem é língua solta e solução
É dia de encarar o tempo e os leões
Se tudo é perigoso, solta o ar
Escuta a maré, a lua, o rádio, a previsão
Por nós, só nós, e o mundo inteiro pra gritar”
(Língua Solta)
Intérprete: Elza Soares
Letra: Romulo Fróes/Alice Coutinho

Das “dores” de adentrar no ordenamento do Governo Bolsonaro e localizar a devastação realizada nas políticas para as mulheres que esse governo misógino nos impôs, mas também das “delícias” de encontrar importantes momentos de resistência das mulheres, este estudo se revelou uma síntese dos desmontes realizados nos quatro difíceis anos em que vivemos sob um governo ultraneoliberal, neoconservador e neofascista. Os profundos retrocessos que ocorreram em várias frentes afetaram significativamente a vida das mulheres brasileiras, em um tempo onde a mentira foi a política de governo e o negacionismo irracional tentou moldar nossos sentidos.

Consideramos pertinente salientar que temos a ciência de que anteriormente a esse governo, ou mesmo antes do golpe, não tínhamos as políticas estruturadas no formato desejado. Havia a luta de setores dos movimentos para a ampliação de pautas importantes como da autonomia das mulheres e dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como pelo aumento da destinação orçamentária, de forma que possibilitasse maior abrangência e capilaridade das políticas.

Além disso, questões sobre a relação entre governo e os movimentos de mulheres sob a avaliação de alguns prejuízos a partir da presença de feministas em seus quadros, e a adesão dos governos petistas à lógica do Estado para atender aos

interesses neoliberais, impuseram grandes barreiras à efetividade de políticas para as mulheres de caráter mais amplo.

Vale também ressaltar que, ainda que na primeira década do século XXI tenhamos visto algumas conquistas dos movimentos que pautaram a inserção da agenda feministas em órgãos governamentais, esses avanços foram diluídos diante do ajuste fiscal e das imposições do mercado, que instrumentalizaram as “políticas de gênero” na lógica do empreendedorismo e do "empoderamento" individualista. Desse modo, tivemos os organismos internacionais definindo as diretrizes de financiamento e eliminando as pautas sobre a autonomia e o exercício livre sobre os corpos. Afinal, de fato não há interesse do capitalismo na emancipação das mulheres.

Ponderamos igualmente que os limites institucionais infligidos por uma política de conciliação de classes, particularmente nos governos petistas, também favoreceram o crescimento da direita e extrema-direita no país. O movimento conservador enredado com o neoliberalismo conseguiu, principalmente nos últimos anos, expor as conexões que demarcam essa fusão no mesmo projeto hegemônico de formato ainda mais agravado.

As evidentes interseções entre essas forças políticas ficaram explícitas na forma como o conservadorismo encontrou uma base ideológico-moral sólida para legitimar o golpe de novo tipo e destituir a presidenta Dilma Rousseff, abrindo definitivamente o espaço para a ascensão de um conservadorismo ainda mais agressivo, que foi abalizado como neoconservadorismo.

Ou seja, como implicação da profunda crise social, intensificada e fortalecida pela fase mais cruel do neoliberalismo - o ultraneoliberalismo - despontou o neofascismo das entranhas de uma sociedade marcada por relações capitalistas coloniais e estruturada sobre o racismo e o patriarcado. Colocando-se avesso ao “sistema corrupto”, o neofascismo e neoconservadorismo alcançam proporções assustadoras entre segmentos da classe média ressentida e da classe trabalhadora “desacreditada da política”.

O assolamento dos direitos por meio das contrarreformas e da intensificação das políticas de austeridade fiscal, acentuado no período de Michel Temer na presidência, chegou ao seu ápice no governo de Bolsonaro e atingiu de forma brutal as mulheres trabalhadoras, ignorando as múltiplas expressões da violência e desigualdades enfrentadas diariamente.

Nesse sentido, reforçamos a perspectiva de que desde o golpe as políticas públicas anteriormente adquiridas para as mulheres foram violentamente atacadas. Entretanto, sob a gestão misógina de Bolsonaro e Damares, essas políticas foram desmontadas. A dissolução e o esvaziamento de programas que vinham sendo desenvolvidos evidenciam o impacto da agenda neoconservadora e ultraneoliberal. De forma intencional, enfraqueceu-se as estruturas institucionais constituídas por meio das lutas dos movimentos de mulheres e feministas, demanda importante para o acesso das mulheres, ainda que reconhecidos os seus limites.

Na Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), observou-se uma mudança drástica na forma do ordenamento institucional, esvaziando e desqualificando o sentido de autonomia e das lutas por igualdade. A prioridade dada à "família patriarcal" e à visão conservadora sobre o papel das mulheres na sociedade subverteu os avanços que, ainda que parciais, foram obtidos ao longo das últimas décadas. A ministra Damares, em particular, promoveu uma agenda moralista e fundamentalista. Dinâmicas de opressão, exploração e dominação das mulheres foram reatualizadas e pautadas no controle dos corpos femininos e na reprodução de estereótipos conservadores.

O impacto dessa “nova” agenda foi sentido de maneira mais aguda nos cortes orçamentários, por meio do esvaziamento dos recursos necessários para a execução das políticas e, ainda mais grave, através da não execução do orçamento destinado para essas políticas. Além disso, o desmantelamento de programas essenciais para as mulheres, de promoção da autonomia econômica, dos direitos sexuais e reprodutivos e do enfrentamento à violência, como a Casa da Mulher Brasileira, importante serviço na atenção das vítimas de violência, extenuaram a capacidade de proteção e promoção da vida das mulheres.

A falta de investimentos, aliada ao desinteresse do governo em dar continuidade aos projetos que vinham sendo desenvolvidos e que tinham capilaridade no país, resultou na precarização dos serviços oferecidos e na redução do alcance dessas políticas. Outro exemplo explícito foi a deterioração do Disque 180, que se constitui como uma importante ferramenta de denúncia de violência contra a mulher e que teve sua atuação enfraquecida durante o período daquele governo.

Outro ponto relevante foi o enfraquecimento dos espaços de participação social, como os conselhos e comitês que haviam sido fundamentais para a construção

e monitoramento das políticas públicas para as mulheres. A desmobilização de instituições como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher representou uma perda significativa na articulação entre o governo e a sociedade civil, resultando em menos espaço para o diálogo e a diligência de pautas feministas nas esferas de poder.

Além disso, as políticas deixaram de tratar a diversidade das mulheres como uma prioridade. Dessa forma, mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ dentre outras na diversidade das pautas das mulheres viram suas demandas sendo sistematicamente ignoradas. A escolha do governo em promover uma visão única e excludente da "família patriarcal" e da mulher como o perfil único dentro desse contexto, resultou na invisibilidade das mulheres na sua amplitude. Isso não apenas alargou as desigualdades já existentes, mas também perpetuou uma estrutura de poder que silencia e marginaliza vozes historicamente excluídas.

Esse contexto também foi mais um dos rebatimentos do conservadorismo cristão que se espalhou de forma sorrateira pelo mundo e de forma especial na América Latina. Sob a bandeira da "proteção da família e das crianças", a direita cristã conservadora ganhou muitos adeptos, explorando o desespero causado pelas medidas neoliberais de austeridade. As feministas e LGBTQIA+ tornaram-se bodes expiatórios, acusados de serem as/os causadoras/es da crise moral e de seus efeitos devastadores.

Destacamos que as mulheres e segmentos da diversidade humana se encontram em luta permanente contra o conservadorismo ao longo da história. Essa luta encontrou em cada um dos momentos históricos o sujeito potencial do ataque, em grande parte as mulheres em luta contra esses padrões. É pertinente indicar que esse sujeito diverso é inerente à totalidade da diversidade humana, pois como indivíduos trazemos a diversidade como parte integrante da nossa existência enquanto ser social e do nosso reconhecimento enquanto humanidade. A existência desse sujeito diverso é perigosa para o *status quo*, porque tudo que de algum modo ameaça o funcionamento do *ethos burguês* se torna motivo de ataque das forças reacionárias de direita em cada momento histórico.

Diante desse quadro, chegamos à compreensão de que o conservadorismo patriarcal desencadeou uma contraofensiva declarada às lutas das mulheres e à sua existência enquanto ser individual e diverso. Esse ataque articulado tem usado de estratégias jurídicas reacionárias, como a “naturalização da família patriarcal” e dos “direitos do feto”, como esfera privada inviolável.

Além disso, tem fomentado o pânico moral - mobilizando católicos, protestantes e o Estado - em uma cruzada contra os direitos das mulheres e LGBTQIA+. Contudo, o verdadeiro “duelo” tem sido travado nos corpos das mulheres, que se tornaram o terreno onde essas disputas político-ideológicas se materializaram, sofrendo assim os impactos mais diretos e violentos dessa batalha.

O sistema capitalista patriarcal e racista, ao retirar das mulheres a autonomia sobre seus corpos e suas vidas, garante que continuem desempenhando de maneira invisível o papel de mantenedoras da reprodução social – uma função que o Estado negligencia, enquanto a burguesia se apropria do resultado do trabalho coletivo. Os elementos ideológico-políticos do conservadorismo que balizam essa compreensão se constituem como estruturantes do capitalismo em crise e decadente. Nesse contexto, as estratégias patriarcais apresentam a família patriarcal como o destino inevitável das mulheres, transformando-a em um espaço de repressão, ou mesmo de culpa, para aquelas que ousam desafiar essa função.

Mesmo com a derrota de Bolsonaro nas urnas, o neoconservadorismo continua atuando intensamente na sociedade brasileira, sobretudo por meio dos agrupamentos religiosos fundamentalistas, que avançaram sobre os espaços e vácuos deixados pela falta de trabalho de base e da organização de classe. O movimento antidemocrático e neofascista não foi eliminado apenas por meio do voto.

O neoconservadorismo e a extrema-direita ultraneoliberal, juntos, oferecem respostas ilusórias para o desespero popular, manipulando a fé e o medo como ferramentas de controle. Longe de ser um fenômeno isolado, essa contraofensiva neoconservadora e antidemocrática representa a continuidade de uma violência histórica que atinge de forma especialmente dura as mulheres.

O conservadorismo brasileiro, enraizado em estruturas de dominação herdadas do passado escravista e de dependência econômica, conecta-se às forças internacionais que conformam uma aliança vigorosa no século XXI. Recentemente, a sua perspectiva neoconservadora e ultraneoliberal ganhou força, impulsionando contrarreformas que precarizaram ainda mais o trabalho feminino e a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos.

As contrarreformas trabalhistas e previdenciárias aprofundaram a divisão sexual e racial do trabalho, rebaixando salários e dificultando o acesso a direitos fundamentais como a licença-maternidade. As mulheres negras, que já enfrentam maiores barreiras, foram ainda mais prejudicadas, distanciando-se cada vez mais de

sua condição de sujeitos de direitos. A austeridade fiscal e o ataque aos direitos conquistados caminharam lado a lado com o fortalecimento do neoconservadorismo, que avançou sobre a classe trabalhadora de forma implacável.

Formou-se um bloco de poder composto pela bancada evangélica e pelos movimentos conservadores da extrema-direita, que sob o argumento da “Escola Sem Partido” e da preleção da “ideologia de gênero”, têm como objetivo anular as conquistas feministas, da população racializada e dos segmentos LGBTQIA+, sobremaneira. As pautas defendidas por esses grupos, maioria da população, foram depreciadas, tratadas como "mimimi" e desqualificadas, reforçando a ideia de que essas demandas deveriam ser silenciadas.

A articulação entre o neoconservadorismo, patriarcado e racismo se materializou em políticas ultraneoliberais e em movimentos antidireitos, consolidando a contraofensiva reacionária no cenário nacional, porque a exploração do trabalho das mulheres é funcional para a sustentação do capitalismo. Dessa forma, concebemos que os elementos tratados como “cortina de fumaça” – as manifestações verborrágicas reacionárias e os discursos violentos – também se constituíam como expressão essencial desse projeto político-ideológico.

O cenário político da gestão de Bolsonaro foi marcado por uma série de alianças internacionais e posicionamentos diplomáticos alinhados a governos igualmente conservadores e retrógrados. O governo brasileiro em sua política externa optou por seguir na contramão dos avanços internacionais em relação aos direitos das mulheres e LGBTQIA+, posicionando-se como um defensor de políticas regressivas e se afastando de acordos internacionais que protegiam a saúde sexual, a saúde reprodutiva e os direitos dessa população.

Ainda que o governo Bolsonaro tenha promovido o desmonte sistemático das políticas, a resistência das mulheres ao longo desse período foi constante. A pressão e organização dos movimentos foram fundamentais para mobilizar milhões de mulheres que foram às ruas em protesto contra o avanço de um projeto de governo autoritário, misógino e antidemocrático. Esses movimentos de resistência, que contaram com o apoio de coletivos feministas, antirracistas e LGBTQIA+, demonstraram a força e a capacidade de organização das mulheres brasileiras.

Na América Latina, vimos o ressurgimento de governos progressistas, o que nos deu esperança para os caminhos que o Brasil também pudesse trilhar, mas também tivemos que assistir retrocessos que se espraiaram.

Celebramos conquistas como a legalização do aborto na Argentina e a eleição de governos comprometidos com mudanças sociais, como o da Colômbia, que elegeu uma mulher negra como vice-presidente. Paralelamente, também tivemos retrocessos como na Argentina, em que Javier Milei, da extrema-direita ganhou as eleições, apesar da maior rejeição entre as mulheres[306].

Diante desse quadro, como mais uma forma de resistência diante das forças ofensivas, o feminismo tem se articulado para defender suas conquistas históricas, unindo-se a outros coletivos sociais comprometidos com a luta de classes em todo o mundo. Mesmo desprovida das mesmas condições materiais e políticas de seus oponentes nessa guerra, a luta feminista antirracista e anticapitalista continua se organizando como uma principal estratégia de enfrentamento.

Frente a essas contraofensivas, o feminismo continua sendo uma força de resistência vital. Os movimentos de mulheres, enraizados na classe trabalhadora, buscaram transcender as barreiras impostas pelo neoconservadorismo. O golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018 fortaleceram a necessidade de uma agenda permanente de lutas contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Acreditamos que mesmo em momentos de recuos e de forte pressão dos aparelhos coercitivos do Estado, as mobilizações feministas, como a primavera feminista de 2015, o #EleNão de 2018 e o #ForaBolsonaro em 2022, mostraram que a luta está longe de ser derrotada.

Nos últimos dez anos, enquanto o conservadorismo avançava, o feminismo se expandia e se reinventava em cada confronto. Mulheres trabalhadoras, negras, indígenas e LGBTQIA+ permanecem firmes na organização e na resistência, compreendendo que suas lutas são parte essencial de uma mudança social mais ampla. A história não avança por si só: é necessário movê-la com coragem, união e determinação. Nesse cenário, o feminismo desponta como um elemento central para a emancipação e o bem viver de todas as mulheres.

A resistência das mulheres brasileiras durante o governo Bolsonaro precisa ser reconhecida como um marco na história política do país. Não apenas denunciaram o

[306] Matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/10/29/maioria-na-argentina-mulheres-rejeitam-milei-e-podem-decidir-segundo-turno.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2024. Mais recentemente, sobre a política adotada para as mulheres, Hernández (2024) informa que “Enquanto Milei desmonta redes de proteção à mulher, Argentina registra 89 feminicídios desde janeiro” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/26/enquanto-milei-desmonta-redes-de-protecao-a-mulher-argentina-registra-89-feminicidios-desde-janeiro>. Acesso em: 14 out. 2024.

desmonte das políticas públicas, mas também foram alvo de ataques constantes ao seu direito de existir e resistir, seja por meio de violência política, seja pela exclusão de suas pautas nos debates nacionais.

A derrota de Bolsonaro nas urnas impôs tarefas governamentais urgentes no país. Dentre elas se apresenta a reconstrução das políticas para as mulheres, de modo a reparar os danos causados e avançar na luta por demandas necessárias à construção efetiva da igualdade entre mulheres e homens. É preciso incorporar a agenda feminista e considerar a diversidade das mulheres e seus contextos sociais. A defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, o enfrentamento ao racismo, a pauta da diversidade humana, o combate à violência e a ampliação da participação política das mulheres são aspectos que, a meu ver, precisam ser reincorporados na agenda política estatal.

Consideramos importante, portanto, que as políticas públicas sejam construídas com base em um diálogo constante com os movimentos sociais e feministas, resgatando os espaços de participação popular que foram desmobilizados. Para nós, é necessário garantir que as vozes das mulheres sejam novamente ouvidas e que suas pautas sejam implementadas de maneira efetiva. Ainda assim, consideramos que dentro dos marcos do capitalismo e da sociedade de classes que oprime e explora as trabalhadoras/es, as conquistas são parciais, haja vista que, no capitalismo, o Estado assume necessariamente uma orientação patriarcal e racista, uma vez que expressa, medeia e incide sobre as relações sociais de classe, raça e patriarcais de sexo.

Existe um interesse material em jogo, no caso, a manutenção da opressão, por meio da apropriação do tempo das mulheres, da regulamentação do modelo de família e do controle dos corpos e da reprodução. O Estado, quando não pratica diretamente a ofensiva por meio da criminalização das lutas, tem sido cúmplice do ataque à auto-organização política das mulheres, inclusive pelo uso da violência praticada pelos homens como forma de silenciamento no cotidiano. Por isso, a organização e luta das mulheres é cada vez mais necessária.

> Os feminismos que tomaram as ruas nos últimos anos – e que se capilarizaram como força concreta em todos os âmbitos e relações sociais – puseram em questão a subordinação do trabalho reprodutivo e feminizado, a perseguição das economias imigrantes, a naturalização dos abusos sexuais como disciplinamento da força de trabalho precarizada, a heteronormativa familiar como refúgio frente a essa mesma precariedade, o confinamento doméstico como lugar de submissão e invisibilidade, a criminalização do aborto e das práticas de soberania sobre os corpos, o envenenamento e

> despojo de comunidades nas mãos de corporações empresariais com a conivência dos Estados. Cada uma dessas práticas fez tremer a normalidade da obediência, sua reprodução cotidiana e rotineirizada. (GAGO, 2020, p. 286).

Acreditamos que este trabalho pode colaborar com a análise dos nossos dias, considerando que ainda estamos vivendo sob a espreita da permanente ameaça da extrema-direita retornar ao governo do país. No caso específico do nosso estudo, a perspectiva foi de evidenciar que o tratamento de cortina de fumaça ou desgoverno no governo Bolsonaro, na verdade, tratava-se de um projeto político que tem nas mulheres e na misoginia uma das suas dimensões centrais. O desmonte das políticas é o caminho para esse investida, associado à violência aberta, como buscamos apresentar neste texto.

Procuramos evidenciar que o governo Bolsonaro, na sua atuação no MMFDH, efetivou o que seria uma aparente contradição nas políticas para as mulheres. Qual a necessidade de um ministério com essa finalidade em um governo que desmontou cotidianamente as conquistas históricas das mulheres? Nese sentido se apresentaria uma contradição, qual seja, a articulação de um organismo com a proposta de desmonte de todas as políticas anteriormente conquistadas, ainda que tivessem seus limites.

Esse desmonte foi parte de um projeto que naturalizou o ultraneoliberalismo, de corte neoconservador, neofascista e heteropatriarcal. Referendou o projeto de guerra às mulheres por meio do fio condutor de esvaziamento do orçamento, uma condição necessária para a efetivação de políticas. Ou seja, existe um método aplicado à misoginia de Estado implementada pelo governo Bolsonaro, que se desenvolve por meio do esvaziamento do orçamento, manifestações públicas “violentas e jocosas” e pelo desmonte das políticas fundamentais, em especial àquelas voltadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos – o controle da reprodução.

O ataque ao direito ao aborto assumiu uma grande centralidade. Além disso, desmontam políticas que incidem na apropriação do tempo de trabalho das mulheres e na reprodução social, em uma demonstração explícita da imediata associação desse projeto aos interesses do capital.

Para demonstrar o desmonte, procuramos apresentar as políticas implementadas nos governos Lula e Dilma Rousseff – com suas contradições

importantes, limites diversos e avanços significativos, porque consideramos que para mostrar o desmonte seria necessário demonstrar o que já existia de políticas construídas pela força e luta das mulheres.

Assim, o balanço desses governos e suas contradições se tornaram, a nosso ver, elementos importantes da análise. Obviamente sem desconsiderar as críticas feitas pelos movimentos de mulheres no período, porque ponderamos que as políticas desenvolvidas estavam longe de alterar a condição estruturais das mulheres na sociedade. Contudo, olhando em retrospectiva, foi possível perceber as diversas contradições daquele momento, mas sobretudo revelar as conquistas mediatizadas pela pressão dos movimentos.

O levantamento dos dados da atuação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do governo Bolsonaro se configurou como um desafio, minimizado pelo resultado das eleições e o Relatório de Transição que, felizmente, oportunizaram coletar os dados que foram comparados neste trabalho e analisar o “modus operandi” desse organismo, dentro de suas características específicas de atenção às mulheres, na estrutura do Estado capitalista, patriarcal e racista.

Diante do quadro apresentado, foi possível identificar alguns elementos importantes. No campo da organização das mulheres, podemos aferir que os movimentos #EleNão, #ForaBolsonaro, a greve das mulheres e outros movimentos que se constituíram ao longo daquele governo foram resistências e colaboraram na contensão do retrocesso que estava sendo imposto às mulheres e também à sociedade de maneira mais ampla.

No caso específico das mobilizações #EleNão, avaliamos que a força que esse movimento tomou nos deu fôlego para o segundo turno. Naquele momento, mais do que as demandas históricas das mulheres, apresentava-se em risco a democracia do país, com todos os seus limites. Dessa maneira, as mulheres foram, na perspectiva do movimento organizado e do ponto de vista eleitoral, o segmento da classe trabalhadora que majoritariamente impôs limites e criou resistência ao ataque aos direitos e à extrema-direita.

Nesse sentido, parece que atacar as mulheres, retirar seus direitos e desmontar as políticas com o objetivo de se apropriar do tempo na reprodução social, mantendo a divisão sexual e racial do trabalho e controlar o corpo, a sexualidade e a concepção, defender o lugar da mulher na família patriarcal não parece suficiente. Trata-se também de disputar as mulheres. A extrema-direira e seu projeto nefasto entendeu

que é preciso enfrentar a perspectiva feminista de vida para as mulheres, que se materializa, ainda que limitadamente, nas políticas para as mulheres.

Assim, podemos também pressupor que esse projeto está atacando as mulheres porque tem interesses materiais concretos, além de ideopolíticos. Dessa maneira, a perspectiva é atacar os direitos das mulheres, em especial os direitos sexuais e reprodutivos, dessa forma vêm pressionando historicamente os avanços mínimos nesse campo. No entanto, mais do que isso, a extrema direita está disputando uma concepção de mulheres na intenção de conter a possibilidade de as mulheres atuarem, inclusive eleitoralmente e ganharem mais espaços.

Considerando que as mulheres feministas e mobilizadas nos diversos movimentos são uma barreira para o avanço da extrema-direita, é um elemento subjacente a essa disputa o ataque às feministas e suas organizações (como parte desse confronto, inclusive). Esse investida passa também pela defesa de um perfil de mulher centrado nas “esposas, mães, heterossexuais”, em uma lógica agressiva contrária à diversidade das mulheres, sobretudo às mulheres transexuais e suas lutas.

Esse movimento gera um processo que vem ganhando cada vez mais expressão e espaço, como a constituição de grupos com a defesa de uma categoria “mulher” no singular e bastante conservadora, inclusive entre alguns grupos feministas “radfens”.[307] Esses elementos de disputas já vêm ganhando, inclusive, expressões eleitorais. Não por acaso, nas últimas eleições no país, em outubro de 2024, tivemos vitórias de muitas candidaturas da extrema-direita.[308]

Dessa forma, acreditamos que o trabalho pode contribuir com a análise do projeto da extrema-direita e ajudar a identificar tendências em movimento, notadamente em indagações que diante da atual conjuntura se impõem, como por exemplo: Como esse projeto se manifestará sem a presença de Bolsonaro no governo federal? Quais as suas tessituras no parlamento e entre as lideranças regionais e

[307] Radfens é uma abreviação para feministas radicais. Grupos de Feministas Radicais transexcludentes (TERFs) têm manifestado críticas às mulheres transexuais, inclusive não as considerando dentro da diversidade das mulheres. Esses grupos defendem que "mulher" é uma categoria biológica baseada no sexo atribuído ao nascimento, e não na identidade de gênero. Argumentam que a opressão das mulheres está diretamente ligada à biologia feminina (como a capacidade de gestar), e não a um sentimento de identidade. Outras considerações sobre o assunto, ver em: <https://jornal.usp.br/articulistas/gabrielle-weber/e-quem-pode-ser-mulher-nao-ha-feminismo-sem-trans/?> Acesso em: 15 dez. 2024.

[308] Sobre as eleições de 2024, ver mais sobre em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/11/11/ainda-sobre-as-eleicoes-de-2024-que-derrota-sofremos-qual-caminho-devemos-seguir/?>. Acesso em: 30 nov. 2024

locais?

No curso do ultraneoliberalismo, o familismo assumiu conduções abertamente misóginas e conservadoras. Utiliza a brecha das diversas expressões de violências para delimitar o perfil de mulher submissa e silenciada, estabelecendo “coerência” com a família patriarcal. A perspectiva desse projeto é de que as políticas para as mulheres atuem para reforçar essa proposta, muito bem encampada pelo governo Bolsonaro/Damares.

Obviamente precisamos destacar que a estrutura anteriormente conquistada era bem frágil. As políticas para as mulheres dos governos Lula e Dilma tiveram limites e contradições diversas, principalmente no enfrentamento às pautas morais e no aspecto do financiamento. Ainda assim, reafirmamos que naquele período também alcançamos avanços através da luta das mulheres e, que estes foram severamente desmontados pelo governo de Bolsonaro.

O que vivemos recentemente no país nos desafia a compreender o processo, mas sobretudo a pensar em uma rota de reconstrução. Nesse sentido, não é possível olhar para o que foi desmontado sem exigir que esse caminho de reconstrução seja planejado e bem estruturado, principalmente que tenha a marca das lutas das mulheres. Por isso não pode ser pouco, não pode ser tímido, não pode ser capitulado. Os direitos das mulheres não podem ser negociados a cada tensão política, como sintetizado das análises de Beauvoir (2016): “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. ”

Sobre os nossos desafios políticos, consideramos importante destacar que parte dos setores da esquerda ainda não está convencida da centralidade da discussão sobre o patriarcado no enfrentamento à extrema-direita. Quando apresentamos as dimensões da misoginia do governo Bolsonaro e as mulheres permanentemente na mira conservadora, buscamos demarcar o quanto esse sistema alicerça esse projeto. Precisamos enfrentá-lo diuturnamente.

Escrevi este texto entre postais que circundam a mesa onde trabalhei boa parte desses últimos anos. Três deles, em especial, chamaram a minha atenção nesse momento de encerramento de ciclo. Neles estava escrito: “Cria da favela”[309];

[309] Postal de divulgação do livro “Cria da favela – resistência à militarização da vida”, de autoria de Renata Souza, publicada pela Boitempo Editorial em 2020.

“Sobreviver é nossa vocação”[310]; “Se os sonhos coubessem em uma bolsa o que você levaria?[311] ”. Ao refletir sobre como eles se conectam, lembrei da importância do feminismo ser anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, antiLGBTfóbico e ecossocialista, de forma que em nenhum momento, no contínuo processo de organização, lutas, reivindicações e construção do conhecimento, as dimensões consubstanciais de classe, raça e relações patriarcais de sexo sejam desconsideradas.

A “favela” é um espaço ocupado por um grande número de mulheres, na sua maioria negras e mães solo, que diariamente lutam contra todos os impactos violentos da pandemia sob um governo negacionista. Mulheres que nos seus cotidianos de brutalidade e desatenção do Estado teimaram e teimam em resistir. Não considero oportuno falar exclusivamente da força, engajamento e bravura delas, sob pena de romantizar ou idealizar a situação de precariedade, omissão e violência a que estão submetidas. As mulheres são penalizadas pela falta de políticas públicas sociais que lhes assegure existência plena.

Sobreviver tem se apresentado como uma a única alternativa dentro da condição de exceções e carências que lhes assombra diariamente. Às mulheres, em sua maioria, não tem sido autorizado sonhar. No entanto, mesmo diante de todas as violências e opressões, movimentos feministas e de mulheres anticapitalistas têm convocado, no terreno da luta de classes, uma insurgência das mulheres, de todas as pessoas, dos povos.

Por isso o entendimento de que a emancipação humana deve ser defendida enquanto princípio, ainda que não seja possível nos marcos da sociedade capitalista. Em se tratando das mulheres, o acordo de que na sociedade capitalista a opressão encontra enraizamento na subordinação da reprodução social, por isso a necessidade da luta pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo das mulheres historicamente desprezado.

Assim, compreendo que é impossível dissociar o feminismo das dinâmicas em que se inserem as lutas contra as diferentes e reatualizadas formas de exploração, opressão e dominação. Continuo enfatizando a resistência como indicativo de um

[310] Postal em alusão à obra “A chegada da escrita”, de Hélène Cixous, publicada pela Bazar do tempo em 2024.

[311] Campanha de divulgação da “Eu vou de Maria”, produtos feitos por mulheres em Fortaleza/Ce.

caminho de esperança indispensável à plena emancipação humana, quando mulheres e homens poderão ser livres e iguais na diversidade.

Até lá, como cantado por Elza Soares, “vamos juntas que tem muito pra fazer. Sem fingir que dá, que dói, é só dizer. Somos duas, nós e todas nós. Vamos levantar o sol.”

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.* Brasília, DF, 1996.

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Revista Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ALBUQUERQUE, C.S. *Drogas, "Questão Social" e Serviço Social":* Resposta teórico-política da profissão. 2018. 301f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

ALMEIDA, M. P. *Reformas neoliberais no Brasil*: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. 2010. 427 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMEIDA, J. *Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina*. 2017. 262f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ALMEIDA, G. S. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 720–731, set. 2020. Dosponível em: < https://www.scielo.br/j/rk/a/TnFPFt8v6pSqYDJkr3ysK9f/#>. Acesso em: 13 set. 2024.

ANDRADE, D. P.; CÔRTES, M.; ALMEIDA, S. Neoliberalismo autoritário no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-25, *s.d*, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/44695>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.

ARAÚJO, C.; BIROLI, F. Mulheres, mídia e política – Mulheres e representação política. In. ABREU; M. A. (Org.). *Redistribuição, reconhecimento e representação*: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: Ipea, 2011.

ARAÚJO, D. S. *A Política Externa e os Direitos das Mulheres*: Efeitos da Atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. 2017. 166f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ARAÚJO, E. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, *S.l*, v. 3, n. 6, pp. 323-358, *s.d*, 2017.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%*: um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, C. A fantasia da normalidade: neoliberalismo, família e nova direita. *Esquerda Online,15* out. 2019. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2019/10/15/a-fantasia-da-normalidade-neoliberalismo-familia-e-nova-direita/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Políticas públicas para igualdade*: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Brasília: CFEMEA, 2011.

ÁVILA, M. B. Mulher e natureza: os sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal. *Caderno da Crítica Feminista*, *S.l*, ano VI, n. 5, p. 32-43, dez. 2012. Disponível em: < https://soscorpo.org/?page_id=2665>. Acesso em:14 jul. 2024.

ÁVILA, M. B. *O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas:* Tensões entre Dominação/Exploração e Resistência. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano.* Florianópolis: Insular, 2013.

BARBOSA; H.; HERNÁNDEZ. O. A. P. (Orgs.). *Extremismos políticos e direitas:* Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/325>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BARROCO, M. L. S. Os Fundamentos Sócio-Históricos da Ética. In: CFESS/ABEPSS (Org.) *Capacitação em Serviço Social e Política Social* – Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 119-136.

BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social e Sociedade.* São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista De Economia Contemporânea*, v. 21(2), n. 172129, *s.p*, mai. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em Acesso em 15 out. 2024.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma:* desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSHETTI, I. *Política Social:* fundamentos e história. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEHRING, E. R. *Fundo Público, valor e política social.* 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS (ES) EM SERVIÇO SOCIAL*, 2018, Vitória – Espírito Santo. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistência e Serviço Social*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. p. 01 -19.

BEHRING, E.R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 10-22, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/41383>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BIANCHI. A. A guerra que estamos perdendo. In: BIANCHI, A; DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Org.). *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de janeiro: Mauad, 2016.

BIANCHI, A. *O que é um golpe de Estado?* 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387503736/O-Que-e-Golpe-de-Estado-Alvaro-Bianchi>. Acesso em: 01 set. 2023.

BIROLI, F. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. In: BUENO, W. *et al.* (Orgs.). *Tem saída?* Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 17-26.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades*: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo, Boitempo, 2018.

BIROLI, F; TATAGIBA, L.; QUINTELA, D. F. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019-2022). *Opinião Pública – Revista do CESOP. Campinas,* v. 30, p. 1-32, *s.d*, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-019120243013>. Acesso em: 03 jul. 2024.

BOGADO, M.; COSTA, C.; PELLEGRINO, A. Nova geração política: rua, rede e política representativa. In: BOGADO, M.; COSTA, C.; PELLEGRINO (Orgs.). *Explosão feminista*: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOSCHETTI, I. *Seguridade Social e trabalho:* paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. 1. ed. São Paulo: Letras Livre, 2006, p. 324.

BOSCHETTI, I. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Org.). *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 323-340.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BOSCHETTI, I. (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, I. Expropriação de Direitos, Superexploração e Desigualdades de Classe, Gênero e Raça no Brasil Recente. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. (Orgs.). *Os Direitos não cabem no Estado:* trabalho e política social no capitalismo. São Paulo: Editora Usina, 2023.

BRADY, R. A. *O Espírito Corporativo e o Fascismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

BRAGA, R. A era da pilhagem. In: BIANCHI, Álvaro; DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Orgs.). *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de janeiro: Mauad, 2016.

BRASIL. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3: 2004 : Brasília-DF). In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2, 2004, Brasília. *Anais da Conferência*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 164 p.

BRASIL. Ministério da Economia. *Mulher no orçamento 2021*. Brasília: Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Famílias Fortes:* manual de introdução do Programa Famílias Fortes. Tradução do Ministério da Saúde e UNODC. 2. ed. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Oxford Brookes University), 2021.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Relatório de Gestão 2011*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2016.

BRASIL. Ministério do Direitos Humanos. *Relatório de gestão 2018*. Brasília: MDH, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/relatriodegesto2018mdhmmfdh_defeso.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. *Relatório de gestão 2019*. Brasília: MMFDH, 2019. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/relatoriogestao_2019_defeso.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. *Relatório de gestão 2020*. Brasília: MMFDH, 2020. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/rg_2020_defeso.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. *Relatório de gestão 2021*. Brasília: MMFDH, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-

informacao/governanca/relatoriodegestao2021_defeso.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. *Relatório de gestão 2022*. Brasília: MMFDH, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/relatorio_de_gestao_2022.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988) Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. *Lei n. 12.618, de 30 de abril de 2012.* Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, *30 de abril de 2012* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. *Relatório resumido da execução orçamentária da união.* Brasília - DF: Tesouro Nacional. 2022. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio- resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo/2022/1>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRASIL. *Relatório final de transição*. Brasília: Gabinete de Transiçâo Governamental, 2022.

BRASIL. Relatório 2 do Grupo Técnico de Mulheres. Brasília: GT de Mulheres de Transição, 2022.

BRITES, C. M; BARROCO, M.L.S. *Serviço social e ética*: fundamentos e intervenções críticas. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 9).

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2020.

BURKE, E. *Reflexões sobre a revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.

CALIL, G. O astrólogo que inspira Jair Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil, [S. l.]*, jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>. Acesso em: 01 out. 2024.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *SER Social*, *[S. l.]*, n. 12, p. 165–190, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. *Plataforma Feminista.* Brasília: Centro Feminista, 2002. Disponível em: <https://ns1.cfemea.org.br/index.php/pt/radar-feminista-lista/femea1/97-numero-113-junho-de-2002/687-plataforma-politica-feminista-e-aprovada-em-brasilia>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GONÇALVES, C. Todas as políticas para as mulheres foram destruídas. Focus Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 19 março de 2023. Entrevista concedida a A. Cantalice e P. Camarão. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/03/19/entrevista-cida-goncalves-todas-as-politicas-para-as-mulheres-foram-destruidas/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

CAPELATO, M. H. R. *A imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, Si. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. *Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012.

CARCANHOLO, R. A. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: MARINI, R.M. (Org.). *A américa latina e os desafios da globalização.* São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

CARNEIRO. S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília- Df, 1ª Impressão, 2012.

CARVALHO. O. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra e Antonio Gramsci. 3 ed. Ver. aum.: online, 2002.

CASIMIRO, F. H. C. *A nova direita:* aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: expressão popular, 2018.

CASTELO, R. A "questão social" nas obras de Marx e Engels. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v. 20 n.1, p.85-94, jan./jun. 2010.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, A. El. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:* crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out. /dez. 2012.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, *[S. l.]*, v.*24*, n.2, p. 269–279, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

CFEMEA. *Jornal CFEMEA*. Nº 144 – Ano XIII Brasília: Maio 2005.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M.; FERREIRA, V. Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres. *Argumentum*. Vitória -ES, v. 13, n. 3, p. 7-20, 2021.

CISNE, M.; SANTOS, S.M.M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 8).

CORRÊA, S. A 'política do gênero': um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrg>. Acesso em: 07 jul. 2024.

CORRÊA, S. *Eleições brasileiras de 2018*: a catástrofe perfeita? EUA:Sexual Policy Watch, 2018b. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/images/stories/soniacorrea_acatastrofeperfeita.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2024.

COUTINHO, C. N. *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, L. F.; RECH,L.T. Desmonte ativo no Governo Bolsonaro: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, A. A.; SÁ E SILVA,M.M.; LEOPOLDI, M. A. (Orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas* (2016-2022). Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/7/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família. *Pensando família.* Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 132-147, 2015.

CURIEL, O.; FALQUET, J. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Bethânia; ABREU, Maira; e FALQUET, Jules. (Orgs.). *O patriarcado desvendado* - teoria de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

CRUZ, M.C. M. T.; MARCONDES, M. M.; FARAH, M. F. S. Intersetorialidade e transversalidade: análise do Brasil Carinhoso (2012-2015). *Cadernos de Pesquisa*. *[S. l.]*, v. 54, p.10394, 2024.

DAL PIVA, J. *A relação da secretária de Damares com ultraconservadores na Polônia*. São Paulo: Notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/02/23/damares-angela-gandra-aborto-polonia.htm>. Acesso em: 09 ago. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, M. C. G. *Estrutura de governo e ação política feminista*: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo. 2007. 255f. Tese. (Doutorado em Ciência Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEMIER, F. *Depois do golpe:* a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DEMIER, F. *A teoria marxista do bonapartismo.* São Paulo: Usina Editorial, 2021.

DEVREUX, A.M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Cadernos de Crítica Feminista*, *[S. l.]*, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

DURIGUETTO, M. L. *et al*. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico*: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290>. Acesso em: 02 set. 2024.

FATTORELI, M. L.; ÁVILA, R. *Os números da dívida.* São Paulo: Auditoria Cidadã da Dívida, 2018. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/os- numeros-da-divida/>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*: mulheres corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaios de interpretação sociologia. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, F. Brasil em compasso de espera. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2011.

FERNANDES, M. P. Mulheres que furam a onda: vozes dissonantes de um Brasil machista. In: BIANCHI, A.; DEMIER, F,; HOEVELER, R. (Orgs.). *A onda conservadora*: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1 ed. Rio de janeiro: Mauad, 2016.

FERREIRA, V. M. *A apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social*: uma análise das suas tendências. 2017. 189 f. Tese. (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. In: FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. (Orgs.). *Marxismo.* Bahia: UFBA*,* 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2024.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *Cenário do trabalho infantil.* Brasília – DF: FNPTI*,* 2019. Disponível em:<https://fnpeti.org.br/cenario/>. Acesso em: 20 out. 2024.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo:* teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 10, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.

FRASER, N. O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais. *Mediações*. Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

FREITAS, C.; BARROS, D.; DEMIER, F. (Orgs.). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil* (2013 -2023). São Paulo: Usina Editorial, 2023.

FRIEDAN, B. *A mística feminina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021

GAGO, V. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GAMA, A. S. As contribuições e os dilemas da crítica feminista para a análise do Estado de Bem-Estar Social.*SER Social*, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 41–68, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12946>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GERARDI, D.; ESPINOZA, F. Apresentação ao dossiê “Velhas e Novas Elites Na América Latina”. *Revista Conversas e Controvérsias*, v. 4, n.1, p. 1-4, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/conversasecontroversias/issue/view/1099>. Acesso em 16 ago. 2024.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES FERREIRA, G. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, *[S. l.]*, v. *20, n.*36, p. 166–178, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/31855>. Acesso em: 07 jul. 2024.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa Social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-80.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Revista Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, v. 1, n. 112, s.p., 2012.

GONÇALVES, R.; ABREU, S. Do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres ao ¨Machistério¨ de Temer. *Revista de Políticas Públicas*, *[S. l.]*, v. 22, n. 2, p. 753–771, jan. 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/10564>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GONZALEZ, L. *A questão negra no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1981.

GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1981.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUILLAUMIN, C. Práctica del poder e ideia de Naturaleza. In: CURIEL, O.; FALQUET, J. (Orgs.). *El patriarcado al desnudo*: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

GUZMÁN, V. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (Orgs.). *Gênero nas políticas públicas*. São Paulo: SOF Cadernos Sempreviva, 2000.

HARVEY, D. *et al* . *Occupy* – movimentos e protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HIRATA. H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, *[S. l.]*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 02, n. 3, p. 9-32, jan./jul. 2001).

IAMOMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no serviço social*. 11. ed. São Paulo: Cortez: 2011a.

IAMOMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.b

IAMAMOTO, M. V. Para além da mistificação: o capital como relação social e seu contraditório processo de (re)produção. *Em Pauta*: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro, n. 53, v. 21, p. 244 – 252, set./dez., 2023.

IANNI, O. A Construção da categoria. *Revista HISTEDBR.* Campinas, v. 11, n. 41, p. 397-416, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, M. *Consciência e ideologia:* para além dos muros de pedra. São Paulo: Cortez, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua (2019).* Rio de Janeiro, IBGE Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua (2020).* Rio de Janeiro, IBGE Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2020.

INESC. Instituto de Estudos Socioeconômicos. *A conta do desmonte Balanço do Orçamento Geral da União 2019-2021.* Brasília- DF: INESC, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc>. Acesso em: 20 out. 2024.

INSPER. Instituto de Ensino e Pesquisa. *Relatório diferenciais salariais por raça e gênero para formados em escolas públicas ou privadas*. São Paulo: INSPER, 2020. Disponível em: < https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/e31da392-28e9-40b1-87a5-3b3b56e1daa7/content>. Acesso em: 20 out. 2024.

JUNQUEIRA, R. A invenção da ‘ideologia de gênero’: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.

KEHL, M. R. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, D. *Lutar dizem elas*. Recife: SOS Corpo, 2018.

KONDER, L. *Marxismo e alienação*: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, V. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo.* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, S. *Escola sem partido e sociedade sem ideologias*. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2024.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez., 2008.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Barcelona: Grijalbo, 1972.

MACÁRIO, E. Práxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. *Revista Serviço Social & Sociedade*, *[S. l.]*, n.113), p.171–191, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Q8P9G6nwkqfyfvFxwqqhQmv/#>. Acesso em: 03 jul. 2024.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 139, pp. 507-524, 2017.

MANDEL, E. *Introdução a Teoria fascista em Leon Trotsky*. Tradução de José André Lôpez Gonçalêz. França: Buchet-Chastel, 1974.
Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm>. Acesso em: 04 jul. de 2024.

MANDEL, E. *O capitalismo Tardio.* 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, E. *A crise do capital:* os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa:* planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. 1990. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (OrgS.). *Ruy Mauro Marini:* vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 57-134.

MARINI. R. M. Dialética da Dependência. 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (OrgS.). *Ruy Mauro Marini:* Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 137-180.

MARINI, R. M. O Estado de Contrainsurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. [S. l.]*, v.12, n. 3, 2018.

MARREIRO, F. *Temer reduz papel da mulher à casa e é alvo de protestos nas redes sociais.* Espanha: El País, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/08/politica/1489008097_657541.html#?rel=mas>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. Livro I – o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. O *Capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

MARX, K. *Cadernos de Paris;* manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. *Prefácio à contribuição da crítica da economia política*. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTEI, C. E. *A ordem do capital*: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo, Boitempo, 2023.

MATTOS, M. B. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: BIANCHI, A.; DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). *A onda conservadora:* ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. 1. ed. Rio de janeiro: Mauad, 2016.

MATTOS, M. B. *Governo Bolsonaro*: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Revista Arte e Ensaios*. Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

MENEZES [*et. al.*]. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde em Debate* [online]. v. 43, n. 5, p. 58-70, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Crx69r6gtrkW3td8wsBPW3n/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil:* da Constituição ao Golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa Social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MIOTO, R. C. *Política Social no Capitalismo*: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

MIOTO, R. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FÁVERO, Eunice T. (Org.). *Famílias na cena contemporânea:* (des) proteção social, (des) igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 23-44.

MOTA, A. E. *O mito da Assistência Social:* ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social.* 7. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) *Pesquisa Social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, p. 51-66.

NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS; ABEPSS. Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (Orgs.). *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009, p. 667-700.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOVELLINO, S. F. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2006, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ABEP, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/sociedade-e-participacao-politica/as_organizacoes_nao_governa.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

OLIVEIRA MOREIRA, D. S. As Semelhanças entre os Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019) I The Similarity Between The Governments Temer and Bolsonaro In Foreign Policy (2016-2019). *Revista Neiba*, Cadernos Argentina Brasil, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 47941, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/47941>. Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, F. Resistindo aos Fundamentalistas. In: OLIVEIRA, F. (Org.) *Estado Laico e Liberdades Democráticas.* Recife: Articulação de Mulheres Brasileiras/Rede Nacional Feminista de Saúde/ SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2006, p. ???

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor:* a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial da Saúde*: trabalhando juntos pela saúde. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2006.

OSÓRIO, J. América Latina: O novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J. LUCE, M. (Orgs.). *Padrão de reprodução do capital:* contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OYAMA, T. *Tormenta*: O governo Bolsonaro – crises, intrigas e segredos. São Paulo: Companhias das letras, 2020.

OYĚWÙMÍ. O. *A invenção das mulheres* – construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAULANI, L M. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas:* economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p.109-136.

PEREIRA, L. D. *Políticas Públicas de Assistência Social brasileira*: avanços, limites e desafios. Lisboa: CPIHTS, 2006.

PINHEIRO-MACHADO, R. *Amanhã vai ser maior*: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise estrutural. São Paulo: Planeta, 2019.

PINTO, G. Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para as mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 15, 2006, Caxambú. *Anais...* Caxambú: ABEP, 2006.

RIBEIRO, L.; LIRA, F.; REZENDE, M.; FONTOURA, N. Os desafios do passado no trabalho doméstico: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. *Textos para Discussão*. Rio de Janeiro, n. 2528, nov. 2019.

RIOS, F.; RATTS, A. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. *Pensadores negros–pensadoras negras do século XIX e XX*. *[S. l.]*, v. 1, p. 387-402, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BbT6Ln5cx94qLQRvyqhpyHL/>. Acesso em: 05 jun. de 2024.

ROCHA, L. M. L. N. [*et. al.*]. Mulheres em movimento: participação política, feminismo e resistência nos espaços públicos. *Revista de Políticas Públicas*, *[S. l.]*,v. 24, p. 492–513, set. 2020 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15159>. Acesso em: 20 jun. 2024.

RODRIGUES, C. H. L. A gênese do neoliberalismo no Brasil: uma análise dos ajustes da SEST. *Economia e Sociedade*, *[S. l.]*, v. 31, n. 3, p. 553–578, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cR8DLhhhLHJY4qJZT6fPMTL/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROSSI, P.; MELLO, G. A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer. *Revista Carta Capital*, *[S. l.]*, abr. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/a-restauracao-neoliberal-sob-o-des-governo-temer/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SAFFIOTI. H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALOMÓN, M. Processos e Influências no Aprofundamento da Dimensão de Gênero da Política Externa Brasileira. In: X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*,* 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABCP, 2016.

SALVADOR, E.; TEIXEIRA, S. O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. *Revista Políticas Públicas.* São Luís, v. 18, n. 1, p. 17-32, jan. /jun. 2014.

SALVADOR, E.; PENANTE, A.P. Das intenções ao planejamento: a orientação política do governo Bolsonaro. *Revista de Políticas públicas*. *[S. l.]*, v. 26, n. 2, p.

541-561, jan. 2023. Disponível em: < DOI: http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v26n2p541-561>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SALVADOR, E. *Financiamento tributário da política social no pós-real.* Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

SALVADOR, E. A desvinculação de recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. *Revista Advir. [S. l.]*, v.18, n. 36, 2017.

SAMPAIO JR, P. A. *Crônica de uma crise anunciada:* crítica a economia política de Lula e Dilma. São Paulo: Amarante Editorial, 2017.

SANTOS, J. S. *"Questão Social":* particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, R. M.; BIROLI, F. Escola sem partido e o processo de desdemocratização no Brasil. Lua Nova: Revista De Cultura e Política. *[S. l.]*, n.120, v.2, p. 247–286, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-247286/120>. Acesso em: 04 set. 2024.

SANTOS, S. M, M. O avanço do conservadorismo na seguridade social e as implicações na concepção de família. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. (Org.). *Serviço Social Reafirma:* seguridade social pública e estatal é possível.. Brasília (DF): CFESS, 2018, p. 42-53.

SANTOS, S. S. C. *Para além da cortina de fumaça:* a ofensiva anti-gênero sob o conservadorismo. 2023. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2023.

SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*. Lisboa, n. 64, p. 117-137, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em: 11 set. 2024.

SCHWARCZ, L. M. *Bolsonaro representa el passado colonial de Brasil*. Nova York: New York Times, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2018/11/07/espanol/opinion/opinion-lilia-schwarcz-bolsonaro.html>. Acesso 03 jun. 2024.

SILVA, A. P. P. Racismo estrutural, crise do capital e ofensiva conservadora: desafios à consolidação da igualdade racial nas políticas sociais públicas. In: *XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)*, v. 16, n. 1, *[S. l.]. Anais... [S. l.]*, 2018, p. 01-18.

SILVA, F. R. [*et. al*.]. Gasto público com as emendas parlamentares no governo Bolsonaro (2019 – 2022). In: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2023, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2023. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_3265_3265649845888ee23.pdf>. Acesso em: 02. Set. 2024.

SILVA, G. S. Dívida pública e política social no governo Lula: fundo público sob o jugo do capital portador de juros. *Revista SER Social*. Brasília, v. 13, n. 28, p. 81-103, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12683>. Acesso em: 08 set. 2024.

SILVA, J. O. *A representatividade política das mulheres no governo Temer e os impactos conjunturais na definição das políticas públicas para as mulheres no Brasil.* 2019. 106f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=94454>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SIMIONI, F., KYRILLOS, G. Política Externa no Governo Bolsonaro (2019-2021). *Dados*, *[S. l.]*, v. 67, n.4, p. 1-32, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/GBMF6cWHmQwzDF4qzpq7Qmd/#>. Acesso em: 09 ago. 2024.

SILVEIRA, J. R. S. *Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil*. 2022. 384f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo.* Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. (Orgs.). *As contradições do lulismo:* a que ponto chegamos? 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.???

SORJ, B.; PONTES, A. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, N.; Moreno, R. (Orgs). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010, p. 57 -74.

RAULINO DE SOUSA, T.; GONÇALVES, A. M.; SANTOS, A. B. B. V.; SOLVA, B. M.; DANTAS, L. S.; ALVES, M. B. Família, mulher e política de assistência social: reflexões necessárias. *Temporalis*. Brasília-DF, ano 20, n. 39, p. 86-101, jan./jun. 2020.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*: trabalho, dominação e resistência. 3 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular. 2021.

SOUZA, J. M. Anunciação de Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 126, p. 360-377, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

TAVARES, M.S.; ALVES, A. A violência de gênero no (Des)governo Bolsonaro: licença para matar! *Revista Brasileira de História*, *[S. l.]*, v. 43, n. 94, p. 41–61, set.

2023. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbh/a/wZGzZtvrQFp5MNRd7tq9QFS/?lang=pt#>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TEXEIRA, M. S.[*et al*]. Teologia da prosperidade como instrumento de mercantilização da fé. Ciências Sociais, *[S. l.]*, v. 27, n,127, out. 2023. Disponível em <https://revistaft.com.br/teologia-da-prosperidade-como-instrumento-de-mercantilizacao-da-fe/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TOLEDO, C. *Mulheres*: O gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. São Paulo: Sundemann, 2008.

TONET, I. *Método científico:* uma abordagem ontológica. 2. ed. São Paulo: Coletivo Veredas, 2016.

TROTSKY, L. *Como esmagar o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

VASCONCELOS, E. M.; CAVALCANTE, R. (Orgs.). *Religiões e o paradoxo apoio social intolerância e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas*. São Paulo: HUCITEC, 2019.

WACQUANT, L. *Punir os pobres*: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013

WEFFORT, F.C. (Org.). *Os clássicos da política.* 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

WELTMAN, F. *et al. A Imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WILIAMS, E. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

XAVIER, E.M.; RODRIGUES, J. M. *O longo caminho das mulheres no orçamento público*. São Paulo: *NEXO,* 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/03/11/o-longo-caminho-das-mulheres-no-orcamento-publico-federal>. Acesso em: 30 set. 2024.

ZETKIN, C. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019